

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CADEIAS REFERENCIAIS EM NOTÍCIAS SOBRE OS CASOS DE PEDOFILIA
NA IGREJA CATÓLICA

Heloisa da Costa Miranda

CADEIAS REFERENCIAIS EM NOTÍCIAS SOBRE OS CASOS DE PEDOFILIA
NA IGREJA CATÓLICA

por
HELOISA DA COSTA MIRANDA

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Letras
Vernáculas (Língua Portuguesa) da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor em
Letras Vernáculas (Língua
Portuguesa).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Leonor Werneck dos Santos

Rio de Janeiro
Junho de 2026

CIP - Catalogação na Publicação

M672c Miranda, Heloisa da Costa
Cadeias referenciais em notícias sobre os casos
de pedofilia na Igreja Católica / Heloisa da Costa
Miranda. -- Rio de Janeiro, 2026.
209 f.

Orientadora: Leonor Werneck dos Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós
Graduação em Letras (Letras Vernáculas), 2026.

1. Linguística de Texto. 2. Cadeia Referencial.
3. Notícia. 4. Intenção argumentativa. 5. Pedofilia.
I. Santos, Leonor Werneck dos, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

CADEIAS REFERENCIAIS EM NOTÍCIAS SOBRE OS CASOS DE PEDOFILIA
NA IGREJA CATÓLICA

Heloisa da Costa Miranda
Orientadora: Professora Doutora Leonor Werneck dos Santos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa).

Examinada por:

Prof.^a Dr.^a Leonor Werneck dos Santos – PPGLEV – UFRJ (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia Tinoco Cabral – PUC/SP

Prof.^a Dr.^a Ana Elvira Luciano Gebara – USP

Prof.^a Dr.^a Cristiane Dall’ Cortivo Lebler – UFSC

Prof.^a Dr.^a Luciana Paiva de Vilhena Leite – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a Margareth Andrade Moraes – IFRJ, Suplente

Prof.^a Dr.^a Michelle Gomes Alonso Dominguez – UERJ, Suplente

Rio de Janeiro
Junho de 2026

EPÍGRAFE

“Vós sois a luz do mundo. Não se pode esconder uma cidade situada sobre uma montanha nem se acende uma luz para colocá-la debaixo do alqueire, mas sim para colocá-la sobre o candeeiro, a fim de que brilhe a todos os que estão em casa. Assim, brilhe vossa luz diante dos homens.” (Mt 5, 14-15)

DEDICATÓRIA

Ao meu querido pai que partiu antes da conclusão desta Tese, mas está presente em cada linha deste texto, em cada passo dado para chegar até aqui, e em todos os momentos inesquecíveis que vivemos juntos. E também à minha mãe, esta mulher potente, cuja vida cheia de vigor transborda meu coração de alegria e amor.

AGRADECIMENTOS

A jornada acadêmica, muitas vezes, pode ser bastante desafiadora e cansativa, mas também muito prazerosa, edificante e instigante. O cansaço vem não somente das exigências acadêmicas, mas principalmente do fato de que precisamos responder a tantas outras exigências da vida, enquanto mãe, espos(a), filh(a), professor(a), pesquisador(a)... a lista é longa, sobretudo se levarmos em conta o recorte de gênero. Usando uma metáfora, precisamos trocar a roda com o carro andando. Faço esta referência, porque é importante não romantizar nossas lutas e valorizar nossas conquistas que são fruto de muita perseverança, esforço, resiliência.

Esta trajetória começou na graduação, na Faculdade de Letras da UFRJ, passou pela Especialização, pelo Mestrado. Agora chegando ao final do Doutorado, sinto muito orgulho de ter assimilado tantos conhecimentos, de ter conhecido tantas pessoas inspiradoras pelo caminho, de ter conhecido vários lugares para onde os eventos acadêmicos me levaram. Sinto orgulho da Heloisa que, aos poucos, foi se transformando – em versões cada vez melhores –, adquirindo experiências, aprendendo a lidar com os desafios, descobrindo outros caminhos possíveis, novos amigos e novas perspectivas.

Lembro que, quando passei para o Doutorado, realizei um grande sonho que foi alimentado por muito tempo. De fato, lá no início, quando estava na graduação, não imaginava que chegaria até aqui. Mas algo me impulsionava e colocava sonhos e desejos no meu coração. Era Deus o tempo todo. Ele já sabia de tudo, como, quando, onde, com quem, sobre o quê, em quais condições. O primeiro ano do Doutorado foi intenso pela novidade, pelas descobertas, pela escrita das primeiras linhas, pelas ideias compartilhadas com minha orientadora – muitas emoções.

Imaginava que um Doutorado poderia ser bastante desafiador e, talvez, geraria certas tensões e ansiedade. Entretanto, o maior desafio que enfrentei, ao longo desse período, fez com que qualquer possível dificuldade, eventual ou não, relacionada à Tese, se tornasse minúscula. Quase no final do segundo ano do Doutorado, meu pai, José Luiz de Miranda, faleceu, de uma forma totalmente inesperada, sem nenhum aviso prévio, de repente. Não me preparei. Não acreditei. Se há algum consolo, antes de partir, meu pai teve a alegria de saber que passei para o Doutorado, torceu por mim e comemorou comigo. Soube que eu seria a primeira da família a pleitear o título de Doutora. Se há algum consolo, pude ainda compartilhar com ele minhas ideias iniciais, minhas descobertas, entre olhos que sorriam e brilhavam e gestos de alegria e palavras que me despertavam coragem e ânimo.

Como disse, anteriormente, Deus sabia de tudo. A minha Tese, praticamente, tornou-se uma *persona*, pois foi a perfeita companheira dos dias sem cor, do coração apertado e da mente atordoada. Muitas vezes e até hoje tem sido assim, aliviou minha dor, distraiu minha mente e foi me dando tempo para me refazer. Por isso, é justo, após este momento introdutório, iniciar meus agradecimentos à minha querida Tese, pois, se ela não tivesse entrado na minha vida, no momento oportuno, – e Deus sabia disso – talvez teria sido muito mais difícil do que tem sido. Por isso, muito obrigada, Tese! Você preencheu meus dias com muitas pesquisas, com leituras diversas, com desafios, com conhecimentos novos, com descobertas intrigantes, com a alegria de ver o trabalho tomando “corpo”, com os relatos impactantes das vítimas de pedofilia, que me fizeram guardar minha dor, para me colocar no lugar do outro que também sofria.

Toda esta jornada não seria possível se não fosse a presença de pessoas que atravessam nossa existência para ser o colo de que precisamos, para ser o apoio necessário naqueles momentos, para ser escuta, para rir e chorar juntos, para dizer “não desista”, “vai dar tudo certo”, “estou aqui”. A família é o nosso primeiro lugar de aconchego. Agradeço à minha Mãe, Ester, que, apesar de todos os seus atravessamentos, ama “gigante”, é a presença mais inteira, mais completa, mais potente na minha vida. Sou grata ao meu pai, o meu José, por ser como um Sol que iluminava o meu coração e o meu caminhar, por ter preenchido meu coração com uma alegria e uma paz tão genuínas, por simplesmente existir. Você faz muita falta. Sou grata ao meu irmão, Robson, por ser meu parceiro na vida. Tenho a graça de poder dividir com ele todas as minhas histórias e receber seu amor incondicional. Também agradeço ao meu marido, Ayres, e ao meu filho, Rafael, por darem tanto sentido ao meu existir. Vocês são as escolhas mais importante que fiz na minha vida. Neste processo de escrita da Tese, o apoio de vocês, no dia a dia, foi essencial para que eu chegasse até aqui.

Outra pessoa por quem também tenho muito carinho, admiração, e sou muito grata é a minha orientadora Leonor Werneck. O interessante é que eu não conheci a Leonor na Faculdade de Letras, porque, enquanto cursava, ela estava de licença. De forma muito inusitada, nos conhecemos em uma capacitação, promovida pela Prefeitura do Município do Rio de Janeiro (SME). À época, eu já era professora do Município do Rio e fui encaminhada pela minha direção para fazer este curso em Campo Grande. Foi, então, que conheci Leonor. Nunca tinha visto uma professora ministrar tão bem uma palestra sobre ensino. Assim como eu, os outros professores ficaram apaixonados pelo seu carisma e pela propriedade com que falava. Mesmo sendo o último dia da novela “Avenida Brasil”, que parou a cidade, a reunião foi magnética. Decidi, no mesmo dia, enviar um e-mail para Leonor. Para minha surpresa, foi respondido 10

minutos depois. Logo marcamos um encontro e eu comecei a participar das reuniões do GPLINT (Grupo de Pesquisa em Linguística de Texto), que ainda nem nome tinha. Isto há treze anos. Desde então, Leonor tem sido uma grande parceira na academia e na vida.

Também agradeço à professora Ana Lúcia Tinoco Cabral, pesquisadora que admiro, por ter participado da minha banca de qualificação e por ter trazido contribuições valiosas para o meu trabalho. Às professoras Ana Elvira Luciano Gebara, Cristiane Dall' Cortivo Lebler, Luciana Paiva de Vilhena Leite, Margareth Andrade Moraes, Michelle Gomes Alonso Dominguez, obrigada por aceitarem nosso convite para compor esta banca. É uma honra para nós contarmos com a participação de pesquisadoras tão potentes, que contribuem para o aprimoramento e o desenvolvimento de discussões teóricas que embasam tantas pesquisas.

No GPLINT, liderado por Leonor e por Dennis Castanheira, eu tive a oportunidade de amadurecer muito como pesquisadora. Em nossas reuniões, discutimos várias perspectivas e conceitos teóricos, compartilhamos conhecimentos e aperfeiçoamos nossas pesquisas, por meio de uma escuta ativa e colaborativa dos colegas. Por isso, sou muito grata ao meu grupo de pesquisa por todas as contribuições generosas feitas a minha Tese, por toda escuta atenciosa e por todo carinho que sempre demonstraram por mim. Na verdade, somos uma grande família. Agradeço, em especial, aos queridos Dennis Castanheira, Cristiane Barbalho, Margareth Moraes, Vanessa Nogueira. De forma muito carinhosa, agradeço à Maria Cristina, Julia Vieira e Luiza Lannes, as quatro no Doutorado, compartilhando juntas as mesmas perspectivas e inquietações. Essa conjunção tornou muito mais prazerosa e leve todo o processo. Quero também agradecer muito a dois queridos: Vitória e Carlos. Vocês chegaram para somar, para dar orgulho, para inspirar, para ser acolhida, para ser escuta. Nesta fase final da Tese, tivemos muitas trocas, vocês se fizeram muito presentes, e esta presença foi um verdadeiro bálsamo para estes dias.

Agradeço especialmente a duas amigas queridas: Juliana Lopes e Gisele Esteves. As duas já percorreram este caminho antes de mim e sempre foram um exemplo de pesquisadoras e de professoras. Juliana, minha Jujuba, trabalhou comigo no Município por um longo tempo, dividimos muitas histórias. Eu e Gigi também trabalhamos lado a lado no Município, preparamos muitas aulas juntas e trocamos muitas experiências e conhecimentos. Muito obrigada por estarem sempre na torcida por mim.

Agradeço a quatro amigos que carrego no coração desde 2004, da época da graduação na UFRJ: Edmar Guirra, Aline Câmara, Renata Carvalho e Vanessa Meirelles. O tempo passou, mas os laços de amizade continuam fortes, diria ainda mais fortes. Vocês foram os primeiros a

me inspirar e a me incentivar nesta caminhada. *Pares cum paribus facillime congregantur* sim, é sobre afinidade, é sobre respeito, é sobre amizade. Nesta mesma época, conheci uma das professoras por quem mais tenho carinho e admiração, minha querida Marcia Machado. Lembro-me exatamente da primeira vez em que ela entrou na minha sala, uma professora potente. Muitos anos depois, lá estava ela na minha banca de arguição para ingresso no Doutorado. Naquele momento, senti muita alegria e orgulho e tenho certeza de que ela também. Ela continua me inspirando, obrigada por isso. Agradeço também, desta mesma época, ao Rafael Ferreira, meu professor de italiano, que contribuiu muito para que eu me apaixonasse por esta língua e cultura maravilhosas. Recentemente me enviou esta mensagem: “vc sabe que pode contar comigo”, como não ser grata? A UFRJ me proporcionou muitos conhecimentos, muitas histórias, muitas experiências incríveis e me deu muitos amigos, professores e uma orientadora de respeito. Viva a Universidade Pública que ainda resiste! Viva a Educação que transforma vidas e vidas transformam o mundo! (parafraseando Paulo Freire)

Por último, agradeço a Jesus, meu maior e melhor amigo, a nossa Mãe, a doce Maria, a quem consagrei meus estudos e meus projetos, ao Espírito Santo, o professor dos professores, e a DEUS, o grande regente da minha história. Aquele que na vida e neste universo discursivo é a Anáfora Encapsuladora retrospectiva e prospectiva. Aquele que reúne e sintetiza todas as vivências e faz minha história fluir, progredir.

RESUMO

Esta Tese está situada no campo teórico da Linguística de Texto (LT), que compreende o texto como um evento comunicativo para o qual convergem diferentes saberes, ancorados sociocognitivamente (Koch; Marcuschi, 1998, Koch, 2005, 2011[1997], 2012[2005], 2022[2004], 2014). Dentre os aspectos teórico-analíticos da LT, selecionamos a referenciação (Monda; Dubois, 2015[2003], Santos; Cavalcante, 2014), entendida como uma importante atividade discursiva que colabora para a construção de sentido e orientação argumentativa dos textos (Amossy, 2011, Cavalcante 2016). Nesta ótica, por meio de um estudo de caso, analisamos qualitativamente duas notícias publicadas em jornais *online* de diferentes países (Brasil e Itália), que abordam casos de pedofilia na Igreja Católica. Este tema é importante para ambos os países, de tradição católica, e as notícias analisadas foram publicadas no mês de fevereiro de 2019, data que ocorreu o encontro inédito, no Vaticano, convocado pelo Papa Francisco, para tratar da pedofilia. Nosso objetivo principal é verificar a interação de quatro cadeias referenciais – (CR) pedofilia (CR1), abusador (CR2), vítimas (CR3) e Igreja (CR4) –, escolhidas pelo seu vínculo temático. Sendo assim, intencionamos averiguar como o entrelaçamento entre as diferentes CR contribuem para a construção de sentido e para a arquitetura argumentativa nas notícias selecionadas (N1.BR/N2.IT), sem a pretensão de estabelecer generalizações para este gênero. Portanto, esta Tese visa a contribuir para os estudos linguísticos, uma vez que não é comum a análise simultânea de diferentes CR, o que amplia a percepção dos processos que integram a construção referencial, sobretudo em contextos sociocognitivos diversos, como os proporcionados pelas mídias brasileira e italiana. Além disso, assim como Santos, Barbalho e Castanheira (2026), defendemos uma noção mais abrangente de CR que inclui como categorias, além das anáforas e dêiticos, as pistas textuais, observando como essas estratégias colaboram para a integração das CR e a construção do sentido. Nossas conclusões demonstraram que a inter-relação entre as CR contribuiu para a orientação argumentativa desejada em cada notícia: mesmo com estratégias referenciais diferentes, tanto a notícia brasileira como a italiana enalteceram a CR4 (Igreja) com o objetivo de dirimir o impacto dos escândalos de pedofilia sobre a Igreja, seja criando a imagem de uma instituição combativa (N1.BR), seja despertando a empatia dos leitores pelo reconhecimento de suas falhas e pela vitimização dos religiosos (N2.IT), imprimindo um caráter humano às suas atitudes. Este estudo aponta para a relevância de considerar o caráter relacional de diferentes CR, a partir de ações de textualização, do gênero e do contexto social mais amplo (Bentes; Ferreira-Silva; Accetturi, 2017, Schnedecker, 2017, 2019), demonstrando que a referenciação não é um processo estanque, mas dependente de dados interacionais que colaboram para uma construção de sentido orientada argumentativamente.

Palavras-chave: Linguística de Texto; cadeia referencial; notícia; intenção argumentativa; pedofilia.

ABSTRACT

This dissertation is situated within the theoretical framework of Text Linguistics (LT), which conceives of text as a communicative event in which different types of knowledge converge and are sociocognitively grounded (Koch; Marcuschi, 1998, Koch, 2005, 2011 [1997], 2012 [2005], 2022 [2004], 2014). Within this perspective, the present study focuses on referentiation (Mondada; Dubois, 2015 [2003]; Santos; Cavalcante, 2014), understood as an important discursive activity that contributes to meaning construction and the argumentative orientation of texts (Amossy, 2011, Cavalcante, 2016). From this standpoint, through a case study, we qualitatively analyze two news articles published in online newspapers from different countries (Brazil and Italy) addressing cases of pedophilia within the Catholic Church. This topic is justified by the broad influence of Catholicism in both countries. Furthermore, the selected articles were published in February 2019, when Pope Francis convened an unprecedented meeting at the Vatican to address the issue of clerical sexual abuse. To this end, we examine the interaction among four referential chains (CR): pedophilia (CR1), abuser (CR2), victims (CR3), and Church (CR4), selected because of their thematic interconnectedness. Thus, our objective is to investigate how the interweaving of these different RCs contributes to meaning construction and to the argumentative architecture of the selected news articles (N1.BR/N2.IT), without intending to establish generalizations for the news genre as a whole. This dissertation seeks to contribute to linguistic studies, since the simultaneous analysis of different RCs is still uncommon, providing a much broader understanding of the processes involved in referential construction, especially in distinct sociocognitive contexts such as those offered by the Brazilian and Italian media. Furthermore, following Santos, Barbalho e Castanheira (2026), we advocate a broader conception of referential chains that encompasses categories beyond anaphora, deixis, and textual cues. Our findings demonstrate that the interrelationship among the RCs contributed to the intended argumentative orientation. In this regard, although the news articles employed different referential strategies, they pursued the same objective. Both the Brazilian and the Italian articles foregrounded CR4 (Church) in order to mitigate the impact of the pedophilia scandals on the institution, either by constructing the image of a Church actively combating the problem (N1.BR) or by fostering readers' empathy through the acknowledgment of its failures and the victimization of religious figures (N2.IT), thereby attributing a human dimension to its actions. This study highlights the importance of considering the relational nature of different RCs through processes of textualization, genre conventions, and the broader social context (Bentes; Ferreira-Silva; Accetturi, 2017, Schnedecker, 2017, 2019). It demonstrates that referentiation is not a static process but rather one that depends on interactional data that contribute to argumentatively oriented meaning construction.

Keywords: Text Linguistics; referential chain; news; argumentative intent; pedophilia.

SINTESI

Questa Tesi si colloca nel campo teorico della Linguistica del Testo (LT), che intende il testo come un evento comunicativo verso cui convergono diversi saperi, ancorati sociocognitivamente (Koch; Marcuschi, 1998, Koch, 2005, 2011[1997], 2012[2005], 2022[2004], 2014). Tra gli aspetti teorico-analitici della LT, abbiamo selezionato la referenziazione (Mondada; Dubois, 2015[2003], Santos; Cavalcante, 2014), intesa come un'importante attività discorsiva che contribuisce alla costruzione del senso e all'orientamento argomentativo dei testi (Amossy, 2011, Cavalcante, 2016). In quest'ottica, attraverso uno studio di caso, analizziamo qualitativamente due notizie pubblicate su giornali *online* di diversi paesi (Brasile e Italia), che trattano casi di pedofilia nella Chiesa Cattolica. Questo tema è importante per entrambi i paesi, di tradizione cattolica, e le notizie analizzate sono state pubblicate nel mese di febbraio 2019, data in cui si tenne l'incontro straordinario, in Vaticano, convocato da Papa Francesco per affrontare il tema della pedofilia. Il nostro obiettivo principale è verificare l'interazione di quattro catene referenziali – (CR) pedofilia (CR1), abusatore (CR2), vittime (CR3) e Chiesa (CR4) –, scelte per il loro legame tematico. Pertanto, intendiamo esaminare come l'intreccio tra le diverse CR contribuisca alla costruzione del senso e all'architettura argomentativa nelle notizie selezionate (N1.BR/N2.IT), senza la pretesa di stabilire generalizzazioni per questo genere. Questa Tesi mira quindi a contribuire agli studi linguistici, poiché non è comune l'analisi simultanea di diverse CR, il che amplia la percezione dei processi che integrano la costruzione referenziale, soprattutto in contesti sociocognitivi diversi, come quelli forniti dai media brasiliani e italiani. Inoltre, in linea con Santos, Barbalho e Castanheira (2026), sosteniamo una nozione più ampia di CR che include come categorie, oltre alle anafore e ai deittici, le tracce testuali, osservando come tali strategie collaborino all'integrazione delle CR e alla costruzione del senso. Le nostre conclusioni hanno dimostrato che la correlazione tra le CR ha contribuito all'orientamento argomentativo desiderato in ciascuna notizia: pur con strategie referenziali diverse, sia la notizia brasiliana che quella italiana hanno esaltato la CR4 (Chiesa) con l'obiettivo di ridurre l'impatto degli scandali di pedofilia sulla Chiesa, sia creando l'immagine di un'istituzione combattiva (N1.BR), sia suscitando l'empatia dei lettori attraverso il riconoscimento delle sue mancanze e la vittimizzazione dei religiosi (N2.IT), conferendo un carattere umano ai suoi comportamenti. Questo studio evidenzia la rilevanza di considerare il carattere relazionale di diverse CR, a partire dalle azioni di testualizzazione, dal genere e dal contesto sociale più ampio (Bentes; Ferreira-Silva; Accetturi, 2017, Schnedecker, 2017, 2019), dimostrando che la referenziazione non è un processo isolato, ma dipendente da dati interazionali che contribuiscono a una costruzione del senso orientata argomentativa.

Parole chiave: Linguistica del Testo; catena referenziale; notizia; intenzione argomentativa; pedofilia.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: N1.BR/UT1(manchete)	140
Esquema 2: N1.BR/UT2 (<i>lead</i>)	144
Esquema 3: N1.BR/UT3	148
Esquema 4: N1.BR/UT4	153
Esquema 5: N1.BR/UT5	155
Esquema 6: N2.IT/UT1(manchete e subtítulo)	163
Esquema 7: N2.IT/UT2 (<i>lead</i>)	165
Esquema 8: N2.IT/UT3	167
Esquema 9: N2.IT/UT4	170
Esquema 10: N2.IT/UT5	173

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Esquema do texto noticioso	51
Figura 2: Realidade, referente, linguagem	65
Figura 3: Cadeia Referencial a partir da construção colaborativa e integrada	111
Figura 4: Unidades temáticas N1.BR	133
Figura 5: Unidades temáticas N2.IT	134

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Pistas textuais: aspectos positivos e negativos de Marielle Franco	98
Quadro 2: Cadeia referencial de anáforas diretas dos personagens da crônica “inimigo”....	99
Quadro 3: Notícias brasileira e italiana	127
Quadro 4: Numeração e cores das cadeias referenciais (CR)	131
Quadro 5: Siglas dos termos empregados na análise	131
Quadro 6: Unidades temáticas x esquemas N1.BR/N2.IT	134
Quadro 7: CR de N1.BR	137
Quadro 8: CR de N2.IT	158
Quadro 9: Valor axiológico CR1 – N1.BR/N2.IT	175
Quadro 10: Valor axiológico CR2 – N1.BR/N2.IT	175
Quadro 11: Valor axiológico CR3 – N1.BR/N2.IT	179
Quadro 12: Valor axiológico CR4 – N1.BR/N2.IT	181
Quadro 13: Panorama comparativo das estratégias efetivadas em N1.BR e N2.IT	182

LISTA DE SIGLAS

AD	Anáfora Direta
AE	Anáfora Encapsuladora
AI	Anáfora Indireta
CR	Cadeia Referencial
DP	Dêixis Pessoal
DT	Dêixis Temporal
OD	Objeto de Discurso
PT	Pista Textual
UT	Unidade Temática
LT	Linguística de Texto
N1.BR	Notícia Brasileira
N2.IT	Notícia Italiana
SNAP	Survivors Network of those Abused by Priests
CIASE	Comissão Independente sobre Abusos Sexuais na Igreja
CRIN	Child Rights International Network

SINOPSE

Análise textual-discursiva da construção sociocognitiva de diferentes cadeias referenciais e sua interação no discurso noticioso italiano e português, sob a temática dos casos de pedofilia na Igreja Católica, à luz dos pressupostos teóricos da Linguística de Texto.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1. LINGÜÍSTICA DE TEXTO	29
1.1. Percursos e panorama	29
1.2. Linguagem e interação: perspectiva textual-argumentativa	35
2. GÊNEROS TEXTUAIS	39
2.1 Gêneros: um fenômeno de múltiplos olhares	39
2.2. Gênero textual: notícia	50
2.2.1. A estrutura da notícia	50
2.2.2. Os efeitos de verdade, objetividade e neutralidade no gênero notícia	56
3. REFERENCIAÇÃO: PROCESSO SOCIOCOGNITIVO INTERACIONAL	62
3.1. Construção processual dos objetos de discurso (OD)	62
3.2. Processos referenciais	68
3.2.1. Concepções tradicionais	68
3.2.2. Processos anafóricos	75
3.2.3. Processos dêiticos	87
3.3. Pistas textuais	91
3.4. Cadeia referencial	102
4. PEDOFILIA E IGREJA CATÓLICA	112
5. METODOLOGIA	126
6. ANÁLISE	136
6.1. Análise 1: N1.BR/DIÁRIO DE PERNAMBUCO – Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual	136
6.1.1. UT1 – Abuso sexual envolvendo o religioso (manchete)	138
6.1.2. UT2 - Padre Pedro Leandro Ricardo é acusado de abusado sexual por coroinhas (lead)	141
6.1.3. UT3 - Vaticano reforça investigação e promove encontro inédito sobre abuso sexual na Igreja	145
6.1.4. UT4 - Papa Francisco lidera encontro inédito com foco na proteção de menores e na responsabilidade dos bispos e expulsa cardeal americano	148
6.1.5. UT5 - Expectativas do encontro: definir normas de proteção às vítimas e responsabilizar abusadores e cúmplices na Igreja	154

6.2. Análise 2: N2.IT/LA REPUBBLICA – Padres pedófilos, religiosos: “Baixamos a cabeça de vergonha	157
6.2.1. UT1 - Religiosos declaram reconhecer sua culpa em protocolo de abertura da conferência sobre pedofilia (manchete e subtítulo)	160
6.2.2. UT2 - Religiosos reconhecem, diante de líderes eclesiásticos de todo o mundo, que os abusos ocorreram em suas próprias Congregações e Ordens (lead)	163
6.2.3. UT3 - Religiosos apontam outros tipos de abusos com os quais se deparam em sua atividade como cristãos	166
6.2.4. UT4 - Religiosos reconhecem a extensão temporal dos crimes e a dor imposta às vítimas, assim como o caráter manipulador dos pedófilos	169
6.2.5. Religiosos esperam que o encontro promova transparência e novos avanços e declaram que o combate ao abuso é inegociável	172
6.3. Análise comparativa	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
ANEXOS	207

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, os abusos sexuais cometidos contra crianças e adolescentes na Igreja Católica permaneceram ocultos, ignorados e/ou silenciados por membros da própria instituição. Além disso, parece existir uma espécie de “acordo” tácito, entre os participantes da comunidade cristã, de não falar sobre o assunto ou discutir o problema, conforme a gravidade dos fatos exige. No entanto, desde o início do século XXI, esses crimes ultrapassaram os muros da Igreja, causando uma indignação crescente, não apenas entre não católicos, como também entre membros católicos (eclesiásticos e/ou leigos) que não compactuam com esses crimes. De acordo com o Papa Francisco, na Carta¹ enviada à comunidade cristã, em agosto de 2018, os abusos sexuais geram “profundas feridas de dor e impotência, em primeiro lugar nas vítimas, mas também em suas famílias e na inteira comunidade, tanto entre os crentes como entre os não-crentes”.

Os escândalos de abuso sexual contra menores vêm colocando em xeque a credibilidade da instituição que não tem enfrentado esses crimes, conforme se esperaria de seus líderes diante da gravidade e da importância dos fatos denunciados. Na Carta, o próprio Papa Francisco admite: “assumimos que não soubemos estar onde deveríamos estar, que não agimos a tempo para reconhecer a dimensão e a gravidade do dano que estava sendo causado em tantas vidas”. Diante desse drama, existem inúmeras denúncias de que esses crimes sejam acobertados e/ou negligenciados por alguns membros da Igreja, conforme divulgado amplamente em diversos veículos de notícia em vários países.

Nesse cenário, cada vez mais a atitude e a responsabilidade da hierarquia católica têm sido alvo de questionamentos, seja em filmes, reportagens, artigos de opinião ou notícias. Em 2016, *Spotlight: segredos revelados*, cujo tema aborda casos de abusos sexuais na Igreja Católica, ganhou o Oscar de melhor filme. Outras obras cinematográficas também trazem esta mesma temática, como *Mea maxima culpa: silence in the house of God* (2012) e *O clube* (2015). A recorrência progressiva desses temas, tanto no meio artístico, como nos noticiários, demonstra que esses fatos vêm chamando a atenção de crentes e não crentes, não só para o ato em si, mas também para o grande número de vítimas, conforme, por exemplo, uma investigação de abusos de dezenas de milhares de crianças dentro da Igreja Católica holandesa entre 1945 e

¹ Disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2018/documents/papa-francesco_20180820_lettera-popolo-didio.html Acesso em: 02 jan. 2020.

2010, noticiada no *site* do *G1*² em 2011. Não apenas as notícias apontam esta triste realidade, mas também inúmeros relatórios, realizados por comissões independentes, em vários países, corroboram a ocorrência sistemática de atos criminosos cometidos por religiosos católicos. É o caso, por exemplo, do relatório “Sexual Violence in the Catholic Church France 1950 – 2020”³ que fornece uma noção da extensão dos crimes sexuais sistemáticos e institucionalizados na Igreja Católica Francesa. Portanto, a Instituição Católica encontra-se, hoje, no centro de uma grande polêmica mundial e crise religiosa. Como consequência, a sociedade em geral precisa ter mais consciência deste problema que atinge crianças inocentes e seus familiares, assim como exigir mais respostas, investigações e punições, para esses crimes. Nesta direção, nosso trabalho pretende trazer uma contribuição, além de linguística, também social, lançando luz sobre este silencioso drama vivenciado por vítimas no mundo todo.

Os abusos sexuais cometidos por religiosos não são recentes, remontam a décadas passadas, porém as denúncias cresceram muito nos últimos anos, exigindo uma tomada de atitude do líder anterior da Igreja, o Papa Francisco e, também agora, do atual, Papa Leão XIV. No início de 2019, o Vaticano realizou uma cúpula inédita sobre pedofilia, convocada pelo Papa Francisco, prometendo providências e ações mais efetivas contra os abusos sexuais cometidos por religiosos. Em contrapartida, as vítimas cobram um posicionamento mais urgente e rigoroso da Igreja Católica, conforme o SNAP⁴ (Survivors Network of those Abused by Priests). Muitas alegam que há um protecionismo dos abusadores por parte de líderes da Igreja. Acredita-se que essas autoridades eclesásticas estariam acobertando essas violências ou, em muitos casos, quando denunciados, limitando-se a transferir o religioso para outra comunidade, porém acabariam cometendo os mesmos crimes com outras crianças ou adolescentes.

Além desses fatos, questiona-se que, durante muito tempo, a Igreja lidou com essas questões apenas como um problema moral ou espiritual, bastando, para resolvê-lo, um acompanhamento espiritual ou a simples transferência do religioso de paróquia. Somente após o reconhecimento de sua dimensão psicológica foi criado um programa para tratamento de distúrbios psicosssexuais, incluindo abuso de menores, conforme reportagem publicada na *Super Interessante*⁵.

² Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/12/milhares-de-menores-sofreram-abusos-sexuais-na-igreja-catolica-da-holanda.html>. Acesso em: 05 fev. 2020.

³ Disponível em: <https://www.ciase.fr/wordpress/wp-content/uploads/CIASE-Summary-of-the-Final-Report-5-october-2021.pdf>. Acesso em: 05 set. 2025.

⁴ Disponível em: <https://www.snapnetwork.org/>. Acesso em: 07 set. 2025.

⁵ Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/padrespecados-santos/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

Algumas medidas já foram tomadas em resposta ao clamor dos que sofreram abusos sexuais, seja afastando alguns religiosos de suas funções, seja indenizando as vítimas ou condenando os abusadores pela justiça comum. É o caso do ex-cardeal americano Theodore Mccarrick, acusado por abusos sexuais, praticados há quase meio século, tratando-se da primeira vez que um cardeal é reduzido ao estado laico por tais motivos. A Igreja Católica também vem recebendo sanções para o pagamento de indenizações às vítimas desse crime. Em 2007, conforme noticiado em vários *sites* de notícia, a arquidiocese de Los Angeles fez um acordo para o pagamento de seiscentos e sessenta milhões de dólares para 500 vítimas⁶. Esse ressarcimento apenas ameniza os graves danos causados às vítimas e aos seus familiares, porém não restitui a inocência roubada dessas crianças, prejuízo que, possivelmente, terá reflexos em sua vida adulta.

Com a exposição crescente dos crimes sexuais, os escândalos de pedofilia têm tido cada vez mais repercussão no mundo inteiro e as mídias digitais vêm cumprindo o papel de disseminar amplamente tais fatos noticiosos. Desse modo, neste contexto de revelações, de denúncias e de investigações, é que se insere esta Tese de Doutorado. Assim, escolhemos notícias, principalmente, por se tratar de um gênero que transmite não apenas informações, mas também pontos de vista que podem emergir do discurso jornalístico (Bastos, 2018). Além disso, a facilidade de acesso às notícias no ambiente digital motivou também a nossa escolha. Determinado o material de análise, utilizaremos a referenciação como recurso linguístico capaz de conduzir argumentativamente os sentidos pretendidos, com base nos princípios da Linguística de Texto (LT)

Com este objetivo em mente, tomaremos como base estudos recentes sobre referenciação (Morais, 2017; Bastos, 2018; Seara; Santos, 2019; Castanheira, 2020; Barbalho, 2022; Lourenço, 2023) e os avanços no âmbito da LT acerca dos processos referenciais, a partir de uma abordagem sociocognitiva e interacional da linguagem (Koch; Marcuschi, 1998; Marcuschi, 2008; Koch, 2011[1997]; Koch, 2012[2005]; Santos; Cavalcante, 2012, 2014; Cavalcante *et al.*, 2020, 2022). Esta perspectiva teórica concebe o texto, atualmente, como espaço de interação para o qual convergem “intencionalidades, pontos de vista, e informações percebidas pelos usuários da língua conforme conhecimentos partilhados” (Santos; Cavalcante, 2014). Desse modo, a produção e a compreensão de um texto não se restringem apenas à troca

6

Disponível

em:

http://www.archivioradiovaticana.va/storico/2007/07/17/archidiocese_de_los_angeles_faz_acordo_para_ressarcimento_de_v%C3%ADtimas/bra-145062. Acesso em: 02 jan. 2020.

de informações e conteúdos prontos, mas alinham-se à visão de que os sentidos do texto vão se construindo e reconstruindo pelos atores sociais, conforme os diferentes objetivos pretendidos na ação comunicativa. Sob esta perspectiva processual de produção de sentido, as estratégias de referenciação, como fenômeno ligado ao texto e responsável pela sua arquitetura textual e argumentativa, encontram-se no cerne desta Tese.

Os estudos sobre referenciação têm sido um forte aliado para o entendimento do caráter dinâmico do processo de (re)construção de objetos de discurso (OD) que estão em constante evolução e transformação em função das especificidades de cada situação de interação e intencionalidade dos interactantes. Por isso, consideramos que os OD não se confundem com os objetos do mundo, porque não espelham uma realidade pronta e acabada, ao contrário, são entidades discursivas manipuladas por sujeitos sociais na arena discursiva, na qual ocorre a negociação de sentidos entre os participantes do jogo comunicativo (Mondada; Dubois, 2015[2003]).

Com estes entendimentos, selecionamos duas notícias, uma brasileira e outra italiana, para um estudo de caso, sem a pretensão de tecer generalizações, sobre casos de pedofilia na Igreja Católica, publicadas em fevereiro de 2019, mês em que ocorreu o primeiro encontro, no Vaticano, com líderes religiosos, para tratar desse crime. Esta conferência aconteceu entre os dias 21 e 24 de fevereiro de 2019, convocada pelo Papa Francisco. Buscamos, assim, selecionar um par de notícias do mesmo período: “Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual”/*Diário de Pernambuco*, publicada em 20 de fevereiro de 2019, e “Prete pedofili, religiosi: ‘Abbassiamo il capo per la vergogna’”⁷ /*La Repubblica*, no dia 19 de fevereiro de 2019.

A escolha da notícia brasileira e italiana foi motivada por serem países de maioria católica. De acordo com o Anuário Pontifício⁸ 2025, o Brasil continua sendo o país com a maior população católica no mundo com 182 milhões de católicos. Com dimensões continentais, o país abriga um número considerável de religiosos católicos com um quantitativo de 27 mil sacerdotes atuando em 111 mil igrejas, de acordo com Gusmão e Braga (2023). Já, na Itália, a incidência de católicos é superior a 90% da população atual. Neste país, encontra-se a sede da Igreja Católica, ocupada pelo seu principal líder. Portanto, com base em Koch (2014, p. 48), segundo a qual, “interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o

⁷ “Padres pedófilos, religiosos: ‘Baixamos a cabeça de vergonha’”. Tradução nossa.

⁸ Disponível em: <https://www.annuariopontificio.catholic/>. Acesso em: 16 dez. 2025.

entorno físico, social e cultural”, acreditamos, que estas conjunturas podem exercer influência sobre o cotidiano, a vida social, cultural e religiosa de católicos e não católicos. Como consequência dessas relações, as notícias podem refletir esses contextos sociocognitivos.

Ao conceber a referenciação como um fenômeno linguístico-textual de caráter processual, devemos considerar que as escolhas dos falantes, para retomar um elemento no texto, contribuem para seu projeto de dizer. Assim, elos referenciais vão compondo a tessitura textual e a própria unidade de coerência do texto que não se estabelece apenas “pelo que está explícito no contexto, senão também pelo que se encontra implícito na memória discursiva” (Cavalcante, 2011, p. 59). Esta tessitura de elos referenciais ou cadeia referencial é o alvo de nossa investigação. Pretendemos analisar quatro cadeias referenciais diferentes e as pistas textuais que as constituem, para verificar como colaboram para orientação de sentido em cada notícia/país, a partir do mesmo fato noticioso: os casos de pedofilia na Igreja Católica. Com este interesse, selecionamos quatro OD e suas respectivas cadeias referenciais (CR), nas duas notícias: (i) pedofilia; (ii) abusador; (iii) vítimas e (iv) Igreja, relacionados pela temática das notícias, para serem analisados nas duas notícias.

À vista disso, nossa investigação tem um caráter comparativo qualitativo, ou seja, demonstramos como cada jornal/país aborda a questão da pedofilia na Igreja Católica. Nesse sentido, realizaremos a comparação das duas notícias, publicadas uma no Brasil e outra na Itália, a partir das quatro CR (pedofilia, abusador, vítimas e Igreja), para verificar como cada notícia estabelece o sentido pretendido por seus locutores. Primeiro procederemos à análise qualitativa das duas notícias separadamente. Posteriormente faremos um cotejo entre as duas notícias de cunho qualitativo e analisaremos o teor axiológico das expressões referenciais que constituem cada CR, nas duas notícias, com o objetivo de perceber possíveis efeitos de subjetividade.

Sob esta ótica, elaboramos as seguintes perguntas de pesquisa:

- (1) Como a associação de diferentes cadeias referenciais e a sobreposição de diferentes processos referenciais podem contribuir para a orientação de sentido e a arquitetura argumentativa em cada notícia?
- (2) As cadeias referenciais, formadas a partir de diferentes OD, podem revelar diferentes pontos de vista sobre o mesmo fato noticioso, em função das diferenças do entorno sociocognitivo-cultural em duas notícias: uma brasileira e uma italiana?

Com base nestes questionamentos apresentados, elaboramos as seguintes hipóteses:

- (1) A associação de diferentes cadeias referenciais – e não apenas cada uma em particular – colabora de modo estratégico para orientação argumentativa, conforme o projeto de dizer do locutor, em cada mídia.
- (2) Os diferentes contextos sociocognitivo-culturais podem influenciar como as cadeias referenciais se relacionam e constroem o sentido das duas notícias, em relação às quatro CR.

Considerando nossas perguntas de pesquisa e hipóteses, temos como objetivo geral: comparar notícias sobre os casos de pedofilia na Igreja Católica, em mídias digitais brasileira e italiana, identificando as cadeias referenciais: (i) pedofilia, (ii) vítimas, (iii) abusador e (iv) Igreja. Além disso, pretendemos alcançar os seguintes objetivos específicos:

- (1) Verificar de que modo as cadeias referenciais construídas a partir de diferentes OD se relacionam, orientam o sentido, e contribuem para o agenciamento de diferentes ângulos das entidades discursivas no gênero notícia.
- (2) Verificar como as pistas textuais que constituem as CR contribuem para construção do sentido pretendido e para o processo de recategorização das CR.

Diante do exposto, esperamos que esta Tese contribua para ampliar as discussões no campo social e no campo linguístico. Acreditamos que nossa pesquisa cumpre um importante papel social por tratar de um tema tão espinhoso para a Igreja e tão traumático para as vítimas de pedofilia. As vítimas desses casos ainda sofrem muito, seja pela invisibilidade dos dramas vividos, seja pela própria vulnerabilidade na condição de crianças, seja pela luta contra um poder constituído e institucionalizado como é o da Igreja Católica no mundo todo. No Brasil, esta realidade ainda é mais dura, pois, além das raras aparições desses casos nas mídias brasileiras, até pouco tempo não tínhamos ainda uma visão da extensão desse problema na Igreja Católica brasileira. Somente em 2023 foi publicado um dossiê inédito sobre casos de pedofilia envolvendo religiosos brasileiros, escrito pelos experientes jornalistas Fábio Gusmão e Giampolo Morgado Braga.

Esta condição brasileira destoa de países da América do Norte e da Europa, por exemplo, que já vêm fazendo um mapeamento desses casos em suas igrejas, servindo como ponto de partida para ações que combatam estes crimes. Portanto, este tema envolve muitos tabus, sombras e traumas. Sendo assim, esperamos que a nossa pesquisa ajude a conscientizar a sociedade em geral e a lançar mais luz sobre este assunto, revelando o sofrimento recluso dessas vítimas e a face de religiosos que cometem estes crimes e se escondem atrás da batina.

Do ponto de vista linguístico, a LT, sob a ótica sociocognitiva e interacional da linguagem, vem aprofundando as análises do texto em diferentes práticas discursivas situadas. No campo da referenciação, temos recebido inestimáveis contribuições de pesquisas (Colamarco, 2014; Morais, 2017; Bastos, 2018; Silva, 2019; Souza, 2019; Castanheira, 2020; Barbalho, 2022; Vieira-Correia, 2026) que têm analisado esse fenômeno pelo prisma textual-discursivo. Assim, a partir de um tema polêmico e comum aos dois jornais, confrontando os pontos de vistas de cada jornal/país, propomos uma análise que integre diferentes cadeias referenciais em uma perspectiva diferenciada de trabalhos que costumam analisar uma cadeia referencial por vez. Esta análise ampliada relaciona alguns aspectos que acabam ficando em segundo plano nas análises, como as pistas textuais, a sobreposição de processos referenciais e as possibilidades de interferência ou interdependência entre as cadeias (Barbalho, 2022).

Além disso, a integração entre diferentes cadeias pode apontar direcionamentos discursivos que a análise de apenas uma cadeia referencial não daria conta, principalmente, quando compreendidas pela ótica do gênero de ocorrência, do tema, dos interlocutores, enfim dos vários condicionamentos sociocognitivos interacionais envolvidos. Fique, portanto, claro que não propomos apenas um modelo de análise, mas uma visão heurística da construção referencial que proporcione uma análise mais inclusiva dos diversos fatores que participam da produção e recepção de textos. Esperamos que este modo de análise, concretizado em uma situação comunicativa específica, possa contribuir para pesquisas futuras, demonstrando como o entrecruzamento de cadeias se comporta nos diferentes gêneros que circulam em nossa sociedade e como contribuem para uma construção global de sentido.

Para melhor expor os conteúdos apresentados, nesta Tese, organizamos o texto do seguinte modo: no capítulo “Linguística de Texto”, traçamos um panorama da evolução teórica dos estudos linguísticos até os dias atuais. No capítulo “Gêneros Textuais”, apresentamos uma concepção social de gênero. Já o capítulo “Referenciação: Processo Sociocognitivo Interacional” parte de visões mais tradicionais a respeito da referenciação em direção a concepções atuais que ressignificam o conceito de cadeia referencial e atualizam a importância das pistas textuais em uma perspectiva global de construção e orientação de sentido. Em seguida o capítulo “Pedofilia e Igreja Católica” trata da forma como a Igreja vem lidando com os casos de pedofilia perpetrados por religiosos no Brasil e em outros países. Na sequência, na “Metodologia” explicitamos o nosso itinerário metodológico e os objetivos que tornam nossa análise mais eficaz e produtiva. Na “Análise”, com base em um estudo de caso, sondamos duas notícias *online*, publicadas em países distintos (Brasil e Itália), que abordam a temática dos

casos de pedofilia na Igreja Católica. Nessa perspectiva, procedemos a uma análise qualitativa da interação de diferentes cadeias referenciais em cada jornal/país, verificando como a construção de sentido sob a ótica da referenciação interfere na condução argumentativa dos textos. Posteriormente, analisamos as duas notícias, do ponto de vista contrastivo, estabelecendo semelhanças e diferenças no emprego de estratégias referenciais, conforme o sentido pretendido de cada texto. Por fim, apresentamos as “Referências bibliográficas” e os “Anexos”.

Portanto, nossa pesquisa pretende acrescentar novas nuances sob a construção referencial, tendo em vista um olhar mais integrativo e holístico das cadeias referenciais, e seus direcionamentos argumentativos.

1. LINGÜÍSTICA DE TEXTO

1.1. Percursos e panorama

Para ter uma visão mais acurada das concepções adotadas e defendidas pela Linguística de Texto (doravante LT), em seu estágio atual, é importante compreender sua rica e frutífera caminhada permeada de discussões teóricas e transformações significativas. A LT passou por três fases marcantes: (i) análise interfrástica e gramática de texto; (ii) virada pragmática e, posteriormente, virada cognitiva, rompendo com alguns paradigmas vigentes, a partir de meados do século XX; (iii) perspectiva sociocognitiva e interacional. Aliás, o início do século XX registrou também uma mudança de visões teóricas em relação à linguagem, concepções de base histórica e comparativa, interrompendo uma trajetória que durava desde o século XVII, abrindo espaço para novas tendências teóricas. Nesse contexto, Saussure, com a publicação de seu *Curso de linguística geral*, em 1916, inaugurou um novo momento na história da Linguística, voltando seu olhar para a estrutura da língua. Sendo assim, o século XIX foi marcado por uma preocupação com as transformações da língua em uma perspectiva diacrônica, enquanto o início do século XX registrou um interesse pelo funcionamento da língua em um determinado momento da história. É neste cenário que a LT começa a se construir como uma disciplina autônoma, a partir da década de 1960. Desse modo, cumpre situar a LT nestes três momentos que consolidaram seu objeto de estudo – o texto –, e sua base teórica. Este panorama histórico do surgimento e do desenvolvimento da LT também justifica-se, pois a noção de língua e de texto assumida nesta Tese depende, sem dúvida, da tradição desses estudos.

Anteriormente à década de 1960, sob influência da visão estruturalista, a língua era analisada como um código e um sistema de signos, com função puramente informativa. Não faziam parte do projeto saussuriano preocupações com o funcionamento discursivo da língua, hoje considerado central nos estudos linguísticos. Tal como dizia Marcuschi (2012[1983], p. 11), “as pesquisas linguísticas tinham como limite o estudo da frase – fonologia, morfologia e sintaxe frasal –, desconhecendo os aspectos semânticos e contextuais em diferentes situações de comunicação”.

A LT surgiu neste contexto, a partir de discussões iniciadas na Europa, mais especificamente na Alemanha, com as quais Koch, Marcuschi, Fávero, Travaglia, entre outros

pesquisadores, estabeleceram uma intensa interlocução com esses estudos, delineando as bases teóricas desta ciência tal como é conhecida hoje, especialmente no Brasil.

Nesta fase inicial da LT, buscava-se ultrapassar os limites da frase, uma vez que não nos comunicamos por frases ou morfemas isolados (Marcuschi, 2012[1983]). A preocupação da LT, neste momento, voltava-se para a necessidade de estabelecer uma relação entre as frases e os períodos, de modo a construir uma unidade de sentido. Esta perspectiva é ratificada nas palavras de Koch (1977, p. 68): “tentou-se, então, encontrar regras para o encadeamento de sentenças, a partir dos métodos até então utilizados na análise sentencial, procurando ampliá-los para dar conta de pares ou sequências maiores de frases”.

Como consequência desta postura teórica, o significado de texto passou a ser definido como “uma sequência coerente de sentenças” e “uma sequência pronominal ininterrupta” (Marcuschi, 2012[1983]). No entanto, na gênese dos estudos da LT, essa tentativa de definir o conceito de texto já se mostrava problemática, visto que o termo “sequência” não é uma condição necessária para considerar um texto como tal. Dito de outro modo, há textos constituídos por uma sentença apenas e até mesmo por uma única palavra.

Dentro destas concepções, buscou-se explicar as relações estabelecidas entre os elementos no texto, entre enunciados, principalmente, os casos com ausência de conectores, assim como a articulação tema-rema, dentre outros. Entre essas relações, destaca-se especialmente a correferência como importante fator de coesão textual. Nesse momento, as relações referenciais restringiam-se às retomadas anafóricas e catafóricas. Por outro lado, de acordo com Koch (2022[2004]), os processos remissivos não correferenciais, como anáforas associativas e indiretas, dêixis textual, ainda eram pouco observados. Também eram pouco mencionados os casos de anáforas que retomavam porções textuais. No entanto, esses fenômenos, que inicialmente não foram tão focalizados, hoje ocupam um importante espaço nos estudos da LT.

Ainda nesta primeira fase da LT, o texto deixa de ser visto como uma unidade linguística, com preocupações meramente estruturais e formais, e passa a ser concebido como uma unidade comunicativa, tomando por base critérios mais amplos que o linguístico. Desse modo, passou-se a defender que todo falante de uma língua tem uma competência textual para além da competência linguística, noção de base chomskyana, que o permite distinguir um texto coerente de um incoerente. Conforme Fávero e Koch (2012[1983], p. 19), “são estas habilidades do usuário da língua que justificam a construção de uma gramática textual”.

Tendo isto em vista, Koch (2022[2004], p. 21) aponta três objetivos básicos de uma gramática de texto: “verificar o que faz com que um texto seja um texto”, “levantar critérios para a delimitação de textos” e “diferenciar as várias espécies de textos”. No entanto, tamanho empreendimento poderia resultar em simplificações ou complexificações de regras de formação que abrigassem todos os textos de uma língua. Além disso, a centralidade na boa formação de sentença como critério para a boa formação de texto implicaria uma revisão das noções de coesão e coerência. Isto porque a coerência ou a continuidade de um texto não se restringe ao “nível das relações entre os constituintes linguísticos, como se o texto fosse um simples processo de geração linear de sequências conjugadas” (Marcuschi, 2012[1983], p. 54).

Diante do exposto, podemos concluir que, em um primeiro momento, houve um esforço para superar os limites da frase, preparando o terreno para a construção de uma gramática textual. Por um lado, verificou-se que a coesão é um princípio constitutivo do texto, porém não suficiente nem necessária para considerar um texto como tal, tampouco a coerência de um texto ocorre apenas na relação entre os constituintes linguísticos. Com efeito, a construção de uma teoria geral que fosse aplicável a todos os textos de uma dada língua mostrou-se problemática e ineficaz, assim como a tentativa de aplicar ao texto as mesmas categorias gramaticais usadas para a análise da frase.

Não demorou muito para os linguistas perceberem que esses estudos deixaram de lado aspectos importantes para a comunicação/interação humana, como as intenções comunicativas e sociais dos falantes, os propósitos comunicativos, a situação comunicativa e os parceiros envolvidos na comunicação. Esse novo olhar sofreu forte influência dos pressupostos da Teoria dos Atos de Fala, da Teoria da Atividade Verbal e da Teoria da Enunciação.

As contribuições trazidas por essas teorias redimensionaram as pesquisas no campo da LT, em meados da década de 1970, e marcaram uma fase importante desses estudos, conhecida como virada pragmática. De forma ampla, podemos dizer que tais concepções apontam para a visão de linguagem “como forma de atividade e, assim sendo, deve ser encarada como uma atividade em geral, e, mais especificamente, como uma atividade humana” (Koch, 2011[1997], p. 15). Desta forma, busca-se verificar como se consegue interagir socialmente por meio da linguagem, vista não só como atividade do ser humano, mas também como ação intersubjetiva, priorizando-se, assim, os parceiros da comunicação. Para que este objetivo seja alcançado, além de fatores linguísticos, deve ser considerada uma série de fatores de ordem pragmática e enunciativa, isto porque “a enunciação é sempre movida por uma intenção de atingir determinado objetivo ilocucional” (Koch, 2022[2004], p. 30).

Diante desse interesse, na trilha de Beaugrande e Dressler (1981), é importante levar em conta a atitude do usuário como um dos critérios de textualidade, pois, conforme Koch (2011[1997], p. 21), “para que uma manifestação linguística constitua um texto, é necessário que haja a intenção do produtor de apresentá-la – e a dos parceiros de aceitá-la como tal –, em uma situação de comunicação determinada”. Nessa perspectiva, cabe ao ouvinte/leitor atuar sobre o material linguístico, não mais como uma simples decodificação dos signos linguísticos, mas procurando seguir as “marcas” linguísticas da enunciação, deixadas pelo enunciador para revelar seu propósito comunicativo. Não só isso, mas também associar outros aspectos interacionais relacionados ao contexto, visto em sentido mais amplo, como conhecimentos de mundo e conhecimentos partilhados.

Um importante passo foi dado, nesse momento, inserindo questões de ordem pragmática aos estudos da LT. Assim, o texto deixa de ser visto como um produto acabado e passa a ser considerado no seu processo de produção e recepção pelos parceiros da comunicação. Podemos inferir que, do ponto de vista da compreensão ou interpretação, o receptor do texto de modo algum configura-se em um sujeito passivo; pelo contrário, como afirma Koch (2010[1993], p. 25, grifo da autora), “o sentido é construído na *interlocução*, no interior da qual os interlocutores se constituem e são constituídos”. De maneira semelhante, a coerência, até então vista como uma propriedade do texto, passa a ser construída pelos interlocutores, considerando também aspectos cognitivos, situacionais, socioculturais e interacionais envolvidos em uma dada situação comunicativa.

A partir do diálogo com outros campos teóricos da linguagem, a LT vai avançando em seus estudos sobre seu objeto central: o texto. Não foi diferente com a chegada de concepções cognitivas que, aos poucos, foram acrescentando novas perspectivas aos seus estudos, especialmente no início da década de 1980. Consequentemente, as reflexões teóricas distanciavam-se cada vez mais de uma análise fundada em métodos estruturais, contudo, defendem Fávero e Koch (2012 [1983], p. 30) que foram “os conhecimentos resultantes da análise semântico-sintática de frases que fortaleceram a convicção geral da necessidade de ultrapassar os limites destas, passando-se, assim, a uma linguística textual”.

Em virtude desses novos rumos, enfatizaram-se as operações de ordem cognitiva, conceitos decorrentes da Inteligência Artificial e/ou Psicologia da Cognição. Assim, segundo Koch (2022[2004], p. 34), o texto

passa a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos

diversos tipos de atividade da vida social e têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso.

Nesta direção, passou-se a entender que os sujeitos envolvidos, em uma dada situação comunicativa, acionam diversos conhecimentos e experiências vivenciados em sociedade, compreendidos como modelos cognitivos, *frames*, *scripts*, modelos episódicos etc., armazenados em sua memória, que serão fundamentais para motivação, estabelecimento de metas e estratégias de produção e compreensão de textos. Esses processos cognitivos, isto é, “elementos radicados num nível cognitivo que não se explicitam textualmente”, encerram diversos sistemas de conhecimento, tomados como modelos procedurais que são ativados por ocasião do processamento textual (Lima; Feltes, 2013, p. 37).

Para efeito de ilustração, três grandes sistemas de conhecimento são acionados pelos interlocutores no momento da interação: o linguístico, o enciclopédico e o interacional. O primeiro é “responsável, por exemplo, pela organização do material linguístico na superfície textual”, o segundo “é aquele que se encontra armazenado na memória de cada indivíduo” e o terceiro “é o conhecimento sobre as ações verbais, isto é, sobre as formas de *inter-ação* através da linguagem” (Koch, 2011[1997], p. 32, grifo da autora). Tais conhecimentos englobam também outros saberes, como, por exemplo, o conhecimento ilocucional, comunicacional, entres outros. Esses conhecimentos atuam como modelos procedurais, isto é, procedimentos ou rotinas que integram diversos saberes colocados em prática no momento da interação. Desse modo, permitem, a partir de uma dada situação comunicativa, reconhecer os objetivos pretendidos na interação, identificar modelos textuais globais, levantar hipóteses, realizar inferências, evitar perturbações na comunicação, adequar a linguagem às diferentes situações enunciativas etc.

Diante de tal concepção, por ocasião do processamento textual, são mobilizadas diversas estratégias para garantir o sucesso da comunicação. Essas estratégias são processadas *on-line*, isto é, “os usuários da língua realizam simultaneamente, em vários níveis, passos, interpretativos finalisticamente orientados, efetivos, eficientes, flexíveis, tentativos e extremamente rápidos” (Koch, 2022[2004], p. 38). Assim, por exemplo, as estratégias cognitivas têm a função de facilitar o processamento textual. Um caso característico são as inferências que, a partir de uma informação dada, em certo contexto, permitem construir novas representações mentais, relacionando informações explícitas e implícitas no texto. Por outro lado, para evitar mal-entendidos na interação, são empregadas estratégias interacionais, como preservação das faces, grau de polidez etc. Por seu turno, as estratégias textuais, também

consideradas interacionais e cognitivas, estão relacionadas às escolhas textuais tendo em vista a produção de determinado sentido. Com esse intuito, são realizadas estratégias de organização da informação, de formulação, de referenciação, de balanceamento entre explícito e implícito.

Assim, com base nesses estudos, que as percepções, crenças, objetivos e conhecimento de mundo dos usuários da língua permitem a mobilização de estratégias em cada situação comunicativa. Podemos, ainda, afirmar que os participantes da interação estão em constante negociação, agindo de forma colaborativa com o objetivo do sucesso da comunicação verbal.

Os estudos sobre a relação entre texto e cognição, no campo da LT, ganham relevo na década de 1980, embora ainda influenciados por posições dicotômicas entre linguístico e extralinguístico, entre texto e contexto, entre corpo e mente, entre indivíduo e sociedade, como herança do estruturalismo e do cognitivismo clássico (Morato, 2017). No entanto, no Brasil, a perspectiva sociocognitiva interacional, disseminada, principalmente, por Marcuschi e Koch, grandes expoentes da agenda linguística, impulsiona um profícuo estudo que ecoa em muitas obras e discussões atuais.

Com isto em mente, a Linguística de Texto (LT), ao longo de sua trajetória, foi ampliando teórica e metodologicamente suas concepções acerca do seu objeto central: o texto. A partir dos anos de 1990, a LT assume uma perspectiva sociocognitiva interacionista, em que é revista a separação entre “exterioridade” e “interioridade”, entre corpo e mente, entre indivíduo e sociedade, concebidas como nítidas e estanques na visão cognitivista clássica. Como atesta Koch (2014, p. 18), esta separação “entre exterioridade e interioridade presente nas ciências cognitivas clássicas começou a ser questionada, sobretudo pela separação que se opera entre fenômenos mentais e sociais”. Desse modo, passaram a ser considerados aspectos sociais, culturais e interacionais como constitutivos do processamento cognitivo e não exclusivamente operações cognitivas realizadas por indivíduos, ou seja, importa entender a profunda relação entre esses aspectos e os fenômenos mentais, na esteira das práticas sociais. A cognição, nesse sentido, é concebida como fenômeno social e interacionalmente situada.

Esse deslocamento epistemológico colocou em evidência as noções de interação e contexto, como elementos cruciais para a relação entre texto e cognição. A visão interacionista, tem estado, de certo modo, presente nas discussões da LT desde quando, aproximadamente, o texto deixou de ser visto a partir de uma perspectiva puramente semântico-sintática. Entretanto, tem recebido, progressivamente, contornos mais específicos devido às demandas sociocognitivas de abordagem interacionista.

Com esse princípio em mente, a LT afasta-se de posições dualistas e passa incorporar a seus estudos uma concepção interacional (dialógica),

na qual os sujeitos são vistos como atores/construtores sociais, o texto passa a ser considerado o próprio *lugar* da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem constitui atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza, evidentemente, com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas que requer não apenas a mobilização de um vasto conjunto de saberes, mas também a sua reconstrução – bem como a dos próprios sujeitos – no momento da interação verbal (Koch, 2014, p. 21, grifo da autora).

Portanto, tais aspectos aludidos, relacionados à concepção de linguagem, na perspectiva da LT, atualmente são explicados de modo integrado nos processos de interpretação e produção de texto, considerando as condições discursivas, o contrato social, os papéis sociais, as motivações argumentativas, a negociação entre os participantes da interação. Desse modo, de acordo com Elias (2016, p. 192), o texto passa a ser visto como “uma entidade multifacetada”, e esta assertiva só é possível

quando consideramos que a linguagem é uma forma de interação e, como tal, seu uso é regido pela intenção, apontando para relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, determinadas reações verbais ou não verbais que esperamos provocar no nosso interlocutor etc.

Em consequência dessas visões, conforme completam Cavalcante *et al.* (2022), esses modos de textualização são, ao mesmo tempo, estratégicos, pois estão condicionados a intencionalidade dos sujeitos e devem ser observados em um contexto mais amplo. Tendo em vista este agir estratégico, na próxima seção, discorreremos sobre o caráter argumentativo da língua pelas lentes da LT.

1.2. Linguagem e interação: perspectiva textual-argumentativa

Com o desenvolvimento dos estudos acerca da dimensão sociointeracional da linguagem, surge um interesse especial sobre as escolhas linguísticas, determinadas estrategicamente a serviço de um querer dizer, por sujeitos que atuam em interação. De acordo com Cabral (2016), motivada pelos estudos da Semântica Argumentativa e da Linguística de Texto (LT), tendo em vista o fenômeno argumentativo, é preciso considerar três questões que perpassam este evento: o contexto enunciativo, as escolhas linguísticas e a organização textual (termos chave da LT). Para a autora, essas três categorias são capazes de dar conta da análise

do caráter argumentativo de textos, sejam eles textos primariamente argumentativos, sejam eles textos de visada argumentativa, isto é, aqueles que não assumem tal intenção. A pesquisadora salienta que as escolhas linguísticas não são operadas livremente, pois estão condicionadas ao contexto enunciativo do qual emergem conhecimentos sociais e crenças relativos aos participantes da interação e aos contextos específicos de uso da língua, socialmente situados, pelos quais se atinge determinado objetivo argumentativo. Portanto, para a autora, é a confluência destes três fatores que orientam argumentativamente a produção textual.

Já Cavalcante (2016) defende que as escolhas linguísticas não são totalmente limitadas pelas condições de comunicação. A autora ressalta que a LT considera a intencionalidade e o livre arbítrio dos sujeitos que agem sobre o seu dizer. É esta agentividade ou autonomia que possibilita ao locutor empregar diversos recursos para persuadir seu interlocutor. Sob este aspecto, Cavalcante (2016, p. 117) vê um ponto em comum entre a LT e os estudos da Teoria da Argumentação no Discurso, de Amossy, tecendo o seguinte comentário sobre a visão desta autora

tanto a situação enunciativa condiciona o sujeito, dando-lhes instruções de produção e de interpretação dos atos de linguagem, quanto, por outro lado, o sujeito influencia o contexto de interação, pois realiza escolhas livres pelas quais é plenamente responsável para decidir sobre o que é mais apropriado a seu projeto de dizer.

Elias (2016) destaca o caráter dialógico da argumentação, pois, segundo a autora, argumentar pressupõe intencionalidade e aceitabilidade. Sendo assim, de um lado, há um sujeito que, com seus argumentos, busca influenciar seu interlocutor e, de outro, o alvo desse intento, o interlocutor, que pode aceitar ou não a persuasão pretendida, demonstrando que não há passividade neste processo. Para Koch e Elias (2016, p.13), linguagem é interação, e seu uso é essencialmente argumentativo, pois “orientamos os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões com exclusões de outras”.

Fiorin (2017), assim como Elias (2016), defende que a orientação argumentativa deve ser entendida pelo prisma do funcionamento real do discurso. O autor aponta dois aspectos implicados no processo argumentativo que podem ser considerados: a organização das unidades discursivas transfrásticas e o caráter dialógico do discurso. No entanto, pontua que não se deve ficar limitado à microanálise linguística, mas servir-se das estruturas linguísticas internas do texto que ajudam a compor a construção argumentativa sem prescindir de sua natureza dialógica.

Por outra perspectiva, Cavalcante (2016) pondera como a LT, no Brasil, vem lidando com a questão da argumentação, mediante as diversas correntes teóricas que abordam o assunto.

Com efeito, a LT não se propõe a teorizar sobre tal fenômeno, uma vez que não é seu objetivo propor um aparato metodológico da argumentação. Na verdade, busca estabelecer pontes com algumas teorias que fundamentam as análises textuais da argumentação, como tem feito com a Teoria dos Blocos Semânticos (Cavalcante; Mesquita, 2011) e a Nova Retórica. De sua parte, a LT elege como escopo de análise diferentes estratégias textuais de que dispõe o locutor para influenciar seu interlocutor. Entre elas, podemos citar a escolha do gênero e a referenciação, como critérios analíticos, empregados, nesta Tese, que evidenciam a condução argumentativa dos locutores das notícias e os embates discursivos nos textos. Esta é a contribuição da LT para uma análise da argumentação nos discursos, segundo Cavalcante (2016, p. 118):

descrever e explicar as estratégias de colocar em texto (isto é, de textualizar) os propósitos dos interlocutores que agem em práticas discursivas convencionadas como gêneros do discurso. Neste sentido, penso que a LT muito tem a dizer sobre a discriminação de parâmetros de análise que não se restrinjam a marcas lexicais, morfossemânticas e sintáticas que indiquem a modalização no confronto de pontos de vista e nos embates interdiscursivos.

De acordo com o programa analítico da LT, os processos referenciais são ferramentas a serviço da argumentatividade, pois explicitam as intencionalidades dos sujeitos em interação, levando o outro a repensar pontos de vista. A referenciação é concebida como um processo sociocognitivo interacional e a construção de sentido dos objetos de discurso, cuja natureza é essencialmente instável, é negociada entre os participantes do jogo comunicativo. Sendo assim, “o sujeito age sobre o seu dizer, reelaborando-o a todo instante, negociando-o com os prováveis interlocutores (em seus papéis sociais), para atender a seus propósitos” (Cavalcante 2016, p. 116). Para Cavalcante *et al.* (2020, p. 133), “é precisamente nessa ação (de linguagem) para afetar o outro que reside o caráter argumentativo da construção da referência”.

Dentro de um conjunto mais amplo de condições discursivas e socioculturais, Cavalcante *et al.* (2020) advogam que é necessário ir além da visão que limita a retomada anafórica à simples operação de conexão pontual no texto. Ao contrário, este processo deve ser compreendido a partir de um contexto sócio-histórico, dentro de um contrato de comunicação estabelecido, para perceber uma série de desdobramentos que sustentam a atividade referencial e a atividade argumentativa. Tendo em vista a natureza não linear da referenciação e a complexidade do texto, os autores (2020, p. 139) concluem afirmando que

a transformação dos referentes se dá, portanto, mediante a imbricação de múltiplos fatores (linguagem verbal e outras semioses) e imateriais (condições discursivas, pragmáticas, interacionais), em uma configuração que atende a negociações argumentativas dentro do contrato comunicativo acordado na interação.

Além disso, é importante pontuar que, nesta Tese, com o objetivo de evidenciar e ampliar os horizontes do campo de ação das múltiplas possibilidades de construção de sentido, promovida pela referenciação, defendemos que o entrecruzamento de diferentes cadeias referenciais – portanto, não apenas a análise de uma cadeia referencial isolada –, interferem na condução argumentativa do texto, revelando o projeto de texto do locutor.

Para Amossy (2011, p. 131), todo discurso é argumentativo, no entanto a autora julga relevante descrever as modalidades da argumentação. Desse modo, distingue estratégia de persuasão da tendência de todo discurso orientar argumentativamente seu sentido. Assim,

No primeiro caso, o discurso manifesta uma intenção argumentativa: o discurso eleitoral ou o anúncio publicitário constituem exemplos flagrantes disso. No segundo caso, o discurso comporta, simplesmente, uma dimensão argumentativa (Amossy, 2006, p. 32-34): isso ocorre com a notícia de jornal, que se pretende neutra, com a conversa ou com uma grande parte das narrativas ficcionais.

Cavalcante *et al.* (2022, p. 102, grifo dos autores) concorda com os postulados defendidos por Amossy e reforça que “ao aceitarmos essa hipótese retórico-discursiva de Amossy dentro da linguística textual, assumimos, por consequência, que todo texto revela uma *dimensão argumentativa*”. Esta compatibilidade é possível, argumentam os autores, porque todas as formas de textualização como, por exemplo, a construção referencial, a intertextualidade, entre outros, sinalizam pontos de vista, atestando, desse modo, que a argumentatividade pode ser comprovada por critérios textuais, sendo assim um princípio constitutivo de qualquer texto.

Portanto, esta Tese está ancorada nos pressupostos da LT sobre o caráter argumentativo da linguagem. Desse modo, tendo em vista a perspectiva textual-argumentativa adotada em nossa pesquisa, partimos da noção dialógica inerente a construção argumentativa, fundada nas práticas comunicativas, e dos pontos de vista sinalizados pelas estratégias textual-discursivas.

2. GÊNEROS TEXTUAIS

2.1. Gêneros: um fenômeno de múltiplos olhares

Os gêneros textuais estão presentes, no nosso cotidiano, desde as formas mais simples de sua realização até as mais complexas, a depender das necessidades comunicativas e das (inter)ações que experienciamos como seres sociais. Funcionam como elementos balizadores, norteadores e organizadores de nossa inserção na sociedade, porque são parte integrante dela, tomando-se, assim, elementos indispensáveis para comunicação humana e para os estudos da linguagem, sobretudo aqueles que se interessam por seu aspecto sociocomunicativo e funcional.

Quando falamos de gêneros textuais, podemos considerar diferentes perspectivas teóricas que contribuem para análise e compreensão deste complexo fenômeno linguístico, tendo em vista seu caráter heterogêneo e fluido. Como afirma Marcuschi (2008, p. 151), “o estudo dos gêneros textuais é hoje uma fértil área interdisciplinar, com atenção especial para a linguagem em funcionamento e para as atividades culturais e sociais”. Segundo o autor, importa entender especialmente como eles se constituem nas/pelas práticas discursivas e como circulam socialmente, focalizando mais suas propriedades dinâmicas, processuais, históricas, culturais, socio-interacionais, cognitivas e menos suas propriedades exclusivamente linguísticas. Consequentemente, esta visão distancia-se de abordagens tradicionais cujos critérios de análise baseiam-se em uma noção de língua estanque e homogênea, representando, assim, um avanço nos estudos linguísticos.

Tendo em mente essas considerações mais gerais, tratamos, a seguir, de algumas das principais abordagens sobre gêneros que têm em comum o interesse social na compreensão deste fenômeno: (i) a visão de gêneros de Bakhtin, responsável pela fundamentação de vários estudos sobre gêneros, (ii) a Sociorretórica ou escola norte-americana, com as contribuições de Miller, Bazerman e Swales e (iii) o Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) ou escola de Genebra, com Schneuwly, Dolz e Bronckart.

Na esteira de Bakhtin (2006[1929]), toda interação verbal apresenta como premissa um componente psíquico e ideológico ambos socialmente dirigidos. Sob esta lógica, a atividade mental é fruto da ação mútua entre dois indivíduos socialmente organizados e não de um ato puramente individual ou interior entre um e outro, mas sempre de orientação social, embora, para o autor, a consciência individual, fato sócio-ideológico, esteja repleta de signos. Entretanto, “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, consequentemente, somente no processo de interação social” (Bakhtin, 2006[1929], p. 32). Disto decorre, que a enunciação é produto desta interação, na qual a palavra dirige-se a um interlocutor, em última análise, a uma coletividade, dentro de “um horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que

pertencemos” (Bakhtin, 2006[1929], p. 115). Nesta direção, Benveniste (2006[1976]) assegura que toda enunciação é uma alocação, logo supõe um alocutário. Ou seja, a enunciação, vista deste prisma, é “um ato que serve o propósito direto de unir o ouvinte ao locutor por algum laço de sentimento, social ou de outro tipo”, na qual a linguagem se manifesta como um modo de ação (Benveniste, 2006[1976], p. 90). Sendo assim, o diálogo que se estabelece entre o eu e o outro é concebido como uma realidade fundamental de toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja.

Esta atividade dialógica, na perspectiva do Círculo, refuta a tradicional lógica de um falante sem relação com os participantes da comunicação ou de um ouvinte que o compreende passivamente e alça a comunicação discursiva, antes subestimada, a uma ativa posição responsiva. Nesta realidade, o falante não só se empenha em tornar o seu discurso inteligível, como também espera uma resposta e uma reapreciação de seu ato comunicativo. Portanto,

toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução etc. (Bakhtin, 2011[1979], p. 272).

Além disso, dentro desta proposta dialógica, na esteira de Bakhtin (2011[1979]), o próprio falante é um respondente de discursos outros. Com bem observam Flores e Teixeira (2005, p 59, grifos dos autores),

para Bakhtin, não existe um objeto de discurso que já não seja dialógico, pois não há uma fala original. No dito co-existe o já-dito. A ideia de compreensão ativa é particularmente ilustrativa desse aspecto. A transmissão da palavra de outrem, como objeto de transmissão interessada, é sempre parcial. A consciência de si está sempre presente na consciência que o outro tem do locutor. O “eu para si” no qual subjaz o “eu para o outro” é, na verdade, a confirmação da tese de que as vozes constituem a consciência do sujeito e que este, por sua vez, fala a partir do discurso do outro, com o discurso do outro e para o discurso do outro. Na voz do sujeito está a consciência que o outro tem dele.

Sob tal orientação, constatamos que em toda comunicação discursiva há alternância de sujeitos. Esta relação dialógica é fundamental dentro da concepção bakhtiniana, pois a partir dela argumenta-se que no processo de comunicação o “eu” se constitui reflexivamente pelo reconhecimento do outro. Segundo Bakhtin (2011[1979]), por prolongamento, assim como ser significa interdependência, ou seja, eu me vejo no outro por meio de uma percepção que é recíproca, assim como a vida é dialógica por natureza, pois concordamos, interrogamos, respondemos, completamos etc.; o diálogo, como forma clássica de comunicação discursiva, também pressupõe alteridade. Resumidamente, “eu tomo consciência de mim e me torno eu

mesmo unicamente me revelando para o outro, através do outro e com o auxílio do outro. Os atos mais importantes, que constituem a autoconsciência, são determinados pela relação com outra consciência (com o tu)” (Bakhtin, 2011[1979], p. 341).

A interação verbal não pode ser compreendida fora de sua situação concreta de ocorrência. Consequentemente, “só se pode falar de fórmulas específicas, de estereótipos no discurso da vida cotidiana quando existem formas de vida em comum relativamente regularizadas, reforçadas pelo uso e pelas circunstâncias” (Bakhtin, 2006[1929], p. 128). Sendo assim, toda comunicação discursiva realiza-se por meio de determinadas formas de gênero, indispensáveis para a compreensão mútua. Servem a diferentes funções comunicativas, por isso apresentam-se de formas variadas, dada a multiplicidade de situações nas quais ocorrem, as posições sociais e as relações pessoais entre os participantes da comunicação.

Sobre essa base, Bakhtin (2011[1979], p. 262, grifo do autor) define gênero como “*tipos relativamente estáveis* de enunciados”. A ênfase no aspecto “relativamente estáveis” demonstra uma tendência bakhtiana a não se deter tanto em propriedades estritamente formais do gênero, mas, considerar a complexidade do fenômeno, atentando muito mais para seu caráter dinâmico, processual, interativo, cognitivo. Assim, sua constituição é marcada por forças “reguladoras” e renovadoras a cada situação social de interação. Esse posicionamento é compartilhado por muitos autores que analisam a língua a partir de seus princípios discursivos e enunciativos (Koch; Marcuschi, 1998; Koch, 2011[1997]), Marcuschi, 2000, 2008; Koch; Elias, 2016, entre outros). Com efeito, todo gênero é concebido a partir de uma instância de produção discursiva ou esferas da atividade humana, como a esfera do trabalho, a esfera íntima, a esfera artística, a esfera jornalística etc. Ou seja, o que institui um gênero é o seu vínculo com uma situação social de interação. De acordo com Rodrigues (2005, p. 165), esse campo de existência pode ser associado a noção de cronotopos, no sentido bakhtiano do termo, uma vez que implica “um horizonte espacial e temporal (qual esfera social, em que momento histórico, qual situação de interação), um horizonte temático e axiológico (qual o tema do gênero, qual a sua finalidade ideológico-discursiva) e uma concepção de autor e destinatário”.

Bakhtin (2011[1979], p. 266) defende que as condições específicas e as finalidades de cada esfera de circulação social geram “determinados tipos de enunciados estilísticos, temáticos e composicionais relativamente estáveis”. Todo gênero, de forma constitutiva e integrada, apresenta conteúdo verbal (tema), estilo verbal e construção composicional. São eles que, orientados pela interação verbal, em um tipo particular de situação social, dão o contorno formal e o acabamento da totalidade discursiva. Nesta direção, o tema manifesta-se em função do objetivo discursivo e finalidade discursiva. Por este ângulo, Fabiani (2013, p. 37), salienta que “ele é o elemento determinante na seleção do gênero pelo enunciador, uma vez

que, pelo tema, conseguimos deixar pistas ao nosso destinatário a respeito de nossas intenções discursivas”.

A composição, por sua vez, aponta para a organização textual, normalmente, associada às sequências textuais. Na visão bakhtiniana, cada esfera social apresenta uma função socioideológica particular e condições concretas específicas e, por sua parte, delinea a estrutura composicional de um gênero, dando-lhe o acabamento formal na tessitura do discurso. Entretanto, Machado (2005) faz uma alerta para que não incorramos em um reducionismo formal do gênero. Como exemplo dessa proposição, a autora explica que

embora se possam encontrar traços formais semelhantes entre os gêneros biografia científica e romance biográfico, eles são gêneros distintos, pois mesmo que os “valores biográficos” (princípio organizador da narrativa que conta a vida de um outro, ou da própria vida, na autobiografia) sejam compartilhados pela ciência e pela arte, eles se encontram em esferas sociais diferentes, com funções discursivo-ideológicas distintas (finalidade histórico-científica e finalidade artística) (Machado, 2005, p. 164, grifo da autora).

O aspecto estilístico de um gênero, por outro lado, envolve a seleção dos recursos léxicais, fraseológicos e gramaticais da língua. De acordo com Bakhtin (2011[1979]), o estilo deve ser observado considerando-se as esferas da atividade humana que formulam gêneros que lhe são próprios. Nessa circunstância, como elementos indissociáveis, juntamente com o estilo, integram-se à unidade discursiva o tema e a composição. Segundo Bakhtin, alguns gêneros permitem uma certa liberdade estilística, especialmente os menos padronizados, mas não é o caso, por exemplo, de muitas modalidades de documentos oficiais que apresentam alto grau de estabilidade e coação. Importa, no entanto, refletir que um gênero totalmente neutro é impossível. Como afirma Bakhtin (2011[1979], p. 266), “a relação valorativa do falante com o objeto do seu discurso (seja qual for o objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado”. A concretização da expressão valorativa só pode ser completamente realizável em situações concretas de uso da língua, ou seja, em gêneros, o que significa dizer que esta expressividade é construída dialogicamente com os participantes da interação verbal.

Ainda segundo o pesquisador russo, dada a complexidade dos gêneros, faz-se necessária uma abordagem complementar de critérios analíticos que reflita a natureza geral do enunciado, distinguindo-os em primários e secundários. Os gêneros primários mantêm uma relação imediata com a situação de comunicação na qual são produzidos. Ao passo que, os secundários estão submetidos a condições de natureza convencional, padronizada (romance, discurso artístico, científico, sociopolítico etc.), considerados mais complexos e organizados. No processo de formação dos gêneros, é possível que um gênero primário seja reelaborado e passe a incorporar gêneros complexos, perdendo seu vínculo com a realidade concreta, como, por exemplo, um diálogo cotidiano integrado ao romance que, apesar de manter

sua forma e significado expressa um acontecimento artístico-literário, desvinculando-se, assim, de sua natureza enunciativa primária. Nestas condições, Bakhtin (2011[1979], p. 264-265) postula que

o desconhecimento da natureza do enunciado e a relação diferente com as peculiaridades das diversidades de gênero do discurso em qualquer campo da investigação linguística redundam em formalismo e em uma abstração exagerada, deformam a historicidade da investigação, debilitam as relações da língua com a vida.

Diante do exposto, concordamos que as ideias de Bakhtin sobre a linguagem é uma referência para o estudo dos fenômenos linguísticos, por isso muitos autores recorrem aos seus princípios. Bakhtin, para Marcuschi (2008, p. 152) representa “uma espécie de bom-senso teórico em relação à concepção de linguagem. Faraco (2009, p. 28) alega que o contexto heurístico do Círculo de Bakhtin fornece “uma dimensão inovadora, especificamente no trato da linguagem, da estética, da literatura e da criação ideológica em geral”. Já, para Bezerra (2017, p. 101), o pesquisador russo é considerado “uma espécie de teórico de base para virtualmente qualquer abordagem de gênero. À vista disso, podemos ter uma certa noção da influência da perspectiva dialógica da linguagem, nos estudos dos gêneros textuais, cujos fundamentos nucleares são a “concepção sócio-histórica e ideológica da linguagem, o caráter sócio-histórico, ideológico e semiótico da consciência e a realidade dialógica da linguagem e da consciência” (Rodrigues, 2005, p. 154). De acordo com Rodrigues, estas concepções não devem ser dissociadas da noção de (inter)ação verbal, fenômeno social, que dá substância e existência à comunicação discursiva concreta.

Sob outro enfoque, a abordagem Sociorretórica destaca-se pelo seu interesse na natureza social do discurso, influenciada por Bazerman, Miller e Swales, expoentes desta corrente teórica. Dentro desta concepção, o gênero é compreendido como ação social, pois não só reflete a forma de organizar nossas experiências humanas, como também nosso modo de agir no mundo e dizer o mundo. Para Miller (1984), o gênero representa uma ação retórica essencialmente ligada ao contexto situacional e aos propósitos comunicativos, estes compreendidos como uma forma de conhecimento social ou produto da nossa socialização, assunção presente em muitas teorias de gêneros hoje em circulação. Miller argumenta que “uma definição de gêneros retoricamente saudável deve concentrar-se não na substância ou na forma do discurso, mas na ação que ele é usado para realizar” (Miller, 1984, p. 151). Desse modo, para a autora, a ação retórica abrange outros aspectos para além da substância (semântica) e da forma (sintática), unindo, assim, várias perspectivas, para causar um efeito particular em uma dada situação. Nesse sentido, Miller rompe com teorias fundamentadas em classificações reducionistas do gênero, normalmente, relacionadas a características linguísticas, e fornece, para o estudo dos gêneros, um ponto de vista social, histórico e pragmático que vai além do sintático e do semântico. Em consonância com esses princípios, Carvalho (2005, p. 13) atesta que “é preciso que se perceba na situação retórica não

só características do contexto ou das demandas situacionais identificadas pelos usuários e dentro das quais operam, mas também a motivação dos participantes do discurso, assim como os efeitos por eles pretendidos e/ou percebidos”.

Neste percurso, é na recorrência de situações retóricas que os usuários do gênero reconhecem analogias e semelhanças que as tipificam. A recorrência, esclarece Miller (1984), não é concebida no sentido da repetição do evento social ou comunicativo, pois este é inédito e irrepetível, mas sim da ocorrência social ou contexto social específico que fornece um estoque de conhecimento aplicável a novas experiências, portanto o novo torna-se familiar por meio de tipos comuns reconhecidos por seus participantes. Segundo Bazerman (1994, p. 81), “um gênero existe apenas à medida que seus usuários o reconhecem e o distinguem”. Para o autor, o gênero funciona como uma espécie de “guia” que orienta o nosso agir em uma determinada atividade discursiva e revela as possíveis reviravoltas e suas consequências para que os outros não só entendam o nosso ato, mas também o aceite como válido. Assim, como afirmam Bawarshi e Reiff (2013, p. 94), “o modo como definimos e agimos em determinada situação depende de como reconhecemos a exigência que ela oferece, e esse processo de reconhecimento é socialmente aprendido e mantido”.

Bazerman (2009) defende uma noção cognitiva na abordagem de gêneros, considerados uma ferramenta de cognição sociocultural, pressuposto presente na teoria de gênero norte-americana, embora mais explicitamente nos trabalhos de Bazerman. O autor toma como princípio os postulados vygotskyanos sobre a relação mútua entre aprendizagem e desenvolvimento cognitivo e os associa às práticas de produção de gêneros. Desse modo, Bazerman entende que novos estágios de desenvolvimento são alcançados por meio dessas ferramentas sociais que, ao serem internalizadas, não só integram e reformulam práticas existentes, como também ampliam nosso conhecimento e percepção na medida em que nos envolvemos em novas práticas sociais, resultando em um conjunto de aprendizagens sociais e cognitivos ou novas formas de cognição. Em suma, os gêneros podem ajudar estudantes a compreender melhor os padrões e práticas culturais, os processos cognitivos envolvidos, bem como seus modos de produção e recepção. Portanto, na escola, como na vida pública, nossa prática e nossa percepção podem ser vistas como mediadas por gêneros.

Essa perspectiva sociocognitiva amplia a compreensão de gênero, muitas vezes, pautada em aspectos apenas linguísticos, o que equivale afirmar que não devemos tratar os gêneros como formas rígidas ou como uma simples fórmula textual, mas como entidades dinâmicas que representam, conforme Miller (1984), construtos sociais. De acordo com Miller (2014), essa visão representou uma ruptura com o formalismo dominante, em um momento de crescente interesse pela pragmática, pela enunciação, pela

ação e suas relações com a linguística, pela teoria social, bem como por disciplinas pedagógicas e questões de aprendizagem, entrelaçando vários campos de estudo.

Swales, por sua vez, estabelece uma interlocução com vários estudiosos, como Miller, que consideram a ação social realizada pelo gênero, seu contexto e seus propósitos comunicativos. O pesquisador orienta seu estudo para gêneros em ambientes acadêmicos, científicos e profissionais com o intuito de capacitar seus usuários quanto ao conhecimento de suas características e ao seu modo de produção. Esta compreensão é viabilizada a partir do contexto sócio-retórico, em que tais eventos comunicativos acontecem, ou seja, em uma dada comunidade discursiva, que, por sua vez, permite a identificação de propósitos comunicativos mutuamente compartilhados que, conseqüentemente, geram regularidades típicas de organização estrutural do gênero. Com este interesse em mente, Swales (1990) desenvolveu o modelo CARS (Creating a Research Space), direcionado para gêneros da esfera acadêmica, cujo objetivo é analisar a organização retórica de introduções de artigos de pesquisa, comprovando a existência de movimentos retóricos e regularidades presentes nestes textos. Portanto, nesse contexto, Swales (1990, p. 58) compreende gênero como

uma classe de eventos comunicativos, cujos membros compartilham um conjunto de propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros experientes da comunidade discursiva e dessa forma constituem o fundamento lógico do gênero. Esse fundamento modela a estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo.

Com esta definição de gênero, o autor estabelece uma relação entre o propósito comunicativo, visto como “critério privilegiado” - “que opera para manter o escopo de um gênero” (Swales, 1990, p. 58) - e a estrutura esquemática do discurso. Para Swales, a característica mais importante dessa “classe de eventos” é o propósito comunicativo pelo seu princípio fundamental de realizar objetivo(s) e pela sua função categorizadora, ou seja, como critério principal para definir um gênero. No entanto, nesse estágio do raciocínio, o próprio Swales reconheceu que um gênero pode conter variados propósitos, por exemplo, uma notícia pode apresentar diferentes objetivos como “moldar a opinião pública, orientar o comportamento das pessoas (como numa emergência) ou apresentar seus controladores e patrocinadores sob uma luz favorável” (Swales, 1990, p. 47).

Sendo assim, o propósito comunicativo, compreendido, inicialmente, como principal critério para definir um gênero, passou a ser visto como parte de um conjunto de elementos que envolve tanto processos textuais como contextuais. De acordo com Hermas e Biasi-Rodrigues (2005, p. 119), “esses dois procedimentos valorizam o dinamismo dos gêneros”, refletindo uma investigação mais ampla do texto em seu contexto. Todavia, as autoras ponderam que “apesar dessa reelaboração do conceito, falta à proposta uma aplicação em um contexto novo. [...] falta, ainda, dar conta da questão de que às vezes

mais de um propósito é identificado com o gênero e, portanto, como isso afeta a definição do gênero”. Além disso, continuam argumentando as autoras, “a proposta poderia levar em consideração o fato de que o propósito pode não ser visível o suficiente” (Hermais; Biasi-Rodrigues, 2005, p. 128). Diante dessas discussões, abordagens mais recentes de estudo de gêneros tendem a examinar o propósito comunicativo, de forma múltipla e estratificada, “ao reconhecer a complexidade do propósito comunicativo e ampliar o alcance da análise para incluir ‘conjuntos de propósitos comunicativos’” (Bawarshi; Reiff, 2013, p. 71). Portanto, as discussões apontadas defendem que o gênero seja concebido como um processo social e dinâmico e não como formas estanques, abrigo outros aspectos para além da identificação dos propósitos comunicativos como critério principal.

Outra abordagem teórica sobre gêneros de cunho sociodiscursivo que também é bastante influente em pesquisas desenvolvidas no Brasil, sobretudo no campo da educação, é o interacionismo sociodiscursivo (ISD), representado, especialmente, por Bronckart (2003, 2005, 2010), Schneuwly e Dolz (2004[1997]), grupo de pesquisadores de Genebra. Enquanto estes últimos assumem uma vertente mais didática com foco nas características dos gêneros e na construção de modelos didáticos de gênero, aquele dedica-se aos fenômenos psicossociológicos dos gêneros. Tais abordagens disseminaram-se no Brasil, por meio do diálogo, entre o grupo de Genebra e pesquisadores brasileiros do Programa de Estudos Pós-graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL) da PUC/SP, entre eles, Machado (2005) e Rojo (2010, 2012). Esta interlocução proporcionou uma variedade de discussões que se refletem em diversos trabalhos científicos como artigos, dissertações, teses e livros.

No debate didático, Schneuwly (2004[1994]) defende a tese de que o gênero é um instrumento, uma ferramenta ou, ainda, um megainstrumento, ou seja, um conjunto articulado de instrumentos que contribui para a produção de um determinado objeto e fornece suporte para a atividade verbal, funcionando, assim, como um facilitador das práticas de linguagem individuais. Sob este ponto de vista, o autor explicita que “os instrumentos [se] encontram entre o indivíduo que age e o objeto sobre o qual ou a situação na qual ele age: eles determinam seu comportamento, guiam-no, afinam e diferenciam sua percepção da situação da qual ele é levado a agir” (Schneuwly, 2004[1994], p. 21). Desse modo, Schneuwly e Dolz (2004[1997]) propõem que o gênero seja o mediador entre as práticas sociais e a produção de textos orais e escritos na escola. Pretende-se, portanto, que, por meio do gênero, os aprendizes desenvolvam suas práticas de linguagem nas atividades escolares. A questão que se impõe é como articular esse agir discursivo com o ensino-aprendizagem, isto é, utilizando o gênero como base das atividades de linguagem. Para alcançar este objetivo, Schneuwly e Dolz (2004[1997], p. 64) apontam três dimensões ensináveis:

1) os conteúdos e os conhecimentos que se tomam dizíveis por meio dele; 2) os elementos das estruturas comunicativas e semióticas partilhadas pelos textos reconhecidos como pertencentes ao gênero; 3) as configurações específicas de unidades de linguagem, traços, principalmente, da posição enunciativa do enunciador e dos conjuntos particulares de sequências textuais e de tipos discursivos que formam sua estrutura.

Nesta perspectiva, o gênero é entendido, ao mesmo tempo, como um instrumento de comunicação e um objeto de ensino-aprendizagem. Entretanto, quando passa a ser utilizado com fins didáticos, ele não se encontra mais em sua situação de comunicação imediata. Esta transposição provoca uma “inversão em que a comunicação desaparece quase totalmente em prol da objetificação, e o gênero torna-se *uma pura forma linguística, cujo domínio é o objetivo*” (Schneuwly; Dolz (2004[1997], p. 65, grifo dos autores). De acordo com os autores, este tratamento dado ao gênero na escola implica na sua naturalização, de um ponto de vista particular, pois, apesar de nascido em uma situação de comunicação, o que importa, na prática escolar, é o seu processo interno de desenvolvimento. Discussão, portanto, complexa e desafiadora para um ensino que visa desenvolver nos alunos o domínio do gênero para produzi-lo com o máximo de eficácia dentro e fora da escola. Diante destes desafios, tais pesquisadores incentivam uma abordagem funcional do gênero que se aproxime o máximo possível de situações autênticas de uso, (re)criando as práticas de linguagem de referência como alvo a ser atingido, pois estas estão relacionadas a aspectos sociais, cognitivos e linguísticos do funcionamento da linguagem. Entre outras propostas, Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004[2001]) propõem o trabalho com sequências didáticas, que articula as práticas de linguagem a uma dada situação de comunicação, cujo caráter construtivista, interacional e social dessa abordagem distancia-se de uma visão mais “naturalista” do gênero como objeto de ensino-aprendizagem.

Seguindo esta linha de pensamento, Bronckart, um dos autores nucleares do ISD, desenvolve e discute teorias acerca da aquisição da linguagem sob um viés psicológico e didático. Sua perspectiva epistemológica baseia-se em alguns fundamentos essenciais do interacionismo social (Bronckart (2003). Um deles está relacionado aos processos cognitivos mobilizados na interação dialética entre o homem e a linguagem, fruto da apropriação de regras e propriedades específicas como mecanismo de aprendizagem social. Disto decorre um outro princípio, qual seja a consciência humana é dotada de uma estrutura histórico-social, acional (ação humana) e semiótica. Um outro fundamento situa a ação e os textos como unidades maiores de análise da psicologia. Sendo assim, a ação é consequência da interiorização individual de atividades sociais de um grupo e os textos “são sequências organizadas de comportamentos verbais, orais ou escritos, que são atribuíveis a um agente singular, num contexto determinado de ação” (Bronckart, 2003, p 57). Portanto, o texto é considerado o mediador da ação.

Sob esta ótica, de acordo com Machado (2005), para uma compreensão teórica mais geral que norteia as pesquisas no ISD, é crucial a distinção entre atividade social e ação de linguagem. A primeira

apresenta uma noção compartilhada e ancorada em nossas experiências sociais de como agir em determinadas situações. A autora explica que “cada atividade é constituída de *ações*, condutas que podem ser atribuídas a um agente particular, motivada e orientada por objetivos que implicam a representação e a antecipação de seus efeitos na atividade social” (Machado, 2005, p. 249, grifo da autora). Assim sendo, as ações de linguagem implicam um sujeito que age languageiramente, com objetivos específicos, em uma determinada situação, no quadro de uma atividade social. Sob esse olhar, o gênero é concebido como uma ferramenta semiótica complexa que permite a mediação entre atividades sociais de linguagem e ações de linguagem. Do ponto de vista da comunicação, sua apropriação possibilita a inserção dos indivíduos em práticas sociodiscursivas.

A posição interacionista contempla alguns processos relacionados à produção textual. Entre eles, destacamos alguns níveis de abordagem ou análise de textos produzidos em contextos sociais, com objetivos e questões específicas, sendo resultado das práticas linguísticas:

(i) A ação de linguagem, que se desenvolve em um contexto, alinha-se mais a aspectos psicológicos, ou seja, representações que o agente constrói sobre sua situação de agir, do que propriamente linguístico. Este comportamento ativo mobiliza uma série de conhecimentos, como a identificação do emissor, da interação social em jogo, dos papéis sociais, do espaço-tempo da produção, entre outros, funcionando, assim, como parâmetros psíquicos que norteiam a produção do texto. Portanto, este procedimento é de ordem do sociológico e do psicológico.

(ii) O texto mobiliza recursos lexicais e sintáticos em correspondência à ação languageira e em interação com um dos modelos de gêneros disponíveis em uma determinada comunidade verbal. Por ser determinado pela ação de linguagem que o gerou, o texto é considerado como unidade comunicativa (Bronckart, 2005).

(iii) Os tipos de sequência, concebidos com base em Adam (1992), são distribuídos em seis tipos: dialogal, descritiva, narrativa, explicativa, argumentativa e injuntiva. Segundo Bonini (2005), as sequências atravessam todos os gêneros, apresentam uma relativa estabilidade e, por isso, podem ser delimitadas em um pequeno conjunto de tipos. Por outro lado, Machado (2005) assinala que a identificação das sequências pode, ao lado de outros critérios, contribuir para a caracterização de um determinado gênero, mas nunca, como acreditava-se, ser um fator exclusivo de identificação com base em propriedades meramente internas ou linguísticas do

gênero. Bronckart (2010) acrescenta que, normalmente, os gêneros são compostos por diferentes segmentos.

(iv) Do ponto de vista das operações psicolinguageiras, a formulação do conceito dos quatro tipos de discurso, conhecidos como interativo e teórico (da ordem do expor), relato interativo e narração (da ordem do narrar), advém do cruzamento de duas operações fundamentais para a produção textual: conjunção ou disjunção e implicação ou autonomia. Para Bronckart (2003, p. 62), essas operações “consistem na constituição de um mundo discursivo, na escolha de uma forma de sequencialidade e na escolha de um grau de implicação dos parâmetros da situação material da produção”. Contudo, é importante ter em mente que as noções de gêneros textuais e de tipos de discurso não se confundem. Bronckart (2005, p. 69, grifo do autor) explica que “os primeiros são unidades comunicativas globais, articuladas com um agir linguístico; os segundos são unidades linguísticas infraordenadas, “segmentos” que não constituem por si só textos, mas que entram na sua composição segundo modalidades variáveis”.

Ainda que tenham sido elencados apenas alguns aspectos mais centrais dos estudos de Bronckart, em última instância, esse enfoque realça sua perspectiva teórica e didática. Pelo viés teórico, o autor salienta a relação entre linguagem, pensamento e práticas sociais. Por outro lado, distancia-se de modelos de análise centrados na frase ou na organização interna dos textos e aproxima-se de uma visão que privilegia a relação entre os textos e as atividades humanas cujo foco recai sobre a função comunicativa e social dos textos. Desse modo, em uma trajetória descendente, parte das interações sociais, passa pelo gênero, para, então, analisar as estruturas linguísticas observáveis.

Ao longo desta seção, visitamos algumas concepções de gêneros que ajudam a ilustrar o caráter multifacetado deste fenômeno. Os diferentes ângulos do mesmo objeto, longe de serem desnorteantes, enriquecem as análises que variam conforme os objetivos metodológicos que os analistas almejam alcançar, por vezes assumindo uma perspectiva mais teórica, outras mais didática com foco no ensino. Já a LT se baseia nos pressupostos de Bakhtin, mas também dialoga com outras teorias de cunho sociointeracional que colaboram para o enriquecimento de suas análises.

Nesta Tese, o gênero notícia norteia nossa análise. Assim, em consonância com as concepções de gênero apresentadas, compreendemos o gênero como um fenômeno social. Sob esta ótica, na sequência, abordaremos, de modo mais específico, o gênero notícia, considerando sua organização composicional e seus efeitos de verdade, objetividade e neutralidade.

2.2. Gênero textual: notícia

2.2.1. A estrutura da notícia

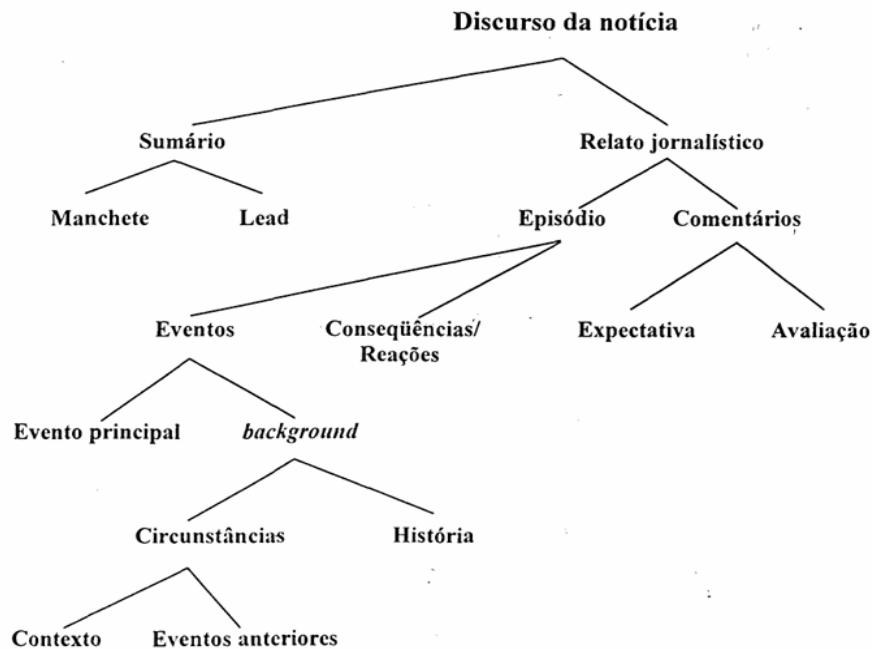
Partimos do pressuposto de que, como todo gênero textual, a notícia se configura como um tipo de enunciado estilístico, temático e composicional relativamente estável, com base em Bakhtin (2011[1979]), teórico que fundamenta vários estudos sobre gêneros, buscando evidenciar seu caráter dinâmico, processual, dialógico, social, histórico e cognitivo. Assim, do ponto de vista temático, a notícia apresenta fatos e acontecimentos atuais e históricos; no plano estilístico, preza pela objetividade, clareza e concisão; também é caracterizada por uma estrutura composicional específica que permite diferenciá-la de outros gêneros textuais.

Além disso, todo gênero textual é marcado por sua esfera de atuação. Sendo assim, a notícia vincula-se ao domínio jornalístico, que lhe confere legitimidade discursiva, pois apresenta “padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e técnicas” (Marcuschi, 2008, p. 155).

A notícia é vista socialmente como um importante instrumento de comunicação de massa que, tradicionalmente, é caracterizada pelo seu papel informativo sobre fatos geralmente recentes que sejam de relevância social, apresenta uma estrutura facilmente reconhecida e uma linguagem “objetiva” e “imparcial”. Conforme Sousa (2002), a sociedade em geral depende dos meios de comunicação, sobretudo em momentos de instabilidade e mudanças sociais, para compreender os acontecimentos e saber como agir. No jornalismo, seu papel também ocupa um espaço de centralidade, uma vez que, conforme nos lembra Hernandez (2017[2006], p. 25), “quase tudo que aparece no jornal, direta ou indiretamente, se vincula a uma notícia. Uma reportagem a apresenta, um editorial opina sobre ela, uma charge a ridiculariza”.

Em relação ao seu aspecto composicional, de acordo com Van Dijk (1990), a notícia, culturalmente, é identificada por uma estrutura esquemática global mais ou menos fixa, denominada superestrutura. Nessa perspectiva, o autor propõe um conjunto de categorias que organiza a notícia, como indicado na Figura 1:

Figura 1- Esquema do texto noticioso



Fonte: Van Dijk (1999 *apud* Comassetto, 2001, p. 28)

Van Dijk (1990) aponta algumas categorias que compõem a notícia, entre elas, citamos o sumário, composto pela manchete e o *lead*, o episódio, que detalha os eventos ou acontecimentos da notícia, e os comentários, estruturas mais aparentes da organização textual. Segundo o autor, o esquema é teórico e manifesta todas as categorias, embora, em muitas notícias, nem todas sejam requeridas. De modo objetivo, Alves Filho (2011, p. 98) sintetiza o esquema proposto por Van Dijk

a manchete e o lead têm como função resumir o evento para captar a atenção dos leitores para os fatos relevantes que possa lhes dizer interesse. O episódio objetiva relatar em mais detalhes o fato noticioso, indicando os eventos que ocorreram e quais consequências ou reações eles provocaram; os comentários objetivam divulgar como atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no fato – mas não o redator – avaliam o que ocorreu.

O título e o *lead* resumem a notícia e expressam a macroestrutura semântica (Van Dijk, 1990). Neste sentido, a notícia prioriza o princípio da relevância, ou seja, as informações mais importantes encontram-se no topo do texto noticioso, técnica que se tornou popularmente conhecida como pirâmide invertida. Para o autor, uma das características da notícia é a realização fragmentada do tema. Desse modo, o leitor deve inferir os temas a partir da inserção do título, do *lead* e das proposições respectivas, num movimento de cima para baixo. Isto é, a temática da notícia efetua-se da macroestrutura a microestrutura, em episódios que objetivam

o detalhamento do fato noticioso. Para Comassetto (2001), os episódios representam a parte de um todo e são definidos em termos de algum tipo de unidade temática, globalmente coerentes.

Cabe, todavia, compreender o princípio da relevância sob a ótica da dinâmica social do uso da linguagem. Sob este viés, Van Dijk (1990) salienta que, em geral, os critérios de relevância são avaliados com base em informações que sejam úteis para os leitores e, assim, possam impactar suas rotinas diárias como as notícias sobre desemprego, serviços sociais, leis, regulamentações etc. Por outro ângulo, entre os muitos critérios que selecionam a proeminência das informações no texto noticioso, podem existir outros interesses que não atendam o público leitor, mas grupos diferentes de leitores como os que detêm o poder ou o controle do sistema social. Consequentemente, alguns acontecimentos podem receber uma cobertura ínfima ou ainda informações que ameaçam as estruturas de poder podem não ser divulgadas. Na esteira de Sousa (2002, p. 3), compreendendo o conjunto de forças que atuam no processo de construção da notícia, cumpre, portanto, considerar que

uma notícia é um artefacto lingüístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem fatores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico, é difundida por meios jornalísticos e comporta informação com sentido compreensível num determinado momento histórico e num determinado meio sócio cultural, embora a atribuição última de sentido dependa do consumidor da notícia.

O *lead* tradicional foi concebido por uma necessidade de organização do texto noticioso, conferindo à notícia maior objetividade, uma vez que é responsável por ir direto ao seu ponto principal, conduzir a leitura e despertar o interesse do leitor. Além disso, por uma questão de praticidade e facilidade, agiliza o trabalho do jornalista. Normalmente, segue algumas regras de construção: conter informações essenciais, ter apenas cinco linhas, obedecer à ordem direta de uma oração, entre outras. Ao lado, deve responder a seis perguntas principais relativas ao evento noticiado: O quê? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê? Estas regras de estruturação da notícia, apesar de bastante difundidas, são puramente formais e denotam um registro passivo da informação que não contempla as várias estratégias discursivas do processamento textual.

Nesta visão canônica, Comassetto (2001) assinala que os títulos não podem sintetizar tudo, por isso são considerados as informações mais relevantes. Como o autor salienta, o título, em geral, sai do *lead* e quanto maior for a identificação entre estas duas categorias, melhor será a representação de sentido construída pelo leitor, demonstrando que escritor e leitor constroem a coerência do texto de modo coparticipativo. Dessa forma, Comassetto (2001, p. 39) atribui a esta construção de sentido vários aspectos implicados neste processo

de posse desses elementos e de conhecimentos anteriores, informações circunstanciais, crenças, atitudes e ideologias, que imediatamente associa aos fatos, será o leitor capaz de dar uma representação satisfatória à informação ou ao conjunto de informações que acabou de receber.

Entretanto, tendo em vista interesses interacionais que visam captar a atenção do leitor, o jornalista pode construir um tipo de *lead* que não atenda aos padrões tradicionais. Nessa lógica, Codesseira (2005), alicerçada no dialogismo interacional proposto por Bakhtin (2011[1979]), identificou dois grupos de *lead*: um em que o autor cria uma cena e outro em que simula uma conversa. No primeiro caso, o jornalista aguça a imaginação do leitor por meio de emoções (medo, tristeza, alegria, pessimismo etc.), despertando, assim, impressões, interesses, reflexões, sentimentos sobre aquilo que está sendo noticiado. Dentro deste grupo, a autora identificou três estratégias interacionais: o *lead* literário (uso da intriga), o *lead* particularizante (uso de casos particulares) e o *lead* descritivo (uso da descrição). Em comum, estas estratégias têm por objetivo fazer o leitor imaginar a cena narrada ou descrita. Neste percurso, conforme Morais (2017), estas estratégias interacionais são vistas como tendência no jornalismo e podem ser observadas, por exemplo, em notícias esportivas, sobretudo pela caracterização dos jogadores, garantindo uma maior identificação e interação do público leitor.

Por outro lado, em relação ao segundo grupo, o jornalista cria a ilusão de uma conversa face a face. Desse modo, Codesseira (2005) destaca o *lead* opinativo, o *lead* interrogativo e o *lead* com interlocutor determinado. De acordo com a autora, a construção de um *lead* opinativo causa uma estranheza devido ao pacto de objetividade estabelecido entre autor e leitor. No entanto, nesses casos, o jornalista prioriza o estabelecimento de um vínculo mais estreito com seu interlocutor, externalizando sua opinião. Em conclusão, Codesseira (2005, p. 122) salienta que

embora possuam formulações dogmáticas e até certo ponto impositivas no momento de formulação de uma notícia, os manuais de jornalismo preocupam-se em envolver o leitor, em prendê-lo a ela. Para tal, utilizam como estratégia, ou a elaboração tradicional da notícia, cujo enfoque principal recai no próprio fato, ou constroem primeiros parágrafos que se dirijam mais explicitamente ao leitor e, por esse motivo, privilegiem a interação, o envolvimento com esse leitor.

Correia (2011) assinala que, do ponto de vista dos estudos jornalísticos, a notícia é entendida como tudo aquilo que um jornal publica, ou seja, é concebida por uma perspectiva ampla. Em contrapartida, o sentido estrito ou técnico da notícia refere-se a um gênero específico que designa um texto cujos aspectos incluem a informação de um fato, a existência de um título, de subtítulos, de um parágrafo inicial chamado *lead*. Outros fatores também estão relacionados

a este gênero, como a estrutura em forma de pirâmide invertida que apresenta os fatos por uma ordem decrescente de importância.

Contudo, Correia (2011), com base em Canavilhas (2008), entre outros autores, salienta que o jornalismo praticado na Web segue outros percursos possibilitados pelas novas tecnologias. Como consequência dessas transformações, a organização tradicional do discurso jornalístico não é a pirâmide invertida na vertical, mas sim uma arquitetura em forma de pirâmide deitada. Nessa nova perspectiva, explica o autor “o leitor decide como ler a informação e ao jornalista compete redigi-la deixando abertas possíveis rotas de leitura para leitores com diferentes necessidades de informação” (Correia, 2011, p. 73).

À primeira vista o elemento que mais chama a atenção do leitor é o título normalmente destacado por cores e tamanho da fonte diferenciados do corpo do texto. No entanto, não é suficiente por si só para caracterizar uma notícia, uma vez que outros gêneros textuais, como entrevistas e artigos apresentam um título principal e um subtítulo. Fato é que, diferente do artigo, por exemplo, o conteúdo temático da notícia expressa um relato. Assim sendo, Silva e Silva (2012, p.3) observam que

uma vez que toda notícia deve conter esse relato, ela realiza predominantemente o tipo narrativo, já que o relato de um evento só se dá por meio do narrar, e não do dissertar, do descrever, do argumentar ou da ordem (injunção); embora a narração possa conter descrições, argumentações, dissertações e injunções. Desse modo, a notícia se dá a partir de uma macroproposição que realiza o tipo narrativo, sem o qual não teríamos um relato de um fato/acontecimento, seja numa narração presente, passada ou futura.

Nesse contexto, para Bertolini (2014), o título tradicionalmente é concebido como importante recurso atrativo para o leitor, ocupando normalmente um lugar de destaque no *layout* da página. Entretanto, o autor salienta que, no ambiente virtual, esta relevância torna-se mais premente. Bertolini pontua que o título deve ser ainda mais atraente, devido à constante atualização de informações. Por isso, acredita que, cada vez mais, a leitura, nestes casos, depende do título, que, na internet, tem uma função visual, geralmente, maior que a própria fotografia, nas telas digitais, especialmente, as de telefone celular. O autor acrescenta que o título, além de guia de leitura, contribui para contabilização de acessos via sistema de cobrança digital.

Embora as categorias da estrutura da notícia sejam planificadas hierarquicamente, algumas mudanças são possíveis, visto que podem ocorrer em diferentes ordens. Silva e Silva (2012) observam que, em notícias de tema cultural, a categoria comentário, estrategicamente, aparece logo no início da notícia, ou seja, na posição do *lead*. Desse modo, notícias publicadas

em seções como Cultura e Esportes, se o evento principal for apresentado no nível mais alto da notícia, como, por exemplo, o lançamento de um livro, os leitores podem perder o interesse por informações relacionadas ao evento inseridas nos comentários e nas consequências. Outra característica apontada pelas autoras é que normalmente estas notícias são constituídas basicamente pela manchete, eventos (principais e secundários) e comentários. Já no caso de notícias de tema político o *lead* após a manchete cumpre a função de prender, de imediato, a atenção do leitor. Podemos, então, concluir que a organização dos fatos noticiosos se orienta por critérios muito mais sociocomunicativos que formais, indicando que a estrutura composicional pode ser flexível.

Sobre outra perspectiva, a notícia é considerada um gênero textual de fácil acesso, podendo circular em diferentes meios, como rádio, televisão, sites, revistas, celulares, jornais impressos etc. No entanto, vários autores, como Marcuschi (2008), Bonini (2011), Moraes (2017), defendem que estes meios não devem ser concebidos como simples “portadores” da notícia. Marcuschi (2008) nos lembra que antigamente transmitíamos os textos oralmente, posteriormente, começamos a transmiti-los, na sequência, por escrito, por telefone, pelo rádio, pela televisão e mais recentemente pela internet. Conforme Marcuschi (2008), cada um desses suportes serve de base ou ambiente de fixação do gênero e podem ser divididos em dois grupos: suportes convencionais e suportes incidentais. Os primeiros têm o objetivo de portar textos, por exemplo, livro, encarte, folder, faixa etc. já os incidentais podem fixar textos, mas não têm essa função específica, como roupas, corpo humano, muros etc.

Para além dessas noções, Marcuschi (2008, p. 174) também demonstra interesse pelas interferências mútuas entre o suporte e o gênero, afirmando que “o suporte não é neutro e o gênero não fica indiferente a ele”, como, por exemplo, as várias versões de uma mesma notícia publicadas em diferentes suportes. Bonini (2011, p. 688) segue esta lógica, contudo propõe uma distinção entre mídia e suporte

b) mídia – tecnologia de mediação da interação linguageira e, portanto, do gênero como unidade dessa interação. Cada mídia, como tecnologia de mediação, pode ser identificada pelo modo como caracteristicamente é organizada, produzida e recebida e pelos suportes que a constituem; e c) suporte – elemento material (de registro, armazenamento e transmissão de informação) que intervém na concretização dos três aspectos caracterizadores de uma mídia (suas formas de organização, produção e recepção)

Tendo em vista este enquadramento, podemos observar que Bonini, apesar de concordar com algumas reflexões de Marcuschi (2008), diverge da noção de suporte. Para Bonini (2011, p. 689), o suporte está relacionado a mídia que, em geral, apresenta

um conjunto de suportes encadeados na forma de um sistema. Na televisão, por exemplo, há o microfone, a câmera, a mesa de edição, os suportes de transmissão (ondas eletromagnéticas, cabo, sinal de satélite, etc.), e o aparelho de televisão. Já o DVD, como mídia, é composto dos seguintes suportes: a embalagem do disco, o disco, o aparelho de DVD e a televisão, que fazem circular os (hiper)gêneros que ali são possíveis (filme de aventura, documentário, show, etc.).

Para Moraes (2017, p. 28), com a qual concordamos, esta distinção não é produtiva, uma vez que “pode acarretar uma descrição exaustiva nos componentes da mídia e nas formas de registro e armazenamento das informações, como prevê a proposta de Bonini”. Além disso, a despeito da pertinência da relação gênero/suporte, nesta Tese, não é nosso objetivo explorar essas interferências.

Por fim, cabe ainda ressaltar que, apesar de reconhecermos as potencialidades do Webjornalismo (Mielniczuk, 2003) e seus alcances como elementos de significação de uma notícia, entre os quais – o suporte; os diferentes formatos de apresentação da informação, tais como textos escritos e oralizados, áudio, vídeo, fotografias, infográficos, invocando diferentes sentidos da percepção humana; além do aspecto hipertextual, entre outros –, nesta Tese, não nos deteremos nestes constituintes. O nosso principal objetivo é analisar a materialidade linguística da notícia *online*. Sendo assim, nosso foco de análise recai sobre diferentes cadeias referenciais construídas no gênero notícia e suas relações.

Acreditamos que o discurso noticioso pode funcionar como instrumento de persuasão do leitor, deixando entrever pontos de vista, crenças, ideologias e manipulações. Com esta ideia em mente, na próxima seção, abordaremos as estratégias textuais-discursivas do texto noticioso.

2.2.2. Os efeitos de verdade, objetividade e neutralidade no gênero textual notícia

Partimos do reconhecimento de que a objetividade e a imparcialidade são dois termos recorrentes na linguagem jornalística e sinônimo de respeito, confiança e qualidade na entrega da informação. Sua presunção confere ao jornal credibilidade, pois seus leitores são levados a crer que os fatos espelham fielmente a “realidade” e que o jornalista é um profissional isento de opiniões, crenças ou preconceitos, aspectos necessários para obter o aval do público leitor. Tal assunção, conforme Motta, Costa e Lima (2004, p. 35), “confere uma ilusória crença de que o que se vê nas notícias são os fatos, e não sua construção em forma de linguagem, sujeita a todas as suas

imprecisões”. Com base nessas crenças, nos princípios editoriais do grupo Globo⁹, um dos jornais de grande circulação no Brasil, é apresentado, na seção I: os atributos da informação de qualidade, o seguinte trecho:

Isenção é a palavra-chave em jornalismo. É tão problemática quanto “verdade”. Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Diante, porém, da pergunta eterna – é possível ter 100% de isenção? – a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça.

Percebemos que as ideias em torno das palavras-chave: isenção e verdade traduzem a meta que o jornal busca atingir. São colocadas como desejáveis em nome da qualidade da informação, mas, apesar de reconhecer algumas limitações para sua realização, acreditam ser possível “atingir um grau bastante elevado de isenção”. Para isso, de acordo com o trecho referido, é necessário que haja um esforço por parte dos profissionais, é necessário que eles superem a dificuldade de “se despir totalmente do seu subjetivismo” para obter o objetivo almejado. Ou seja, na essência deste processo, o que prevalece é a ideia de que as notícias veiculadas pelo jornal *O Globo* representam um empenho por um ideal de objetividade, imparcialidade e compromisso com a verdade. Hernandez (2017[2006]) explica que há um contrato tácito entre o jornal e o público-alvo que pressupõe expectativas mútuas que influenciam a produção jornalística. Desse modo, “‘dizer a verdade’, ‘separar fatos de opiniões e interpretações’, ‘ser objetivo e imparcial nos relatos’, ‘mostrar a realidade’ são cláusulas centrais no contrato do jornal com seu público” (Hernandez, 2017[2006], p. 18, grifos do autor). Esse ponto de vista a respeito do fazer jornalístico, de acordo com Charaudeau (2007), corresponde a um ideário tecnicista do mundo social alinhado às primeiras teorias da informação que respaldam o senso-comum que vê a realidade sob a ótica de uma verdade inquestionável.

No entanto, segundo Hernandez (2017[2006]), fazer crer em uma verdade absoluta ou em uma realidade imutável pode servir a um complexo jogo de poder e motivações ideológicas. Segundo o autor, o jornal produz mecanismos que fazem com que o discurso jornalístico seja compreendido como “verdadeiro”. Isto é, o leitor é persuadido a interpretar a realidade tal como ela é apresentada. Estrategicamente, o jornal constrói uma encenação da realidade que deve ser aceita pelos seus leitores. Esta aceitação é facilitada quando jornal e público compartilham de uma mesma visão de mundo, relação que torna o público coautor da comunicação jornalística. Segundo Hernandez (2017[2006], p. 18, grifo do autor),

para a manipulação dos jornais funcionar, é necessário, entre outros aspectos, que o público partilhe do mesmo sistema de valores do jornal. Na comunicação, os participantes se constroem

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 26 fev de 2025.

e constroem, juntos, o objeto jornal. O público é, portanto, co-autor. Um autor leva em consideração as expectativas e as prováveis reações de quem vai receber o texto para construir um discurso com a eficiência desejada. Nesse sentido, o “receptor” também participa da comunicação.

Charaudeau (2007) e Hernandes (2017[2006]) alertam sobre a mistificação da “verdade” no jornalismo que resulta em uma correspondência direta entre o que é dito e os fatos do mundo exterior à linguagem, logo, só admite uma interpretação. Segundo Hernandes (2017[2006]), essa visão ingênua conduz a aceitação de uma realidade fixa e, portanto, de uma única verdade. Ambos os autores salientam que o mais interessante é conceber a verdade como um “efeito” discursivo, isto é, identificar as estratégias que fazem com que o discurso jornalístico seja compreendido como verdadeiro.

Para Charaudeau (2007, p. 39, grifo do autor), “comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de *estratégias discursivas*”. Em síntese, importa verificar como essas estratégias são empregadas para persuadir o público e criar “versões” da realidade conforme os propósitos de cada grupo, como nos mostra Van Dijk (*apud* Koch (2012[2005], p. 45, grifos do autor), afirmando que o discurso jornalístico

Tem mostrado diferenças ideológicas na seleção de termos [...], conforme a pessoa ou o grupo a quem se atribui uma fala ou cuja fala se transcreve. Enquanto membros de uma elite (política, cultural, econômica ou outra qualquer) *asseveram, refletem, ponderam, constataam, determinam, evidenciam*, e assim por diante, os membros de minorias apenas *falam, dizem, depõem, negam, mentem*. Dessa forma, quando se qualifica a fala dos primeiros, atribuem-se-lhes *asserções, constatações, exposições, reflexões, explicações, ponderações, confirmações, comentários*; ao passo que os enunciados dos segundos são qualificados simplesmente como *afirmações, negativas, falas, respostas ou, no máximo, declarações, confissões ou recusas*.

Corroborando esta visão, os textos jornalísticos, afirma Van Dijk (2010), além de exercerem um papel imprescindível na comunicação pública, são um dos mais influentes instrumentos de informação de massa e, ainda, contam com uma cobertura rotineira na mídia jornalística. Diante dessa participação no cotidiano popular, podem ser usados como objeto de poder político, econômico, social e cultural, bem como (re)produção ideológica que lhe dão apoio, tendo em vista os interesses de pessoas, grupos ou instituições mais poderosos da sociedade. A decisão sobre o que vale ou não ser noticiado, prossegue o autor, baseia-se na seleção “de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias, a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito deles e, em especial, como será dito” (Van Dijk, 2010, p. 74). Cabe ressaltar que o conceito de ideologia adotado, nesta Tese, é o mesmo assumido por Hernandes (2006) que a vê como “visão de mundo” de um grupo social que busca impor sua maneira de ver e julgar o mundo a outros

sujeitos. Assim, o poder da mídia, por meio do filtro ideológico, implica no silenciamento de alguns aspectos da realidade para que outros fatores sejam ressaltados, construindo, dessa forma, uma determinada realidade imposta como “verdade”.

Como exemplo dessa manipulação, Van Dijk (2010) apresenta alguns traços da produção de notícias holandesas sobre imigrantes que revelam pontos de vista, posições sociais e ideológicas a respeito de grupos etnicamente minoritários, seja na organização textual, na seleção lexical ou na formulação sintática. Desse modo, esses grupos tendem a ser retratados como ameaças, pessoas-problema, criminosos e trapaceiros. Há também uma ênfase nas dificuldades e na ilegalidade da imigração que apontam para as diferenças culturais, problemas de linguagem, competição por moradia e emprego. A visão estereotipada desses grupos pode também influenciar o estilo sintático das notícias, podendo ocupar posições posteriores, sintaticamente dependentes, ou posição de sujeito, quando se deseja ressaltar um traço negativo. Além disso, sob o ponto de vista da reprodução discursiva do poder, Van Dijk (2010) alerta a respeito da presença de homens brancos, membros de grupos dominantes, a frente das instituições de comunicação. Para o autor o olhar destes profissionais é condicionado por determinados mapas de sentido, moldados por seu *background* cultural e por questões socioprofissionais. Sendo assim, sua posição social e cognição social interferem no processamento de informações, exercendo seu poder ao escrever sobre determinados grupos.

De acordo com Motta (2005), as narrativas midiáticas exploram as narrativas fáticas, imaginárias ou híbridas. Segundo o autor as narrativas fáticas produzem estratégias de objetificação (efeitos de real) e as fictícias, subjetificação, produzindo determinados efeitos de sentido para ganhar a adesão do leitor. Sob este viés, nesta Tese, interessa-nos as estratégias organizadoras do discurso jornalístico ou jogos de linguagem, enquanto narrativa comunicativa que emerge das práticas culturais (Motta; Costa; Lima, 2004), como produtoras de significação, ou seja, como sujeitos sociais recorrem às operações linguísticas e extralinguísticas para realizarem seus intentos. Para Motta (2005, p. 9, grifo do autor), “a estratégia textual principal do narrador jornalístico é provocar o ‘efeito de real’”. Com este interesse, o leitor é levado a interpretar os fatos narrados como objetivos e verdadeiros, por meio de recursos de linguagem que realizam a tarefa de convencer o leitor sobre a veracidade do texto jornalístico. Inúmeros recursos são empregados, assim, o autor destaca alguns como: citações frequentes, muitas vezes utilizadas para dissimular a mediação do jornalista; o uso sistemático de dêiticos para garantir a referencialidade espaço-temporal e a unicidade do ato de fala; o emprego de expressões numéricas e de estatísticas que causam o efeito de precisão, de rigor e veracidade; escolhas lexicais que causam diferentes graus de comoção: verbos, adjetivos, substantivos estigmatizados; entre outros. Caberia, então, ao analista desvelar a sutileza argumentativa dessas estratégias.

Araújo (2015, p. 3), assim como Motta, Costa e Lima (2004) e Motta (2005), entende a *práxis* jornalística como construtora social da “realidade”, “noção que levou diversos autores a falarem de notícias, reportagens e outros produtos informativos, como narrativas”. Conforme Araújo, as narrativas jornalísticas mantêm um estreito vínculo epistemológico com outros tipos de narrativa, o que permite a assunção de categorias específicas da narrativa presentes no universo do jornalismo, como a existência de uma personagem jornalística e de um narrador-jornalista. Moraes (2017, p. 34), atenta ao predomínio de elementos ficcionais da narrativa em relatos esportivos – como personagens bem definidos, elencando o goleiro como vilão ou o atacante como herói, criação de clímax etc. –, destaca que esses aspectos constituem “um terreno propício à dramatização da notícia” cujo objetivo é entreter e seduzir seu público por meio de suas emoções e paixões pelo clube.

Pondera ainda Araújo (2011) que estes conceitos aplicados ao jornalismo podem revelar condicionamentos culturais, interesses pessoais e ideológicos. Afirmar que a busca pela imparcialidade na narrativa jornalística conduz ao apagamento do narrador-jornalista, muitas vezes, visto como um mero mediador. Contudo, a noção de um narrador-jornalista, “enquanto sujeito do enunciado, – isto é, gestor textual das ações, tempos, espaços e personagens –,” compromete a ideia de neutralidade e imparcialidade apregoada às notícias (Araújo, 2011, p. 11). Nesta direção, Fiorin (2017[2015], p. 83) assegura que “a objetividade, a neutralidade e a imparcialidade são impossíveis, pois a linguagem está sempre carregada de pontos de vista”. Por outro lado, falar de personagens jornalísticas ou atores sociais, adverte Araújo, “é de inegável pertinência, na medida em que, os muitos eixos semânticos, associados à sua construção, poderão criar imagens, favoráveis ou desfavoráveis, desses mesmos atores, limitando a percepção do público a pontos de vista truncados e únicos” (Araújo, 2011, p. 12). Sendo assim, tais concepções contribuem para a investigação da construção narrativa jornalística, ou seja, o modo como o narrador jornalista estrutura o seu discurso e como os atores sociais são representados (textualmente construídos) nas notícias, evidenciando possíveis posicionamentos ideológicos. Um estudo assim representa um ponto de viragem na prática jornalística que passa a ser vista pelo viés construtivista social da realidade, confrontando concepções que veem nas produções jornalísticas apenas um espelho da realidade.

Na mesma direção, manifestam-se Gomes e Rabelo (2016), que buscaram desmistificar a ideia de imparcialidade e de objetividade, em notícias, veiculadas em jornais *online* brasileiros (*IG*, *UOL* e *Estadão*), elencando os seguintes temas: a greve nas Universidades Federais e a aprovação da redução da maioria penal, noticiadas em julho de 2015. Assim, as autoras verificaram que as notícias analisadas procuraram mesclar, no texto, a inserção de pontos de vista de diferentes enunciadores envolvidos no fato noticiado como forma de proteger a face do jornalista, criando um efeito de sentido de distanciamento dos

fatos. Além disso, observaram que as escolhas lexicais realizadas pelo locutor, ao longo do texto, são estratégicas, pois são responsáveis pelos encadeamentos argumentativos pretendidos. Estes direcionamentos são reforçados pelos hiperlinks que, sob a pretensão de causar um efeito de imparcialidade, apontam para diferentes visões do tema tratado, no entanto conduzem o hiperleitor para uma conclusão que já vinha sendo construída ao longo da notícia. Desse modo, Gomes e Rabelo (2016) constataram que a neutralidade argumentativa em notícias é simulada por meio de elementos constitutivos do gênero, produzindo um simulacro de isenção.

Bastos (2018) também explorou os efeitos ou simulacros de imparcialidade, objetividade e neutralidade em notícias digitais, porém, diferentemente de Gomes e Rabelo (2016), utilizou como expediente analítico anáforas encapsuladoras (AE) na construção da argumentatividade do gênero textual notícia. A autora comparou duas mídias digitais diferentes *O Globo* e o *Mídia Ninja* sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff. Em sua análise, verificou um posicionamento mais explícito frente aos fatos apresentados pelos jornalistas do *Midia Ninja* que empregaram, com maior frequência, AE com núcleo e/ou modificador axiológico, além de AE com função metafórica, como estratégia argumentativa. Em contrapartida, *O Globo*, considerado um jornal mais tradicional, optou pelo uso mais frequente de AE com núcleo sem valor axiológico ou pronomes neutros, demonstrando, segundo a autora, uma tentativa de fazer crer que os fatos falam por si só. Para Bastos (2018, p. 119), esta estratégia tende a ser mais persuasiva, uma vez que, ao produzir simulacros de neutralidade, imparcialidade e isenção, o leitor é levado a consentir que, “estando diante de um texto menos marcado axiologicamente, as informações podem contar com maior credibilidade, além do fato de o Grupo Globo ser uma empresa de comunicação consolidada no mercado há quase um século”. Prerrogativa que muitos jornais se valem para, assim, disseminar suas crenças e valores ideológicos, utilizando recursos estratégicos que atuam na construção de sentido do texto.

Com base nessas reflexões, acreditamos que o gênero notícia, a despeito de ser consagrado como um gênero que porta verdades absolutas e realidades imutáveis cujo principal objetivo é “transmitir” informações para seus leitores da forma mais isenta possível, é capaz de influenciar seus leitores, muitas vezes, de modo sub-reptício, por meio de seus jogos de linguagem. Concordamos também com Amossy (2011, p. 131) para quem a argumentação é inerente às práticas discursivas, ou seja, a notícia apresenta uma dimensão argumentativa que corresponde à “tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiros”. Dessa forma, o discurso noticioso, apesar de não apresentar hierarquização de argumentos com vistas à defesa de uma tese, também busca influenciar seus interlocutores, sem, contudo, defender explicitamente uma opinião. A proposta assumida, nesta Tese, é que a argumentatividade presumida em notícias pode ser evidenciada por critérios textuais, especificamente, por meio de sua construção referencial.

3. REFERENCIAÇÃO: PROCESSO SOCIOCOGNITIVO E INTERACIONAL

3.1. Construção processual dos objetos de discurso (OD)

A referenciação é um processo complexo de construção de sentido. Neste campo de pesquisa, a ideia de realidade instável é muito preciosa para os estudos desse fenômeno (Mondada; Dubois, 2015[2003]), no entanto essa visão causa um certo desconforto, porque temos a tendência de racionalizar e estabilizar as coisas do mundo (Cavalcante, 2012). A reelaboração da realidade, no campo da Linguística de Texto (LT), significa que “o papel da linguagem não é o de expressar fielmente uma realidade pronta e acabada, mas, sim, o de construir, por meio da linguagem, uma versão, uma elaboração dos eventos ocorridos, sabidos, experimentados” (*id.*, p. 105). Nesse processo, os objetos do discurso (OD), no decorrer do texto, podem ser construídos, reconstruídos, ativados, desativados e recategorizados. Essas escolhas nunca são aleatórias, pois, de acordo com Santos (2015, p.6), “Não há signo neutro, não há linguagem totalmente objetiva, isenta de posicionamento, a imparcialidade na linguagem é um mito, uma ilusão”.

Nesta perspectiva, a referenciação atua na construção e reconstrução dos OD, ou seja, elementos que representam na mente dos interlocutores uma entidade estabelecida, construída discursivamente (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014). Nesse sentido, as expressões referenciais são estruturas linguísticas responsáveis pela retomada dos OD. Além disso, os OD não se confundem com os objetos do mundo, pois aqueles estão em constante transformação pelos sujeitos envolvidos na interação em função de um projeto de dizer. Conforme atestam Koch e Elias (2008, p. 125)

Trata-se de uma construção e reconstrução de referentes bastante complexa. Nessa construção intervêm não somente o saber construído linguisticamente pelo próprio texto e os conteúdos inferenciais que podem ser calculados a partir dos elementos nele presentes (graças aos conhecimentos lexicais, enciclopédicos e culturais e aos lugares-comuns de uma dada sociedade), como também os saberes, opiniões e juízos mobilizados no momento da interação autor – texto – leitor.

Partindo das concepções adotadas pela LT de que o texto não representa uma simples junção de frases ou apenas uma troca de informações, mas um sistema complexo de elaboração de sentidos, situamos a referenciação como um fenômeno textual-discursivo dos mais importantes para produção/construção de sentidos no texto. Assim, de acordo com Koch (2014, p.48), a referenciação constitui

uma atividade discursiva. O sujeito, na interação, opera o material linguístico que tem à sua disposição, operando escolhas significativas para representar estados de coisas, com vistas à concretização do seu projeto de dizer (Koch, 1999, 2002). Isto é, os processos de referência são as escolhas do sujeito em função de um querer dizer [...] a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas acima de tudo pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural.

Sob este prisma, temos como pressuposto que a língua é concebida numa perspectiva dialógica para a qual convergem fatores culturais, históricos, sociais e cognitivos. Assim, por entender o caráter dinâmico de (re)construção de sentido no texto, “que leva em conta não somente o sujeito “encarnado”, mas ainda um sujeito sociocognitivo mediante uma relação indireta entre os discursos e o mundo”, foi que se passou a utilizar o termo referência (Mondada; Dubois, 2015[2003], p.20, grifo das autoras). Com base nestas autoras, Koch (2012[2005], p. 34) enuncia que a referência “não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades prática e às ações em curso dos enunciadore”.

Com esse entendimento, corroborando o caráter dinâmico de construção e reconstrução de sentido no texto, Koch e Elias (2008), Cavalcante (2012), Santos (2015), Mondada e Dubois (2015[2003]), dentre outros, defendem que o ato de referir não representa um mero apontamento, uma simples relação de equivalência entre os termos no texto ou ainda uma ligação direta entre as palavras e as coisas. Segundo os autores, é um processo inter(ativo), pois envolve uma intensa negociação entre os atores sociais, envolvidos na interação. Este entendimento aponta para a ideia de que os objetos de discurso são (re)construídos no interior do texto para atender a uma demanda interacional dos sujeitos, de acordo com a sua proposta de sentido.

A construção processual dos OD é um elemento importante para compreensão dos processos referenciais, uma vez que, a partir desta noção, diferentes estratégias referenciais são postas em prática. No quadro teórico da LT, atualmente, é consensual que os OD não representam uma relação de correspondência entre as palavras e as coisas, compreendidos, anteriormente, em uma perspectiva especular da linguagem.

Blikstein (2018[1985]) questiona um dos temas mais discutidos, ao longo dos tempos, em diversas áreas do saber – a relação entre linguagem e realidade. Segundo o autor, a insistência em uma teoria triádica do signo (símbolo / referência / referente) gerou vários impasses teórico-metodológicos e não situou o significado linguístico no processo cognitivo

como alguns autores já vinham reivindicando. Acreditava-se que “a realidade extralinguística não seria decisiva para a articulação do significado dos signos” (Blikstein, 2018[1985], p. 24). Como consequência, inicialmente, o referente ficou à margem do campo de estudo da Linguística que procurou enfatizar mais a relação símbolo/referência, seguindo uma postura logicista segundo a qual essa relação deveria ser correta, lógica e verdadeira. Para Blikstein (2018[1985]), os objetos extralinguísticos, ou referentes, ou objetos mentais são frutos de nossa percepção, na qual são fabricados, ou seja, “lugar” onde o “real” é transformado em referente. Dada a importância desse princípio, Blikstein (2018[1985]), p. 40, grifos do autor) salienta que

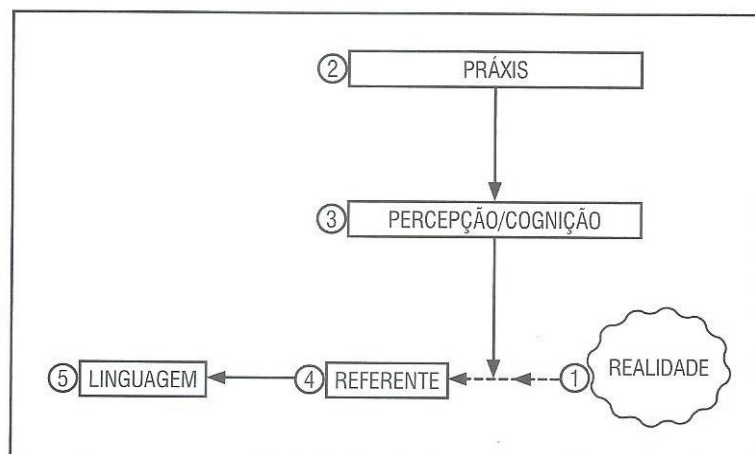
a consequência mais danosa causada pelo descarte do *referente* foi expulsar a dimensão perceptivo-cognitiva do aparelhamento teórico da linguística e da semiologia, como se a percepção/cognição fosse apenas pertinente à psicologia, à filosofia ou à antropologia. A linguística deveria, a meu ver, voltar mais a sua atenção para a natureza da experiência perceptivo-cognitiva e procurar detectar a função e o papel desta na configuração do “real” bem como na arquitetura conceitual de nosso pensamento. Seria na percepção-cognição, portanto antes mesmo da própria linguagem, que se desenhariam as raízes da significação.

No entanto, Blikstein (2018[1985]) vai além da questão percepção/cognição, ao abordar a intrigante história do personagem Kaspar Hauser, no filme “O enigma de Kaspar Hauser” (1974) do cineasta alemão Werner Herzog. Para o linguista, o personagem, criado em um sótão, sem nenhum contato humano até os 18 anos, é desprovido de “óculos sociais” ou padrões perceptivos, isto é, sua relação cognitiva com a realidade é direta, sem uma interação entre língua e práxis. De acordo com Blikstein (2018[1985], p. 53), grifos do autor), “a percepção depende sobretudo de uma *construção* e de uma *prática social*”, sendo esta tributária do sistema perceptual, no qual a realidade é fabricada, ou seja, a realidade se transforma em referente.

De acordo com a Figura 2, a realidade se transforma em referente pela captação ou percepção da realidade e por ação da prática social, compreendida como um conjunto de atividades humanas, sendo a percepção dependente de uma prática social. Consoante Blikstein (2018[1985], p. 54, grifos do autor) “é nessa *prática social* ou *práxis* que residiria o mecanismo gerador do sistema perceptual que, ao seu turno, vai “fabricar” o referente”. Tal posicionamento foi assimilado e defendido por diversos autores da Linguística de Texto, como Alves Filho (2010), Cavalcante et al (2022), Koch (2022[2004]), entre outros. Ou seja, para os teóricos da LT, é improdutiva a ideia de língua como uma representação adequada da realidade, pois, como defende Koch (2022[2004], p. 59), na esteira de Blikstein (2018[1985]), a realidade

é fabricada por toda uma rede de estereótipos culturais, que condicionam a própria percepção e que, por sua vez, são garantidos e reforçados pela linguagem, de modo que o processo de conhecimento é regulado por uma interação contínua entre práxis, percepção e linguagem.

Figura 2: Realidade, referente, linguagem



Fonte: Blikstein (2018[1985], p. 55)

Estas concepções apontam para uma visão não referencial da língua e da linguagem. Nesta direção, Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995) assinalam que não há uma relação direta entre linguagem e mundo e defendem a plasticidade dos OD e sua manipulação por sujeitos em interação verbal. Por essa razão, os autores defendem uma concepção construtivista da referência. Nessa mesma ótica, Koch e Marcuschi (1998, p. 169) destacam o caráter dinâmico e variado dos referentes que podem ser “introduzidos, conduzidos, retomados, apontados e identificados no texto” por meio de estratégias referenciais diversas.

Esta concepção se manifesta também nos trabalhos de Mondada e Dubois (2015[2003]), para quem os OD não espelham a realidade. Isso porque sua existência é estabelecida discursivamente, de forma colaborativa e negociada, pelos sujeitos envolvidos nas interações sociais, o que leva as autoras a afirmarem que os OD “não são nem preexistentes, nem dados, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos” (*id.* p. 17). Dessa forma, os OD são marcados por uma instabilidade inerente ao seu processo de (re)construção, constituídos nas práticas linguísticas e cognitivas de sujeitos situados socialmente. Sendo assim, a partir de uma perspectiva interacionista e discursiva, as autoras desconstróem a ideia de objetividade da linguagem, fundada em seus aspectos imanentes, e passam a considerar a língua como uma atividade social, fundamentada nas práticas sociais. Assumem, portanto, o postulado segundo o qual os OD são produtos culturais de uma atividade cognitiva e interativa de sujeitos sociais. Por esse motivo, as autoras propõem substituir a noção de referente, fundada em uma visão estática e imanente de linguagem, pela de objeto de discurso (OD), decorrente da nossa interação sociocognitiva com o mundo.

Koch e Marcuschi (1998) atestam que as entidades objetivas estão submetidas a uma ordem discursiva que transforma os objetos do mundo em objetos de discurso por meio de uma

(re)construção interativa do próprio real. Trata-se, portanto, de um fenômeno discursivo, uma elaboração cognitiva, isto é, a realidade empírica é uma construção da relação do indivíduo com a realidade. Sob esta perspectiva, em última instância, o termo referenciação passou a ser empregado no lugar da expressão referência por manifestar que “referir não é mais uma atividade de “etiquetar” um mundo existente e indicialmente designado, mas sim uma atividade discursiva.” (Koch; Marcuschi, 1998, p. 173).

Convém ressaltar que não se trata simplesmente de negar a realidade extramente ou muito menos defender uma reelaboração subjetiva do real, mas refutar a crença ingênua e realista em uma língua perfeita em correspondência total com o mundo. Nesse sentido, concordamos com Alves Filho (2010, p. 209), quando diz que “os objetos de discurso refletem e, ao mesmo tempo, refratam os objetos do mundo”. Trata-se, portanto, de

no lugar de partir do pressuposto de uma segmentação *a priori* do discurso em nomes e do mundo em entidades objetivas, e, em seguida, de questionar a relação de correspondência entre uma e outra – parece-nos mais produtivo questionar os próprios processos de discretização. (Mondada; Dubois, 2003, p. 19, grifo das autoras)

Diante do exposto, buscamos situar os objetos de discurso (OD) no universo discursivo, proposta que se vincula à concepção sociocognitiva e interacional da linguagem cuja linha de raciocínio se distancia de perspectivas realistas e essencialistas da linguagem que balizaram por décadas os estudos linguísticos. Temos, então, como princípio, que “a discursivização ou textualização do mundo por intermédio da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração da informação, mas de (re)construção interativa do próprio real” (Koch, 2022[2004], p. 66).

Nesta lógica, podemos dizer que “o processo da referenciação diz respeito à atividade de construção de referentes (objetos de discurso) [no texto] depreendidos por meio de expressões linguísticas específicas para tal fim, chamadas de expressões referenciais” (Cavalcante, 2012, p. 98). Esta atividade manifesta-se, por ocasião da interação verbal, por meio de escolhas significativas, no material linguístico operado, com fins comunicativos e objetivos específicos de construção de sentido.

Estas escolhas nunca ocorrem de forma individual ou aleatória, mas são negociadas entre os interlocutores no processo interacional. Isto implica admitir, que estão sujeitas a aspectos de natureza variada (linguística, cognitiva, pragmática, sócio-histórica e cultural). Diante deste fato, podemos constatar que a própria ideia de negociação ou cooperação entre os sujeitos na interação, vista como um princípio constitutivo da linguagem, subjaz à propriedade definidora do texto segundo a qual

um texto se constitui enquanto tal, no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido. (Koch, 2011[1997], p. 30)

Este caráter intersubjetivo de construção de sentido dá uma ideia do processo complexo e fortemente ativo da comunicação discursiva. Isto nos faz pensar no papel ativo do *outro* no processo comunicativo. Como lembra Bakhtin (2011[1979], p. 272), “ele [o falante] não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas dobre o seu pensamento, em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc”. Daqui depreendemos que essa mesma atitude responsiva é percebida na construção de objetos de discurso cujo resultado é fruto de uma intensa negociação entre os interactantes do jogo comunicativo. Ou seja, conforme aponta Cavalcante (2012, p. 110),

nas interações, as ideias não se processam isoladamente na mente de cada sujeito, mas dependem de como cada um percebe a ação dos outros participantes incluídos na situação. E o modo como cada um compreende essas ações varia de acordo com a bagagem de conhecimentos de cada indivíduo e de circunstâncias contextuais momentâneas. A partir dessa percepção do agir, vão-se estabelecendo as construções negociadas dos referentes.

Dois princípios fundamentais estão atrelados a esta perspectiva responsiva de construção dos OD: a instabilidade do real e a natureza sociocognitiva da referenciação. Aos olhos de hoje, conforme já mencionado, a referenciação é considerada um fenômeno amplamente instável, atestada por vários autores, como Marcuschi (2012[2005]), Mondada e Dubois (2015[2003]), Koch (2022[2004]), entre outros. No bojo desta discussão, reside a ideia da não correspondência biunívoca e estável entre a linguagem e os OD. No entanto, de acordo com Alves Filho (2010, p. 214, grifo do autor), não significa desconsiderar “o *caráter dialético* da referenciação quanto à instabilidade/estabilidade [...], [pois] instabilidade e estabilidade referencial podem coexistir no discurso de um mesmo sujeito ou num mesmo texto”. Segundo o autor, esta dinâmica pode ser compreendida melhor na perspectiva de enunciados concretos tipificados em algum gênero, como elemento determinante e condutor da atividade referencial. Desse modo, segundo ele, por exemplo, em gêneros como tutoriais e bula de remédio, considerando os propósitos comunicativos do gênero, tenderiam para uma maior estabilização dos OD. Por outro lado, gêneros, como editoriais e crônicas, por seu caráter marcadamente ideológico e arbitrário, tenderiam ao plurilinguismo referencial.

Pelo que tem sido exposto, vimos que os objetos de discurso estão em constante (re)elaboração em função das especificidades de cada situação de interação o que implica

considerar aspectos diversos (perfil dos interlocutores, intenções comunicativas, conhecimento prévios, entre outros). Esta atividade demanda uma construção conjunta, portanto, negociada entre os participantes da interação. Todas essas operações encontram-se respaldadas na condição sociocognitiva da referenciação. Isto implica dizer que são estabelecidas sob o viés sociocognitivo, ou seja, pela “relação essencial entre o processo de conhecer (da alçada da cognição) e as experiências culturais (da alçada social), embora não se separem, a rigor, esses dois níveis: o cognitivo e o social” (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014, p. 39-40).

Tendo em mente o caráter processual dos OD, na próxima seção, discutiremos as concepções tradicionais que subjazem algumas visões no campo da referenciação, muitas vezes, presentes em trabalhos acadêmicos da área, tanto no Brasil, como em outros países. Posteriormente, trataremos dos processos referenciais: anafóricos e dêiticos, em uma perspectiva sociocognitiva e interacional.

3.2. Processos referenciais

3.2.1 Concepções tradicionais

Considerando que os processos referenciais incluem processos anafóricos e dêiticos, a investigação dos fenômenos anafóricos teve um forte impulso a partir de Apotheloz e Reichler-Béguelin (1999), representando um marco para os estudos sobre referenciação. Apesar de os autores apresentarem uma visão mais clássica sobre anáfora, foram capazes de sintetizar tudo o que se falava na época sobre o tema, citando autores importantes para os estudos da referenciação, como Lyons, Ducrot, Ariel, Conte, Cornish, dentre outros. Também contribuíram para esse debate os postulados de Mondada e Dubois (2015[2003]) por defenderem uma visão construtivista dos objetos de discurso.

Inicialmente, os casos de anáforas eram descritos com base em dois princípios: o antecedente e a correferencialidade. A compreensão dessas manifestações girava em torno dessas convicções. Assim, para muitos linguistas – como, por exemplo, Halliday e Hasan (1976), Huang (2000), entre outros –, essas anáforas eram concebidas a partir de uma relação de dependência entre a anáfora e seu antecedente, isto é, a interpretação de um dependia exclusivamente do outro. A principal crítica que alguns pesquisadores, como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), Apothéloz e Doehler (2003), Cornish (2010, 2011), faziam a essa visão clássica de anáfora era o foco excessivo no antecedente, baseado em critérios puramente

semânticos, influenciados pelo engajamento às concepções estruturalistas da época. Por décadas, esse pensamento representacionista presidiu os estudos no campo da referência.

No entanto, esta abordagem textualista de cunho estruturalista não conseguia explicar satisfatoriamente ocorrências anafóricas em que a expressão referencial não retomava um elemento específico do cotexto, conforme os casos de anáfora considerados prototípicos. Pelo contrário, o antecedente de anáforas denominadas “atípicas” encontra-se difuso no texto e, por isso, a relação entre essas anáforas e seu antecedente é baseada na não correferencialidade. Muitos linguistas começaram a perceber que esses casos anafóricos eram não somente produtivos na língua, como também eficientemente comunicativos. Além disso, observaram que esses tipos anafóricos não funcionam como simples “eco” de seu antecedente, mas dependem da associação de indicadores linguísticos e processos cognitivos para sua resolução.

Segundo Schwarz-Friesel e Consten (2011), este quadro de análise fornece novos insights sobre os papéis interacionais, pois entende que a referenciação é uma atividade colaborativa entre falantes e ouvintes e a expressão referencial não é responsável exclusivamente pela unicidade do discurso. Isso implica em uma ênfase nos aspectos funcionais da linguagem, buscando compreender melhor o caráter contextual e situacional no qual os enunciados estão inseridos. Como consequência, o foco de atenção passa a ser não apenas os meios linguísticos, mas sua função “em interação ou em relação dialetal com as condições sociais de uso da linguagem” (Marmaridou, 2011, p. 81), ou seja, em práticas discursivas socialmente construídas, refletindo uma atividade verbal dinâmica e criativa da linguagem. Além desses princípios, contribuem também para a comunicação referencial, processos mentais complexos que envolvem todos os tipos de informações armazenados na nossa memória, responsáveis pela (re)elaboração da realidade, conforme os nossos mecanismos perceptivos e cognitivos, demonstrando que as configurações mentais se combinam com informações explícitas no texto. Diante disso, uma abordagem dinâmica de referenciação considera uma série de tópicos conectados que anteriormente não eram tratados. Resumindo,

a atual teoria da referência não descreve apenas a função das expressões referenciais, mas tenta explicar a produção e compreensão de itens referenciais como parte da comunicação em linguagem natural no texto e no discurso, baseada em princípios pragmáticos e cognitivos (Schwarz-Friesel; Consten, 2011, p. 350)

Aphoteloz e Reichler-Béguelin (1999) já vislumbravam que as anáforas não correferenciais (e não apenas estas) demandam alguma atividade inferencial. Dois princípios teóricos subjazem a esta visão. O primeiro é a ideia segundo a qual “qualquer discurso constrói uma representação que funciona como uma memória partilhada “publicamente” alimentada

pelo discurso” (Aphtheloz; Reichler-Béguelin, 1999, p. 370, grifo dos autores). Esta representação é compreendida como uma memória discursiva para qual, além de informações fornecidas pelo contexto enunciativo, contribuem também atividades inferenciais que podem orientar as percepções dos sujeitos envolvidos no processamento de compreensão textual. Segundo Samaniego (2013), outros modelos mentais, como os construídos a partir dos conhecimentos de mundo armazenados na memória dos indivíduos, também são ativados na construção de determinada entidade discursiva. O segundo princípio é uma consequência do anterior, pois os referentes deixam de ser vistos como uma representação de realidades do mundo e passam a ser compreendidos como objetos de discurso, (re)construídos pelo discurso, considerando os interesses estratégicos e as negociações realizadas no jogo comunicativo.

Outra questão central que chamou a atenção dos pesquisadores se refere aos fatores que determinam a escolha de expressões referenciais, cuja principal função é “indicar o grau de acessibilidade das representações mentais de seus referentes em um determinado contexto” (Schwarz-Friesel; Consten, 2011, p. 353). Tais observações conduziram a um questionamento a respeito da noção de acessibilidade dos referentes a partir da relação entre as expressões referenciais e a memória dos referentes, por exemplo, em trabalhos realizados por Ariel (1990). Esses estudos são descritos em termos informacionais e comunicacionais, pois, à medida que o referente é menos acessível, maior será o conteúdo descritivo da expressão anafórica. Por outro lado, quanto mais acessível é o referente, menor será o conteúdo descritivo da expressão anafórica. Ariel (1990) dispõe quatro pontos principais atribuídos à acessibilidade de uma entidade referida por meio de expressões referenciais: (i) a distância temporal e espacial, fator que evidencia que quanto maior a distância, menos acessível é o referente; (ii) a concorrência de referentes, ou seja, um número maior de referentes possíveis diminui o acesso ao referente pretendido; (iii) a saliência do referente, isto é, quanto mais evidente na estrutura discursiva, mais acessível ele é; (iv) unidade, espaço (ilhas de acessibilidade) a que pertence a expressão referencial e seu referente.

Não obstante as contribuições advindas dos pressupostos de Ariel, alguns casos devem ser observados com parcimônia para não incorrer em uma visão reducionista das estratégias referenciais. Conforme Aphtheloz e Doehler (2003), esses princípios, quando passam pelo crivo de dados empíricos, isto é, o campo das interações contextualizadas, acabam não dando respostas satisfatórias, pelo fato de o escopo de análise ficar restrito ao traço textual, deixando à margem aspectos não linguísticos que podem ser decisivos para uma boa compreensão dos fatos observados. Nesta direção, Aphtheloz e Doehler (2003, p. 220) refletem que “a escolha

de uma expressão referencial pode depender de outros fatores além da acessibilidade do referente alvo ou de seu estado atual de atenção”. Para os autores, são os dados interativos que mais desafiam modelos concebidos em termos puramente referenciais.

Cavalcante (2011) trata o tema da acessibilidade do referente em uma perspectiva mais ampla, em que um referente não necessariamente precisa estar vinculado a sua realização no cotexto para ser ativado na memória discursiva. Em geral, mas nem sempre, um sintagma nominal definido refere-se a entidades dadas e mentalmente acessíveis. No exemplo a seguir, retirado de Cavalcante (2011, p.134), o enunciador inicia a narração por meio da expressão definida “a professora de matemática”, sublinhada no texto pela autora, sinalizando para o leitor que o referente é reconhecível no mundo do discurso.

Joãozinho

A professora de matemática pergunta ao Joãozinho:

- Joãozinho, tem três passarinhos no galho de uma árvore. Você pega sua espingardinha e mata um. Quantos ficam no galho?

- Nenhum, professora – responde ele.

- Como Joãozinho? Pense bem... Você tem 3 passarinhos, mata um. Quantos sobram?

- Nenhum, professora. Quando eu acertar o primeiro, os outros dois saem voando e não sobra nenhum no galho.

- Bem, Joãozinho, a resposta não foi correta, mas eu gosto muito do seu jeito de pensar. [...] (Cavalcante, 2011, p. 134, grifo da autora)

Essa sinalização não ocorre apenas pelo traço gramatical da expressão definida, mas a partir de outros indícios no contexto, por exemplo, o título “Joãozinho”, o gênero piada, assim como a cena de sala de aula e o diálogo entre Joãozinho e a professora – recorrentes nas “piadas de Joãozinho”. Por isso, para a autora, “o referente, ou objeto de discurso, é uma entidade que emerge da própria interação” (Cavalcante, 2011, p. 122).

Diante do exposto, podemos dizer, com Marcuschi (2012[2005]), que a classe das anáforas não correferenciais, hoje denominadas anáforas indiretas e anáforas encapsuladoras, tendo em vista suas respectivas características individuais e imbricações, desafiou pesquisadores que precisaram rever suas noções estreitas de anáfora e introduzir aspectos cognitivos e pragmáticos até então pouco investigados. Assim, o estudo desses casos, passou a “rever as relações entre pragmática e cognição e exigir análises mais cuidadas da noção de *modelos mentais* e do funcionamento semântico da língua (em especial do *léxico* e dos *papéis temáticos*)”, ocasionando uma revisão mais produtiva de noções “como *língua*, *categoria*, *inferência*, *texto* e *coerência*” (Marcuschi, 2012[2005], p. 54, grifos do autor).

Sob outro enfoque, os procedimentos dêiticos também foram passando por reformulações e acréscimos no quadro teórico que embasam a epistemologia desses casos.

Autores seminais, como Lyons, Fillmore, Levinson, Bühler, dentre outros, realizaram um importante estudo sobre a dêixis, isto é, uma descrição elaborada, discutindo principalmente os casos de dêixis de pessoa, espaço e tempo – tradicionalmente, classificadas como dêixis “pura”. Inicialmente, estes estudos estavam muito atrelados às categorias da língua – em consequência de uma visão predominantemente estruturalista da época, e não do discurso, mas, sem dúvida, representam um marco nos estudos linguísticos. Nesse itinerário, esses dêíticos fazem referência a um contexto centrado no enunciador (eu) – considerado a *origo* ou ponto zero da referência, a partir do qual as coordenadas espaciais (aqui) e temporais (agora) são estabelecidas em uma dada situação enunciativa (Lyons, 1977). Desse modo, um campo dêítico é criado em torno do enunciador, permitindo identificar quem enuncia, quando e onde, de modo que, alterando essas coordenadas, a perspectiva dêítica passa a ser outra, demonstrando dependência de aspectos relacionadas à cena enunciativa.

De acordo com Pires e Werner (2006), os estudos sobre a dêixis foram enriquecidos pelas contribuições advindas da teoria da enunciação, na qual Emile Benveniste figura entre seus principais expoentes, trazendo para o centro das discussões um sujeito em interação que marca sua existência no mundo ao proferir EU para um TU. Isto é, “os dêíticos só existem porque um indivíduo no mundo assume-os e o faz pela necessidade que tem de comunicar-se com outros membros de sua comunidade social” (Pires; Werner, 2006, p. 146). Por isso mesmo, podem ser considerados categorias reveladoras de subjetividade ou indicadores da subjetividade (cf. terminologia de Benveniste), pois o sujeito se manifesta no ato de produção do enunciado em um determinado espaço e momento inédito e irrepetível. Além disso, conforme pleiteia Benveniste (2006[1966], p. 101), “Ela [a língua] fornece o instrumento linguístico que assegura o duplo funcionamento subjetivo e referencial do discurso: é a distinção [...] entre o eu e o não-eu” que se desdobra na oposição eu/tu e eu-tu/ele (categoria de pessoa *versus* categoria de não pessoa). Dessa forma, o autor contribui para a diferenciação entre dêíticos (eu/tu) e anafóricos (ele), ou seja, os que não participam da enunciação, mas possibilitam a operação da referência ao que não é a locução.

Assim como Benveniste (2006[1966]), Fillmore (1971) também acena para questões interacionais entre os participantes da comunicação. Sob este olhar, o linguista evidencia um outro tipo de dêixis, chamada social, também definida em uma perspectiva egocêntrica, portanto, assim como a dêixis pessoal, dirige-se a um interlocutor. A escolha desse uso dêítico é orientada pelas normas de conduta social que regem qualquer interação. Sendo assim, dependendo do grau de intimidade ou (in)formalidade das relações sociais estabelecidas, os

participantes “determinam, por exemplo, a escolha dos níveis discursivos honoríficos ou polidos, ou íntimos ou insultantes” (Fillmore, 1971, p. 39). Por outro lado, Santos e Cavalcante (2014) concebem a dêixis social como um subtipo da dêixis pessoal, em função dos modos de tratamento determinados na situação enunciativa.

Além da dêixis “pura” que, em uma visão clássica, abriga os usos prototipicamente dêíticos, ou seja, aqueles determinados no momento da enunciação e indicadores de elementos “exteriores” ao texto, Lyons (1977) e Levinson (1983) consagram casos de dêixis textual/discursiva e dêixis de memória como dêixis “impura”, como uma espécie de derivação da dêixis “pura”. Baseados em uma divisão rígida entre estas categorias, os autores percebem que estes casos “menos” canônicos de dêíticos diferenciam-se dos outros por acompanharem expressões nominais e apontarem para espaços dêíticos inusitados, como o texto ou a memória. No entanto, esses autores, considerados precursores dessas discussões, não detalharam muito esses casos.

De acordo com Apotheloz e Reichler-Béguelin (1999), no caso da dêixis de memória, o sintagma nominal demonstrativo opera *in absentia*, isto é, sem qualquer referência contextual que lhe sirva de base, todavia o objeto referido encontra-se presente nas representações mentais dos sujeitos envolvidos na interação. Conforme atesta Zamponi (2001, p. 143), “no uso insólito do demonstrativo, ocorre uma imposição cognitiva, psicológica ou memorial do referente nas representações mentais do locutor (situação descrita sob o nome de dêixis *in absentia* ou dêixis memorial”. Casos assim, representavam usos insólitos de dêixis, uma vez que o paradigma seguido era o dos indicadores de ostensão (Cavalcante, 2000). Como salienta Cavalcante (2011, p. 115), a dêixis memorial aponta para conhecimentos compartilhados entre os interlocutores, sinalizando que “o referente mencionado está radicado no campo dêítico da memória, e não citado em outra parte do cotexto (está *in absentia*), nem indicado na circunstância comunicativa imediata”.

Por outro lado, a dêixis textual aponta para elementos contextuais, ou seja, diz respeito ao “emprego de expressões indiciais como *mais acima, abaixo, no próximo capítulo, aqui*, etc. com o objetivo de se referir aos segmentos, aos lugares ou aos momentos do próprio texto em que estas expressões são utilizadas” (Apotheloz, 2015[2003], p. 69, grifos do autor). Desse modo, o autor destaca que, nesses casos, diferentemente da dêixis situacional, na qual estamos lidando com o lugar e o momento da enunciação, o que está sendo considerado é o lugar e o momento do texto onde a expressão indicial se encontra. Diessel (2006) salienta o papel pragmático-discursivo desse tipo de dêixis, pois, para ele, os dêíticos discursivos têm a função

pragmática de estabelecer ligações entre porções do discurso, contribuindo para a organização interna do discurso, além de cumprir outra função que é a de estabelecer/manipular a atenção conjunta provocada pela presença de um demonstrativo. Para Cavalcante (2011, p. 108), importa observar o procedimento dêitico que tais expressões indiciais portam, isto é “um modo de chamar a atenção do interlocutor para o que está sendo expresso, empregando um elemento reconhecido no sistema da língua com a função de indicar, de apontar para”.

Com relação ao campo dêitico, Hanks (2011) assinala que há um consenso de que a indexicalidade é dependente do contexto de enunciação, no entanto pondera a respeito da primazia a priori da espacialidade e o foco em um falante solitário que produz seu enunciado como parâmetros exclusivos de acesso ao referente. Esta abordagem egocêntrica, segundo o linguista, apesar de assumida por grande parte da literatura, encobre outros critérios que não são normalmente observados e que podem ser importantes para a compreensão dos usos dêiticos, como, por exemplo, efeitos pragmáticos, muitas vezes, considerados incidentais, conhecimentos prévios, memória, saliência cognitiva, familiaridade com o objeto, aspectos não espaciais da fala dêitica etc. Sendo assim, o autor argumenta sobre a relevância de considerar também o “espaço” de interação ou do diálogo, ou seja, características do contexto como identidade dos participantes, o gênero no qual a prática dêitica está contida, a colaboração entre os participantes. Aspectos que são, normalmente, negligenciados em favor de uma atenção maior ao espaço físico egocêntrico. Podemos inferir, portanto, que o autor defende uma visão em perspectiva da espacialidade para compreender como afeta a prática dêitica.

Cabe ressaltar que o procedimento dêitico e o procedimento anafórico não são incompatíveis entre si, uma vez que expressões referenciais podem acumular funções, fenômeno que tem sido observado por vários autores. Cornish (2010, 2011 *apud* Ehlich, 1982), percebendo as possíveis interseções entre os processos dêiticos e anafóricos, utiliza o termo *anadêixis* para indicar esses casos. É bem conhecida também a escala de anaforicidade e deiticidade codificada por determinadas categorias de expressões indexais do inglês, proposta por Cornish (2011). Assim, o autor representa elementos anafóricos e dêiticos distribuídos em um *continuum* de relações entre esses dois polos, no qual existem elementos mais prototípicos e outros que carregam características de ambos os lados da escala.

Mais recentemente, Santos e Cavalcante (2014) propõem uma reinterpretação das diferenças e aproximações entre os procedimentos dêiticos e anafóricos, refletindo, também, sobre a necessidade de inferência para a compreensão. Para as autoras, este novo enfoque só é possível se for visto a partir de uma ótica sociocognitiva e interacional, na qual os sentidos são

construídos discursivamente – visão que, de certo modo, dialoga com as proposições de Hanks (2011). Nessa perspectiva, as autoras defendem que os casos de dêixis textual e de memória comportam uma combinação entre dêixis e anáfora. Estes casos carregam em si um traço cotextual, uma característica peculiar às anáforas, e um traço dêitico desencadeado pelo uso do demonstrativo, que, normalmente, acompanha essas expressões referenciais. No entanto, as pesquisadoras alertam que é necessário ir além de uma análise formal dos demonstrativos, como também dos aspectos relativos à *origo*, em sua concepção tradicional,

pois não é exatamente a forma que imprime a uma expressão o estatuto da dêixis, mas o uso que dela se faz em circunstâncias particulares. Toda estratégia referencial se desenvolve, a nosso ver, por um mecanismo dêitico (leia-se o que diz Lyons, 1977, sobre “componente dêitico”), ou seja, por um dispositivo remissivo, uma propriedade de apontar para um dado objeto localizável em dado “campo dêitico” (Buhler, 1982), que pode ser ou o espaço situacional da comunicação empírica, ou o espaço cotextual, ou a memória compartilhada, ou mais de um desses campos a um só tempo. Observemos, portanto, que postulamos a distinção entre “componente dêitico”, peculiar a toda expressão referencial, e dêixis propriamente dita – um processo referencial que depende, necessariamente, da consideração do ponto de origem do enunciador, de sua localização espaço-temporal (Santos; Cavalcante, 2014, p. 237)

Diante do exposto, procuramos discutir algumas questões relacionadas às concepções tradicionais. Algumas dessas visões, ainda, refletem uma noção de texto como produto, e de língua como uma representação objetiva da realidade, entretanto forneceram as bases para os estudos atuais. Outros estudos ampliam esses horizontes, incluindo, de fato, nas análises dos processos referenciais, aspectos sociocognitivos interacionais para que o texto seja compreendido em uma perspectiva processual de construção de sentidos. Na próxima seção, apresentaremos questões mais contemporâneas acerca dos processos referenciais, começando com os anafóricos, em seguida, com os dêíticos.

3.2.2 Processos anafóricos

De acordo com Cavalcante (2012, p. 133), os processos referenciais “desempenham papéis importantes na tessitura textual. Eles exercem funções textual-discursivas que podem servir para organizar, argumentar, introduzir objetos de discurso (OD), entre outras possibilidades”. Conforme Koch (2022[2004]), os processos referenciais refletem as escolhas do sujeito com vistas à concretização de seu projeto de dizer. Santos e Cavalcante (2014) ratificam essa ideia e acrescentam dizendo que

as escolhas das estratégias referenciais não são aleatórias. Sobre elas incide a intencionalidade, o gênero discursivo em questão, o suporte onde o texto circula, a sequência textual predominante, além de outros aspectos não apenas linguísticos, mas

condicionados pelo caráter sociocognitivo da linguagem e dos textos (Santos; Cavalcante, 2014, p. 229).

Koch (2022[2004]) destaca algumas funções envolvidas na construção dos OD: (i) construção/ativação, quando há um novo OD na malha textual, tornando-se saliente na memória discursiva; (ii) reconstrução/reativação, quando um OD já introduzido permanece em foco por meio de uma forma referencial; (iii) desfocalização/desativação, ocorre quando um novo OD é introduzido, passando a ocupar uma posição de destaque, enquanto o OD desfocalizado continua disponível para utilização. Essas funções atuam para que a todo instante, conforme a proposta de sentido pretendida, os OD sejam modificados ou expandidos, demonstrando o caráter complexo e processual de construção destas entidades discursivas.

A partir de estudos mais recentes, a introdução referencial passou a ser compreendida como uma função inerente aos processos anafóricos e não mais como uma categoria referencial exclusiva em oposição as anáforas. Diante deste fato, Colamarco (2014, p. 72) assume que “a primeira expressão do texto, não ancorada prospectiva- ou retrospectivamente, que categoriza o objeto de discurso, referindo-se a ele por meio de uma expressão nominal, será denominada por nós enunciação do referente”. Portanto, de acordo com a autora, um OD pode ser introduzido no texto tanto por meio da enunciação do referente, como por processos anafóricos, e esta escolha tem propósitos comunicativos, dado que atua diretamente na construção de sentido. Um exemplo disso, são os casos de OD introduzidos por pronomes prospectivos (anáforas) que colaboram para o clima de suspense em narrativas de terror.

De forma sistemática, nos estudos sobre referenciação, com base em Koch (2022[2004]), e Cavalcante (2011, 2012), as anáforas são reconhecidas pela sua capacidade de estabelecer a continuidade referencial no texto e são divididas em diretas, indiretas e encapsuladoras.

As anáforas diretas (AD) também são identificadas por sua particularidade de formar cadeias coesivas de correferencialidade. Neste caso, as AD ou correferenciais retomam um mesmo OD, não apenas o tornando ativo na memória discursiva do interlocutor, como também promovendo sua progressão temática ao longo do texto. Entretanto, em conformidade com as discussões que têm sido delineadas nas linhas desta Tese, a principal diferença dos estudos tradicionais sobre anáfora direta reside na representação de uma instância específica não apenas atribuída a marcas gramaticais, mas à capacidade de orientar a atenção dos interlocutores para uma entidade que vai sendo construída no universo discursivo mediante a concepção de ancoragem (Samaniego, 2013). Ou seja, não é um simples procedimento de busca e

correspondência de seu antecedente – o que implica também reconsiderar a ideia de que as anáforas diretas exigem uma menor capacidade inferencial e que realizam uma relação “direta” entre a expressão referencial e seu antecedente, sem invocar conhecimentos armazenados na memória compartilhada.

Nesta ótica, o papel das AD não se restringe simplesmente a localizar pontualmente um OD ou promover elos interligados ao longo do texto, como supunha uma visão estritamente linguística ou estrutural. Dentro dessa visão clássica, é que se fazia a distinção entre anáfora e catáfora (Koch, 2022[2004]), revelando um modelo de análise limitado ao cotexto. Atualmente, considerando um sujeito social, atuante, que estrategicamente realiza escolhas em função de um querer dizer,

a interpretação de uma expressão referencial anafórica, nominal ou pronominal, consiste não simplesmente em localizar um segmento linguístico no texto (um “antecedente”) ou um objeto específico no mundo, mas sim, algum tipo de informação anteriormente alocada na memória discursiva (Koch, 2012[2005], p. 35, grifo da autora).

Com isso em mente, a relação correferencial entre uma AD e seu antecedente pode não ser tão óbvia, sendo necessária, por vezes, uma maior ou menor inferência para identificar a entidade referida. Dessa maneira, segundo Cavalcante (2011), de modo geral, é preciso recorrer às pistas textuais fornecidas pelo contexto como um todo e a outros indícios que atuam como âncoras ou gatilhos na construção do OD. Neste processo, é necessário também considerar que as anáforas se apoiam em outras e em outras cadeias referenciais para compor a malha textual. Por conseguinte, conforme temos enfatizado, os procedimentos referenciais, por via de regra, organizam-se de forma reticulada ou tentacular, isto é, não linear, em prol da coerência global do texto.

Tal fato é evidenciado em Morais (2017) que, ao analisar notícia esportiva de futebol em dois jornais diferentes – um exclusivamente esportivo, *Lance!* e outro de assuntos gerais, *O Globo* –, verificou naquele uma necessidade maior de inferência para recuperar o referente das anáforas diretas por parte de leitores não especializados, revelando que nem sempre a identificação do referente será tão óbvia. Por isso, é necessário o acionamento de conhecimentos partilhados, associando as expressões referenciais às pistas textuais, para construir o sentido do texto. Um exemplo deste processamento de sentido ocorre no trecho retirado de Morais (2017, p. 76). Neste excerto, podemos observar que o OD “Wayne Rooney” é retomado pelas AD “ele” e “o baixinho”. Esta AD apresenta referentes concorrentes, ou seja, há no texto outros nomes de jogadores, porém sua interpretação é efetivada pelas pistas textuais

– relações de predicacões instituídas no texto –, certificando que o referente não poderia ser nem Muslera nem Gerrard.

(L1) A partir dos 15 minutos, a Inglaterra se assentou em campo e passou a ameaçar. Tanto que por duas vezes Wayne Rooney quase marcou seu primeiro gol em Copas. Primeiro, numa bela cobrança de falta, ele deixou Muslera estático. A bola não entrou por centímetros. Depois, após levantamento de Gerrard na área, o baixinho carimbou a trave.

Assim, podemos depreender que o processo de interpretação de um texto consiste em uma atividade sociocognitiva que, segundo Leite (2007, p. 118), não implica simplesmente “localizar um segmento linguístico dentro do texto, mas ainda identificar pistas linguístico-textuais que estabeleçam ligações com informações que se encontram na memória discursiva de uma comunidade”.

Sob este olhar, Miranda e Santos (2022) analisaram duas notícias publicadas em mídias *online* brasileira (*O Globo*) e italiana (*La Repubblica*) que abordaram o mesmo tema sobre a marca atingida de 500 mil mortos por Covid-19 no Brasil. No jornal brasileiro, o referente “medicamento” é retomado por sucessivas anáforas diretas por repetição lexical ou pelo nome da substância do medicamento “cloroquina” ou “(hidroxi)cloroquina”. Entretanto, as pistas textuais (“sem eficácia”, “sem comprovação científica”, “não tinha efeitos significativos”, entre outras) associadas a outras cadeias referenciais e a outros objetos de discurso promovem uma transformação significativa desta entidade discursiva. De acordo com as autoras, a notícia focaliza o interesse do governo pela cloroquina, associando a ineficácia desse medicamento à imagem negativa que se cria do governo Bolsonaro, contribuindo com o projeto de dizer do enunciador. Nessa perspectiva, a correferencialidade não é vista apenas como um aspecto de natureza textual, mas como um processo de (re)elaboração dos referentes a partir de aspectos discursivos. Por isso, as autoras salientam que a referenciação deve ser entendida “como um processo sociocognitivo e interacional, que se associa a inúmeros elementos na configuração textual” (Miranda; Santos, 2022, p. 293).

Segundo Barbalho, Miranda e Bastos (2024), na esteira de Marmaridou (2011), para além dos aspectos linguísticos, enfatizados em análises tradicionais, é preciso contemplar a relação dialética entre o uso da linguagem e as condições interacionais de sua ocorrência. Assim, no Exemplo (1) retirado de nosso *corpus*, a cadeia correferencial do OD “vítimas” configura na mente do leitor uma representação que é motivada discursivamente. Esta entidade discursiva não é construída apenas pelas simples ligação entre as AD (em negrito), mas a partir de outros indícios contextuais que apontam o itinerário sociocognitivo que o leitor deve percorrer para

compor o sentido pretendido. Sendo assim, a partir da associação com outras expressões referenciais, presentes nas pistas textuais, e inferências articuladas pelos participantes da interação, processos que são instanciados pelo gênero de ocorrência e pelo contexto social mais amplo (Bentes; Ferreira-Silva; Accetturi, 2017), o leitor vai percebendo que se trata de crianças, vítimas de um suposto crime de pedofilia cometido por um religioso. Colaboram para esta compreensão, além das anáforas correferenciais de “vítimas” que acrescentam novas informações ao referente, outras anáforas (sublinhadas no trecho), como “mais uma acusação de abuso sexual”, “Igreja Católica”, “o padre Pedro Leandro Ricardo”, “relações sexuais com o padre”, “na casa paroquial” que ajudam a compor um cenário chocante de denúncias, envolvendo abusos sexuais contra menores perpetrados por membros da Igreja Católica.

(1) Mais uma acusação de abuso sexual atinge a Igreja Católica no Brasil. A Polícia Civil de Araras (SP) recebeu quatro denúncias contra o padre Pedro Leandro Ricardo da época em que ele era pároco da igreja São Francisco de Assis. **Coroinhas** disseram ter sido **vítimas do religioso** entre 2002 e 2003, quando **Ø** eram **menores de idade**. **Uma das vítimas** relatou que teve relações sexuais com o padre na casa paroquial onde o religioso morava. A defesa do clérigo nega as acusações.

Vários autores também têm observado o comportamento de outros dois tipos de anáforas: as anáforas indiretas (AI) e anáforas encapsuladoras (AE) sob um olhar mais sociocognitivo do que estritamente linguístico. As AI são reconhecidas fundamentalmente por dois aspectos: a ausência de correferencialidade e a capacidade de introduzir um novo referente no texto. O primeiro é a principal característica que as diferencia das AD, portanto as AI não retomam um termo específico no contexto linguístico, mas estão relacionadas a elementos denominados âncoras, isto é, uma expressão ou contexto semântico que ativa o significado, motivando inferências potenciais. Conforme atestam Koch e Marcuschi (1998, p. 175), “a rigor inexistente um antecedente explícito no texto, mas existe sim um apoio, uma fonte ou uma origem de fundo cognitivo ou cultural que motiva a relação”. Além disso, continuam os autores, nem tampouco “trata[se] de uma proposta fundada na realidade lexical apenas, embora não se negue que, em muitos casos, o aspecto lexical é relevante”. Assim, podemos afirmar com Schwarz-Friesel (2007) que não há uma relação de correferencialidade entre a âncora e a AI, mas uma relação semântica ou conceitual.

Expandindo um pouco mais a noção de AI, temos, então, que a relação anafórica constitui-se sob a base de um novo objeto de discurso estabelecido na malha textual, relacionado a elementos dados pelo cotexto e pelo contexto sociocognitivo. De acordo com Marcuschi (2012[2005], p. 58, grifo do autor), “trata-se de considerar que os processos cognitivos e as estratégias inferenciais são decisivos na atividade de textualização, provocando

o que se poderia chamar de *universo referencial emergente*”. Como consequência desse processo, é inevitável pensar que a progressão referencial promovida pelas AI ocorre de modo multilinear, no qual é construído um vínculo temático coerente. Portanto, a coerência construída envolve operações cognitivas e atividades inferenciais efetivadas, no processamento textual, para além de apenas propriedades imanentes ao texto.

Marcuschi (2000, p. 191, grifo do autor) ressalta o caráter não linear das AI, mas podemos dizer também das anáforas em geral, afirmando que “o encadeamento referencial organiza-se num sistema de correlações como uma rede multidimensional. Assim, não é uma condição necessária da textualidade a ligação linear de elementos linguísticos, já que a textualização se dá num processo de *multilinearização*”. De acordo com o autor, os procedimentos anafóricos situam-se nos domínios do explícito e do implícito, envolvendo uma série de conhecimentos linguísticos, pragmáticos, cognitivos e interacionais ativados durante o processamento referencial.

Do ponto de vista da acessibilidade do referente, Schwarz-Friesel (2007, p. 8, grifo da autora) destaca que “as anáforas indiretas devem ser vistas como ‘entidades dadas e novas’”, uma vez que combinam processos de ativação e reativação”. Apesar de a AI inaugurar um novo referente, sua interpretação ocorre em condições de ancoragem, ou seja, uma ligação inferencial entre a expressão nova e os elementos dados pelo cotexto. Por isso, sua estreia no texto não causa estranhamento ao destinatário, pois é possível reconhecer que há algum tipo de relação entre a AI e a âncora.

Dada a relação entre as AI e sua âncora, inicialmente, procedeu-se a uma tipologia de anáforas indiretas. Autores, como Schwarz-Friesel e Consten (2011) identificaram dois subtipos de AI: tipos semanticamente fundados, relacionados a âncoras lexicais, e tipos conceitualmente fundados, relacionados a conhecimentos conceituais. Entretanto, outros autores, como Apótheloz e Reichler-Béguelin (1999), já defendiam que independente da origem da âncora, todas as anáforas são associativas e envolvem algum tipo de ligação inferencial e, por isso, não é produtiva a categorização dessas anáforas – visão com a qual compartilhamos.

Por outro ângulo, recordamos que, na visão tradicional, as AI eram geralmente retratadas por expressões definidas, sendo consideradas uma representação prototípica desse tipo de anáfora. Sendo assim, as AI pronominais e demonstrativas eram normalmente vistas como violação das condições de uso dessas formas. Entretanto, Apótheloz e Reichler-Béguelin (1999, p. 6) frisam que “as teorias que se aplicam ao demonstrativo são geralmente oferecidas por uma prática descritiva pela qual o demonstrativo é contrastado com o artigo definido” e não

pelas vantagens que tal uso, do ponto de vista da elaboração de sentido, pode fornecer em um determinado contexto. Nesse sentido, as análises de Gundel, Hedberg e Zacharski (2000), de certa forma, se aproximam de uma proposta mais processual de construção de sentido, uma vez que consideram as relações cognitivas estabelecidas pelas formas gramaticais (pronome, demonstrativo e artigo) das AI, em contextos orais de cunho informal. Todavia, dão pouca ênfase a aspectos inferenciais ou interacionais do texto.

Já Marcuschi (2000), na contramão dos estudos canônicos de AI, analisa o caso dos pronomes de terceira pessoa (ele, eles) não correferenciais, denominando-as anáforas esquemáticas (AE), na ótica da construção referencial por inferenciação, no discurso oral e escrito de caráter informal. Essas ocorrências, além da não correferencialidade, da inferencialidade, do *status* de novo como dado, da ausência de um antecedente explícito no cotexto, apresenta a peculiaridade de fazer referência a uma pluralidade indeterminada, comportando uma referência coletiva. Assim, no exemplo, extraído de Marcuschi (2000, p. 205, grifos o autor), “Ontem à noite estive num concerto. *Eles (os músicos)* tocavam a 9ª Sinfonia.”, não sabemos se os músicos são homens ou mulheres, nem quantos são, demonstrando o caráter de indeterminação, coletividade e virtualidade, contudo não se trata de uma identificação genérica, pois são indivíduos identificáveis. O autor também ressalta que, em muitos casos, a resolução dessas AE é determinada discursivamente por aspectos pós-pronome, conclusão semelhante a Gundel, Hedberg e Zacharski (2000). Diante do exposto, na esteira de Marcuschi (2000, p. 237), cumpre considerar que referências diretas e indiretas “são calculadas com recursos tanto pragmáticos, como lógicos e cognitivos. Trata-se de um procedimento de raciocínios inferenciais complexos”.

Com tais reflexões, podemos verificar que, na perspectiva dos processos anafóricos, as AD e as AI não representam categorias estanques, de modo que se excluam mutuamente. Normalmente as AD são compreendidas como um procedimento que exige menos apelo à memória compartilhada ou um grau menor de inferência para sua interpretação, pelo fato de estarem relacionadas a um antecedente pontual no cotexto, muitas vezes, vista como uma simples relação de equivalência. No entanto, assim como as AI, são dependentes de operações cognitivas complexas processadas em contextos sociocomunicativos situados, no qual os sentidos são negociados e (des)estabilizados. Desse modo, a construção do referente, tanto no caso das AD, como das AI, envolve uma constante (re)formulação que se efetiva por meio de indícios textuais, conhecimentos partilhados e informações inferenciais. Por isso, como bem

assinala Moraes (2017, p. 54-55), ressaltando que os propósitos e intencionalidades dos gêneros textuais são determinantes para o processamento inferencial,

reconhecer a existência de uma relação de correferência não implica, necessariamente, um processo mais simples de retomada pontual ou menos dependente do contexto sociocognitivo do que um processo em que não haja correferência. Como processo dinâmico, sociocognitivo e negociado pelos sujeitos – pressuposto básico sobre a referenciação – seus processos anafóricos se cruzam e se misturam, não sendo interessante pensar em categorias estanques, mas pensar cada vez mais em processos que se integram e se adaptam às necessidades comunicativas dos textos/discursos.

Já as anáforas encapsuladoras (AE), assim como as AI, não são correferenciais, mas apresentam como característica principal a capacidade de resumir um conteúdo textual. Esse fenômeno tem sido observado por diversos autores que se interessam não apenas pela sua função resumitiva, mas também pela sua importância para a organização das informações no texto e pelo seu caráter argumentativo. Conte (2015[1996], p. 178) é uma das pioneiras nessas discussões e define o encapsulamento anafórico como “um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto”.

Para além do recurso resumitivo e coesivo, Conte (2015[1996]) chama a atenção para o caráter argumentativo dos encapsuladores. Segundo a autora, a sumarização de conteúdos, no texto, ocorre por meio de nomes avaliativos, seja como núcleo de sintagmas nominais, seja como modificadores desses sintagmas, denominados, por ela, axiológicos, considerado um poderoso instrumento de manipulação do leitor.

É importante também ressaltar que esses sintagmas nominais encapsuladores podem vir acompanhados por um determinante demonstrativo. De acordo com Koch (2012[2005]), o caráter dêitico dos demonstrativos funciona como instrução para que o leitor localize informações relevantes no cotexto.

Conte (2015[1996]) destaca outras duas importantes funções desempenhadas pelos encapsuladores, referenciadora e predicativa, vinculando tanto informações conhecidas como informações novas. Assim, as anáforas encapsuladoras desempenham papel crucial na dinâmica discursiva, pois “não só rotulam uma parte do cotexto que as precede [...], mas, ao fazê-lo, criam um novo referente textual que, por sua vez, passará a constituir um tema específico”. Portanto, com base em informações velhas, um novo referente é introduzido no discurso, podendo ser alvo de novas predicções.

Assim como Conte, Francis (2015[1996]) contribuiu para as reflexões iniciais sobre os encapsuladores, especialmente os casos de rotulação, cuja função é conectar e organizar o

discurso escrito. Dentro desta categoria de rótulos, Francis (2015[1996], p. 191, grifos da autora) destaca um subconjunto denominado metalinguístico no sentido de que conceituam “uma extensão do discurso como um ato linguístico, rotulando-o como, por exemplo, um *argumento*, um *aspecto* ou uma *declaração*”. No entanto, em discussões mais recentes, do ponto de vista argumentativo, Cavalcante e Mesquita (2011, p. 62, grifos das autoras) alertam que “expressões tidas como “atitudinalmente neutras” ou “ilocucionárias” (Francis, 1994 [2003]) servem de modo nada neutro às argumentações nos processos referenciais” e, por isso, devem ser vistas a partir das relações que essas expressões podem promover na tessitura textual.

As anáforas encapsuladoras têm sido designadas, na literatura, por diferentes terminologias. Constem, Knees e Schwarz-Friesel (2007, p. 83) denominam esses mecanismos de anáforas complexas, chamando a atenção para a natureza semântica do antecedente, visto como “entidade linguística complexa”, pertencente a um nível superior na hierarquia semântica do texto. Nesse contexto, o referente dessas anáforas não são entidades individuais, mas, nos termos de Lyons (1977), entidades de segunda ordem (referem-se a um processo, estado ou ação) ou de terceira ordem (referem-se ao ato linguístico ou discurso). Segundo Schwarz-Friesel e Consten (2011, p. 358), podemos depreender três funções principais desses tipos de anáforas: condensam referentes abstratos, avaliam esses referentes e estabelecem um novo arquivo conceitual a partir de informações dadas – sendo, por isso, caracterizadas também como “entidades dadas e novas”.

Neste fluxo, o interesse de Borreguero (2006) por estes mecanismos anfóricos baseia-se na função textual desempenhada por estes elementos e por sua expressiva ocorrência, em textos jornalísticos, que tem como peculiaridade a transmissão de uma maior quantidade possível de informação em textos curtos. Em razão disso, os encapsuladores, por sua capacidade resumitiva, representam um dos meios mais eficazes para a configuração desses textos, pois “não só facilita[m] o acompanhamento da informação, mas também oferece[m] uma conceptualização dos fatos apresentados anteriormente, permitindo um acesso cognitivamente mais acessível” (Borreguero, 2006, p. 84-85). Em função deste último aspecto, a autora observou, em sua análise, que, normalmente, ocupam posição temática para facilitar a ativação de conteúdos já apresentados na memória discursiva do leitor ou partilhados pelos interlocutores.

Dentre outros autores que tratam deste fenômeno, desta vez sob o rótulo de anáfora conceitual metafórica, Llamas (2010, p. 108) afirma que é “um procedimento de coesão textual utilizado com notável frequência nas notícias jornalísticas”. Segundo a autora, essas anáforas desempenham um importante papel na construção discursiva em notícias jornalísticas por conta

de sua capacidade de sintetizar várias informações em um único conceito. Além disso, ressalta que, apesar de se tratar de textos que tendem a objetividade, a presença desses mecanismos são potencialmente argumentativos e funcionam como instrumento de manipulação da informação. Assim, ao enfatizar alguns aspectos em detrimento de outros, o jornalista realça algumas nuances e esconde outras, a partir do que é dito por outra voz. Llamas (2010, p. 110) explica que

nestes casos, o autor do texto retoma as palavras ditas por alguém e encapsula metaforicamente o ato linguístico por meio de uma determinada anáfora, de tal forma que o enunciador principal do discurso valorize sutilmente o ato linguístico pronunciado por alguém. A escolha de um ou outro encapsulador, de uma ou outra metáfora conceitual, orienta a interpretação discursiva em determinada direção.

Já Samaniego (2013, p. 171) denomina esses mecanismos como rótulo discursivo ou rotulagem discursiva, caracterizados como “sintagmas nominais que condensam ou encapsulam o conteúdo de uma ou mais predicções e as categorizam ou conceituam de acordo com o plano discursivo elaborado pelo locutor”. A autora emprega esta terminologia para designar um tipo de encapsulamento de informação proposicional que, segundo ela, difere de outros procedimentos de encapsulamento, tais como encapsuladores pronominais, como pronomes neutros, e nominalizações da base lexical do verbo principal da predicação encapsulada. Ou seja, segundo ela, essas nominalizações limitam-se à semelhança formal com o antecedente textual. Sem maiores esclarecimentos, Samaniego (2013) afirma que esses casos não promovem uma categorização da informação proposicional, nem expressam a orientação argumentativa pretendida pelo enunciador, ao contrário dos rótulos discursivos.

Por seu turno, Cavalcante e Mesquita (2011) discorrem sobre o aspecto argumentativo de encapsuladores, posicionando-se a favor da ideia de que todas as AE são argumentativas, inclusive as pronominais, posição da qual Borreguero (2018) diverge. Para esta autora, elementos de natureza pronominal, como “isso”, não apresentam conteúdo conceitual e, de forma alguma, reconceitualizam o referente ou adicionam novas informações sobre ele. Cavalcante e Mesquita (2011), recorrendo à Teoria dos Blocos Semânticos, analisam os enunciados como segmentos interdependentes. Sob esse ponto de vista, afirmam que a argumentatividade de uma AE não se define apenas a partir do texto já predicado, mas combinado com predicções imediatamente posteriores. Assim, esclarecem que

os objetos-de-discurso se solidarizam argumentativamente em toda a extensão do texto, e a anáfora encapsuladora retrospectiva pode deixar pendente para uma predicação posterior um estágio polifônico fundamental para o sentido da remissão e da coerência como um todo, para a assimilação ou para a tomada de posição do locutor. (Cavalcante; Mesquita, 2011, p.58-59)

Ainda na esteira de Borreguero (2018), é relevante frisar que esta pesquisadora concentra sua atenção no caráter manipulativo de alguns sintagmas nominais encapsuladores, apoiada nas propriedades lexicais e semânticas de seus núcleos nominais e seus modificadores, principalmente, em notícias jornalísticas. A autora procede à identificação de substantivos que formam o núcleo desses encapsuladores anafóricos. Geralmente, os nomes que constituem essas construções nominais são eventivos, metalinguísticos ou termos gerais (coisa, fato, problema) que “transformam eventos complexos em conceitos com limites aparentemente claros e rígidos” (Borreguero, 2018, p. 183). Esta conversão ocorre por meio de um processo, conhecido na semântica por hipostasiação. Dessa forma, realiza-se uma transformação, por operação mental, ou seja, “uma reificação de um processo: realidades difusas tornam-se coisas, que ficam assim armazenadas como formas de experiência na memória do leitor”. Assim, a presença desses encapsuladores anafóricos, sobretudo em notícias, é considerada um índice da densidade informativa do texto, uma vez que relaciona quantidade informativa e quantidade linguística, visto como um recurso de economia expressiva, muito comum em textos informativamente densos.

A ideia central por trás dessas discussões apresentadas por Borreguero (2018) é que esses sintagmas nominais podem apresentar modificadores (adjetivo ou preposicional) que introduzem um componente avaliativo, embora isso não seja exclusividade dos adjetivos, pois, em muitos casos, o próprio substantivo envolve uma apreciação positiva ou negativa. Por isso, são estudados pelo prisma da manipulação da informação que podem exercer nos textos. Esta avaliação ocorre de forma sub-reptícia, uma vez que não se apresenta como foco informativo sentencial, mas como um sintagma nominal em posição temática, “o que torna o leitor menos consciente da dupla operação de reconceitualização dos conteúdos que é realizado através deste mecanismo” (Borreguero, 2018, p. 187).

Não obstante a contribuição analítica e teórica desses estudos, percebemos um enfoque maior sobre aspectos estritamente linguísticos, em detrimento de uma análise que contemple outros fatores de ordem sociocognitiva que contribuam para uma maior clareza das funções discursivas desempenhadas por esses mecanismos referenciais. Portanto, entendemos que a conjunção de elementos linguísticos e sociocognitivos são essenciais para a produção de sentido para que o texto seja realmente visto como um ato de comunicação unificado.

Tal abordagem de cunho mais formal pode ser também constatada nas investigações de Pecorari (2014), para quem, além das reconhecidas funções efetivadas (resumitiva,

referenciadora, predicativa), os encapsuladores apresentam significados implícitos, muitas vezes utilizados como instrumento de persuasão. Assim, Pecorari (2014, p. 178) argumenta que, “embora não sejam superficialmente visíveis, são uma característica básica e poderosa da AE [anáfora encapsuladora]”. Entre as duas categorias de implícitos: implicaturas e pressupostos, Pecorari destaca os valores pressuposicionais das AE responsáveis por licenciar a existência de um referente no universo do discurso. Do ponto de vista formal, usualmente essas anáforas, também chamadas de gatilhos de pressupostos, são constituídas por determinantes definidos e demonstrativos e, quando associados a elementos axiológicos, tornam-se importantes recursos argumentativos. A avaliação dos conteúdos encapsulados ocorre de maneira velada, pois são apresentados como informação compartilhada, em função das propriedades sintáticas da anáfora, conduzindo sutilmente o leitor a seguir o caminho argumentativo do escritor. Desse modo, Pecorari (2014, p. 185) aponta duas faces desta estratégia

por um lado, as características sintáticas do sintagma nominal definido ou demonstrativo desencadeiam o pressuposto da existência de um referente discursivo; por outro lado, as características semânticas da expressão referencial em jogo desencadeiam o pressuposto de verdade de uma proposição.

Uma outra contribuição importante para o entendimento do encapsulamento anafórico é encontrada em Castanheira (2020), que examinou o papel dos encapsuladores na construção do gênero entrevista, ratificando a relevância de as estratégias referenciais serem analisadas do ponto de vista da dinâmica discursiva. Para isso, reuniu discussões teóricas do Funcionalismo norte-americano e da Linguística de Texto, associando aspectos sintáticos e discursivos em sua análise. Entre outras conclusões, Castanheira verificou que a posição das AE em início de frase não é categórica e, quando veiculam informações menos novas, tendem a posição inicial. Além disso, destacou o quão funcional é a organização textual promovida por tais elementos na construção do gênero, contribuindo para a interação entre as partes da entrevista. Desse modo, os estudos sobre referenciação fazem muito mais sentido quando concebidos a partir de uma visão dialógica de sentido.

Por fim, cabe ainda salientar que não estamos diante de categorias estanques entre si. Defendemos com Santos e Cavalcante (2014) que as anáforas encapsuladoras (AE) devem ser observadas a partir de um *continuum* entre as anáforas diretas (AD) e as anáforas indiretas (AI), pois as AE resguardam características das demais anáforas. Ou seja, como as AI, os encapsuladores necessitam de uma certa inferência e também introduzem um novo referente. Como as AD, parece haver uma certa correferencialidade entre o encapsulador e o conteúdo sintetizado no texto. Além disso, como acima referido, vimos que alguns empregos de AD

(Morais, 2017), em contextos específicos, necessitam de uma maior inferência para recuperar o referente, desviando-se do comportamento mais prototípico de anáfora direta. Em decorrência disso, não devemos ver os processos de retomada como fenômenos isolados ou aprisionados em categorias fechadas sob o risco de abrir mão de seu caráter sociocognitivo interacional e da argumentatividade global no texto, como veremos, mais adiante, na seção sobre cadeia referencial.

3.2.3. Processos dêiticos

Diferentemente dos casos de anáfora, normalmente, os dêiticos são identificados na relação entre o cotexto e a situação enunciativa, por fornecerem as coordenadas de pessoa, tempo e lugar a partir da perspectiva do enunciador, *a origo*, conforme Lyons (1977). Dentro dessa concepção, tradicionalmente são abordados três tipos de dêixis – pessoal, espacial e temporal –, classificadas como “dêixis pura” (Lyons, 1977), enquanto a dêixis de memória e a dêixis textual figuram entre os casos de “dêixis impura”.

Independentemente das concepções apresentadas, com o avanço das pesquisas no campo da referenciação, a noção de dêixis passou a ser vista por um viés cada vez mais discursivo, demonstrando que “a dêixis não é uma categoria absoluta, mas graduada” (Yang, 2011, p. 132). De acordo com o autor, o pronome “eu” representa um dêitico de pessoa prototípico, uma vez que a partir dele os referentes são estabelecidos, assim como ocorre com o uso do pronome “nós” –, neste caso, de um ponto de vista canônico, o falante se identifica como membro de um grupo. Entretanto, é possível identificar situações em que o uso de “nós” é empregado com outras finalidades, conforme a intenção do falante, podendo excluir a si próprio ou até mesmo o destinatário, cumprindo uma função representativa, como no exemplo, “Nós vamos financiar aqui a construção de uma escola primária de esperança” (Yang, 2011, p. 132).

Há ainda os casos chamados “nós” editoriais ou “nós” acadêmicos”, considerados uma entidade no espaço discursivo, em contraste com o espaço físico canônico da dêixis, conforme o exemplo: “Nós (=eu) observamos o fenômeno há anos, mas nesta fase ainda somos (=eu sou) incapazes de ser muito específico sobre as naturezas de suas causas” (Yang, 2011, p. 133). Nesta direção, pode-se apontar também o uso de “você” sem um destinatário específico, sendo empregado em um sentido genérico “Você nunca sabe o que pode fazer até tentar” (Yang, 2011, p. 133). Com esses exemplos, percebemos que não há uma fronteira nítida entre os termos

dêiticos e os usos dêiticos, pois podem apresentar ou não usos mais ou menos prototípicos desta categoria. Ou seja, tais ponderações apontam para uma visão menos rígida do uso categórico da dêixis de pessoa.

Dessa forma, as pesquisas atuais sobre a dêixis têm dado a estes estudos um tratamento cada vez mais cognitivo-pragmático. Com esse entendimento, considerando essa conexão, não há como abordar a comunicação linguística sem associar aspectos sociais/culturais, bem como sem uma contrapartida cognitiva e suas implicações. Hanks (2005) pondera que a perspectiva egocêntrica normalmente imputada pelo uso do “eu”, do ponto de vista da interação social, é melhor compreendida a partir de uma abordagem sociocêntrica, tendo em vista as posições de centralidade dos sujeitos no discurso, ainda que o enunciador seja o ponto de partida da referência. Assim, o uso desses pronomes pessoais, observados a partir de uma noção de linguagem como prática discursiva (Hanks, 2011; Cavalcante, 2011), aliado a outros aspectos discursivos, contribui para uma comunicação intencionalmente manipuladora, dominadora e ideológica.

Corroborando este entendimento, Maalej (2013 *apud* Pennycook, 1994) ressalta a dimensão ideológica como reflexo das relações sociais presente no uso de pronomes pela sua capacidade de nomear pessoas e grupos, revelando relações de poder. Por este ângulo, Maalej (2013), ao analisar os três últimos discursos de Husni Mubarak, por ocasião das manifestações ocorridas, em 2011, no Egito, verifica o emprego de pronomes pessoais (eu, nós e você) como forma de manipulação e tentativa de domínio. Neste percurso, a maioria das ocorrências de “nós” não inclui os egípcios e, por dar a impressão de inclusão, revela-se potencialmente manipulativa e ideológica. Por outro lado, o uso excessivo do pronome “eu” revela um discurso autocentrado e individualista. Já as poucas ocorrências de “você”, no último discurso de Mubarak, revelam uma tentativa tardia de comunhão com os egípcios.

Santos e Cabral (2016) analisaram a carta testamento de Getúlio Vargas com a finalidade de verificar como a dêixis pessoal, especialmente, a 1ª pessoa do singular (eu) e a 2ª pessoa do plural (vós), colabora para construção argumentativa do texto. As autoras observaram semelhanças com o trabalho desenvolvido por Maalej (2013), sobretudo pelo caráter intersubjetivo (Benveniste, 2006[1966]), estabelecido entre o sujeito enunciador e os demais sujeitos inseridos no ato enunciativo. Assim, o “eu” se constrói em oposição aos outros (eles), ou seja, os opositores de Vargas. As ocorrências de “vós” demonstram a interação entre o presidente (eu) –, manifestado como salvador e mártir da pátria, e o povo brasileiro (vós/vos/vosso(a,s)). Desse modo, o “eu” é diferenciado de “eles”, os que atentam contra o povo, e

o “vós”, isto é, o povo que figura como destinatário da carta testamento. Além disso, as autoras constataram que não somente a dêixis contribui para a construção dos objetos de discurso, mas outros elementos que a ela se associam, como procedimentos anafóricos, especialmente as anáforas indiretas e o emprego estratégico de verbos que vão delineando e orientando argumentativamente o texto conforme o querer dizer do enunciador. Diante de tal abordagem, podemos concluir que, assim como em Maalej (2013), Santos e Cabral (2016, p. 31) partem de uma análise que vai “além da simples menção às pessoas do discurso” ou apenas a demonstração dos integrantes do jogo discursivo para a constatação do jogo de forças e disputa pelo poder implicados na construção argumentativa do texto.

Por seu turno, Lourenço (2023) analisou cartas escritas por presidiários destinadas a magistrados sobre situações de agressões e condições insalubres vivenciados no cárcere no período de 2016. A partir do enunciador das cartas, a autora explorou o uso da dêixis de pessoa (eu) em contraste com o agressor (ele). Além disso, associou esta análise à cadeia referencial desses objetos de discurso, incluindo pistas textuais sobretudo o emprego dos verbos. Em sua investigação, Lourenço observou uma maior ocorrência de sujeito nulo na 1ª pessoa do singular (eu), como estratégia argumentativa para dar maior ênfase ao verbo, destacando as ações sofridas. O mesmo ocorre em relação ao agressor (ele): diante da elipse, os verbos ganham maior saliência, evidenciando as ações violentas do agressor e, indiretamente, colocando em foco o sofrimento da vítima. Além disso, Lourenço constatou a importância das pistas textuais na construção da imagem do “eu”, como vítima do sistema carcerário, reforçando seu intenso sofrimento e o pedido de ajuda aos órgãos competentes. Assim, a partir de uma perspectiva textual-discursiva, a autora sublinha que o entendimento da dêixis de pessoa é melhor compreendido quando observado junto com outros elementos que fazem parte da arquitetura textual, pois esta associação representa escolhas estratégicas, pretendidas pelo locutor, para fins específicos.

Como vimos, a dêixis, para além de simplesmente individualizar um objeto, contribui para direcionar o foco de atenção do destinatário para ele ou promover a mudança no foco de atenção, enquanto os processos anafóricos são apresentados em termos de manutenção de foco do objeto. Tradicionalmente estes dois processos são apresentados como funcionalmente distintos, no entanto os critérios que os diferenciam não são completamente nítidos. Silva (2006) trata das semelhanças e diferenças entre anáforas e dêixis sobretudo o caso de dêixis discursiva que, segundo a autora, é o que mais se assemelha à anáfora. Silva considera os critérios de Cavalcante (2000), que identifica quatro subtipos de dêixis discursiva de acordo

com o espaço de remissão, percebemos, então, que a dêixis de memória figura entre esses casos, contudo, no estágio atual desses estudos, a dêixis de memória é considerada um tipo diferente da dêixis discursiva.

Para Silva (2006), algumas expressões referenciais podem remeter, ao mesmo tempo, ao cotexto, como as anáforas – que não necessariamente estão relacionadas a um referente específico no texto, mas dependem necessariamente de pistas fornecidas pelo cotexto que lhes servem de âncoras –, bem como a diferentes campos dêíticos, construídos a partir da perspectiva do falante (*origo*), do texto e do conhecimento comum aos interlocutores. Um exemplo disso é o trecho retirado de Silva (2006, p. 24, grifos da autora):

A gente acompanha a vida pública do País, e vem observando a queda do nível de nossos homens, a cada eleição. O movimento de 64 é responsável pela decadência política do Brasil, na medida em que cassou mandatos, banuiu da vida pública e inibiu a formação de novas e vocacionadas lideranças. A subserviência e a bajulação assumiram o lugar da altivez e da decência, que eram apanágio de muitos dos cassados. A orfandade de líderes deixada por *aquele regime*, aliada à fome de poder dos que lhe faziam oposição, pregando bons costumes, liberdade e esperança de dias melhores, está causando muito mal ao País.

Neste exemplo a autora demonstra o duplo caráter dêítico e anafórico da expressão “aquele regime”, que se comporta como uma dêixis de memória e uma anáfora indireta. Neste amálgama, o enunciador deste texto conta com conhecimentos compartilhados pelos interlocutores, assim como o emprego de operações inferenciais realizadas a partir de pistas textuais como “O movimento de 64”.

Em um outro exemplo “Fui com o carro até o estacionamento e deixei-o *lá*.”, Silva (2006, p. 24, grifo da autora) aponta que não há uma separação nítida entre procedimentos dêíticos e anafóricos. Neste caso, o advérbio “lá” retoma correferencialmente “estacionamento”, sem, contudo, deixar de expressar sua condição dêítica motivada pela noção espacial do advérbio em relação ao enunciador. Portanto, casos assim constituem um hibridismo de ambos os fenômenos. Para Cornish (2011), a dêixis e a anáfora devem ser concebidas, em uma visão mais ampla, como procedimentos referenciais indexicais que se completam a partir de uma gama de relações discursivas, constituindo a atividade verbal.

Para Santos e Cavalcante (2014, p. 238), importa considerar, nesses casos, o traço cotextual das anáforas. Com esta proposta, é mais fácil compreender que, assim como no procedimento dêítico, no anafórico, subjaz “o mesmo comportamento remissivo a um campo dêítico, neste caso o do contexto textual”. Sob este ângulo, as autoras salientam a necessidade de ir além da percepção do campo dêítico canônico, isto é, da *origo*. Paralelamente, é preciso

perceber o traço dêitico desencadeado pelo uso do demonstrativo que orienta o foco de atenção do destinatário/leitor para o referente pretendido pelo locutor. Contudo, as autoras ressaltam que tais ocorrências podem apresentar baixo grau de deiticidade e subjetividade, pelo fato de compartilharem com as anáforas a característica de remeter ao cotexto.

Diante do exposto, consideramos que os processos referenciais não devem ser desvinculados de situações concretas de uso, muito menos concebidos como categorias fechadas. Os usos moldam a experiência referencial e não o contrário, por isso, cada vez mais, os processos referenciais têm sido associados às práticas discursivas, das quais emergem uma gama de aspectos intervenientes na construção de sentido dos diferentes gêneros circundantes. Com isso, tem sido muito mais produtivo, do ponto de vista da produção e da compreensão textual, analisar esses fenômenos a partir de um *continuum* entre usos anafóricos e usos dêíticos, dadas as possibilidades de combinações e papéis discursivos desempenhados.

Os processos referenciais anafóricos e dêíticos não são os únicos responsáveis pela transformação dos referentes e condução argumentativa dos textos. De acordo com o projeto de dizer dos locutores, que agem discursivamente e estrategicamente, nas mais diversas práticas sociais, cumpre lançar um olhar mais atento para a importância das pistas textuais neste processo. Com esse intuito, na próxima seção, abordaremos esse tema.

3.3. Pistas textuais

A Linguística de Texto (LT), ao longo de várias décadas, vem refinando seus conceitos teóricos, sobretudo a noção de texto e de referenciação. No processo investigativo dos fatores de produção, recepção e interpretação de textos, ampliou seu olhar para outras áreas do conhecimento científico. Neste percurso, os estudos pragmáticos e cognitivos delinearam novos caminhos e tendências para a LT, contribuindo para o (re)conhecimento de vários aspectos envolvidos no processo textual até então pouco explorados. Assim, o texto passou a ser visto como um processo que inclui não apenas conhecimentos linguísticos, mas uma visão sociocognitiva e interacional da linguagem. O texto, então, passa a ser concebido como um evento comunicativo, cujo sentido é construído interativa e estrategicamente no próprio ato enunciativo. Paralelamente, a referenciação, um dos meios mais profícuos para construção de sentido e orientação argumentativa do texto, passa a ser, gradualmente, focalizado como um elemento chave para dinâmica discursiva, uma vez que os objetos de discurso não refletem a realidade, mas são moldados no mundo do discurso. Por isso, vários pesquisadores têm

empregado o termo referenciação no lugar da expressão referência, pois esta comporta uma visão estática de texto atrelada apenas aos aspectos estruturais da língua.

Como consequência, outros conceitos já há muito tempo cristalizados foram ressignificados e observados por novos ângulos. Assim, o conceito de anáfora fundamentado essencialmente em uma visão correferencialista foi redimensionado para abarcar os casos de anáforas não correferenciais, compreendidos a partir de operações mentais e recursos inferenciais para sua resolução. Estas concepções permitiram compreender alguns aspectos relacionados ao procedimento anafórico. Dessa forma, colaboraram para a distinção entre anáforas correferenciais e não correferenciais, rompendo uma tradição de dependência de um antecedente específico para sua interpretação. Assim, para a compreensão dos procedimentos anafóricos, passou a ser premente o vínculo com conhecimentos gerais compartilhados entre os interlocutores, como saberes linguísticos, pragmáticos e sociocognitivos.

Por outro lado, a percepção dos procedimentos dêiticos foi alargada, no sentido de que a primazia dos estudos da dêixis situacional deixou de ser o principal modo de referência para identificação de um referente, pautado em parâmetros de lugar, tempo, ou pessoa da situação de enunciação. Com isso, passou-se a considerar o lugar e o momento do texto ou da memória, colocando em uma nova perspectiva o campo dêitico canônico. Essas mudanças de ponto de vista, entre outras, convergem para o fato de que os sentidos no texto não são construídos a priori, mas no próprio fluxo da enunciação. Para isso, é preciso também estar atento aos vários indícios que o texto fornece para essa construção.

Nessa perspectiva, as pistas textuais comportam-se como um fenômeno linguístico/discursivo de suma importância para a articulação das informações na construção de sentido. Esta realidade tem sido observada já há algum tempo, por diversos pesquisadores, principalmente, a partir do momento em que a LT passou a incorporar em sua teoria uma visão mais ampla de texto e de referenciação. Como consequência, o enfoque dado às pistas textuais corrobora tal visão, como atestam os trabalhos de Colamarco (2014), Odorisi (2016), Moraes (2017), Santos e Cabral (2019), Castanheira (2020), Barbalho (2022), Lourenço (2023), entre outros.

Vale lembrar que os sujeitos envolvidos em uma atividade verbal, estabelecida por fatores sociais, apresentam intenções, assim como propósitos comunicativos que determinam, estrategicamente, suas escolhas linguísticas, dentre outras possibilidades existentes. É esperado que o leitor/ouvinte proceda de forma colaborativa, procurando reconstruir os propósitos do autor com base nas pistas textuais fornecidas. Dito de outro modo, Koch (2011[1997], p. 18)

pontua que “a relação existente entre os elementos do texto deve-se à intenção do falante, ao seu plano textual prévio, que se manifesta por meio de instruções ao ouvinte para que realize operações cognitivas destinadas a compreender o texto em sua integridade”. Ou seja, tendo em vista a compreensão textual, além de considerar os elementos linguísticos que constituem o texto, é preciso considerar outros elementos que o compõem, como conhecimentos de mundo dos interlocutores, crenças, pressuposições, aspectos socioculturais, dentre outros, que, concomitantemente, servem de sinalizações para que o leitor/ouvinte consiga (re)construir o sentido pretendido pelo enunciador.

Tal constatação aponta para o fato que os objetos de discurso (OD) são entidades manipuláveis em um contexto de atividade verbal, no qual os sujeitos da interação se encontram no centro. Nesse sentido, cada nova predicação ou atributos relacionados a um determinado OD alteram seu estatuto informacional na memória discursiva, de forma que podemos afirmar com Apotheloz e Reichler-Beguelin (1995), Koch e Marcuschi (1998), Marcuschi e Koch (2002), entre outros, que nem sempre estamos lidando com a mesma entidade discursiva, à medida que o texto se desenvolve. Com esta assunção, podemos questionar o caráter correferencial – no sentido usual do termo, isto é, apenas sob seu aspecto referencial – de expressões referenciais, uma vez que as entidades discursivas estão em constante transformação em função de um querer dizer. Tal fato nos leva a assumir que a noção de língua aqui visada se traduz em um “trabalho cognitivo e atividade social que supõe negociação” (Koch; Marcuschi, 1998, p. 173).

Apothéloz (2015[2003]), p. 58, grifo do autor) discute um exemplo que ilustra a construção cognitiva do referente, a partir de diversos conhecimentos de um plano de fundo e de inferências. Neste excerto, é interessante perceber como a expressão “um jovem”, introduzida no início do fragmento, evolui para condição de “o tagarela” ao longo do texto. Alguns indícios fornecidos pelo contexto permitem acionar conhecimentos prévios e compartilhados em nossa memória discursiva.

(1) Um jovem suspeito de ter desviado uma linha telefônica foi interrogado há alguns dias pela polícia em Paris. Ele “utilizou” a linha de seus vizinhos para ligar para os Estados Unidos por uma quantia de 50000F. O <i>tagarela</i> foi levado ao tribunal. (Libération, 4.8.1993)
--

Neste contexto, pelo nosso conhecimento de mundo, sabemos que utilizamos uma linha telefônica para uma comunicação que, em geral, ocorre de forma breve. No entanto, a quantia gasta (50000F), para pagar a ligação, chama atenção, pois representa um valor exorbitante para uma tarifa telefônica, indicando bastante tempo de fala. Este valor nos permite associá-lo, por inferência, à expressão “o tagarela”. De modo geral, reconhecemos que uma pessoa que fala

muito pode receber a alcunha de tagarela. Apothéloz (2015[2003]), com base em Cornish (1987, 1990), destaca que a presença de um “desencadeador de antecedente” ou “antecedente gatilho”, ou ainda âncora textual (Marcuschi, 2012[2005]), como em “50000F”, é o segmento textual que mais provavelmente contribuiu para a interpretação da expressão referencial “o tagarela”.

Além disso, podemos observar que o “antecedente gatilho” (50000F) não se confunde com o “antecedente” (um jovem), da anáfora (o tagarela), em sua interpretação canônica. Conforme explica Cornish (2010), o antecedente gatilho (antecedente *trigger*) atua em conjunto com outros fatores, como o que é predicado do referente e a manifestação da anáfora em seu contexto imediato. Como consequência disso, podemos afirmar que “o antecedente” da anáfora (o tagarela) é interpretado de forma relacional e não simplesmente a partir de uma expressão concomitante dentro do cotexto, conforme uma perspectiva mais tradicionalista.

Podemos depreender, então, que, no jogo comunicativo, o processo de referenciação, vai além do simples procedimento de apontar elementos no texto, como preza uma abordagem sintática formal, e passa a considerar o contexto no qual os enunciados estão inseridos. Importa muito mais a representação discursiva construída e atualizada, à medida que o texto avança, do que a copresença de um antecedente identificado no cotexto (Cornish, 2010). Esta noção é importante para entender como as informações se organizam e se articulam na construção da coerência. Sob tal pressuposto, Cavalcante (2011, p. 136, grifos da autora) assinala que

existem indícios no contexto como um todo para o reconhecimento do referente como algo relacionado a outras fontes (também chamadas *âncoras*, ou *gatilhos*, ou *antecedentes*) e os referentes mencionados pela primeira vez que funda os processos anafóricos; no decorrer do texto, as anáforas vão também se apoiando em outras e em trilhas diversificadas, compondo a tessitura textual.

Cavalcante e Santos (2012, p. 668), ao analisarem o conto “Dizem que os cães veem coisas”, demonstram como as pistas textuais podem ser decisivas para a construção do referente, apontando conhecimentos que vão além do linguístico. O conto inicia com o pronome “ela”, um anafórico que, por sua natureza remissiva, leva a busca de seu referente no texto, sem sucesso aparente, causando uma quebra de expectativa no leitor, licenciada pelo contexto do discurso literário. No entanto, não resta dúvida de quem seja “ela”, mesmo não sendo apresentada formalmente no texto. A despeito dessa conjuntura, é possível ao leitor compreender que o pronome se refere a “morte”, com base em várias pistas presentes no universo textual, não apenas pelos traços que caracterizam a “morte”, como “diáfana, transparente”, mas também pela mobilização de conhecimentos prévios que permitem

estabelecer uma relação entre “morte” e “sua cara de máscara”, “pousou como uma sombra”, “um silêncio largo”, conforme o Exemplo 2.

(2) Ela chegou diáfana, transparente, no vestido branco que lhe descia até os pés calçados pelas ricas sandálias de pluma. Ninguém lhe ouviu os passos. Sentou-se à beira da grande piscina, cruzando as pernas longas. Chegou antiquíssima, atual e eterna, com a sua cara de máscara. Moldada em gesso? Apenas uma presença, porque pousou como uma sombra. Mas por um fragmento de tempo, um quase nada, reinou entre todos um silêncio largo, que se estendeu pelo vasto terreno murado da mansão ensombrada pelas árvores, dominou a enorme piscina e emudeceu as próprias crianças pajeadas pelas babás de aventais bordados, e vejam que as crianças são indóceis. Um presságio.

Por esse prisma, Santos e Cavalcante (2012, p. 668, grifo das autoras) destacam que “é justamente a multiplicidade de contextos condicionadores que induz o leitor a identificar o referente do pronome ‘ela’”. Sob este ponto de vista, podemos refletir ainda sobre a influência do gênero na construção referencial, demonstrando que as escolhas linguísticas e o encadeamento das expressões referenciais são também orientados pelas características e pelos propósitos discursivos do gênero como elementos intercondicionantes. Neste contexto ficcional, “a enunciação literária rompe, desse modo, com os padrões do discurso ordinário para obter novas relações de sentido” (Santos; Cavalcante, 2012, p. 669).

Nesta direção, as pistas textuais são um fenômeno que reúne um conjunto de ações ou forças que trabalham a favor da arquitetura textual. Não podemos dizer que são somente os elementos linguísticos presentes na superfície textual que cumprem esse engendro, como se exclusivamente eles fossem responsáveis pela orientação de sentido no texto. Por ocasião do processamento textual, vários saberes sociointeracionais, enciclopédicos, cognitivos, superestruturais, entre outros, são acessados e mobilizados, demonstrando não apenas uma atividade de caráter linguístico, mas também sociocognitivo (Koch, 2011[1997]). Se não pensássemos assim, estaríamos retrocedendo às visões iniciais de texto como produto, em que os sentidos produzidos eram limitados apenas às relações gramaticais e semânticas. Portanto, o reconhecimento de um referente no texto, seja ele mencionado ou não, não depende exclusivamente da expressão referencial que o retoma, mas de várias pistas nos diversos níveis do universo discursivo, como no caso de a “morte” em “Dizem que os cães veem coisas”.

Colamarco (2014), corroborando Cornish (2010), destaca que as âncoras textuais ou antecedente gatilho são segmentos textuais que contribuem para interpretação ou identificação da expressão anafórica, seja ela correferencial ou não, juntamente com diversos outros fatores de ordem sociocognitiva e interacional, que se articulam na construção de sentido. Por outro ângulo, a autora distingue como pistas textuais “toda a materialidade verbal do texto que

contribui para a construção cognitiva dos diferentes objetos de discurso sem corresponder, porém, a expressões referenciais” (Colamarco, 2014, p. 64). Desse modo, categorias gramaticais como verbos, adjetivos, certos advérbios, dentre outras, apesar de não atuarem como elementos referenciais, podem contribuir na reconfiguração dos OD, associando-se a eles indiretamente e participando como co-construtores de sentido.

Todavia, com base em pesquisas mais atuais, como a de Barbalho (2022), defendemos, nesta Tese, que o entrecruzamento de diferentes cadeias referenciais, construídas nas pistas textuais, contribui também para a recategorização dos referentes, bem como para a argumentatividade do texto. De acordo com Barbalho (2022, p. 61), “ao selecionar um referente central dada a sua relevância no texto, verifica-se que, durante a progressão do texto, ele estabelece relações com outros referentes que intervêm no [seu] processo de recategorização”. Esta visão representa uma inovação para os estudos da área, uma vez que, em geral, as análises ficam muito restritas aos encadeamentos referenciais de um único objeto de discurso, sem atentar que as pistas textuais podem incluir outras cadeias referenciais que atuam na recategorização das entidades discursivas.

Schnedecker e Landragin (2014) reconhecem que há elementos textuais capazes de “lembrar” um referente no texto e que contribuem para fornecer mais informações sobre as entidades instanciadas no texto, à medida que novas predicções vão sendo acrescentadas. Entretanto, com base em Kleiber (1981), os autores admitem que as expressões referenciais propriamente ditas têm mais valor referencial do que as pistas textuais. Tal visão demonstra uma concepção de construção referencial mais restrita, baseada ainda em autores da década de 1980, porém os estudos, no campo sociocognitivo interacional, avançaram muito desde então. Considerando estes avanços, para Colamarco (2014, p. 127), “em alguns casos, inclusive, a avaliação de um referente é sugerida apenas por essas pistas textuais e não por sua cadeia referencial”. Mais recentemente, conforme Barbalho (2022), a relação de diferentes cadeias referenciais construídas nas pistas textuais, assim como as estratégias de sobreposição dos processos referenciais podem contribuir de maneira expressiva para a recategorização dos objetos do discurso. Tais aperfeiçoamentos ampliam o escopo de análise para aspectos textuais-discursivos preteridos na construção referencial, demonstrando que este fenômeno requer uma concepção mais complexa e abrangente das propriedades sociocognitivas da construção referencial.

Desse modo, vários autores têm considerado a importância das pistas textuais, na construção dos objetos de discurso (OD), responsáveis pela trama da malha discursiva, podendo

estar a serviço de manifestações ideológicas. Odorisi (2016) verificou, em pregações do pastor Silas Malafaia, que a identidade homossexual é tratada de forma desumanizada, vista como doença e o indivíduo é categorizado como inimigo e ameaça, a partir de mecanismos referenciais associados às pistas textuais e ao uso de metáforas como estratégias ideológicas. No Exemplo 3, extraído da pregação intitulada “Homossexualidade, aborto e célula tronco”, realizamos algumas sinalizações, para facilitar a análise, fundamentadas no ponto de vista do autor. Assim, sublinhamos as pistas textuais e colocamos em negrito o OD “homossexualidade”.

(3) Portanto, nós não temos preconceito, nós temos um conceito firmado sobre a questão da **homossexualidade**. Escute o que eu vou dizer pra vocês: houve um período na história da humanidade que o mundo foi mergulhado no obscurantismo. Durante trezentos anos, não se produziu ciência. Todo mundo que se levantava contra a igreja era massacrado. A inquisição matou um bocado de gente. Qualquer um que se levantasse contra os interesses da igreja o couro comia, o pau quebrava e acabava morrendo. O que nós estamos presenciando hoje é uma moderna inquisição científica e sociológica. Qualquer pessoa que se levante pra se opor à prática da homossexualidade é logo ridicularizada, desprezada, rotulada, como preconceito e os grupos de defesas homossexuais trabalham com força através, porque as centrais de jornalismo, as centrais de produções de novela tão infestadas de pessoas que têm a prática homossexual na sua vida e então eles são bem organizados, têm acesso à mídia e qualquer um que se levante para apresentar qualquer tese contrária aos interesses da comunidade homossexual é bombardeado.

Observando as pistas textuais associadas ao OD “homossexualidade, percebemos a construção de uma atmosfera de perigo e guerra, na qual “a homossexualidade” é vista como um problema a ser resolvido. Na expressão anafórica, “os grupos de defesas homossexuais”, o emprego do termo “defesa” instaura uma noção de embate entre os grupos Nós x Eles, enfatizando dois lados em conflito. De acordo com Odorisi (2016, p. 128), essa guerra metafórica “faz emergir uma estrutura a ser completada por determinados papéis como inimigo e aliado, e pressupõe ações como ataque e defesa”. Tal confronto é evidente também no emprego da metáfora “bombardeado”, no final do fragmento, fazendo crer que os grupos homossexuais, vistos como inimigos, são capazes de atacar qualquer um que seja contrário aos seus interesses. Em acréscimo, é interessante observar que, nas pistas textuais, outros referentes são introduzidos, como é o caso da anáfora encapsuladora “uma moderna inquisição científica e sociológica”. Este encapsulamento categoriza tudo o que o pastor descreverá como interferência dos grupos homossexuais na sociedade, ao mesmo tempo em que se relaciona retrospectivamente com a ideia de inquisição apresentada anteriormente. Desse modo, diferentes estratégias linguísticas são colocadas em prática para alcançar propósitos argumentativos específicos, provando que objetos de discurso potenciais, presentes na malha textual, se solidarizam com este intuito.

Seguindo esta abordagem, Seara e Santos (2019) analisam o papel argumentativo das estratégias referenciais e das pistas textuais, em quatro artigos de opinião, indicando efeitos de sentido contrastantes, sobre o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco e de seu motorista, Anderson Gomes, publicados em *websites* portugueses e brasileiros em 2018. Além dos recursos referenciais, as autoras destacam a contribuição das pistas textuais, na construção do objeto de discurso Marielle Franco, orientando argumentativamente os textos, conforme o projeto de dizer de cada autor, por meio de verbos e expressões nominais que ora criam uma imagem positiva, ora negativa, sobre a vereadora.

No Quadro 1, elaborado por nós, a fim de evidenciarmos alguns efeitos contrastantes atribuídos a Marielle, selecionamos algumas pistas textuais, a título de exemplo, apontando, na primeira coluna, as características que marcam sua trajetória, aspectos positivos relacionados ao seu trabalho, expressões associadas às ações de Marielle e verbos na voz ativa. Por outro lado, na segunda coluna, de forma indireta, sua imagem é construída negativamente, utilizando-se recursos que minimizam o crime, diminuem a importância de Marielle e criticam seus correligionários.

Quadro 1: Pista textuais: aspectos positivos e negativos de Marielle Franco

Aspectos positivos	Aspectos negativos
“mulher”; “cria da maré”; “pobre”; “negra”; “LGBT”; “favelada”. “termos associados a trabalho, luta, construção”. Verbos na voz ativa: “E a voz denunciava” “jovem, empolgada e combativa”; “(...) inequívoca honestidade”; “(...) invulgar coragem e determinação”.	“Uma vítima entre 60 mil”; “uma vítima de quem, suponho, 99,95 dos portugueses nunca ouviram falar” “Os socialistas”; “baixíssimos padrões da extrema-esquerda”; “a esquerda radical”; “esquerda caviar, “a mesma turma”; “esquerda abutre”.

Fonte: Elaborado a partir de Seara e Santos (2019)

Conforme as autoras, nos artigos jornalísticos analisados, “é comum o nome de Marielle Franco ser repetido, sendo, contudo, relevante analisar se os verbos estão na voz ativa ou passiva, se denotam ações corajosas ou se há enumeração de características por meio de adjetivos” (Seara; Santos, 2019, p. 5). Assim, as análises indicam vários aspectos textuais-discursivos, manifestados nas pistas textuais, que estão implicados na construção do referente “Marielle” e, conseqüentemente, na própria tessitura textual e orientação argumentativa, sendo, por isso, relevante considerá-los.

Por seu turno, Souza (2019) investiga o papel das pistas textuais associadas às estratégias referenciais na construção dos personagens e do humor em crônicas sobre o comportamento humano de Luiz Fernando Veríssimo. Uma das crônicas analisadas chama-se

“Inimigo” e trata da relação entre os recém-casados “Maria Tereza” e “Norberto”, os personagens principais da história. No Quadro 2, extraído de Souza (2019, p. 56), podemos observar a cadeia referencial dos OD “Maria Tereza” e “Norberto”, construída a partir de sucessivas anáforas diretas (AD) que promovem a recategorização e a progressão textual dos referentes. Inicialmente, “Maria Tereza” é designada de forma afetiva e carinhosa como “Quequinha”. Em seguida, são usadas anáforas pronominais “ela” que marcam o início de um distanciamento entre o casal, culminando em seu total afastamento, demonstrado pelo uso da AD “aquilo”.

Quadro 2: Cadeia referencial de anáforas diretas dos personagens da crônica "Inimigos"

OBJETO DE DISCURSO	CADEIA DE ANÁFORAS DIRETAS
Maria Tereza	Maria Tereza>Quequinha>sua mulher>Quequinha>Quequinha>Maria Tereza>Quequinha>ela>ela>A mulher aqui>Esta>mulherzinha>Quequinha>a mulher>Ela>Ela>a>Ela>la>essa aí>a>Essa aí>mulher>Aquilo
Norberto	Norberto> Norberto>Beto> Norberto>ele> Norberto> Norberto> Norberto

Fonte: Souza (2019, p. 56)

Para além da análise das cadeias referenciais dos OD citados, as pistas textuais cumprem um importante papel na (re)configuração dos referentes, assim como na construção de humor na crônica analisada por Souza (2019). No Exemplo 4, a seguir, apresentamos alguns fragmentos da crônica “Inimigo”, demonstrando o processo cognitivo-discursivo pelo qual os OD passam ao longo do texto. Assim, sublinhamos as pistas textuais e colocamos em itálico as AD (Quequinha/Ela/Aquilo). No início da crônica, conforme Souza (2019), as pistas textuais “pegava na sua mão, carinhosamente” reforçam o carinho existente entre o casal associado ao uso do apelido de Maria Tereza no diminutivo pela AD “Quequinha”. Em seguida, as pistas textuais “usava um vago gesto e mão para indicá-la” relacionadas à AD “Ela” já demonstram o distanciamento do casal. Por último, o emprego da AD “Aquilo” associada às pistas “Norberto nem olha na direção. Faz um meneio de lado com a cabeça” demonstra o desprezo de Norberto por Maria Tereza, indicando o fim da relação. É importante dizer ainda que as pistas textuais acionam inferências, conhecimentos prévios e conhecimentos compartilhados que em conjunto com as cadeias referenciais atuam na construção de sentido do texto, recategorizando não apenas os OD “Maria Tereza” e “Norberto”, como OD “relacionamento” não mencionado no texto, mas inferível por meio da construção sociocognitiva deste referente. Por isso, temos

ênfatizado, nesta Tese, a importância de analisar as relações e as influências mútuas entre os OD e suas cadeias referenciais, associadas às pistas textuais, contribuindo, assim, para uma visão mais globalizante do texto.

(4) “O apelido de Maria Tereza, para Norberto, era ‘*Quequinha*’. Depois do casamento, sempre que queria contar para os outros uma de sua mulher, o Norberto pegava na sua mão, carinhosamente, e começava...”
[...]
“Deve-se dizer que o Norberto, a esta altura, embora a chamasse de *Ela*, ainda usava um vago gesto de mão para indicá-la. Pior foi quando passou a dizer ‘essa aí’ e a apontava com o queixo
[...]
“Hoje, quando quer contar alguma coisa da mulher, o Norberto nem olha na direção. Faz um meneio de lado com a cabeça e diz:
- *Aquilo...*”

Este entendimento torna-se ainda mais fluido, interativo e dinâmico, quando analisamos diferentes cadeias referenciais simultaneamente, conforme demonstrado em pesquisas recentes (Barbalho, 2022, Santos; Barbalho; Castanheira, 2026, Vieira-Correia, 2026). Trata-se, portanto, de uma abordagem que pretende destacar o caráter relacional das cadeias referenciais e das pistas textuais como importantes ferramentas de construção e orientação de sentidos, a partir de diferentes OD, a favor de uma visão sociocognitiva e interacional do texto. Tal abordagem amplia as análises realizadas, até o momento, no campo da referenciação, pois propõe um entrecruzamento das cadeias referenciais de diferentes OD, verificando as possíveis influências que exercem umas sobre as outras. Além disso, intenciona averiguar casos de sobreposição de processos referenciais, ainda pouco explorados, ampliando a noção tradicional de cadeia referencial. A esses propósitos, soma-se o caráter recategorizador das pistas textuais, relacionando-as aos OD selecionados, assim como a observação de outros possíveis OD que possam surgir nas pistas ou ainda na cadeia referencial de algum outro OD que de alguma forma contribuam para a argumentatividade do texto, demonstrando os múltiplos aspectos constitutivos da referenciação.

Por fim, considerando ainda a atuação das pistas textuais no processo de construção referencial, Barbalho (2022) analisa quatro depoimentos orais de um mesmo processo sobre uma situação de feminicídio, ocorrido entre 2015 e 2016, com base em diferentes interlocutores – irmã do acusado, vizinho, Delegado de polícia e pai adotivo da vítima – que constroem suas versões sobre o mesmo fato. No Exemplo 5, sinalizamos em negrito os OD (relacionamento/Pedro/traição/YYY/XXX), retirado do depoimento da irmã do acusado, e sublinhamos algumas pistas textuais, a fim de visualizarmos melhor os elementos destacados. Assim, podemos observar que o OD “femincídio” mobiliza outros OD, como:

“relacionamento”; “acusado”, representado por YYY; “vítima”, representado por XXX; “traição” e “Pedro”, presentes nas pistas textuais.

(5)

Fragmento 6:

(Promotor de Justiça) – E, a senhora sabe dizer como era o **relacionamento** do YYY com a XXX?

(Irmã do acusado) – Ótimo. Ótimo.

(Promotor de Justiça) – Não tinha problema nenhum? Briga? Nada disso?

(Irmã do acusado) – Não.

(Promotor de Justiça) – E a senhora disse que o motivo do crime teria sido porque ela estava traindo ele ou ele estava suspeitando que ela estava traindo ele?

(Irmã do acusado) – Bem. Na verdade ele já tinha me falado que tinha traído ele. Eu conversava muito com ela, porque a gente se dava super bem.

(Promotor de Justiça) – Ela tinha dito pra senhora...

(Irmã do acusado) – Já tinha me falado... “Dani...”

(Promotor de Justiça) – Com esse **Pedro**?

(Irmã do acusado) – Com esse tal de Pedro.

(Promotor de Justiça) – E o YYY soube disso?

(Irmã do acusado) – Da minha boca não.

(Promotor de Justiça) – Mas sabe dizer se ele tomou conhecimento dessa **traição**?

(Irmã do acusado) – Aí eu não sei. Porque eu conversava muito com ela sobre isso aí. Cheguei a dar minha casa pra ela morar, pra não acontecer isso mesmo.

(Promotor de Justiça) – Mas ele, o YYY, já conversou com a senhora a respeito disso? De ele estar com suspeita? Desconfiado?

[...]

A partir da cadeia referencial do OD “feminicídio”, a autora verifica que outros OD são estabelecidos nas pistas textuais, resultando na recategorização do OD principal e de outros OD. Ou seja, as pistas textuais além de recategorizar o OD “feminicídio”, comportam outros OD e, conseqüentemente, suas cadeias referenciais. De acordo com Barbalho (2022), a própria situação de feminicídio mobiliza outros OD, como agressor, vítima, local do crime, arma do crime, motivação, relacionamento, traição, entre outros.

No excerto, observamos que o OD “relacionamento” é recategorizado pelas pistas textuais como “ótimo, sem problema e sem briga”, levando a crer que não haveria motivos para uma violência doméstica, o que não resultaria em uma situação de feminicídio. A anáfora indireta (AI) “traição” encontra-se ancorada no OD “relacionamento” que além de recategorizar a relação entre o acusado e a vítima, acrescenta novas informações que vão (re)construindo cognitivamente os referentes ao longo do texto. Da mesma forma o OD “Pedro”, o suposto amante, está ancorado em “traição”, reconfigurando os OD “relacionamento” e “feminicídio”. Segundo Barbalho (2022, p. 180, grifos da autora), “a irmã do acusado, durante a tomada de depoimento, tenta construir a imagem de uma *vítima* que causou ciúmes ao marido, [...] trazendo à tona o objeto de discurso *traição* e recategorizando, com isso, vários objetos de discurso, inclusive *relacionamento*”. Ou seja, a mobilização desses OD contribui para as

intenções argumentativas da irmã do acusado, pois cria-se a imagem de um homem que não tinha a intenção de matar e que estava sob forte emoção devido às suspeitas de traição. Além disso, de certa forma, transfere para vítima a culpa pelo seu próprio feminicídio. Portanto, a recategorização de um OD afeta outros, reconstruídos cognitivamente, por meio de um processo cognitivo e inferencial, resultando na criação de cadeias referenciais complexas que se relacionam e se influenciam em uma trajetória de (co)dependência.

Portanto, podemos depreender que a referenciação envolve processos intrincados de construção e orientação de sentido, ancorada em práticas discursivas, nas quais os OD são (re)elaborados sociocognitivamente. Sob este ponto de vista, nesta Tese, buscamos enfatizar que as cadeias referenciais são construtos sociocognitivos complexos, assunto da próxima seção, que abarcam outras categorias importantes para o processo referencial – como as pistas textuais que incluem outras cadeias referenciais, influenciando a produção discursiva dos OD. Estas relações manifestadas na malha textual contribuem para o projeto de dizer do enunciador, uma vez que as associações estabelecidas entre as cadeias referenciais nunca são aleatórias, pelo contrário, a recategorização de um OD pode interferir na recategorização de outros OD presentes no texto, como veremos em nossa análise, no Capítulo 5.

3.4. Cadeia referencial

A referenciação é um estudo que desperta o interesse de diversos pesquisadores e, conseqüentemente, recebe bastante investimento teórico de diferentes domínios do conhecimento, como a Linguística, a Semântica, a Lógica, a Semiótica, a Cognição, a Pragmática, a Análise do Discurso, as Ciências Sociais, entre outros. Podemos inferir, então, que essa diversidade teórica contribui para diferentes percepções da atividade referencial, sobretudo da forma como concebemos o processo de constituição de elos referenciais ou cadeias referenciais.

O estudo desse fenômeno é percebido desde trabalhos de Halliday e Hasan (1976), de cunho formalista, sobre as chamadas cadeias de coesão e suas classificações, pautadas em padrões léxico-semânticos, bastante atreladas à explicitude das informações no texto. Embora tenham fornecido a base epistemológica para os estudos atuais, assim como as contribuições de Chastain (1975), Corblin (1995), entre outros autores, não era o foco de análise dessas pesquisas a funcionalidade das cadeias referenciais em textos tipificados em gêneros e, conseqüentemente, as relações discursivas engendradas nesses contextos. Ou seja, o vínculo

entre as expressões referenciais, para esses autores clássicos, é concebido em termos de congruência gramatical e compatibilidade semântica, expressando uma visão referencialista, na qual a função da linguagem é, essencialmente, representar uma realidade estável e preexistente.

Neste sentido, para Corblin (1995, p. 27), a cadeia referencial é definida estritamente como “uma sequência de expressões de um texto entre as quais a interpretação estabelece uma identidade de referência”. Este pressuposto, herdado em parte das formulações de Chastain (1975), reflete uma visão linear e formal baseada em uma sequência de itens linguísticos que apontam para o mesmo referente no texto.

Já a segunda tendência, com a qual nos alinhamos, ao contrário da primeira, não considera o referente como uma entidade autônoma e estática, mas, dialogicamente, construída no próprio discurso – por isso, passou-se a empregar o termo objeto de discurso (Mondada; Dubois, 2015[2003]) –, sendo dele dependente e por ele alimentado (Aphotheloz; Reichler-Béguelin, 1995), portanto mais alinhada as “perspectivas do utilizador da língua” (Schwarz-Friesel; Consten, 2011, p. 354). Nesta ótica, a cadeia referencial é concebida como um fenômeno complexo de processamento mental compartilhado. Este pensamento está em harmonia com as ideias de Cavalcante (2011, p. 59), segundo a qual,

Essa tessitura de elos interligados, coesos, que não se costuram exclusivamente pelo que está explícito no cotexto, senão também pelo que se encontra implícito na memória discursiva e que se descobre por inferências, é a condição básica para que uma unidade de coerência se forme na mente de enunciadores e coenunciadores.

De acordo com Koch e Marcuschi (1998, p. 170), “a progressão referencial ocorre com base numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso”. Para entendê-la nesta perspectiva, é necessário considerar que os objetos de discurso (OD) evoluem no texto, cujas configurações ocorrem em contextos socioculturais e cognitivos, nos quais emerge, por força da interação e dos propósitos comunicativos dos interlocutores, uma intensa e complexa atividade de (re)construção de sentido. Desse modo, os OD podem ser “introduzidos, conduzidos, retomados, identificados no texto, modificando-se à medida que o discurso se desenrola, por meio de estratégias específicas de referenciação” (Jubran, 2003, p. 94).

Tendo em vista que a referenciação é uma atividade discursiva, os processos de continuidade referencial representam escolhas estratégicas realizadas por sujeitos sociais atuantes em função de um querer dizer, em contextos textual-interativos específicos. Neste processo, Koch (2012[2005], p. 35-36) destaca o papel das descrições ou formas nominais que orientam argumentativamente o texto como um todo. A autora explica que

trata-se, em geral, da ativação, dentre os conhecimentos culturalmente pressupostos como partilhados (isto é, a partir de um *background* tido por comum), de características ou traços do referente que devem levar o interlocutor a construir dele determinada imagem, isto é, a vê-lo sob um determinado prisma, o que lhe permite extrair do texto informações importantes sobre as opiniões, crenças e atitudes do seu produtor, de modo a auxiliá-lo na construção de sentido.

Nesta lógica, verificamos como determinado OD é (re)construído de determinada forma, ao longo do texto, para atender os propósitos comunicativos do falante/escrivente, como evidenciam os Exemplos 1 e 2, extraídos de nosso *corpus*. Em (1), os “religiosos” que cometem crimes sexuais contra menores é recategorizado como “manipuladores” (colocado em negrito), na declaração preparada por religiosos, em razão da conferência sobre pedofilia. Este adjetivo, presente nas pistas textuais, desempenha um papel crucial no modo como o “religioso” passa a ser percebido. Este uso estratégico, longe de ser um demérito para a Igreja, é uma forma sutil de afirmar que ela não compactua com os atos criminosos praticados por esses abusadores e de ainda demonstrar que aprendeu com eles a ser mais vigilante, conforme a pista textual “Eles afirmam ter aprendido”. Como veremos em nossa análise, a recategorização do OD abusador, visto como manipulador, também atua na mudança de perspectiva sobre OD Igreja, responsável por supervisionar seus membros, ratificando o que postulam Santos, Barbalho e Castanheira (2026, p. 26) “as cadeias referenciais são construídas nos textos de forma colaborativa, ou seja, a recategorização de um objeto de discurso contribui para a recategorização de outros, ao mesmo tempo em que mobiliza a inserção de novos referentes na tessitura textual”.

(1) Eles afirmam ter aprendido "que aqueles que abusam escondem deliberadamente suas ações e são **manipuladores**". "Por definição, é difícil descobrir esses abusos. Nossa vergonha é ainda maior porque não percebemos o que estava acontecendo." A resposta das ordens religiosas "não foi como deveria ter sido" porque "não reconheceram os sinais de alerta ou não os levaram a sério".

Em (2), “a declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre a pedofilia, promovida pelo Papa Francisco” (em negrito) recategoriza segmentos precedentes e subsequentes, ou seja, proposições que não tinham ainda o estatuto de entidade, e funciona como uma espécie de “espinha dorsal” ao longo da notícia, pois por meio desta AE é encaminhado o discurso da Igreja sobre a pedofilia, prevalecendo sua ótica sobre os fatos ocorridos.

(2) **A declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia, promovida pelo Papa Francisco** e que se inicia na quinta-feira, com a participação de todas as conferências episcopais.

Esta anáfora situa-se no subtítulo da notícia, local, normalmente, destinado às informações mais relevantes e, por isso, mais acessíveis cognitivamente para o leitor. Segundo

Koch (2012[2005], p. 38, grifo da autora), as AE “possibilitam sua ativação na memória do interlocutor, ou seja, a *alocação* na memória operacional deste; por outro lado, uma vez que operam uma refocalização da informação co-textual, elas têm, ao mesmo tempo, função predicativa”.

Nesta perspectiva do percurso referencial das entidades discursivas, Carvalho e Santos (2017), ao analisarem o conto “O gato preto” de Edgar Allan Poe, verificaram que, no decorrer da trama, sob o enfoque da relação entre processo de referenciação e compreensão do funcionamento discursivo do gênero, diversas estratégias de progressão referencial, especialmente anáforas diretas e encapsulamentos, são empregadas com o objetivo de produzir o efeito de dúvida e criar suspense. A análise da cadeia referencial do OD “gato” cumpre um papel importante, nesta investigação, uma vez que dinamiza o olhar sobre este OD à medida que ele vai passando por diversas transformações, ao longo do texto, apontando para os sentidos construídos conforme o projeto de dizer do locutor. Em suma, os autores salientam que

a construção de sentidos do texto, portanto, decorre de um processo interativo entre as partes do texto e do tipo de interlocução engendrada. Assim, as entidades inscritas no texto são construídas e referidas no percurso de representação do discurso, sendo ativadas, desativadas e reativadas a fim de promover, ao final da construção do texto, um todo organizado de sentido a ser reconstruído pelos interlocutores (Carvalho; Santos, 2017, p. 30)

Assim, podemos perceber que, em consonância com Silva e Custódio Filho (2013), a progressão referencial não envolve linearidade nem tampouco relações anafóricas estritas – condição já prevista nos estudos de Aphotheloz; Reichler-Béguelin, (1995) para quem os OD são produtos culturais que emergem de uma atividade cognitiva e interativa entre os sujeitos. Tal visão evidencia o caráter dinâmico e maleável de (re)construção dos OD, como consequência da interação entre indivíduos e da negociação de sentidos por meio de textos. De acordo com Lima e Feltes (2013, p. 33, grifo das autoras), “um dos campos férteis para a observação desse fenômeno [discursivo] é o processo de *recategorização*”. Dessa forma, os OD podem ser, constantemente, reelaborados, pelos sujeitos da interação verbal, à medida que novas informações e/ou avaliações são acrescentadas, conforme seus propósitos comunicativos. Sendo assim, a recategorização não somente contribui para a progressão dos OD instaurados no texto, como também atua na construção do projeto argumentativo do enunciador, mediante suas escolhas referenciais.

Todavia, em muitos trabalhos, é comum a análise da evolução dos referentes pela perspectiva da simples adequação referencial ou designação lexical alternativa, de modo que

novas características são fornecidas às entidades no discurso, mas também, muitas vezes, empregadas, exclusivamente, para evitar repetições no texto. Esta abordagem, conforme aponta Cavalcante (2011), costuma privilegiar a presença do referente no texto e as expressões referenciais que o nomeiam ou que estejam relacionadas a outras âncoras linguísticas do cotexto. Com efeito, acreditava-se, como critério primário, que a explicitação das expressões referenciais era responsável pela reconfiguração dos referentes no texto. Normalmente, analisava-se a cadeia referencial de um único referente, a partir de sua construção linear em uma perspectiva exclusivamente formal (Custódio Filho, 2011). Um exemplo disso podemos observar, no texto abaixo, extraído de Cavalcante (2011, p. 56, grifos da autora) em que o OD “Shiatsu” vai se configurando por indícios fornecidos pelo cotexto, implementado por estratégias correferenciais.

(3) A energia do Shiatsu

Há séculos que os japoneses recorrem aos benefícios dessa massagem, que usa a pressão (atsu) dos dedos (shi) para aliviar tensões e dores de cabeça. Segundo o terapeuta Kioshi Kikuto, do Rio de Janeiro, a técnica chegou aqui com os imigrantes japoneses, que aplicavam a massagem entre si para amenizar as dores causadas pelo trabalho na lavoura. Nesses 100 anos, o shiatsu sofreu algumas adaptações: “No Japão, a pressão dos dedos é maior e mais pontual; aqui é comum associar técnicas de alongamento e relaxamento na mesma sessão”, diz Carla Godinho, professora de terapias corporais do Senac de Fortaleza. Para ter certeza de que a massagem foi bem-feita, Kioshi ensina: “A primeira sensação é de dor, seguida por um enorme conforto. Desconfie se sentir apenas uma coisa ou outra”. (*Revista Cláudia*, maio de 2008)

No Exemplo 3, o destaque é dado às expressões referenciais que retomam o referente “Shiatsu”, contribuindo para sua progressão referencial no texto, pela via da correferencialidade. A escolha das expressões designadoras pode corroborar o projeto argumentativo do locutor, uma vez que não existe neutralidade na língua e os sujeitos são dotados de intencionalidade. Entretanto, não há a preocupação de investigar outros aspectos que possam intervir na recategorização do referente, limitando-se apenas ao âmbito formal e linear da continuidade referencial.

Uma outra forma de abordar os OD, dentro do texto, segundo Cavalcante (2011, p. 53), está relacionada, não apenas às unidades referenciais ou indícios cotextuais, mas, de forma mais ampla, a “todos os outros dados do entorno sociocultural e situacional dos enunciadores e coenunciadores”. Dito de outro modo, esta abordagem não trata apenas do modo como as expressões referenciais retomam um dado referente do contexto, mas sim como é acessado por uma série de fatores interligados, ainda que não tenha sido designado no cotexto. Podemos depreender, dessa forma, que as fronteiras recategorizadoras podem ultrapassar os limites da superfície textual e abranger outros aspectos de ordem cognitivo-discursiva, acionando

informações socio-historicamente compartilhadas que contribuem para (re)construção da referência. Sob esse prisma, a recategorização é vista como um “contínuo processo cognitivo-discursivo de transformação dos referentes ao longo de um texto” (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014, p, 156).

No Exemplo 4, retirado de Marcuschi (2012[2005], p. 76-77, grifos do autor), o referente de “ela”, a morte, é (re)construído abstratamente, na mente dos interlocutores, por conhecimentos que vão além do linguístico e integram saberes compartilhados pelos interlocutores. O autor aponta alguns aspectos intervenientes, como o emprego do verbo “levar”, socialmente, usado para indicar a morte de alguém (linhas 2 e 3); recurso intertextual “a Inominável e a Indesejada das gentes” – poema Consoada de Manuel Bandeira – (linha 6) e conhecimentos históricos circunstanciados.

(4)

1 Considerações sobre ela, sem dizer seu nome

2 Há ocasiões em que **ela** age por atacado. Leva um ministro e, menos de 48
3 horas depois, o líder do governo na Câmara. Leva ainda no mesmo período, para
4 ficar nas pessoas que aparecem nos jornais e na TV, um cantor de dor de
5 cotovelo, um escritor mexicano, a mulher de um beatle. Que arrastão! **Ela**, a
6 *Inominável, a Indesejada das gentes*, mostra nessas ocasiões um fôlego de
7 corredor de maratona. É o momento em que nos lembra que não relaxou na sua
8 vigilância, a nós que tantas vezes pretendemos negá-la, e na vida de cada dia
9 temos como fim último nos distrair de sua existência. Nessas horas em que age
10 por atacado, **ela** chega com exuberância de uma virtuose de seu ofício, a fúria
11 de um touro ao entrar na arena, a fome de gols de um centroavante dopado. Feita
12 sua obra, deixa-nos embaçados como diante de um acrobata do impossível
13 que, depois de um salto sobre o abismo, nos dissesse: “Viram do que eu sou capaz?”
14 /.../

(Revista *Veja* 29/04/1998)

Nesta perspectiva, não se pode negar que o entrelaçamento das representações mentais que vai sendo construído no universo discursivo não depende exclusivamente do que está explícito no contexto, mas também do que está implícito na memória discursiva compreendido por operações inferenciais. Matos, Brito e Cavalcante (2016, p. 500) reiteram que essas conexões “significam processos amplos, os quais não se apreendem em sua profundidade apenas com preocupações circunscritas aos espaços formais do texto, haja vista os contextos sociocognitivos passíveis de determinação de um referente”.

Para Schnedecker (2019, p. 2, tradução nossa)¹⁰, “a noção de CR [cadeia referencial] serve para compreender o desdobramento ou mesmo o monitoramento da expressão referencial em sua continuidade textual ou discursiva”. A partir de uma abordagem configuracional, a

¹⁰ la notion de CR sert à appréhender le déroulement ou encore le suivi de l’expression référentielle dans sa continuité textuelle ou discursive.

autora explora, em conjunto, as propriedades formais dos elos correferenciais, assim como seus aspectos sintagmáticos – ou seja, o encadeamento das expressões referenciais –, além de outros fatores como densidade referencial, a distância entre elos, papéis semânticos e sintáticos. Na visão de Schnedecker, este mapeamento da estrutura da CR contribui para caracterizar e diferenciar os gêneros textuais. Assim, por exemplo, pela configuração das CR torna-se possível distinguir uma receita de um manual de instruções, ou uma notícia de um conto de fadas (Schnedecker, 2017). Portanto, para a autora, a composição das CR varia conforme o gênero.

À semelhança de Schnedecker (2017, 2019), Bentes, Ferreira-Silva e Accetturi (2017) analisam a construção referencial ancorada em gêneros. No entanto, as autoras incluem em seu escopo de análise contextos sociocognitivos e culturais, além de aspectos de natureza multimodal de produções televisivas que abordam a cultura das periferias. De acordo com as pesquisadoras, a referenciação e a ancoragem não ocorrem apenas a partir da materialidade verbal dos programas, mas são constituídas nas e pelas práticas sociais nas quais estão imersas. Isso inclui elementos multimodais, como o enquadramento da câmera, as vinhetas, o vestuário dos apresentadores e a trilha sonora. Desse modo, as autoras demonstram que a referenciação é uma atividade discursiva de construção de objetos de discurso – os quais podem ser ativados, desativados ou reativados ao longo da transmissão, de acordo com o projeto de dizer dos falantes –, evidenciando como as escolhas referenciais e as cadeias referenciais construídas estão relacionadas à identidade social e ao estilo do programa. Inferimos, portanto, que os referentes são construtos sociais, mobilizados por atores sociais, em função da natureza social dos mecanismos de ancoragem envolvidos na construção referencial.

Pesquisas mais recentes têm demonstrado um reconhecimento dos múltiplos fatores que perpassam a tessitura dos referentes, sobretudo quando observados do ponto de vista de diferentes contextos enunciativos, sob o viés sociocognitivo interacional. No entanto, algumas investigações acabam circunscritas a análise de um ou dois OD, em muitos casos, relacionados à menção do referente e à construção linear de sua cadeia referencial e nem sempre é considerada a influência do gênero textual sobre a construção das cadeias. Consequentemente, as cadeias referenciais costumam ser analisadas, isoladamente, independente da relação que possa existir entre outros OD e outras cadeias referenciais. Não obstante a contribuição teórica que muitos trabalhos têm fornecido, esse recorte teórico-metodológico mais tradicional, a nosso ver, limita o alcance dos inúmeros recursos referenciais que se espriam, no texto, de modo simultâneo e/ou sobreposto. São excepcionais ainda os trabalhos que buscam analisar diferentes

cadeias referenciais e outras categorias que perpassam este processo como os dêiticos e as pistas textuais.

A partir de uma proposta mais discursiva, Matos (2018) e Barbalho (2022) apresentam uma visão reticular das construções referenciais efetivadas sob as condições empíricas do gênero textual em que atuam. Dessa forma, Matos (2018) procede à análise do funcionamento das redes referenciais na construção dos sentidos no gênero nota jornalística, considerado um texto de extensão curta e destinado à informação rápida. Assim, a partir da abordagem sociorretórica dos gêneros, a autora analisa a relação entre a rede do fato central, elemento indispensável da nota jornalística e demais redes, observando as possibilidades de interveniência no percurso evolutivo dos referentes. De acordo com Matos (2018), para ser mais condizente com a perspectiva sociocognitiva interacional adotada em sua pesquisa, a autora propõe a substituição do termo “cadeia referencial” por “redes referenciais”. Assim, defende que esta nova nomenclatura expressa melhor o caráter dinâmico da referenciação. Sem dúvida, sua pesquisa contribui muito para os estudos da área, uma vez que explora a natureza maleável dos objetos de discurso em contextos sociais. Nesta Tese, continuaremos empregando a expressão “cadeia referencial”, já bastante difundida em pesquisas nacionais e internacionais, noção também assumida pelo grupo de pesquisa GPLINT¹¹, que tem discutido de forma ampla este processo, entendendo que a principal mudança deva ocorrer no modo de análise deste fenômeno que inclua de fato aspectos sociais e cognitivos.

A pesquisa de Barbalho (2022), corrobora o posicionamento que assumimos nesta Tese que é considerar a referenciação da mesma forma como concebemos o texto atualmente, ou seja, de forma sociocognitiva e interacional. Em vista disso, Barbalho evidencia, em sua Tese, que os processos referenciais se comportam de maneira específica no gênero depoimento oral no domínio discursivo jurídico. Sendo assim, a análise de diferentes cadeias referenciais – construídas a partir do objeto de discurso “feminicídio”, produzido por diferentes interlocutores nos depoimentos – revela diferentes vieses ideológicos acerca de uma mesma situação de feminicídio.

Desse modo, a autora destaca que as cadeias referenciais são fenômenos complexos, pois envolvem diferentes objetos de discurso e pistas textuais que se associam em prol da construção e orientação de sentido. Por consequência, devemos reconhecer que sobre o

¹¹ Grupo de Pesquisa em Linguística de Texto, coordenado pela Professora Doutora Leonor Werneck Santos (UFRJ) e pelo Professor Doutor Dennis Castanheira (UFF).

processo referencial, incide, entre outros aspectos, o gênero textual em questão, logo, as escolhas das estratégias referenciais revelam intencionalidades dos locutores do texto viabilizadas pelo caráter sociocognitivo da linguagem. Por isso, Barbalho enfatiza a importância de a referenciação e os gêneros textuais caminharem juntos na condução e análise de pesquisas nesse campo teórico.

Dentro dessa perspectiva, Miranda e Santos (2022), com o intuito de ampliar as discussões teóricas em torno de uma análise integrativa de diferentes objetos de discurso e cadeias referenciais para a arquitetura argumentativa, examinaram duas notícias, em mídias brasileira e italiana, sobre a marca de 500 mil mortos por Covid-19 no Brasil em junho de 2021. À vista disso, a partir de uma abordagem sociocognitiva e interacional da linguagem, as autoras demonstraram como objetos de discurso, expressões referenciais e pistas textuais se solidarizam para revelar perspectivas argumentativas diferentes sobre o mesmo fato noticiado. Desse modo, Miranda e Santos (2022, p. 293) argumentam que

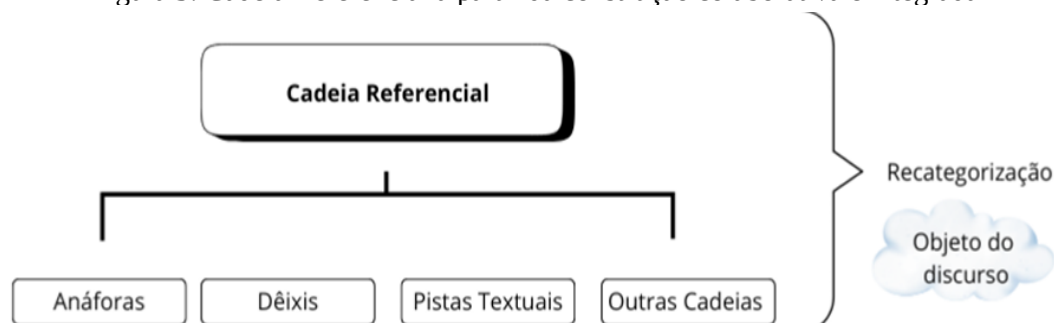
os processos referenciais não devem ser analisados independentemente das pistas textuais, como ocorre, geralmente, nos estudos da área. Anteriormente, acreditava-se que as principais transformações dos referentes ocorriam majoritariamente por meio de expressões referenciais. Atualmente, procura-se analisar o texto como um todo, considerando a análise da referenciação realmente como um processo sociocognitivo e interacional, que se associa a inúmeros elementos na configuração textual.

Vieira-Correia (2026), por seu turno, analisou as cadeias referenciais da protagonista (Cinderela) e das antagonistas (madrasta e irmãs) no gênero textual conto de fadas Cinderela na perspectiva da construção social das personagens. A partir do entrecruzamento de diferentes cadeias referenciais, comprovou que a influência mútua entre as cadeias colaborou para a recategorização das personagens femininas e a orientação argumentativa. Sob o ponto de vista sexista, a construção sociocognitiva de Cinderela como uma mulher frágil e passiva vai se transformando ao longo do texto. Sendo assim, Cinderela torna-se mais ativa, rompendo padrões cristalizados. Na perspectiva do gênero textual, demonstrou como os tipos textuais narrativo e o descritivo colaboraram para a construção das cadeias referenciais. Ademais, a autora evidenciou que as cadeias referenciais, ao abarcarem outras categorias, como dêiticos, pistas textuais e outras cadeias, tendo em vista as características do gênero de ocorrência, fornecem uma visão mais ampla da arquitetura textual e mais crítica dos sentidos pretendidos.

Nesta direção, Santos, Barbalho e Castanheira (2026), compreendendo que o processo referencial não se restringe a simples localização de um segmento linguístico no texto ou uma mera progressão referencial linear, como pretendiam alguns estudos clássicos, expandiram a

noção de cadeia referencial para além de um simples produto da coesão de superfície. Assim, os autores entendem a cadeia referencial como um processo mais abrangente, colaborativo e integrado, como podemos visualizar na Figura 3. Para eles, “trata-se de uma construção sociocognitiva que pode ou não ser concretizada no texto e que abarca categorias importantes para a referenciação como as pistas textuais, os processos referenciais (anáforas e dêixis) e outras cadeias referencias” (Santos; Barbalho; Castanheira, 2026, p. 37).

Figura 3: Cadeia Referencial a partir da construção colaborativa e integrada



Fonte: Santos; Barbalho; Castanheira (2026, p. 37)

De acordo com a Figura 3, percebemos que várias categorias se associam em prol da recategorização dos objetos de discurso. Sendo assim, por exemplo, as pistas textuais têm um papel muito importante para a construção sociocognitiva dos objetos de discurso, como demonstraremos em nossa análise, que associadas às anáforas, aos dêiticos e a outras cadeias referenciais contribuem para a progressão tópica e auxiliam na orientação argumentativa do texto.

Portanto, considerando os recentes avanços sobre a noção de cadeia referencial, visamos averiguar, de forma ampla e consistente, como a inter-relação de diferentes cadeias referenciais, conformada ao gênero em que atuam, pode contribuir para arquitetura textual e construção argumentativa, em uma perspectiva não linear de referenciação. É neste campo, ainda pouco explorado que nossa Tese pretende contribuir para os estudos desta área, analisando quatro OD: (i) pedofilia, (ii) abusador, (iii) vítimas e (iv) Igreja, em notícias brasileira e italiana sobre os casos de pedofilia na Igreja Católica.

4. PEDOFILIA E IGREJA CATÓLICA

As denúncias de casos de pedofilia, na Igreja Católica, no mundo todo, revelaram o grande drama sofrido por um número incontável de crianças e adolescentes que convivem de perto com religiosos e/ou leigos a serviço da Igreja, acusados de cometer abusos sexuais contra menores, bem como a vulnerabilidade destas vítimas, expostas quase que diariamente a seus agressores. Conjuntamente, estas denúncias também lançaram luz sobre a forma enviesada como a Igreja Católica vem lidando com esses crimes, ao longo de décadas, sem, contudo, dar uma resposta à altura da gravidade do problema. É neste contexto de denúncias que se insere esta Tese, buscando, por meio de notícias sobre o tema da pedofilia na Igreja Católica, verificar como o enunciador constrói seu texto, tendo em vista este eixo temático.

Os casos de pedofilia na Igreja Católica, durante muito tempo, permaneceram confinados entre os muros da Igreja, e as vítimas desse crime hediondo foram silenciadas e “impedidas” de denunciar seus agressores. Esse controle não foi difícil de ser imposto, pois, além de as vítimas serem crianças e/ou adolescentes, os religiosos desfrutam de autoridade e poder – uma força capaz de construir e destruir (Cechinel, 2021) – que seus cargos lhes conferem. Dessa forma, as vítimas, nesta etapa da vida, ainda não dispõem de maturidade psicofísica suficiente para escapar de seus agressores, por isso são facilmente manipuladas e/ou silenciadas.

Por outro lado, o religioso que comete tais crimes tem consciência da credibilidade, às vezes irrestrita, que seu posto exerce sobre fiéis e, até mesmo, não fiéis, o que favorece ao ocultamento de seus crimes. Para os crentes católicos, um padre representa um pai espiritual, alguém que cuida de sua comunidade cristã e a conduz no caminho da fé, conferindo-lhe uma autoridade única. Diante desses fatos, conforme afirma Pinto (2010, p. 5), o abuso cometido por padres contra menores é pungente, pois “fere a confiança no humano e a confiança no mistério”. Segundo Lima (2011), o sacerdote é visto como um ser angelical. Algumas máximas, como “Depois de Deus, o sacerdote é tudo”, proferida por São João Maria Vianney, padroeiro dos sacerdotes, contribuem para a exaltação e a construção de uma imagem mística desta figura. Portanto, “uma falta grave como a pedofilia, cometida por um sacerdote, torna-se muito mais grave, um mal incomensurável. E as repercussões inevitavelmente são maiores” (Lima, 2011, p. 52).

Os religiosos pedófilos contam com uma rede de apoio dentro da própria Igreja. Isto é, quando os casos chegam ao conhecimento de um superior, eles são apenas afastados de suas

funções ou transferidos para outra comunidade, onde continuam praticando os mesmos crimes. Para Lima (2011), o fato de as denúncias não serem submetidas ao poder civil, ou seja, somente ao tribunal eclesiástico, no máximo, agravou ainda mais a crise vivenciada na Igreja. De acordo com o autor, durante o pontificado de João Paulo II, o prefeito da Congregação para o Clero, cardeal Darío Castrillón, chegou a cumprimentar um Bispo da França por não ter denunciado um padre de sua Diocese à administração civil. Uma outra situação semelhante ocorreu na Pensilvânia, onde “um sacerdote, após confessar ao bispo ter violado ao menos quinze crianças, uma delas de apenas sete anos de idade, recebeu do líder religioso felicitações por ser uma pessoa sincera e por conseguir avançar em seu vício”, atesta Lopes (2020, p. 22). Atitudes como essas demonstram que a Igreja tem falhado ao não reconhecer seus erros, ao acobertar esses crimes e, ainda, ao permitir que esses predadores permaneçam impunes e continuem fazendo mais vítimas. Há, portanto, uma obstinação pela preservação de sua imagem e pela manutenção do encobrimento destes crimes, em detrimento da custódia dos que foram ou ainda podem ser abusados.

Com o progresso das denúncias, surgiram também alguns questionamentos e concepções acerca das razões que levariam um religioso a perpetrar um ato tão condenável e frontalmente contrário aos princípios pregados pela Igreja Católica, todavia tais discussões e noções não apontam para um consenso. Um deles diz respeito à relação entre pedofilia e homossexualidade, fundada na ideia da prevalência de homossexuais entre os pedófilos, conforme aponta Pinto (2010), afirmando que vários estudos não sustentam essa crença. Corroborando essa visão, Lima (2011, p. 254) pondera que “este abuso pode ser cometido por adultos héteros ou homossexuais, ativos sexualmente ou celibatários. Não é questão de orientação sexual, nem de prática ou abstinência sexual”. Lima também defende que, embora a pedofilia entre o clero não seja maior do que entre a população em geral, a pedofilia clerical tem uma repercussão muito maior, principalmente na mídia. Para o autor, a ressonância desses casos está diretamente relacionada à prática sistemática de lidar com esses crimes apenas no âmbito interno da Igreja, com o intuito de preservar a reputação da instituição, porém acaba intensificando a polêmica entorno desses casos.

Há também quem considere uma conexão estreita entre pedofilia e celibato. O tema do celibato é uma questão de recorrente reflexão, na Igreja, e desperta diferentes posicionamentos. Nas últimas décadas, com o aumento de casos de pedofilia, o celibato sacerdotal tem sido

questionado. O Papa Paulo VI, em sua carta encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*¹², publicada em 1967, já exortava bispos, sacerdotes e fiéis de todo o mundo católico a respeito das razões profundas do celibato para toda a Igreja. No entanto, não ignorou as inúmeras objeções contra o celibato sacerdotal nem as dificuldades impostas ao seu pleno exercício, afirmando que “O conhecimento sincero das dificuldades reais do celibato é muito útil, ou antes, é necessário ao sacerdote, para que ele se dê conta, com pleno conhecimento, daquilo que o celibato requer para ser autêntico e benéfico”. A carta é um convite ao exame do significado do celibato à luz da cristologia, eclesiologia e escatologia, reafirmando, desse modo, a eficácia pastoral do celibato.

Uma das objeções contra o celibato, citada na encíclica, diz que o matrimônio evitaria escândalos e infidelidade sacerdotal. Nesta direção, Doyle, Sipe e Wall (2006) argumentam que o elevado ideal de castidade e a supremacia da virgindade associados ao celibato são algumas das causas de ocorrências de abusos sexuais contra menores cometidos por religiosos. Zolnner (2019), especialista em proteção e prevenção do abuso sexual de menor, discorda deste posicionamento e alega que

Esperar que com a eliminação do celibato desaparecerá de uma vez por todas o abuso, seria muito errado. Sobretudo se olharmos o que ocorre na sociedade e em outras regiões. Há pouco vimos o relatório sobre a Igreja Batista nos Estados Unidos. Ali, nos últimos 20 anos, cerca de 700 crianças e jovens foram vítimas de abusos de pastores, todos eles casados.

Paralelamente a estas elucubrações, apesar do grande esforço para manter os casos de pedofilia em segredo e longe da opinião pública, foi inevitável a revelação desses crimes na mídia, devido à quantidade de denúncias realizadas no mundo todo, desencadeando uma onda de escândalos na Igreja Católica. Estas discussões que envolvem o tema da pedofilia não são recentes “nem tampouco o número de casos cresceu, entretanto aumentaram a percepção dela e a aversão a ela, o que é um fato positivo”, afirma Pinto (2010, p. 32). Nessa perspectiva, investigações jornalísticas e policiais realizadas em diferentes países têm revelado uma impressionante quantidade de abusos sexuais cometidos por religiosos católicos no mundo todo.

Um caso emblemático ocorreu nos Estados Unidos. Em 2002, a equipe investigativa “Spotlight” do jornal *The Boston Globe* trouxe à tona relatórios com denúncias de abusos sexuais cometidos por membros do clero, expondo não somente seus crimes sexuais, mas também o silêncio do arcebispo de Boston, Bernard Law, que se limitava a transferir os padres

¹² Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_24061967_sacerdotalis.html. Acesso em: 20 de ago de 2025.

de paróquia e mantinha os casos em sigilo. A investigação deu origem ao filme *Spotlight – Segredos revelados*, do diretor americano Thomas McCarthy, vencedor do Oscar de melhor filme em 2016, dando visibilidade a um dos maiores escândalos de pedofilia na Igreja Católica. Vale ressaltar, com base em Kobylinski (2016), que, além do abalo moral, a Igreja americana teve de indenizar as vítimas de abusos sexuais cometidos por padres com cerca de US\$ 4 bilhões, resultando na falência de 12 dioceses nos Estados Unidos.

Um outro país afetado por essa tragédia foi a Irlanda, que se tornou o epicentro de escândalos de pedofilia clerical, na Europa, em 2009, seguida de novas denúncias, em diversos países – como México, Chile, Argentina, Austrália, Alemanha, Portugal, Espanha, Itália, França e Canadá –, impulsionadas pela internet, permitindo às vítimas comunicação e apoio mútuos (Lima, 2011). De acordo com Kobylinski (2016), a pedofilia na Irlanda foi considerada endêmica, remonta às décadas de 1940 e 1950, e até 1990 permaneceu oculta. Em 2006, para conter o avanço dos abusos infantis, os bispos irlandeses criaram uma comissão intitulada Conselho Nacional para Proteção de Crianças na Igreja Católica. Além disso, a Igreja irlandesa conta com uma série de relatórios independentes que fornece informações cruciais sobre o flagelo da pedofilia. Essas investigações servem de base para responsabilização e reparação de inúmeras vítimas. Um dos principais casos, conhecido como Relatório Ryan, cujo nome faz referência ao juiz Sean Ryan, responsável pela comissão investigativa, trouxe à tona o drama dos abusos sexuais sofridos por menores e a recorrência sistemática e consistente desses abusos. Segundo Kobylinski (2016, p. 128), “após a publicação do Relatório Ryan, alguns jornalistas e políticos usaram a palavra "holocausto" para descrever a difícil situação da pedofilia na Irlanda”.

O ano de 2010 foi considerado o *annus horribilis* da Igreja Católica, com a culminância de denúncias de tantos casos de pedofilia, surgindo em vários países, ao redor do mundo. Na época, o pontificado do Papa Bento XVI ficou estremecido, pois ele já vinha recebendo inúmeras críticas por sua postura omissa e/ou flexível no enfrentamento da pedofilia na Igreja. Diante da gravidade dos casos de abusos sexuais ocorridos na Irlanda, Bento XVI endereçou, em 19 de março de 2010, uma Carta Pastoral aos Católicos da Irlanda¹³, na qual expressa o seu pesar sobre o drama dos crimes, dizendo “não posso deixar de partilhar o pavor e a sensação

¹³ Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/letters/2010/documents/hf_ben-xvi_let_20100319_church-ireland.html. Acesso em: 25 de ago de 2025.

de traição que muitos de vós experimentastes ao tomar conhecimento destes atos pecaminosos e criminais e do modo como as autoridades da Igreja na Irlanda os enfrentaram”. Para Lima (2011, p. 253), esta iniciativa do Papa demonstrou “uma postura assertiva de quem enfrenta o problema para valer”. Por outro lado, Kobylinski (2016) afirma que a Carta gerou discussões dentro e fora da Igreja, pois Bento XVI esquivou-se de aprofundar a gravidade dos crimes cometidos, antes, no entanto, o pontífice julgou a resposta inapropriada da hierarquia eclesiástica, declarando “Por meu lado, considerando a gravidade destas culpas e a resposta muitas vezes inadequada que lhes foi reservada da parte das autoridades eclesiásticas no vosso país decidi escrever esta Carta Pastoral [...]”. Domingues (2018, p. 251) vai além: refletindo sobre os dois últimos papados anteriores a Francisco, admite que “o longo período de João Paulo II-Joseph Ratzinger (Bento XVI), apesar de todos os seus méritos e glórias, acabou [...] na denúncia da ocultação eclesiástica da pedofilia em várias instituições da Igreja”, por isso, continua o autor, “Bento XVI prestou um grande serviço à Igreja, demitindo-se”.

Em contrapartida, no Brasil, considerado o maior país católico do mundo, segundo dados do IBGE 2022, o cenário é bem diferente dos outros países, em termos de uma investigação sistemática que abranja todo território brasileiro. As denúncias de abusos e as investigações ainda são pouco frequentes e tratadas de forma superficial, nas raras vezes em que ocupam a mídia. Esta escassez midiática é corroborada por nossa Tese, uma vez que, na seleção do nosso *corpus*, encontramos poucas notícias na mídia brasileira sobre pedofilia na Igreja Católica do Brasil – o que, inclusive, limitou nossas buscas, conforme explicaremos no capítulo 5. A maioria das notícias brasileiras sobre casos de abuso sexual cometidos por religiosos trata de crimes sexuais de outros países, principalmente, da Europa e da América do Norte.

Um estudo realizado pela Child Rights International Network (CRIN)¹⁴, ONG britânica, conhecida por ser referência na defesa dos direitos das crianças, publicado em novembro de 2019, revela uma especial defasagem, em termos de esforços para desvelar os crimes sexuais cometidos pelo clérigo, entre Igrejas da América Latina e Igrejas de outras regiões, como América do Norte, Europa e Oceania. De acordo com este estudo, a América Latina, região

¹⁴

Disponível

em:

https://static1.squarespace.com/static/5afadb22e17ba3eddf90c02f/t/638e363a40dae90f42de661d/1670264379820/LATM__Portuguese+_Full+report.pdf . Acesso em: 27 de ago de 2025.

com a maior população católica do mundo, apresenta índices baixos de denúncia de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, sobretudo no Brasil, em Cuba, no Equador e em Honduras, com exceção da Argentina e do Chile, onde tem ocorrido um número crescente de denúncias. Contudo, o relatório adverte que a baixa incidência de denúncia não significa baixa incidência de abusos e que este cenário pode representar apenas a ponta do iceberg e o presságio de grandes escândalos de abusos encobertos. Especificamente, em relação à realidade brasileira, a pesquisa aponta que

o Brasil não assistiu a nenhuma investigação importante sobre o abuso sexual pelo clero, parece ter uma das mais baixas taxas de responsabilização pelo abuso do clero na América Latina e a maioria das vítimas são de famílias pobres com poucos recursos para desafiar a Igreja. Além disso, as investigações internas da Igreja foram, de facto, criticadas pela sua falta de transparência (CRIN, 2019, p. 22).

Contrariando as estatísticas incipientes sobre investigações e denúncias de pedofilia no Brasil, como apontam as pesquisas, Ferreira (2019) aborda os desafios enfrentados pela repórter Valéria Sinésio, responsável pela cobertura inédita de denúncias de pedofilia, confirmadas pelo Ministério Público da Paraíba (MPPB), entre 2013 e 2016, resultando na renúncia do arcebispo dom Aldo Pagotto e o pagamento milionário de multas indenizatórias às vítimas. Ferreira nomeia o caso como “Spotlight na Paraíba” e destaca a coragem da repórter ao enfrentar a autoridade máxima da Igreja Católica no estado. Segundo Ferreira, a repórter sofreu com desconfiança e ameaça da comunidade, perseguição de pessoas influentes ligadas à Igreja e intimidações de autoridades da própria Igreja. Inicialmente, o arcebispo negou as denúncias de abusos sexuais contra menores e de dissimulação dos crimes, ainda acusando Valéria Sinésio de difamação e calúnia. Com a repercussão de sua matéria, o Vaticano enviou representantes para averiguar as denúncias que também partiram de padres que não concordavam com a atitude do arcebispo. De acordo com Ferreira (2019, p. 59), “este tipo de jornalismo garante à sociedade o acesso à informação permitindo que a mesma possa interpretar e ter empatia pelas vítimas de abuso sexual na Igreja”. No entanto, as denúncias são escassas e raramente investigadas no Brasil que conta com uma estrutura imensa de 111 mil igrejas e 11.850 paróquias, espalhadas por 268 dioceses e nove prelazias, conforme Gusmão e Braga (2023).

Ainda no Brasil, um outro caso de pedofilia que repercutiu por meio de matéria jornalística ocorreu no município de Araras, interior de São Paulo. Lopes (2020) cita que um grupo de repórteres enviou para o Vaticano um dossiê com relatos de vítimas do padre Pedro Leandro Ricardo. Conjuntamente, o Bispo dom Vilson da diocese de Limeira, da qual pertencia o padre Pedro Leandro Ricardo, jurisdição que representa dezesseis cidades do interior paulista,

também foi acusado de acobertar os crimes e de receber uma “mesada” dos seus protegidos para não revelar seus crimes e impedir que as denúncias avançassem. Segundo Lopes, conforme apurado, o bispo possuía imóveis no valor de um milhão e meio de reais. Este caso é tratado em uma das notícias que analisamos, nesta Tese, cujo título é “Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual”, veiculada no jornal *online Diário de Pernambuco* e publicada em fevereiro de 2019.

Apenas em 2023, foi publicado um dossiê inédito sobre casos de abusos envolvendo padres católicos no Brasil pelos jornalistas Fábio Gusmão e Giampolo Morgado Braga. Este documento é considerado por Anne Barrett Doyle, codiretora da BishopAccountability.org, uma instituição independente sem fins lucrativos, responsável pelo prefácio do livro, com potencial de impactar a Igreja brasileira a exemplo da investigação Spotlight na Igreja americana. O levantamento ocorreu em todas as regiões do Brasil, fornecendo um retrato inédito dos casos de pedofilia na Igreja Católica brasileira. A investigação apontou que, ao menos, 108 membros da Igreja, entre diferentes níveis hierárquicos, foram acusados de molestar 148 crianças. Relativamente, uma quantidade proporcional ao número baixo de denúncias, mas inversamente proporcional à amplitude da Igreja Católica no Brasil que, de acordo com o levantamento realizado pelos autores, em 2023, a instituição contava com 27 mil sacerdotes atuando em 111 mil igrejas. O estudo comprovou que os abusos sexuais são mais frequentes em cidades menores e ocorrem regularmente na casa paroquial ou dentro da própria igreja. Os abusadores, que tinham 49 anos, em média, à época do crime, raramente, foram penalizados pelos seus crimes.

É escusado dizer que esses crimes sexuais cometidos por religiosos católicos causaram um cataclismo na Igreja Católica, dada a amplitude e a gravidade dos casos, e também na vida de numerosas crianças, adolescentes, jovens e seus familiares que, além do profundo trauma, permaneceram fechados em sua dor e desassistidos por décadas pela Igreja. Muitas vítimas só conseguem falar desses abusos quando atingem a fase adulta. A forma como os antecessores de Papa Francisco vinha lidando com esses crimes apontava para um colapso moral e institucional da Igreja, enquanto cada vez mais inocentes eram atingidos por este flagelo. Desde que assumiu a cátedra de Pedro, em 2013, após a renúncia do Papa Bento XVI, o pontífice precisou enfrentar eventos gravíssimos dentro da Igreja, entre eles, os escândalos de pedofilia, que por tanto tempo, como declara Toscano (2016, p. 43), “foi tratado mais com base nos interesses da instituição (que precisava ser protegida do escândalo a todo custo) do que das vítimas. A resposta de Bento XVI a esses eventos pareceu inadequada tanto em substância quanto em sua

dimensão comunicativa essencial”. Segundo Domingues (2018, p. 251), “o Papa Francisco herdou uma situação com a qual não podia, nem queria pactuar”.

O Papa Francisco, então, passou a adotar uma série de medidas de combate aos crimes sexuais e desde o início de seu pontificado considerou como meta principal a proteção de menores vilipendiados por membros do clero, procurando adotar uma postura de tolerância zero para os casos de pedofilia. Confirmou essa atitude, ao expulsar do sacerdócio, em 2019, o ex-cardeal americano Theodore McCarrick, de 88 anos, acusado de abusos sexuais cometidos por décadas, tornando-se o primeiro caso de expulsão na Igreja (Ferreira, 2019). Entre 2014 e 2022, o Papa emitiu 15 documentos que tratam do abuso sexual de menores (Gusmão; Braga, 2023). Além disso, em fevereiro de 2019, o pontífice convocou os principais líderes religiosos da Igreja Católica, no mundo todo, para um encontro inédito, no Vaticano, com o objetivo de tratar do tema da pedofilia, o que representou um marco para a Igreja e para sociedade. Pela primeira vez, um papa decide abordar um tema tão espinhoso para a Igreja, não mais a portas fechadas, mas sob o olhar de toda sociedade, católicos e não católicos, uma vez que o evento foi amplamente divulgado na mídia do mundo inteiro. Para Gusmão e Braga (2023, p. 150), “nenhum pontífice enfrentou a questão com tanta intensidade e senso de urgência”.

Além disso, o Papa Francisco, ao longo de seu pontificado, expediu regulamentos para serem implementados em toda a Igreja Católica, com o objetivo de proteger e prevenir contra os abusos sexuais, entre eles, o *Vos estis lux mundi*¹⁵, tornando-o válido em 9 de maio de 2019, e o *Vadermecum*¹⁶, lançado em 16 de julho de 2020 e, na sequência, sua segunda edição revista e ampliada em 27 de junho de 2022. O primeiro é um *motu próprio*, documento redigido e promulgado pelo Papa, por iniciativa própria, que dispensa a aprovação de outros órgãos da Cúria Romana e tem força de lei. O nome faz referência a um trecho do evangelho de Mateus “Vós sois a luz do mundo; não se pode esconder uma cidade situada sobre um monte” (Mt 5, 14). O documento define, para proteção da vítima, o aumento da idade de um indivíduo, considerado menor, de 16 para 18 anos, e equipara ao menor “a pessoa habitualmente com uso imperfeito da razão”. Ainda no artigo 1, parágrafo segundo, especifica o entendimento de adultos vulneráveis: “toda a pessoa em estado de enfermidade, deficiência física ou psíquica, ou de privação da liberdade pessoal que de facto, mesmo ocasionalmente, limite a sua

¹⁵ Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/20230325-motu-proprio-vos-estis-lux-mundi-aggiornato.html. Acesso em: 30 de ago de 2025.

¹⁶ Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/ddf/rc_ddf_doc_20220605_vademecum-casi-abuso-2.0_po.html. Acesso em: 01 de set de 2025.

capacidade de entender ou querer e, em todo o caso, de resistir à ofensa”. O decreto também obriga religiosos e pessoas ligadas à Igreja a reportarem as suspeitas de crimes sexuais às autoridades eclesiais. No entanto, como ressalta Ferreira (2019, p. 23), “no decreto não consta nenhuma orientação para que os casos sejam denunciados às autoridades civis” – o que significa que os crimes continuam sendo tratados no âmbito da Igreja, posicionamento muito criticado pelas vítimas.

Ainda em 2019, em ato histórico, Francisco aboliu o segredo pontifício para os casos de abusos contra menores, os quais eram enquadrados como sigilo sob a justificativa de proteção da privacidade da vítima, da reputação do acusado e da autonomia da Igreja. Contudo, não garantiu a transparência do processo canônico nem o acesso às provas dos trâmites pela Justiça Civil, favorecendo o acobertamento do pedófilo e o silenciamento das vítimas. Lopes (2020, p. 31) acredita que o Papa teve uma atitude corajosa, pois esse posicionamento “não agrada parte da Cúria que ainda prefere ocultar qualquer elemento que arranhe a imagem moral impoluta construída pela Igreja até os dias atuais”. Segundo o autor, para os mais ortodoxos, tal decisão significa perda do controle do rebanho. Por outro lado, Gusmão e Braga (2023, p. 151), mesmo admitindo que houve avanços com as alterações, consideram que “uma questão central não foi tocada: bispos e demais autoridades da hierarquia eclesiástica continuam desobrigados de informar à polícia sobre estupros ou outros crimes sexuais cometidos por padres”.

Já o *Vademecum*, publicado em 2020, não é um texto normativo, mas funciona como uma espécie de “manual”, em formato de perguntas e respostas sobre procedimentos de investigações canônicas, ou seja, a própria Igreja investiga os abusos, sem a participação das autoridades civis. Sendo assim, na introdução do documento, explicita-se que este instrumento “possa ajudar as Dioceses, os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica, as Conferências Episcopais e as várias circunscrições eclesiásticas a entenderem melhor e implementarem as exigências da justiça a respeito de um *delictum gravius*”. Em junho de 2021, um ano após a divulgação do *Vademecum*, Papa Francisco alterou a constituição apostólica *Pascite Gregem Dei*¹⁷ no que diz respeito ao Livro VI do Código de Direito Canônico, conjunto de normas jurídicas da Igreja Católica, transferindo abusos sexuais do capítulo “Crimes contra obrigações especiais dos clérigos” para o de “Crimes contra a vida, a dignidade e a liberdade humana”. Além disso, a reforma passou a considerar a responsabilidade

¹⁷ Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/es/apost_constitutions/documents/papa-francesco_costituzione-ap_20210523_pascite-gregem-dei.html. Acesso em: 03 de set de 2025.

sobre o abuso não apenas de clérigos, mas também de membros de institutos de vida consagrada, ou seja, leigos consagrados, e outros fiéis que também atuam com menores.

Além de inúmeras ações promovidas pelo Papa Francisco com o objetivo de coibir a pedofilia na Igreja, relatórios independentes têm contribuído significativamente para traçar um panorama dos casos de abusos em vários países do mundo e para trazer notabilidade sobre as vítimas desse crime hediondo, ainda invisíveis em nossa sociedade. Outra contribuição destas investigações é a pressão feita sobre a Igreja, a exemplo do caso americano, impelida a reconhecer sua responsabilidade perante os crimes e a fornecer reparação pelos profundos danos causados.

No Brasil, conforme já referido, em 2023, foi publicado um dossiê inédito sobre crimes cometidos por padres pedófilos. Com efeito, este documento representa um avanço não apenas para o Brasil, mas para toda a América Latina, região que apresenta um histórico preocupante de poucas denúncias de abusos sexuais clericais. Recentemente, foram publicados outros relatórios realizados por comissões independentes sobre a grave situação na França e na Espanha, demonstrando a extensão da violência sexual contra menores perpetrada por religiosos católicos nestes países.

Seguindo os passos dos Estados Unidos e da Irlanda, países que buscaram conhecer a dimensão do problema, na França, foi publicado em 2021, por meio da Comissão Independente sobre os Abusos Sexuais na Igreja (Ciase), presidida por Jean-Marc Sauvé, o relatório “Sexual Violence in the Catholic Church France 1950 – 2020”¹⁸ que projeta a extensão sistêmica e institucionalizada dos crimes sexuais na Igreja francesa. Segundo o estudo, a Igreja Católica é o espaço onde há maior tendência para prática de abusos sexuais, depois de ambientes familiares ou círculo de amigos. O relatório apontou que 216.000 menores foram vítimas de padres pedófilos, entre 1950 e 2020, e consente que, apesar dos esforços investidos desde 2016, as medidas ainda são insuficientes. A omissão e leniência da Igreja, ao longo de décadas, para além do sofrimento brutal causado pelo abuso sexual em si, infligem ainda mais dor as vítimas que ficaram à mercê de seus agressores e desamparadas pela Igreja, paradoxalmente, a responsável por sua tutela. Como atesta o documento, de 1950 a 1970, a principal preocupação da Igreja era proteger-se dos escândalos de pedofilia. Na década de 90 começa a admitir a existência de vítimas e somente a partir de 2010 reconhece de fato as vítimas e sob essa consciência passa a reportar os casos às autoridades civis, impor sanções canônicas e aceitar

¹⁸ Disponível em: <https://www.ciase.fr/wordpress/wp-content/uploads/CIASE-Summary-of-the-Final-Report-5-october-2021.pdf>. Acesso em 05 de set de 2025.

que esses crimes não devem mais ser tratados apenas no âmbito eclesial. Todavia, estas ações estão longe de oferecer uma resposta digna e eficaz à crise da pedofilia na Igreja.

Na Espanha, país de tradição católica, em 2023, foi publicado o relatório intitulado “Una respuesta necesaria”¹⁹, de grandes proporções e pioneiro, conduzido pelo defensor público Ángel Gabilondo Pujol. Entre os objetivos, o documento destaca a necessidade de prevenir os crimes e reparar as vítimas. A investigação baseou-se em uma pesquisa por amostragem que entrevistou 8.013 pessoas de 18 a 90 anos e revelou que o abuso sexual infantil, cometido em âmbito religioso, atingiu 1,13% da população adulta do país. Sobre a cooperação da Igreja para fornecer dados para pesquisa, o relatório informa que houve diferentes formas de resposta. Algumas dioceses foram receptivas e colaborativas, fornecendo dados relevantes para a pesquisa. Outras, porém, recusaram-se a colaborar com a investigação, atitude interpretada pelos pesquisadores como uma forma de não se responsabilizarem pelos delitos cometidos por seus membros. Inclusive, chamou a atenção dos investigadores o fato de não haver registros, nos arquivos diocesanos, sobre pedofilia ou suspeita de pedofilia, mesmo em casos de abusadores denunciados por várias vítimas. Tal postura reforça o que as vítimas no mundo todo denunciam há décadas: a falta de transparência e a prática sistemática de acobertamentos desses crimes pela Igreja, bem como subjaz o apelo por ações mais enérgicas.

Outro relatório, que segue a cronologia dos anteriores, e, por isso, destaca-se pelo seu valor de atualidade, é o “Dar voz ao silêncio”²⁰, publicado em 2023, a pedido de D. José Ornelas, presidente da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP), que constitui Pedro Strecht responsável pela Comissão Independente para o Estudo dos Abusos Sexuais de Crianças na Igreja Católica Portuguesa, ocorridos entre 1950 e 2022. Pretendia-se conhecer melhor o perfil do abusador e da vítima, o contexto em que os abusos ocorreram, bem como o impacto na vida da pessoa abusada, fornecendo, assim, base para ações preventivas. O inquérito por questionário envolveu 512 testemunhos. Nesse sentido, é pertinente ressaltar que a maioria das vítimas só denunciaram os abusos, na fase adulta, prolongando por tanto tempo o trauma vivido na infância e tendo que lidar com este sofrimento de forma solitária sem qualquer tipo de apoio. Como demonstra a pesquisa, no tempo em que ocorreram os abusos, 51,8 % dos entrevistados

¹⁹ Disponível em: https://www.defensordelpueblo.es/wp-content/uploads/2023/10/RESUMEN_INFORME_abusos_Iglesia_catolica.pdf. Acesso em: 05 de set de 2025.

²⁰ Disponível em: https://www.cnpdpcj.gov.pt/documents/10182/14804/Comiss%C3%A3o+Independente+Estudo+Abusos+Sexuais+Crian%C3%A7as+Igreja+Cat%C3%B3lica+Portuguesa_RELAT%C3%93RIO+FINAL_Sum%C3%A1rio+Executivo/39f039a4-c4a4-4ae2-9ce2-908b762ca10d_Acesso em: 07 de set de 2025.

revelaram mais tarde a situação, enquanto 48,2 % falaram pela primeira vez no curso do inquérito. Além disso, 77% das vítimas nunca prestaram queixa e apenas 4,3% formalizaram queixa em tribunal. Corroborando estes dados, o relatório da Espanha “Una respuesta necesaria” ressalta que as vítimas enfrentam múltiplas barreiras de cunho interno, interpessoal, institucional e social. Desse modo, para vencer a barreira do silêncio, precisam superar a falta de apoio, a estigmatização e a pressão derivada das dinâmicas de ocultamento presentes durante muito tempo.

Conforme exposto, nos últimos anos tem ocorrido um fluxo maior de informações sobre os casos de pedofilia na Igreja Católica, mas ainda há muito tabu sobre o assunto, que precisa ser superado, e um grande desconhecimento desta triste realidade por uma parcela significativa da população em geral. Nesse cenário, seja por iniciativa da própria Igreja, seja por iniciativa de comissões independentes, alçou-se o tema para níveis mais elevados de discussão. Todavia, vítimas ou sobreviventes desta tragédia afirmam que ainda há muito o que fazer. Embora o Papa Francisco tenha deixado um legado de decisões inéditas, com uma postura, em relação à crise, muito diferente de seus antecessores, não é raro encontrar críticas sobre a eficácia de suas ações. Com o agravamento da saúde do Papa e a iminência de uma nova escolha papal, a Rede de Sobreviventes de Abusados por Padres (SNAP)²¹, mais antigo e mais ativo grupo de apoio a vítimas de abusos sexuais cometido por autoridades religiosas, lançou o Conclave Watch²², em março de 2025, com o objetivo de garantir que a escolha do sucessor do Papa Francisco marcasse uma mudança decisiva no combate à pedofilia na Igreja. No lançamento, a Snap divulgou alguns relatórios que apontam supostos envolvimento de cardeais com o crime de acobertamento de abusos sexuais, entre eles, Robert Francis Prevost, solicitando a investigação desses casos.

No dia da escolha do novo Papa Leão XIV, em 8 de maio de 2025, a Snap encaminhou ao Vaticano uma carta aberta²³, instando o líder da Igreja Católica a criar uma lei de tolerância zero para crimes de pedofilia e encobrimento dos abusos, aplicada a toda Igreja, responsabilizando bispos por suas ações. A lei incluiria a exclusão do ministério eclesial

²¹ Disponível em: <https://www.snapnetwork.org/>. Acesso em: 07 de set de 2025.

²² Disponível em: <https://www.conclavewatch.org/>. Acesso em: 10 de set de 2025.

²³ Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/67f051268ff9667a0f3091d2/t/681cc7084f4f0e67c8ce6798/1746716443839/SNAP+Exhortation+to+the+New+Pope_5.8.25+.pdf. Acesso em: 10 de set de 2025.

abusadores e autoridades cúmplices, a supervisão independente dos bispos e a criação de um fundo de reparação, assim como um conselho global de sobreviventes, mas, até outubro de 2025, o Vaticano não havia se pronunciado sobre o conteúdo da carta. De acordo com a Snap, as reformas instituídas pelo Papa Francisco não são suficientes para coibir a catástrofe sistemática dos abusos sexuais e sua ocultação institucional. Argumenta, por exemplo, que a lei de abuso clerical *“Vos Estis Lux Mundi”*, considerada revolucionária por propor a responsabilização de bispos e superiores religiosos, apenas remediou a forma como a Igreja vinha lidando com a apuração dos casos. No entanto, a investigação ficou a cargo da própria Igreja, reforçando a desconfiança sobre a lisura do processo e as chances de manutenção da impunidade. Esta lei foi promulgada, após o escândalo envolvendo o ex-cardeal americano Theodore McCarrick, expulso da Igreja pelo Papa Francisco, porém foi o único religioso a ser destituído de seu cargo. Outra ação criticada pelo grupo refere-se à abolição do segredo pontifício, vista como uma grande conquista do pontificado de Francisco, que permitiu o acesso aos processos envolvendo abusos sexuais pelas autoridades civis. Contudo, alerta a Snap, a autorização, na prática, não significou transparência, pois o Vaticano seguiu ocultando as evidências dos crimes de abuso.

As últimas quatro décadas foram marcadas por uma grande exposição dos casos de pedofilia na Igreja Católica nas mídias. O pontificado de Francisco ajudou a projetar as discussões sobre o tema, mas também deixou muito mais evidente a inércia, a falta de transparência, a omissão e a leniência da Igreja diante dos crimes sexuais cometidos por seus membros por um período que ficou marcado pela liderança de três papas. Papa Francisco foi o único que adotou uma postura mais incisiva de combate à pedofilia, apesar de suas ações não terem sido suficientes para lidar com a catástrofe dos abusos na Igreja. Além disso, é evidente que países do Norte Global, Estados Unidos e nações europeias, estão muito mais avançados em termos de uma rede de apoio às vítimas, por meio de instituições autônomas, como, por exemplo, a BishopAccountability.org, sediada nos EUA, e investigações independentes que ajudam a pressionar a Igreja por prestação de contas. Diferentemente da América Latina, que, apesar de ser uma região que concentra grande parte de católicos do mundo, carece de um retrato mais detalhado de casos de abusos sexuais frente a dimensão de seu território. Conforme já referido, no Brasil, somente em 2023, foi publicado um dossiê inédito sobre a pedofilia na Igreja Católica brasileira, podendo representar uma mudança histórica para o país.

Por outro lado, de acordo com o Snap, as próprias vítimas têm consciência de que nenhum papa conseguirá impedir todos os casos de abuso na Igreja, no entanto ele tem

autoridade suprema, no âmbito institucional – e o dever moral – para garantir a proteção das vítimas, menores de idade, contra seus agressores que agem em uma ordem inversa e cruel, isto é, ao invés de protegê-las, eles são responsáveis por impor-lhes dor e sofrimento. Com a chegada do Papa Leão XIV à liderança da Igreja Católica, fiéis e não fiéis esperam que, sob sua responsabilidade, a Igreja ajude a escrever um novo capítulo na história das vítimas e adote medidas realmente eficazes para combater esses crimes. A falta de transparência, a prática de ocultamento dos crimes e a flagrante negligência da Igreja têm sido um dos principais entraves no enfrentamento da crise, perpetuam o sofrimento das vítimas e permitem que mais crianças sejam abusadas. Como anuncia o Evangelho, não se pode colocar vinho novo em odres velhos. A Igreja precisa mudar as velhas práticas para que o novo traga esperança e alívio aos atingidos por esse flagelo, evite novos casos e puna os perpetradores por seus crimes.

5. METODOLOGIA

Como metodologia, para orientar nosso procedimento investigativo, optamos pelo estudo de caso. Segundo Gil (1991, p. 58), este método “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”. Por este motivo, apresentamos um *corpus* reduzido composto por duas notícias – publicadas em jornais e em países diferentes (Brasil e Itália) –, priorizando a densidade analítica que o método de pesquisa proporciona. De acordo com o autor, uma das vantagens do estudo de caso é a ênfase na totalidade, sem deixar de considerar a multiplicidade de dimensões do problema. Sendo assim, procederemos a uma análise qualitativa destas notícias, sem a pretensão de propor generalizações entre as mídias e seus países de origem. Desse modo, justificamos esta escolha pela possibilidade de uma visão global do objeto explorado e pela identificação de possíveis fatores que o influenciem.

Com estes propósitos em mente, considerando a perspectiva sociocognitiva e interacional de linguagem, pressuposto da Linguística de Texto, analisamos qualitativamente duas notícias: uma brasileira e outra italiana, referentes aos casos de pedofilia na Igreja Católica. Estas notícias foram extraídas de diferentes mídias *online*, em fevereiro de 2019, mês e ano em que ocorreu o encontro inédito, no Vaticano, convocado pelo Papa Francisco, para debater, com os principais líderes da Igreja, os casos de abusos sexuais contra menores cometidos por religiosos. Ressaltamos que, nesta Tese, utilizamos notícias *online*, pela facilidade de acesso aos textos na internet, entretanto o nosso interesse reside na materialidade linguística das notícias e não em outros aspectos constitutivos da informação webjornalística, como áudios, vídeos, imagens, hiperlinks, entre outras possibilidades trazidas pelo meio digital. Diante deste objetivo, esses constituintes foram excluídos de nosso *corpus*. Além disso, as notícias na íntegra e a tradução do texto italiano encontram-se nos Anexos.

O Quadro 3 apresenta o *corpus*, recolhido no mês de fevereiro de 2019, data em que ocorreu o primeiro encontro, no Vaticano, para tratar dos casos de pedofilia na Igreja Católica. Procuramos selecionar um par de notícia, do mesmo mês e ano, para verificar a visão de cada jornal/país sobre o tema.

Quadro 3: Notícias brasileira e italiana

TEMA: CASOS DE PEDOFILIA NA IGREJA CATÓLICA		
ANO: 2019		
NOTÍCIA BRASILEIRA	N1.BR/DIÁRIO DE PERNAMBUCO – Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual	https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/brasil/2019/02/padre-do-interior-de-sao-paulo-e-acusado-de-abuso-sexual.html (20/02/2019) <i>Diário de Pernambuco</i> (seção não informada) por Ingrid Soares
NOTÍCIA ITALIANA	N2.IT/LA REPUBBLICA – Padres pedófilos, religiosos: “Baixamos a cabeça de vergonha”	https://www.repubblica.it/vaticano/2019/02/19/news/vaticano_convegno_pedofilia-219522948/ (19/02/2019) <i>La Repubblica</i> (seção Vaticano) por Paola Rodari

Fonte: Elaboração própria

A nossa pesquisa realiza um estudo de caso, assim procedemos a uma análise qualitativa das cadeias referenciais (CR) de quatro OD (pedofilia, abusador, vítimas e Igreja), com a finalidade de verificar simultaneamente sua construção sociocognitiva e como a interação entre as CR colabora para a arquitetura argumentativa em notícias que abordam o tema da pedofilia na Igreja Católica.

Em geral, as pesquisas sobre referenciação, a despeito de suas inestimáveis contribuições para o avanço das discussões teóricas, costumam privilegiar a análise de um determinado OD e sua progressão referencial, por meio de anáforas, em detrimento de outras cadeias referenciais que são construídas no texto. As análises não costumam observar que as CR agem de forma colaborativa para construção de sentido, associando anáforas às pistas textuais que também atuam na recategorização dos OD e aos processos dêiticos. Nesta Tese, buscamos colaborar com novas possibilidades de investigação que forneçam uma visão mais integrada da construção de sentido, tendo como elemento de ancoragem contextual o gênero notícia responsável pelo indiciamento e processamento referencial (Santos; Cabral, 2012, Santos; Cavalcante, 2014, Bentes; Ferreira-Silva; Accetturi, 2017, Barbalho, 2022). Desta forma, este estudo de caso permite averiguar a relação entre diferentes cadeias referenciais, enfatizando como cada jornal/país concretiza seu projeto comunicativo.

Sendo assim, com o propósito de analisar o processamento referencial de diferentes cadeias referenciais (CR), escolhemos o gênero notícia por se tratar de um importante veículo de informação em massa e por, mesmo não apresentando uma estrutura argumentativa prototípica, pode revelar intenções que conduzem a uma determinada perspectiva de sentido

sobre os fatos noticiados, pela ação estratégica dos sujeitos em situações interacionais concretas. Nesta perspectiva, assumimos a noção de dimensão argumentativa defendida por Amossy (2011), Cavalcante *et al.* (2020), Cavalcante *et al.* (2022), para quem todo texto apresenta variados dispositivos linguístico-textuais que sinalizam a orientação argumentativa pretendida. Assim, escolhemos a referenciação como critério, entre outros possíveis que evidenciam esta argumentatividade.

Para Marcuschi (2008, p. 149), o gênero é “uma categoria cultural, um esquema cognitivo, uma forma de ação social, uma estrutura textual, uma forma de organização social e uma ação retórica”. Dada sua importância como estrutura comunicativa em nossa sociedade e a contribuição de um estudo que considere essas dimensões, acreditamos que o trabalho com o gênero textual notícia poderá ampliar a noção sobre seu funcionamento como fenômeno social. Ademais, decidimos trabalhar com uma língua diferente do português, no caso a italiana, por entender que cada sociedade organiza, de modo particular, suas crenças, pontos de vista, modelos cognitivos, experiências socioculturais – aspectos que podem influenciar a construção do universo discursivo das notícias. Assim, temos interesse em verificar como cada notícia constrói sociocognitivamente as CR de diferentes OD (pedofilia, abusador, vítimas e Igreja), no discurso situado, a partir do tema comum: pedofilia na Igreja Católica e seus desdobramentos.

Para selecionar o *corpus*, optamos por buscar notícias publicadas em fevereiro de 2019, momento que pode ser considerado um marco no combate à pedofilia na Igreja Católica, devido ao encontro inédito ocorrido no Vaticano, convocado pelo Papa Francisco, entre os dias 21 e 24 de fevereiro de 2019. Nossas buscas por notícias brasileiras levaram majoritariamente a notícias intermediadas por agências internacionais, relatando casos de pedofilia em países estrangeiros, porém encontramos uma publicação sobre um caso de pedofilia, ocorrido no Brasil, publicada no *Diário de Pernambuco*, no dia 20 de fevereiro de 2019. Em relação às notícias italianas, havia um farto material, nos sites jornalísticos, sobre casos de pedofilia na Igreja Católica, sendo necessário selecionar uma que tivesse uma data de publicação próxima à da notícia brasileira, para facilitar nossa análise. Assim, optamos por uma notícia publicada no *La Repubblica*, no dia 19 de fevereiro de 2019. Portanto, a justificativa da escolha destas duas notícias está amparada no fato de ambas tratarem do encontro inédito convocado pelo Papa Francisco, figurando entre seus assuntos principais, tendo em vista a proximidade de suas publicações (19 e 20 de fevereiro) aos dias do encontro (entre 21 e 24 de fevereiro).

Em relação à dificuldade de encontrar a notícia brasileira mencionada, constatamos que, de acordo com Gusmão e Braga (2023) e o Child Rights International Network (CRIN)²⁴ – uma rede de apoio internacional ao direito da criança – os processos investigativos, na América do Norte e em países europeus, sobre os casos de pedofilia na Igreja Católica são mais comuns. Podemos citar, por exemplo, nos Estados Unidos, o caso emblemático da investigação *Spotlight*, em 2002, conduzida pelo jornal *The Boston Globe*, que alcançou uma repercussão mundial. Contudo, no Brasil, a realidade é diferente. Segundo os autores, as denúncias e as investigações são raras, assim como a repercussão desses casos no noticiário brasileiro. Desse modo, na mídia brasileira, as notícias sobre casos de pedofilia ocorridos na Igreja Católica do Brasil são mais escassas, diferente da mídia italiana, que fornece um vasto material sobre o assunto, como pudemos comprovar na seleção do material para nossa análise. Gusmão e Braga (2023, p. 23) problematizam a insuficiência de denúncias de casos de pedofilia e a pouca visibilidade destas ocorrências na imprensa, afirmando que

a cobertura pela imprensa é pontual, episódica e pouco aprofundada. A hierarquia da Igreja, por vezes, agiu para encobrir os crimes, proteger padres e silenciar as vítimas. A comunidade católica e as próprias famílias das vítimas, em inúmeros casos, se colocaram ao lado dos clérigos. O sistema de persecução criminal e judicial, que opera em segredo quando envolve menores, indiretamente protege o estuprador, a pretexto de resguardar a vítima. Não há qualquer trabalho que ofereça um panorama do problema no Brasil.

Ainda nesta perspectiva, Gusmão e Braga (2023) afirmam que, em vários outros países, como França, Portugal e Espanha, os casos de pedofilia têm vindo à tona, por meio de comissões independentes que investigam esses casos e ajudam a pressionar e a cobrar da Igreja uma atitude concreta frente a esses crimes. Já no Brasil, apenas em 2023, foi produzido por estes autores um dossiê inédito sobre casos de abusos envolvendo padres católicos brasileiros. Por isso, acreditamos que, diante da escassez de notícias sobre pedofilia no Brasil e as raras denúncias sobre esses crimes, de algum modo, este cenário possa interferir na construção de sentido e argumentatividade da notícia brasileira, o que pode corroborar uma de nossas hipóteses de que os diferentes contextos sociocognitivos e culturais podem influenciar como as cadeias referenciais constroem o sentido de cada notícia/país.

Cabe enfatizar que a opção por comparar o jornal brasileiro com o italiano decorre do próprio tema escolhido (os casos de abusos sexual na Igreja Católica), tendo em vista que a

²⁴

Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5afadb22e17ba3eddf90c02f/t/638e363a40dae90f42de661d/1670264379820/LATM__Portuguese+_Full+report.pdf . Acesso em: 27 ago 2025.

Igreja Católica tem sua sede no Vaticano, localizada em Roma, podendo, por isso, exercer forte influência na vida quotidiana, religiosa e cultural dos italianos. Além disso, Brasil e Itália apresentam população de maioria declaradamente católica, portanto a religião é um elemento central nestas duas culturas. Sendo assim, pretendemos verificar como as notícias brasileira e italiana apresentam as informações sobre os crimes sexuais cometidos por religiosos a partir de contextos linguísticos, sociocognitivos e culturais nos quais estão situadas. Buscamos, então, examinar qual é a perspectiva de cada jornal/país sobre o mesmo fato noticiado, se a perspectiva é a mesma ou diferente e como estas visões podem influenciar na orientação e na construção de sentido das notícias.

Em relação ao perfil dos veículos de informação selecionados, O *Diário de Pernambuco*²⁵ é um jornal brasileiro em atividade há 200 anos, que vem testemunhando as mudanças e as transformações ocorridas em Pernambuco e no Brasil, desde 1983. Segundo Diogo Vital, superintendente do *Diário*, a informação de qualidade, a ética jornalística e o respeito aos leitores representam o tripé do jornal, assim como a base para enfrentar os desafios de cada tempo. O jornal tornou-se guardião da memória, após sancionada a Lei 15.027/2024, que oficializou seu reconhecimento como Patrimônio Cultural Material do Brasil. Já O *La Repubblica* é um jornal italiano com prestígio nacional e internacional. Foi fundado em 1976 por Eugenio Scalfari e Carlo Caracciolo, com sede em Roma, e, desde 2017, pertence ao Gedi Gruppo Editoriale, principal grupo editorial no setor digital, com uma média de 4,3 milhões de usuário²⁶.

Detalhamos, a partir de agora, alguns aspectos mais específicos de nossa metodologia, começando pela escolha dos OD que dão origem às CR que analisaremos nesta Tese: abusador, pedofilia, vítimas e Igreja. Esta seleção foi motivada pelo vínculo temático estabelecido entre estes OD na notícia. Assim, “pedofilia” aponta o crime, “Igreja”, a instituição a qual se filiam os religiosos abusadores e onde costumam ocorrer os crimes. O OD “vítimas”, no plural, apesar de acentuar o efeito do crime, é um dado empírico, uma vez que vários relatórios, como vimos no capítulo Pedofilia e Igreja, apontam que estes casos não são isolados e normalmente atingem um número considerável de menores. Já o OD “abusador”, é um membro da Igreja Católica, apesar de acusado e investigado pelos supostos crimes de pedofilia.

Dito isso, a fim de facilitar a análise e a identificação das CR no texto, atribuímos cores diferente as elas e numeração própria, conforme o Quadro 4:

²⁵ Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/200anos>. Acesso em: 25 mar. 2026

²⁶ Disponível em: <https://www.gedi.it/en/about-us/group>. Acesso em: 10 fev 2026.

Quadro 4: Numeração e cores das cadeias referenciais (CR)

CADEIAS REFERENCIAIS (CR)	NUMERAÇÃO	COR
PEDOFILIA	CR1	MARROM
ABUSADOR	CR2	VERDE
VÍTIMAS	CR3	VERMELHO
IGREJA	CR4	ROXO

Fonte: Elaboração própria

As notícias são identificadas a partir de siglas acompanhadas pelo nome do jornal de origem e sua respectiva manchete. Desse modo, N equivale a notícia, BR representa Brasil, e IT representa Itália, como já indicado no Quadro 3. Além disso, com o objetivo de operacionalizar nossa análise, apresentamos no Quadro 5 as siglas dos termos usados em nossa análise. Importa informar que não encontramos, em nosso *corpus*, casos de dêixis de memória nem textual. Como a dêixis de memória remete ao campo do conhecimento compartilhado, ou seja, um campo bem específico comum aos interlocutores, seu emprego subentende que o destinatário recuperará a informação, por ser considerada acessível. Entretanto, acreditamos que a notícia, por ter um caráter mais objetivo e direto, possivelmente faz com que este processo intersubjetivo seja encontrado com menos frequência. Já a dêixis textual tem o objetivo de situar um dado elemento na organização linear do texto, bastante comum em gêneros do discurso acadêmico, como atestam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014).

Quadro 5: Siglas dos termos empregados na análise

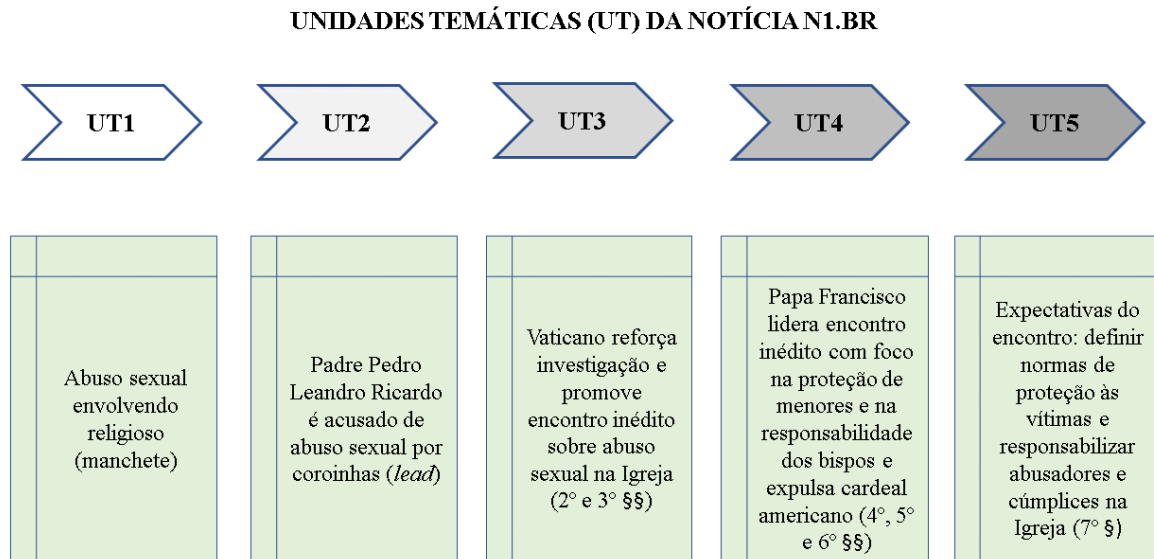
TERMO	SIGLA
Anáfora direta	AD
Anáfora indireta	AI
Anáfora encapsuladora	AE
Dêixis pessoal	DP
Dêixis temporal	DT
Objeto de discurso	OD
Cadeia referencial	CR
Pista textual	PT
Unidade temática	UT

Fonte: Elaboração própria

Nossa análise, de tipo qualitativo, está dividida em dois momentos: (1) analisaremos individualmente cada notícia e (2) faremos uma análise comparativa das notícias. Na fase 1, iniciamos com um breve resumo da notícia seguida do texto na íntegra. Nas notícias, destacamos as quatro CR, por suas respectivas cores, conforme o Quadro 4, com o objetivo de visualizar melhor o percurso dessas cadeias ao longo do texto. Além destas sinalizações, sublinhamos as pistas textuais que constituem estas cadeias e colocamos os verbos em *itálico*. Além disso, após cada notícia, elaboramos um quadro com o intuito de organizar visualmente e de identificar as CR, por diferentes cores, conforme já determinado, e as pistas textuais que as constituem. Neste quadro, também indicamos as expressões referenciais que compõem essas cadeias, de acordo com as funções que exercem: anafórica e dêitica. Após a apresentação deste quadro, iniciamos nossa análise. Por último, na fase 2, procedemos à análise comparativa.

Além dos procedimentos apontados, a fim de operacionalizar a análise da notícia e a análise da interação entre as CR, na fase 1, também dividimos a notícia em unidades temáticas (UT), conforme Van Dijk (1990) e Comassetto (2001), como indicado nas Figuras 3 e 4. Desse modo, cada unidade corresponde a um eixo temático. N1.BR foi dividida em 5 unidades, cada uma apresenta um tema específico, como pode ser visto na Figura 4, podendo abarcar um ou mais parágrafos, como ocorre em UT3 e UT4. Por isso, no corpo da notícia sinalizamos os parágrafos com números arábicos. Nas duas notícias, optamos por analisar a manchete/subtítulo e o *lead*, separadamente, por se tratar das categorias principais da notícia.

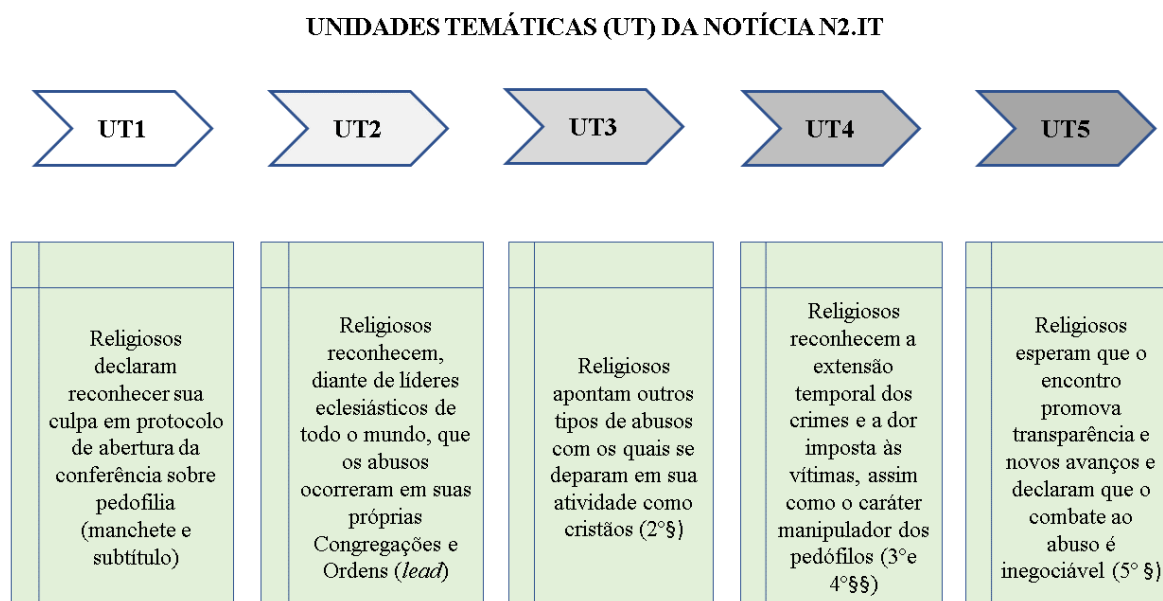
Figura 4: Unidades temáticas N1.BR



Fonte: Elaboração própria

Em N2.IT, aplicamos a mesma lógica de N1.BR. A notícia também está dividida em 5 unidades, seguindo o critério temático de cada eixo. Nesta notícia, apenas a UT4 comporta dois parágrafos. Como esta notícia apresenta subtítulo, esta categoria ficou junto com a manchete na UT1, conforme a Figura 5.

Figura 5: Unidades temáticas N2.IT



Fonte: Elaboração própria

Finalmente, tendo em vista que nosso objetivo específico é analisar a interação entre as CR e como esta relação contribui para a construção de sentido e a arquitetura argumentativa de cada notícia, elaboramos um esquema que representa estas relações referenciais em cada UT, a fim de demonstrar como estes eixos temáticos e a construção referencial estão conectados entre si em prol do sentido global do texto, conforme o Quadro 6.

Quadro 6: Unidades temáticas x esquemas - N1.BR/N2.IT

N1.BR/DIÁRIO DE PERNAMBUCO – Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual		N2.IT/LA REPUBBLICA – Padres pedófilos, religiosos: “Baixamos a cabeça de vergonha”	
UNIDADES TEMÁTICAS (UT)	ESQUEMAS	UNIDADES TEMÁTICAS (UT)	ESQUEMAS
UT1 – Abuso sexual envolvendo religioso (manchete)	Esquema 1	UT1 - Religiosos declaram reconhecer sua culpa em protocolo de abertura da conferência sobre pedofilia (manchete e subtítulo)	Esquema 6
UT2 – Padre Pedro Leandro Ricardo é acusado de abuso sexual por coroinhas (<i>lead</i>)	Esquema 2	UT2 - Religiosos reconhecem, diante de líderes eclesiais de todo o mundo, que os abusos ocorreram em suas próprias	Esquema 7

		Congregações e Ordens (<i>lead</i>)	
UT3 – Vaticano reforça investigação e promove encontro inédito sobre abuso sexual na Igreja (2º e 3º §§)	Esquema 3	UT3 - Religiosos apontam outros tipos de abusos com os quais se deparam em sua atividade como cristãos (2º§)	Esquema 8
UT4 – Papa Francisco lidera encontro inédito com foco na proteção de menores e na responsabilidade dos bispos (4º, 5º e 6º §§)	Esquema 4	UT4 - Religiosos reconhecem a extensão temporal dos crimes e a dor imposta às vítimas, assim como o caráter manipulador dos pedófilos (3º e 4º §§)	Esquema 9
UT5 – Expectativas do encontro: definir normas de proteção às vítimas e responsabilizar abusadores e cúmplices na Igreja (7º §)	Esquema 5	UT5 - Religiosos esperam que o encontro promova transparência e novos avanços e declaram que o combate ao abuso é inegociável (5º §)	Esquema 10

Fonte: Elaboração própria

Sendo assim, no Quadro 6, observamos que cada esquema está associado a um tema específico dentro da notícia. Por outro lado, estes temas estão interligados, formando um todo de sentido, para o qual contribui significativamente a interação entre as cadeias.

6 – ANÁLISE

6.1. Análise 1: N1.BR/DIÁRIO DE PERNAMBUCO – Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual

N1.BR foi publicada, no jornal online *Diário de Pernambuco*, no dia 20 de fevereiro de 2019, às vésperas do encontro histórico convocado pelo Papa Francisco, no Vaticano, para tratar dos crimes sexuais clericais contra menores. Inicialmente, a notícia aborda denúncias de abusos sexuais cometidos contra menores de idade pelo padre Pedro Leandro Ricardo, da Igreja de São Francisco de Assis, em Araras (SP). A essas denúncias, somam-se supostos casos de extorsão e coação, praticados pelo bispo dom Vilson Dias de Oliveira, da Diocese de Limeira (SP). Na sequência, a notícia enfatiza o encontro inédito que ocorrerá entre os dias 21 e 24 de fevereiro de 2019, no Vaticano, com os principais líderes da Igreja, promovido pelo Papa Francisco, e a expulsão inédita do cardeal americano Theodore McCarrick. De acordo com a notícia, há uma expectativa de que este encontro sem precedentes resulte em medidas eficazes e específicas de combate aos abusos sexuais cometidos por religiosos.

Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual

Por: Ingrid Soares Publicado em: 20/02/2019 08:20

(1) Mais uma acusação de abuso sexual atinge a Igreja Católica no Brasil. A Polícia Civil de Araras (SP) recebeu quatro denúncias contra o padre Pedro Leandro Ricardo da época em que ele era pároco da igreja São Francisco de Assis. Coroinhas disseram ter sido vítimas do religioso entre 2002 e 2003, quando Ø eram menores de idade. Uma das vítimas relatou que teve relações sexuais com o padre na casa paroquial onde o religioso morava. A defesa do clérigo nega as acusações.

(2) Na segunda-feira (18/2), o Vaticano enviou um representante da Igreja Católica para investigar denúncias de extorsão e coação contra o bispo dom Vilson Dias de Oliveira, da Diocese de Limeira (SP), que foi afastado por tempo indeterminado.

(3) Nesta quinta-feira (21/2), o Vaticano receberá os mais importantes bispos de todo o mundo para uma reunião histórica e sem precedentes. Convocada pelo papa Francisco, a cúpula vai tratar do tema que, há décadas, tem abalado os alicerces da Igreja Católica: abuso sexual de crianças. Os presidentes das Conferências Episcopais estarão reunidos até o dia 24.

(4) O tom do encontro deve ser o de “tolerância zero”. O próprio papa Francisco deu uma pista disso ao expulsar, no sábado, o ex-cardeal americano Theodore McCarrick, de 88 anos, acusado de abusar de, ao menos, um adolescente. Foi a primeira vez na história da Igreja Católica que um cardeal perdeu o seu título depois de ser acusado desse tipo de crime.

(5) Sobre o encontro, o diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé, Greg Burke, declarou que se trata de “uma reunião sem precedentes, o que mostra que o papa Francisco fez da proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja”. Ele continuou: “Trata-se de manter as crianças seguras contra prejuízo em todo o mundo. O papa Francisco quer que os líderes da Igreja tenham uma compreensão completa do impacto devastador que o abuso sexual clerical tem sobre as vítimas”.

(6) Além disso, Burke explicou que “a reunião é primariamente para os bispos, eles têm muita responsabilidade por esse grave problema. Mas homens e mulheres leigos que são especialistas no campo dos abusos darão sua contribuição e podem ajudar a abordar especialmente o que precisa ser feito para garantir transparência e responsabilidade”.

(7) A expectativa é de que o encontro histórico defina diretrizes e normas específicas de como os bispos devem cuidar das vítimas, punir os infratores e manter os acusados fora do sacerdócio. Também deve ser abordada a responsabilidade dos religiosos que, mesmo sabendo dos abusos, se mantiveram em silêncio.

O Quadro 7 apresenta as quatro CR, identificadas por suas respectivas cores, e as pistas textuais que as constituem:

Quadro 7: CR de N1.BR

CADEIAS REFERENCIAIS	
ANÁFORAS REFERENTES AOS OD PRINCIPAIS	PISTAS TEXTUAIS
➤ Pedofilia (CR1) AI: relações sexuais com o padre na casa paroquial> abuso sexual de crianças>desse tipo de crime>abuso sexual>mais uma acusação de abuso sexual>quatro denúncias contra o padre Pedro Leandro Ricardo >as acusações> uma compreensão completa do impacto devastador>o abuso sexual clerical>muita responsabilidade por esse grave problema> homens e mulheres leigos que são especialistas no campo dos abusos >dos abusos	Mais uma acusação de abuso sexual <u>atinge</u> a Igreja Católica; O tema <u>tem abalado</u> os alicerces da Igreja Católica.
➤ Abusador (CR2) AD: Padre do interior de São Paulo>o padre Pedro Leandro Ricardo >ele>pároco da igreja de São Francisco de Assis >do religioso>com o padre>o religioso>do clérigo>clerical AI: quatro denúncias contra o padre Pedro Leandro Ricardo>vítimas do religioso>relações sexuais com o padre na casa paroquial>a defesa do clérigo>o abuso sexual clerical>os infratores>os acusados fora do sacerdócio AD: o ex-cardeal americano Theodore McCarrick>um cardeal>o seu título	Padre do interior de São Paulo <u>é acusado</u> de abuso sexual; A defesa do clérigo <u>nega</u> as acusações; [...] o ex-cardeal americano Theodore McCarrick <u>acusado de abusar</u> de, ao menos, um adolescente; <u>Foi a primeira vez na história da Igreja Católica</u> que um cardeal <u>perdeu</u> o seu título depois de <u>ser acusado</u> desse tipo de crime;
➤ Vítimas (CR3) AD: coroinhas>vítimas do religioso>Ø>menores de idade>uma das vítimas AI: abuso sexual de crianças>um adolescente> a proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja>as crianças seguras>as vítimas>das vítimas	Coroinhas <u>disseram ter sido</u> vítimas do religioso <u>entre 2002 e 2003</u>; Uma das vítimas <u>relatou</u> que teve relações sexuais com o padre <u>na casa paroquial</u>.
➤ Igreja (CR4) AD: A Igreja Católica>a Igreja AI: Padre do interior de São Paulo>abuso sexual>mais uma acusação de abuso sexual>quatro denúncias contra o padre Pedro Leandro Ricardo>o padre>ele>o pároco da igreja São Francisco de Assis>coroinhas>vítimas do religioso>Ø>menores de idade>uma das vítimas>relações sexuais com o padre na casa paroquial>onde> o religioso>a defesa do clérigo>o Vaticano> um representante da Igreja Católica>denúncias de extorsão e coação contra o bispo dom Vilson Dias de Oliveira da Diocese de Limeira>que>o Vaticano>os mais importantes bispos>uma reunião histórica e sem precedentes>o papa Francisco>a cúpula>os alicerces da Igreja Católica>abuso	Na segunda-feira (18/2), o Vaticano <u>enviou</u> um representante da Igreja Católica para <u>investigar</u> denúncias; [...] o bispo dom Vilson Dias de Oliveira <u>foi afastado</u> [...]; <u>Nesta quinta-feira (21/2)</u>, o Vaticano <u>receberá os mais importantes bispos de todo o mundo</u> para uma reunião <u>histórica e sem precedentes</u>; Convocada pelo papa Francisco, a cúpula <u>vai tratar</u> do tema que, há décadas, tem abalado os alicerces da Igreja Católica; Os presidentes das Conferências Episcopais <u>estarão reunidos até o dia 24</u>;

sexual de crianças>Os presidentes das Conferências Episcopais>o tom do encontro>tolerância zero>o próprio papa Francisco>isso>o ex-cardeal americano Theodore McCarrick >um adolescente>a primeira vez na história da Igreja Católica>um cardeal>o seu título>o encontro>o diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé>Greg Burke>uma reunião sem precedentes>o papa Francisco>a proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja>Ele>as crianças>o papa Francisco>os líderes da Igreja>o abuso sexual clerical>as vítimas>Burke>a reunião>os bispos>eles> muita responsabilidade por esse grave problema>transparência e responsabilidade>o encontro histórico> diretrizes e normas específicas>os bispos>as vítimas>os infratores>os acusados fora do sacerdócio>a responsabilidade dos religiosos>que>se.	O tom do encontro deve ser o de “<u>tolerância zero</u>”. O próprio papa Francisco deu uma pista disso ao <u>expulsar</u>, no sábado, o ex-cardeal americano Theodore McCarrick [...]; <u>Foi a primeira vez na história da Igreja Católica</u> que um cardeal <u>perdeu</u> o seu título [...]; Sobre o encontro, o diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé, Greg Burke, <u>declarou</u> que se trata de “uma reunião <u>sem precedentes</u>; “O papa Francisco quer que os líderes da Igreja tenham <u>uma compreensão completa do impacto devastador</u> que o abuso sexual clerical tem sobre as vítimas”; “Trata-se de <u>manter</u> as crianças <u>seguras</u> [...]”; Além disso, Burke <u>explicou</u> que “a reunião é primariamente para os bispos, eles <u>têm muita responsabilidade por esse grave problema</u> [...]”; “Mas homens e mulheres leigos [...]podem ajudar a abordar especialmente o que precisa ser feito para <u>garantir transparência e responsabilidade</u>”; A expectativa é de que o encontro <u>histórico defina diretrizes e normas específicas</u> de como os bispos <u>devem cuidar</u> das vítimas, <u>punir os infratores e manter</u> os acusados fora do sacerdócio. Também <u>deve ser abordada a responsabilidade dos religiosos</u> que, mesmo <u>sabendo</u> dos abusos, se <u>mantiveram em silêncio</u>.
--	--

Fonte: Elaboração própria

Visualmente, notamos que, no Quadro 7, não ocorrem casos de anáfora encapsuladora nem casos de dêixis. Além disso, percebemos que a CR1 é constituída predominantemente por AI e a CR4 apresenta um destaque maior em relação às demais cadeias.

6.1.1.1. UT1 – Abuso sexual envolvendo o religioso (manchete)

(UT1) Padre <u>do interior de São Paulo</u> <u>é acusado</u> de <u>abuso sexual</u>

Geralmente, a manchete é a primeira parte da notícia a ser lida, por isso é elaborada de forma atrativa, sintética, simples e direta para capturar a atenção do leitor, antecipando o sentido global do texto. Desse modo, o leitor busca por informações que sejam interpretadas facilmente

e que lhe darão uma noção do assunto tratado na notícia. Além disso, a manchete funciona como um guia de compreensão das outras partes que serão lidas e associadas às primeiras informações apresentadas. Estes princípios não são autônomos nem arbitrários, pois estão condicionados a fatores sociais, culturais e cognitivos (Comassetto, 2001).

Tendo em mente estes objetivos, a manchete de N1.BR “Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual” aponta dois elementos centrais – “padre” e “abuso sexual” – que serão processados como informações relevantes. Neste processo de construção de sentido, o leitor participa ativamente, relacionando a informação recebida aos seus conhecimentos prévios, às suas crenças e a fatores de ordem social, ideológica e histórica (Sousa, 2002).

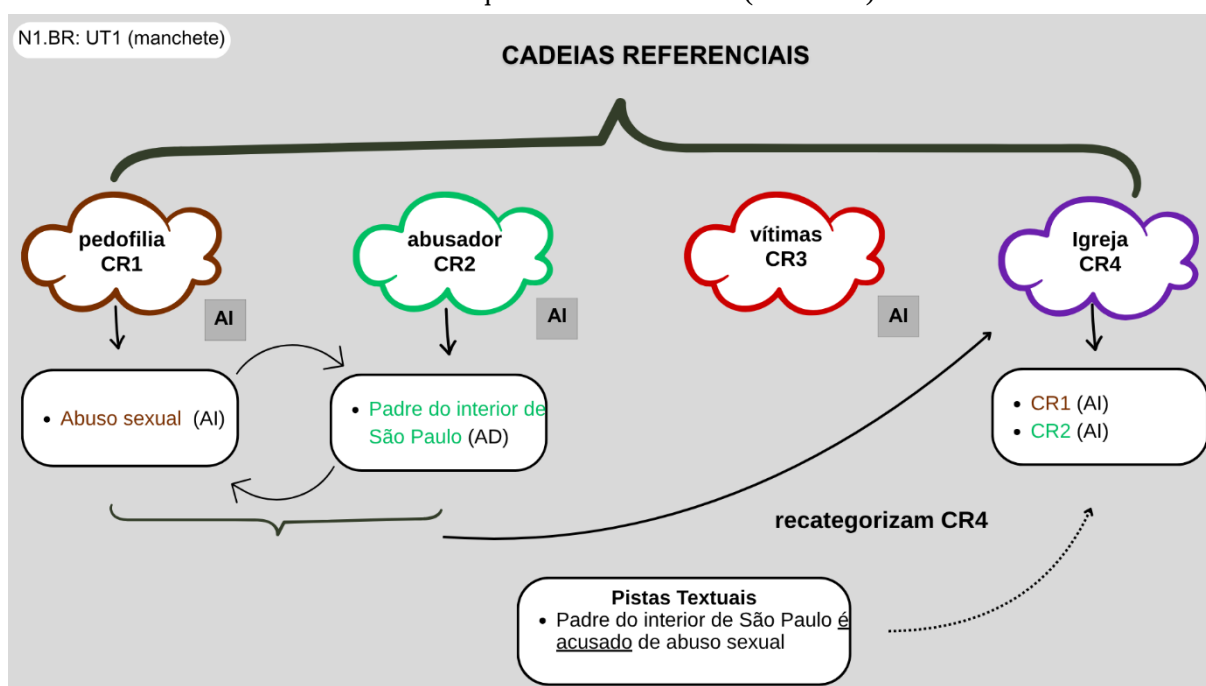
Na manchete, a cadeia referencial (CR) “pedofilia” é enunciada por meio da AI “abuso sexual”, instaurando um novo referente que estabelece uma relação indireta também com “religioso”, “vítimas” e “Igreja”. Percebemos que, inicialmente, essa expressão referencial revela uma conotação mais genérica (o abuso sexual pode referir-se a vítimas variadas), portanto pouco esclarecedora de que se trata especificamente de atos sexuais contra menores.

Podemos verificar outros três aspectos que denotam uma certa vagueza na manchete: o especificador “do interior de São Paulo” vinculado a “Padre”; o verbo na voz passiva “é acusado”; e a omissão do agente da passiva. No primeiro caso, o especificador permite entrever um acontecimento distante do observador e até mesmo pouco provável e impreciso. Este distanciamento pode gerar a ideia de que este acontecimento é um fato isolado, principalmente para leitores da capital ou de outras regiões. Além disso, o “interior”, em contraste com áreas mais centrais, é considerado um lugar mais pacato e com forte tradição religiosa. Já no segundo, o uso do verbo na voz passiva coloca o sujeito na condição de quem sofre a acusação, portanto o fato central não é o abuso em si. Por último, o agente da passiva não está explícito, criando uma expectativa no leitor sobre quem, afinal, acusou o padre. Além disso, ainda não há menção explícita sobre a(s) vítima(s) desse suposto abuso cometido pelo religioso, o que colabora para essa atmosfera de dúvidas, de incertezas e de possibilidades.

Este arranjo pode demonstrar uma estratégia interacional (Codesseira, 2005) por parte do jornal para despertar o interesse do leitor, levando-o a buscar na notícia informações mais precisas do que as presentes na manchete. No entanto, como afirmam Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 74), “nada é dito ou implicado por acaso; há sempre um propósito argumentativo motivando as escolhas de explicitação e de implicação”. Portanto, estes aspectos analisados, em conjunto, podem demonstrar uma forma de captar a atenção do leitor e/ou uma tentativa de mitigar a importância e a gravidade dos acontecimentos.

O Esquema 1 permite visualizar a interação entre as quatro CR e as pistas textuais (PT), além de mostrar como a configuração destas cadeias orientam o sentido do texto. Dessa forma, a AI “abuso sexual” (CR1) incide sobre a CR2 (abusador) e vice-versa, pois o abuso sexual cometido por um religioso, torna o crime ainda mais infame, reconfigurando a imagem positiva, normalmente, atribuída a um religioso que passa a ser percebido como um possível criminoso. Ao mesmo tempo, a relação entre CR1 (pedofilia) e CR2 (abusador), implicitamente, recategoriza a CR4 (Igreja), uma vez que o religioso, citado na manchete, é membro desta instituição, colocando, assim, em suspeição o padre e a própria Igreja.

Esquema 1: N1.BR/UT1 (manchete)



Fonte: Elaboração própria

Podemos observar que as CR (abusador, pedofilia e vítimas) funcionam como AI de Igreja, demonstrando o caráter relacional destas CR, unidas por um vínculo temático. Ademais, embora a CR3 (vítimas) ainda não tenha sido materializada linguisticamente no texto, ela pode ser ativada na mente do leitor como uma entidade discursiva, por processo de inferência, já que um crime sexual pressupõe uma ou mais vítimas. Destacamos, ainda, a dupla função da expressão referencial “Padre do interior de São Paulo” que se apresenta como AD da CR2 (abusador) e AI da CR4 (Igreja), revelando-se como uma importante estratégia textual-discursiva, uma vez que dinamiza o fluxo textual e evidencia o vínculo temático entre as duas CR e os diferentes ângulos de percepção do mesmo objeto, ou seja, o padre é visto como suspeito de cometer um crime sexual e também como membro da instituição católica.

6.1.2. UT2 - Padre Pedro Leandro Ricardo é acusado de abusado sexual por coroinhas (*lead*)

(UT2)

(1) Mais uma acusação de abuso sexual atinge a Igreja Católica no Brasil. A Polícia Civil de Araras (SP) recebeu quatro denúncias contra o padre Pedro Leandro Ricardo da época em que ele era pároco da igreja São Francisco de Assis. Coroinhas disseram ter sido vítimas do religioso entre 2002 e 2003, quando ~~Ø~~ eram menores de idade. Uma das vítimas relatou que teve relações sexuais com o padre na casa paroquial onde o religioso morava. A defesa do clérigo nega as acusações.

No *lead* da notícia (1º parágrafo), as informações concentram-se no suposto crime sexual contra coroinhas, cometido pelo padre Pedro Leandro Ricardo, pároco da Igreja São Francisco de Assis (SP). Neste momento, o leitor passa a ter informações mais precisas sobre o religioso que foi acusado pelo crime, anunciadas na manchete. Assim, o suposto abusador é individualizado quando é apresentado seu nome e o cargo que ocupa na Igreja (Padre Pedro Leandro Ricardo) e sua paróquia (São Francisco de Assis). Além disso, o leitor recebe outras informações que esclarecem por quem foi acusado o padre. Neste caso, a acusação é feita por crianças que foram coroinhas na paróquia do padre entre 2002 e 2003.

Em uma lógica tradicional, de acordo com Comassetto (2001), normalmente a manchete sai do *lead*, pois muitos leitores buscam uma relação de sentido imediata entre estas duas categorias da notícia, por isso o *lead* deve ser sucinto, tanto por razões cognitivas como pragmáticas. Contudo, Codesseira (2005, *apud* Possendoro, 2002) alerta que este procedimento não deve representar uma “camisa de força” para o jornalista, pois há diferentes estratégias interacionais para construção do *lead*. Conforme podemos observar, o *lead* de N1.BR segue um estilo mais canônico, inclusive respondendo às perguntas principais relativas ao evento noticiado, como recomendam alguns manuais de redação de jornais.

Verificamos que esse *lead* não representa o fato principal em uma escala de relevância, pois, como veremos, no decorrer do texto, o foco maior desta notícia recai sobre o encontro histórico e inédito promovido pelo Papa Francisco que ocorrerá dentro de poucos dias. Dessa forma, assim como a manchete, o *lead* tem uma função pragmática e específica, de envolver o leitor, de introduzir o assunto, e, neste caso, de aproximá-lo do crime de pedofilia, garantindo seu interesse pela leitura.

Na trilha de CR1(pedofilia), observamos a AI “mais uma acusação de abuso sexual”, logo no início do *lead*, que se associa ao verbo “atingir” e à AD “a Igreja Católica no Brasil” (Mais uma acusação de abuso sexual atinge a Igreja Católica no Brasil). Em conjunto, essas

associações vão tecendo o fio condutor do sentido no texto. Sendo assim, esta AI apresenta o intensificador “mais uma”, reforçando o sentido do substantivo “acusação” que representa a ação de acusar e carrega o pressuposto de que houve outras acusações semelhantes. Ou seja, podemos inferir que não se trata de um fato isolado na Igreja Católica, porém de mais uma acusação de abuso sexual contra menores de idade que ataca ou fere a honra e a reputação da Igreja, causando um impacto negativo tanto na imagem da instituição, quanto na imagem de seus membros eclesiais, conforme deixa entrever o uso do verbo “atingir”. Além disso, de acordo com o *lead*, “Uma das vítimas relatou que teve relações sexuais com o padre na casa paroquial onde o religioso morava”. Assim, o local, representado como uma AI de Igreja, onde o suposto abuso sexual foi praticado, torna o crime ainda mais aviltante.

Diante disso, podemos afirmar que a prática de atos sexuais contra crianças, ou seja, a pedofilia, convoca a imagem de um presumível abusador (neste caso, um religioso) e de uma ou mais vítimas (em geral, coroinhas que participam do corpo Igreja) que já ficam representados sociocognitivamente na memória discursiva do leitor. Nesta lógica, “o leitor forma um esquema mental em torno desse[s] referente[s], fundado[s], antes de tudo, em informações prévias dos conhecimentos socioculturais” (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014, p. 23). Esta realidade corrobora a ideia de que os OD não refletem as coisas do mundo, mas são negociados e (re)construídos no mundo discursivo, reforçando, a noção de instabilidade dos referentes (Mondada; Dubois 2015[2003]). Sendo assim, estas entidades discursivas vão se transformando, à medida que o texto avança, como observado em relação à CR2 (abusador) e à CR4 (Igreja), que passam a ser percebidas por outra ótica, desconstruindo a imagem desses referentes normalmente vistos como confiáveis.

Continuando a análise, “coroinhas” é uma AD de CR3 (vítimas) e é, a princípio, retomada por sucessivas AD, que também funcionam como AI de Igreja, (coroinhas>vítimas do religioso>Ø>menores de idade>uma das vítimas), inaugurando uma importante CR, no texto, uma vez que representa o alvo dos crimes cometidos pelo padre Pedro Leandro Ricardo, pároco da Igreja São Francisco de Assis (SP). A dupla função dessas expressões referenciais contribui para o agenciamento de novos pontos de vista. Ou seja, CR3 (vítimas), por estabelecer uma estreita relação com CR4 (Igreja), revela um paradoxo, pois a Igreja que acolhe estes coroinhas e os incentiva na vida cristã também pode ser capaz de impor-lhes sofrimentos e dor.

Além disso, CR3 estende-se, ao longo do texto, por meio de outras anáforas, permanecendo em foco como uma entidade discursiva para o leitor, como veremos nas unidades seguintes. No entanto, à medida que a CR 3 (vítimas) vai sendo recategorizada, CR2 (abusador)

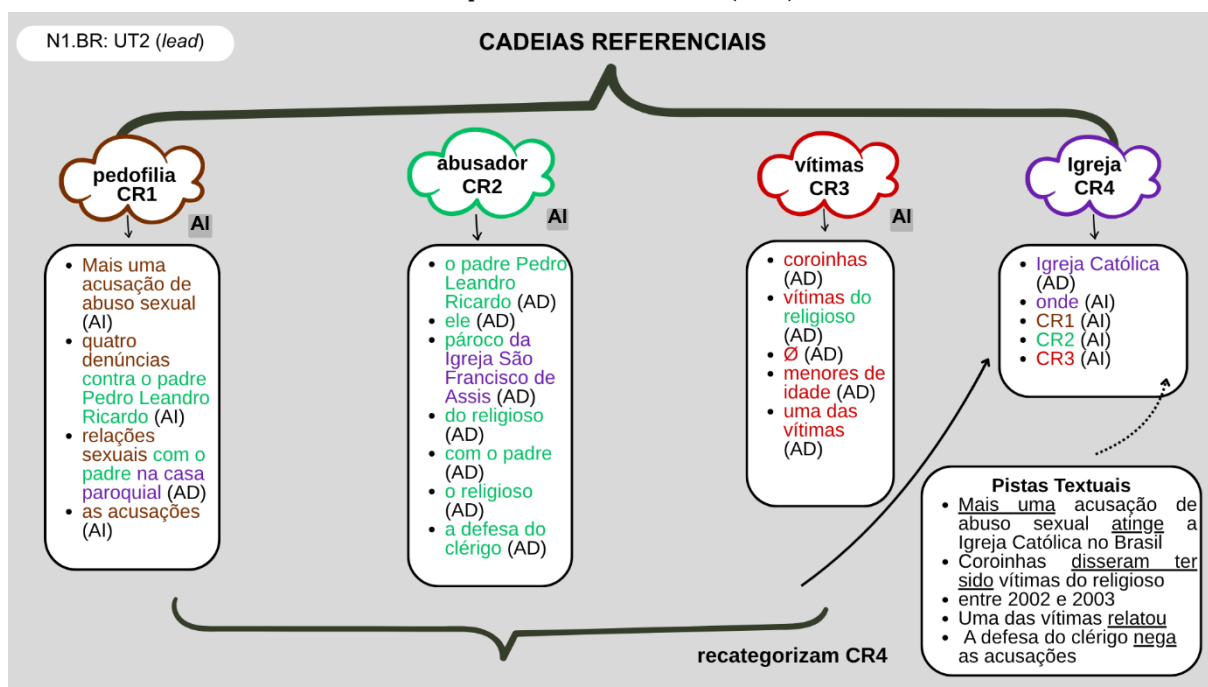
e CR4 (Igreja) também são reconfiguradas, agregando novos matizes a estes referentes, como veremos nas próximas unidades temáticas (UT). Por isso, defendemos que, no processo de construção referencial, sejam consideradas as possíveis relações entre diferentes CR em prol da orientação de sentido pretendida, pois, como temos enfatizado, em nossa análise, uma CR interfere na construção sociocognitiva da outra.

Normalmente, os coroinhas são crianças e adolescentes que, a partir dos 6 anos de idade, podem auxiliar o sacerdote durante a celebração da missa. Porém, sua atuação não se limita às celebrações litúrgicas, pois estes menores são incentivados a participar de reuniões, de retiros, da leitura da Bíblia, com o intuito de promover seu crescimento e comprometimento espiritual, demonstrando constante interação entre as partes envolvidas, o que pode gerar laços de convivência e de confiança. Com essa aproximação, as vítimas, por serem crianças e adolescentes, encontram-se em uma condição de exposição à situação do crime sexual e de vulnerabilidade. Por outro lado, o abusador, por ser um religioso, usufrui não só da confiança da comunidade cristã, como também da sociedade em geral, o que pode favorecer a dúvida sobre a veracidade do abuso sexual clerical, principalmente quando a denúncia parte de crianças.

Nesse contexto, a suspeita de pedofilia é apresentada no trecho “coroinhas disseram ter sido vítimas do religioso entre 2002 e 2003, quando eram menores de idade”. O verbo destacado indica uma suposição, e haveria mais ênfase na denúncia se fossem escolhidas outras possibilidades, como afirmaram, asseguraram, declararam etc. É também relevante destacar que os supostos crimes sexuais ocorreram entre 2002 e 2003, quando as vítimas eram menores de idade, mas, à época da veiculação da notícia, em 2019, já eram adultas; entretanto, a expressão referencial “coroinhas”, AD de “vítimas”, é colocada em posição de destaque na frase, isto é, em posição de sujeito agente, enfatizando ainda mais a denúncia que parte de vítimas que, à época do abuso, eram crianças (coroinhas).

No Esquema 2, notamos uma distribuição praticamente uniforme das expressões referenciais em CR1, CR2 e CR3. Já CR4 é constituída pela AD “Igreja Católica”, pela AI “onde” e pelas outras três CR, uma vez que funcionam como AI de Igreja. Esta disposição mantém o foco nas quatro CR, simultaneamente, neste início da notícia.

Esquema 2: N1.BR/UT2 (*lead*)



Fonte: Elaboração própria

Nesta perspectiva, a CR4 (Igreja), além de permanecer ativa na memória do leitor, vai sofrendo transformações significativas, promovidas por CR1, CR2, CR3 e pistas textuais (PT), que apontam, inicialmente, para a imagem de uma instituição que passa por graves problemas internamente, rompendo uma tradição de respeito e confiabilidade. Desse modo, destacamos que as CR2 (abusador) e CR3 (vítimas) são construídas por AD, ou seja, neste caso, o referente é retomado pontualmente no texto. Por outro lado, na CR 1 (pedofilia), há uma presença maior de AI, possivelmente, com o objetivo de atenuar a carga valorativa do termo. Assim, verificamos o emprego de expressões referenciais, como “abusos sexuais”, “relações sexuais”, “denúncias”, “acusações” que apresentam valores axiológicos atenuantes e genéricos em relação ao termo “pedofilia”, podendo, inclusive, ser observadas em uma perspectiva escalar de sentido, usados estrategicamente no texto.

Outro aspecto que podemos destacar, no Esquema 2, é a constância de expressões referenciais que apresentam entre seus núcleos e especificadores a combinação de CR diferentes, aproximando ou relacionando as noções que cada uma apresenta. Esta constatação pode ser visualizada melhor, por meio das cores atribuídas a cada CR, como, por exemplo, na expressão referencial “relações sexuais com o padre na casa paroquial”: “relações sexuais” CR1 (pedofilia), “o padre” CR2 (abusador) e “na casa paroquial” CR 3 (Igreja). Sob esta visão, Bentes, Ferreira-Silva e Accetturi (2017) enuncia que a construção referencial está ancorada

em três dimensões integradas: a dimensão textual, a dimensão do gênero e a dimensão do contexto social mais amplo. Segundo a autora, este ponto de vista fornece uma compreensão melhor da relação entre os referentes instanciados no texto e no gênero textual, colaborando para um entendimento mais amplo da construção dos sentidos sociais produzidos. Sendo assim, esta interação entre CR distintas, presente nas expressões referenciais, manifesta não apenas o caráter informativo e a necessidade de concisão da notícia, como também o aspecto relacional dos processos referenciais, articulando informações, e sua capacidade de promover a progressão e a organização do texto, demonstrando que o gênero textual atua na configuração das CR, como ressalta Schnedecker (2019).

No Esquema 2, podemos ainda observar que, além da função recategorizadora promovida pelas expressões referenciais, as pistas textuais (PT) são imprescindíveis para construção sociocognitiva das diferentes CR. Nessa perspectiva, por exemplo, no trecho “Mais uma acusação de abuso sexual atinge a Igreja Católica no Brasil”, o verbo “atingir” e o advérbio “mais” influenciam como CR1 (pedofilia) e CR4 (Igreja) serão representadas sociocognitivamente, já que carregam o pressuposto de que houve outras acusações, conforme exposto anteriormente. O mesmo ocorre, no trecho “coroinhas disseram ter sido vítimas do religioso”, no qual a locução verbal “disseram ter sido” pode dar margem a dúvida sobre o testemunho das crianças. Consequentemente, o uso estratégico desta locução verbal pode também abonar a conduta do religioso, acusado de cometer tal crime de pedofilia, visto que a acusação é realizada por crianças que ainda não possuem a mesma capacidade de discernimento de um adulto, gerando incertezas em relação à prática do crime. Portanto, as CR englobam as pistas textuais que são representadas não apenas por predicções, adjetivos, advérbios etc., como também por outras CR, que atuam na reconstrução dos diversos OD instanciados no texto.

6.1.3. UT3 - Vaticano reforça investigação e promove encontro inédito sobre abuso sexual na Igreja

(UT3)

(2) Na segunda-feira (18/2), o Vaticano enviou um representante da Igreja Católica para investigar denúncias de extorsão e coação contra o bispo dom Vilson Dias de Oliveira, da Diocese de Limeira (SP), que foi afastado por tempo indeterminado.

(3) Nesta quinta-feira (21/2), o Vaticano receberá os mais importantes bispos de todo o mundo para uma reunião histórica e sem precedentes. Convocada pelo papa Francisco, a cúpula vai tratar do tema que, há décadas, tem abalado os alicerces da Igreja Católica: abuso sexual de crianças. Os presidentes das Conferências Episcopais estarão reunidos até o dia 24.

Esta UT, embora ainda informe sobre crimes relacionados à Igreja, aponta para “denúncias de extorsão e coação”, supostos crimes cometidos pelo bispo dom Vilson Dias de Oliveira, responsável pela Diocese de Limeira (SP), na qual o padre Pedro Leandro Ricardo acusado de abuso sexual contra coroinhas atuava. Por consequência, Dom Vilson foi afastado de sua função de bispo. Estas ações que implicam enviar um representante da Igreja, investigar as denúncias e afastar o acusado se somam à promoção do maior encontro sobre pedofilia realizado na Igreja Católica. Assim, esta UT destaca atitudes positivas da Igreja frente aos graves casos ocorridos, e as expressões, na cor roxa (relacionadas à CR Igreja), em destaque no texto, comprovam que a temática nesta UT gira em torno da Igreja, e seu proceder ativo diante de tais situações aparece não apenas por meio das expressões referenciais, mas também dos verbos (enviar, investigar, afastar, receber, convocar, tratar, reunir).

A AI “denúncias de extorsão e coação” colabora para recategorização de CR4 (Igreja), visto que se soma às acusações de abusos sexuais cometidos pelo padre Pedro Leandro Ricardo, apresentadas no *lead* da notícia, intensificando a imagem de uma Igreja que se distancia da santidade e da justiça pregadas por seus membros, mas não vivenciadas por alguns deles. Em compensação, esta mesma Igreja busca confrontar estes supostos crimes apontados, como antevemos com o uso dos verbos e da dêixis temporal (DT) sublinhados, no trecho a seguir: “Nesta segunda-feira (18/2), o Vaticano enviou um representante da Igreja Católica para investigar denúncias de extorsão e coação contra o bispo dom Vilson Dias de Oliveira, da Diocese de Limeira (SP), que foi afastado por tempo indeterminado”. Nesse trecho, os verbos apontados demonstram o interesse e disposição da Igreja em confrontar tais suspeitas, investigando e afastando um membro do alto escalão da Igreja.

Já os casos de DT “nesta segunda-feira (18/2)” e “nesta quinta-feira 21/2), recurso bastante comum no gênero notícia, são empregados para orientar o leitor em relação à cronologia dos acontecimentos: situam temporalmente as ações da Igreja que visam a combater os desvios de conduta de seus membros, apontadas, na notícia, praticamente, às vésperas, do encontro inédito com os principais líderes da Igreja Católica, para tratar do tema da pedofilia. Assim, ressalta-se o empenho da Igreja em apresentar soluções para os problemas vivenciados por seus membros, favorecendo a construção de uma imagem positiva da instituição.

Em seguida, para dar andamento ao combate à pedofilia, “o Vaticano receberá os mais importantes bispos de todo o mundo para uma reunião histórica e sem precedentes” – e este passa ser o tema central da notícia, pois, não obstante os graves problemas apontados na notícia, o encontro histórico surge com uma proposta de enfrentamento das dificuldades. Neste trecho,

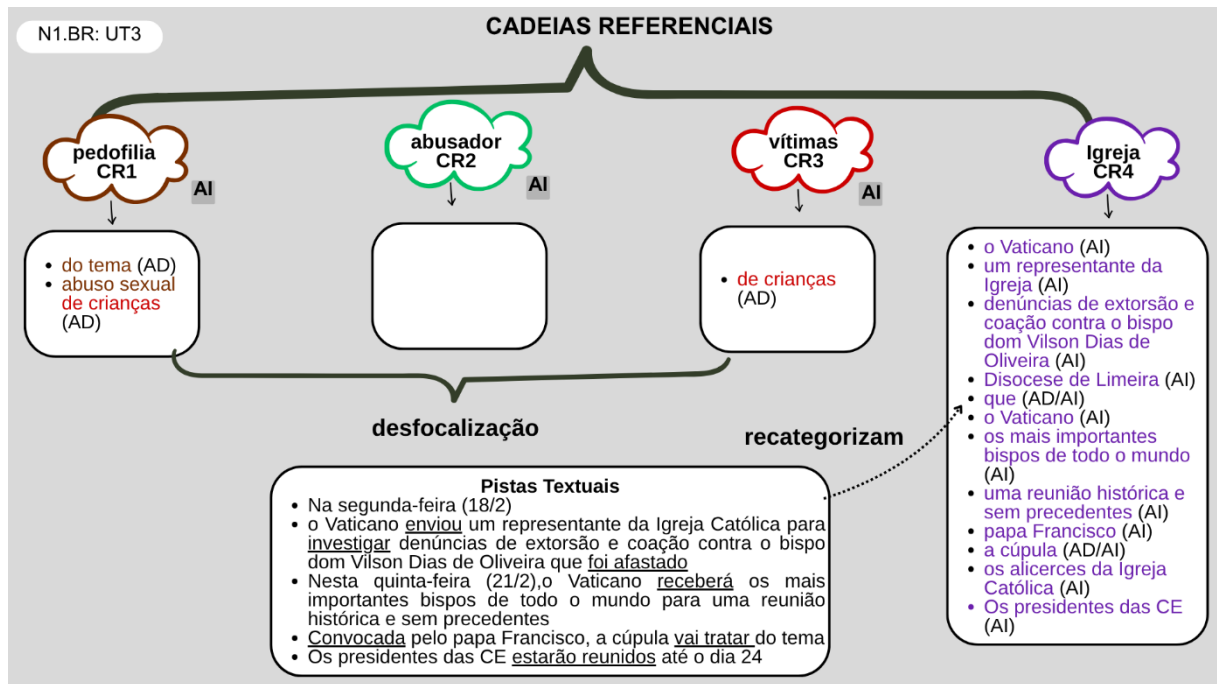
a AI “o Vaticano” aparece na posição de sujeito agente, associado ao verbo “receberá”. Os adjetivos relacionados à “reunião histórica e sem precedentes” realçam a proeminência deste evento, jamais ocorrido na Igreja Católica. Igualmente, a AI “os mais importantes bispos de todo o mundo” – composta pelo intensificador “mais” e o adjetivo “importantes”, colocados à esquerda do núcleo do sintagma nominal, e pelo especificador “de todo o mundo” – demonstra a relevância destes representantes, na reunião, por exercerem autoridade sobre as diversas instâncias da Igreja, em uma escala mundial.

Sendo assim, a AI “uma reunião histórica e sem precedentes” passa a figurar como tema central na notícia, instanciado como um novo referente, no fluxo textual, que será retomado por sucessivas AD (a cúpula>o encontro>o encontro>uma reunião sem precedentes>a reunião>o encontro histórico) que também atuam como AI de Igreja. Este caráter bifórico da expressão referencial colabora no agenciamento de diferentes perspectivas, contribuindo para a arquitetura textual e para a orientação argumentativa do texto, conforme ocorrido com outras expressões referenciais já mencionadas. Segundo Santos, Barbalho e Castanheira (2026, p. 45), estes casos “comprovam que os processos referenciais devem ser observados tridimensionalmente, associando-se a uma ou mais cadeias ao mesmo tempo”, com propósitos argumentativos específicos.

Embora todas essas AD relativas à reunião desempenhem, simultaneamente, a função de AI de “Igreja”, sua correferencialidade é estratégica para a tessitura textual, pois garante, ao mesmo tempo o foco no referente “uma reunião histórica e sem precedentes” e na “Igreja”, bem como a progressão do tema. E ainda enaltece a atitude positiva do Papa Francisco, principal líder da Igreja Católica no mundo, em convocar esta reunião inédita para fazer frente aos graves problemas de pedofilia denunciados no mundo todo.

De maneira diferente do que ocorre no Esquema 2, o Esquema 3 apresenta uma configuração bastante diferenciada, em virtude de poucas expressões referenciais em CR1 e CR3 e nenhuma em CR2, pois nenhum agressor é mencionado nesta unidade. Paralelamente, CR4 recebe uma ênfase maior. Desse modo, a UT3, ressalta a CR4 (Igreja), em função do encontro inédito convocado pelo Papa Francisco

Esquema 3: N1.BR/UT3



Fonte: Elaboração própria

No Esquema 3, observamos um número significativo de expressões referenciais presentes na CR4 (Igreja), dando proeminência a esta CR, enquanto as outras CR (pedofilia, abusador e vítimas) ficam desfocadas. Esta estratégia de referenciação permite que CR4 preencha um “endereço” cognitivo, na memória de trabalho, permanecendo em foco no modelo de mundo textual, enquanto as outras CR ficam em estado de ativação parcial, como assinala Koch (2022[2004]). Esta configuração nos faz refletir que a diminuição do foco nas vítimas, no crime e, principalmente, no abusador direciona o olhar do leitor para o que se quer destacar: neste caso, as ações da Igreja, atenuando, desse modo, a importância do crime e de seus perpetradores. É relevante observar que as pistas textuais atuam no sentido de corroborar a construção de uma imagem favorável e otimista da Igreja, por meio de verbos como enviar, investigar, afastar, receber, convocar, tratar e reunir.

6.1.4. UT4 - Papa Francisco lidera encontro inédito com foco na proteção de menores e na responsabilidade dos bispos e expulsa cardeal americano

(UT4)

(4) O tom do encontro deve ser o de “tolerância zero”. O próprio papa Francisco deu uma pista disso ao expulsar, no sábado, o ex-cardeal americano Theodore McCarrick, de 88 anos, acusado de abusar de, ao menos, um adolescente. Foi a primeira vez na história da Igreja Católica que um cardeal perdeu o seu título depois de ser acusado desse tipo de crime.

- (5) Sobre o encontro, o diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé, Greg Burke, declarou que se trata de “uma reunião sem precedentes, o que mostra que o papa Francisco fez da proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja”. Ele continuou: “Trata-se de manter as crianças seguras contra prejuízo em todo o mundo. O papa Francisco quer que os líderes da Igreja tenham uma compreensão completa do impacto devastador que o abuso sexual clerical tem sobre as vítimas”.
- (6) Além disso, Burke explicou que “a reunião é primariamente para os bispos, eles têm muita responsabilidade por esse grave problema. Mas homens e mulheres leigos que são especialistas no campo dos abusos darão sua contribuição e podem ajudar a abordar especialmente o que precisa ser feito para garantir transparência e responsabilidade”.

Nesta UT, encontra-se o ápice da notícia, pois todos os acontecimentos apresentados anteriormente convergem para o encontro inédito promovido pelo Papa Francisco. Esta UT trata também da expulsão inédita de um membro do alto escalão da Igreja, o cardeal americano Theodore McCarrick, acusado de abusar de um adolescente, reforçando a proposta de tolerância zero, adotada pelo pontífice, para estes crimes sexuais. Além disso, o encontro manifesta a preocupação da Igreja com a proteção de menores e destaca a responsabilidade dos bispos.

A convocação do Papa Francisco para a reunião inédita teve uma repercussão mundial e reforçou a disposição da Igreja para enfrentar tamanho desafio, uma vez que vinha tratando desses crimes no âmbito interno da instituição, sendo, por isso, alvo de muitas críticas, sobretudo das vítimas e de associações internacionais, como o SNAP (Survivors Network of those Abused by Priests). Contribui para esta visão a expressão “tolerância zero”, presente nas pistas textuais, que também incide sobre a CR4 (Igreja) – que, no início da notícia vinha relacionada a graves denúncias e acusações de crimes sexuais, de extorsão e de coação, agora passa a ser percebida como uma Igreja combatente e não mais, simplesmente, um alvo de acusações e investigações, conforme apresentado anteriormente. É digno de nota que o emprego de alguns verbos também colabora para este entendimento: cuidar, punir, expulsar, garantir, investigar, entre outros. Assim, a percepção que temos da Igreja, inicialmente, vai se transformando, ao longo do texto, com a contribuição das pistas textuais (verbos, advérbios, adjetivos e outros OD).

Dias antes do encontro histórico, ocorrido entre os dias 21 e 24 de fevereiro de 2019, o Papa Francisco expulsou o cardeal americano Theodore McCarrick, no sábado, dia 16. As marcas temporais (DT), introduzidas ao longo do texto, desempenham um papel importante para a orientação argumentativa. Em síntese, o desenho desta cronologia destaca a expulsão do cardeal (16/02); o envio de um representante da Igreja Católica para investigar denúncias de extorsão e coação contra o bispo dom Vilson Dias de Oliveira, da Diocese de Limeira (SP), no dia 18/02, conforme exposto na UT3; e, por fim, o encontro inédito com os principais líderes da Igreja Católica, no Vaticano, entre os dias 21 e 24 de fevereiro de 2019.

Podemos inferir que esta cronologia intenciona destacar as ágeis ações da Igreja, contribuindo para ideia de uma postura assertiva e comprometida frente aos escândalos de corrupção e pedofilia, envolvendo seus membros. Portanto, as DT não são simplesmente empregadas para situar cronologicamente o leitor em relação aos acontecimentos informados na notícia; para além disso, funcionam com uma importante estratégia persuasiva, destacando as ações planejadas da Igreja, que culminam na semana do encontro inédito convocado pelo Papa Francisco.

É interessante observar que, embora a expulsão do cardeal americano tenha ocorrido no dia 16 de fevereiro, a notícia seguiu uma sequência gradativa de acontecimentos, revelando os eventos principais por último. Nesse sentido, primeiro a notícia apresenta o padre Pedro Leandro Ricardo, acusado por coroinhas, com vimos na UT2, depois, um representante do Vaticano é enviado para investigar o bispo dom Vilson (18/02), em seguida, anuncia o encontro inédito (21 e 24 de fevereiro), conforme demonstrado na UT, e imediatamente após a expulsão inédita do cardeal americano (16/02). Esta escalada de acontecimentos pode causar um impacto bastante positivo no leitor, pois parte de eventos secundários para os principais, confirmando que a Igreja vem adotando uma postura cada vez mais severa.

Nesta direção, a CR2 (abusador) apresenta três AD “o ex-cardeal americano Theodore McCarrick”, “um cardeal” e “o seu título”, ou seja, o referente é retomado de modo correferencial. Apesar de haver uma estreita relação entre CR2 (abusador) e CR1 (pedofilia), enfatiza-se mais a expulsão (expulsar) do cardeal americano e a perda (perder) de seu título. A presença dos verbos sublinhados – no trecho, “O próprio papa Francisco deu uma pista disso ao expulsar, no sábado, o ex-cardeal americano Theodore McCarrick” e “Foi a primeira vez na história da Igreja Católica que um cardeal perdeu o seu título depois de ser acusado desse tipo de crime” – também colabora para a recategorização de CR2, ainda mais por se tratar de um membro que ocupa uma posição de altíssimo prestígio e autoridade, situando-se, dentro da hierarquia da Igreja, imediatamente abaixo do Papa. Ademais, ao enfatizar a expulsão do cardeal americano (CR2), CR1 (pedofilia) e CR4 (Igreja) ganham uma nova compreensão, uma vez que o autor do crime (um cardeal) é punido pela própria Igreja. Diante disso, comprovamos que a referenciação não se restringe apenas à simples identificação de um antecedente no texto ou à prática de evitar repetições. De fato, representa uma interação dinâmica de diversos elementos que se juntam para tecer o sentido do texto e compor a arquitetura textual-discursiva.

É relevante enfatizar que predicções inteiras, presentes nas pistas textuais – como, por exemplo, “Foi a primeira vez na história da Igreja Católica que um cardeal perdeu o seu título

depois de ser acusado desse tipo de crime” –, além de recategorizarem a CR2 (abusador), tornando-o um dissidente, também contribuem para a construção sociocognitiva de CR4 (Igreja), percebida como um agente da mudança que precisa urgentemente ser efetivada em toda a Igreja. Como afirma Apotheloz (2015[2003], p. 58), é válido ponderar “a intervenção de diversos conhecimentos de um plano de fundo e de inferências”. Essa ideia denota o caráter sociocognitivo e interacional da referenciação, pois, como observa Cavalcante (2011, p. 128) “a construção dos sentidos e da referência ultrapassa os limites da expressão referencial, entendendo-se pelo tecido do texto, mas integrando-se a múltiplos conhecimentos socioculturais”.

Nesta perspectiva, de modo inferencial, outras anáforas podem ser ativadas na memória discursiva do leitor, sem necessariamente terem sido explicitadas no texto, como, por exemplo, “expulsão histórica e sem precedentes” e/ou “expulsão inédita”, relacionadas ao ex-cardeal americano Theodore McCarrick. O acionamento destas expressões referenciais está ancorado no verbo “expulsar”, em “reunião histórica e sem precedentes” e em “Foi a primeira vez na história da Igreja Católica que um cardeal perdeu o seu título”. Esta dinâmica demonstra que, no processo de referenciação, corroborando Apotheloz (2015[2003]) e Cavalcante (2011), vários elementos atuam, simultaneamente, para construir o sentido do texto e orientá-lo argumentativamente, por meio de recursos linguísticos, cognitivos, sociais e interacionais altamente estratégicos.

Nesta UT, CR3 (vítimas) reaparece, e os abusados sexualmente passam a ser considerados na sua condição de quem sofre danos físicos e emocionais, por causa da pedofilia, devendo, por isso, receber proteção e garantias de segurança. Podemos observar esta mudança da imagem sociocognitiva de CR3, ancorados nas anáforas indiretas (AI) “da proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja”, “as crianças seguras”, “das vítimas”, estas últimas acompanhadas, respectivamente, pelos verbos “manter” e “devem cuidar” que enfatizam a responsabilidade da Igreja sobre as vítimas que sofrem com os crimes sexuais.

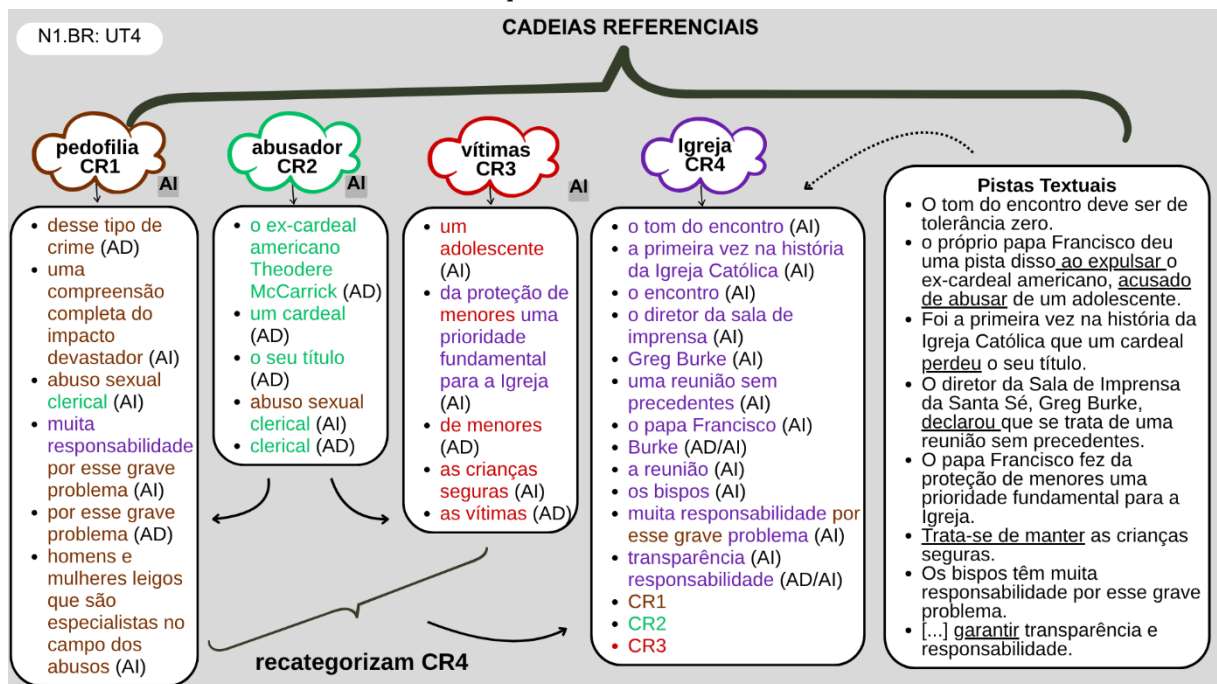
Nesse caso, é preciso considerar que, com a mudança de foco da imagem de “vítimas”, a construção sociocognitiva de CR2 (abusador), antes visto como uma possível “vítima” de acusações de coroinhas, no início da notícia, passa a ser percebido como alguém, com potencial para cometer crimes sexuais contra menores e, por isso, pode chegar a ser expulso da Igreja, como ocorreu com o cardeal americano. É válido ressaltar que, como veremos na UT5, no final da notícia, as AI “os infratores” e “os acusados fora do sacerdócio”, associadas, respectivamente, aos verbos “punir” e “manter” contribuem para a construção da imagem de

um criminoso. Desse modo, ao reconfigurar CR3 (vítimas), consequentemente, CR2 (abusador) passa a ser vista por outro ângulo, comprovando a interdependência e influências mútuas entre as CR. Assim, a notícia parte de um caso particular de abuso sexual contra coroinhas (CR3) no interior de São Paulo, sobre os quais paira uma suspeição, como vimos na UT2, para considerar que esses crimes podem ser cometidos por religiosos em uma escala mundial, universalizando a categoria de “vítimas”, como aponta o diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé, Greg Burke, “Trata-se de manter as crianças seguras contra prejuízo em todo o mundo [...]”.

Greg Burke (AI de Igreja), representante da Sala de Imprensa da Santa Sé, tem um papel importante na dinâmica textual-discursiva, sobretudo na UT4, uma vez que sua fala corrobora a preocupação do Papa Francisco com a proteção de menores, vítimas da pedofilia. Especificamente a “Greg Burke”, estão relacionados os verbos declarar, fazer, manter, explicar, ajudar, abordar, garantir, punir, conforme o trecho: “o diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé, Greg Burke, declarou que se trata de ‘uma reunião sem precedentes, o que mostra que o papa Francisco fez da proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja’”.

O Esquema 4 demonstra que CR2 (abusador) recategoriza CR1 (pedofilia) e CR3 (vítimas). Colabora para esta (re)configuração a expulsão inédita do cardeal americano Theodore McCarrick, uma vez que sua separação do corpo da Igreja transmite a imagem de que a pedofilia está sendo combatida rigorosamente – logo, as vítimas, por sua vez, não estariam mais à mercê desses criminosos, construindo uma ideia de proteção e de segurança. Em consequência, a CR4 (Igreja), em função destas relações, é enaltecida como a responsável por tais ações, corroborando a visão de que a Igreja está zelando pela integridade física e emocional das vítimas de pedofilia.

Esquema 4: N1.BR/UT4



Fonte: Elaboração própria

Em relação à CR1 (pedofilia), podemos verificar que algumas anáforas carregam expressões, em sua composição, com valores axiológicos propícios que atestam uma visão mais crítica e consciente dos prejuízos da pedofilia sobre as vítimas. Colaboram para esta ideia as AI “uma compreensão completa do impacto devastador” e “muita responsabilidade por esse grave problema”. O mesmo ocorre com a CR3 (vítimas), na qual observamos expressões de caráter positivo, como “proteção”, “prioridade fundamental” “seguras”, compondo as AI “da proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja” e “as crianças seguras”.

Além disso, podemos conferir a presença de termos com valor positivo na composição de algumas anáforas presentes em CR4 (Igreja). Assim, percebemos o uso do intensificador “muita”, na AI “muita responsabilidade por esse grave problema”, além das AI “transparência”, “responsabilidade”. Estas últimas relacionadas ao verbo “garantir” (PT), conferindo credibilidade à ação. Inclusive, “transparência” (AI) representa um ponto crucial para as vítimas de pedofilia, pois, de acordo com Gusmão e Braga (2023), a falta de transparência é uma demanda recorrente das vítimas de pedofilia e de seus familiares que acusam a Igreja de omitir os crimes sexuais e de ocultar as provas, protegendo, assim, os abusadores e a imagem eclesial.

Ainda em relação à CR4 (Igreja), vimos que, na UT3, foi introduzida a questão do encontro inédito convocado pelo Papa Francisco. Esta reunião continuará como tema central na UT4, considerada o evento principal da notícia. Além da expulsão inédita do ex-cardeal

americano, a cúpula histórica é revestida de expectativas positivas, como comprova a AI “uma reunião sem precedentes”, legitimada por um importante representante do Vaticano, o diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé, Greg Burke. Nas PT, verificamos alguns verbos associados à fala de Greg Burke que confirmam o comprometimento da Igreja com o combate à pedofilia, como “declarou que se trata de uma reunião sem precedentes”, “trata-se de manter as crianças seguras contra prejuízo em todo o mundo”, “Burke explicou”, “o que precisa ser feito para garantir transparência e responsabilidade”. Portanto, os verbos ajudam a criar a imagem de uma Igreja que parece decidida a encarar este problema grave da pedofilia que, há décadas, vem assolando sua reputação no mundo todo.

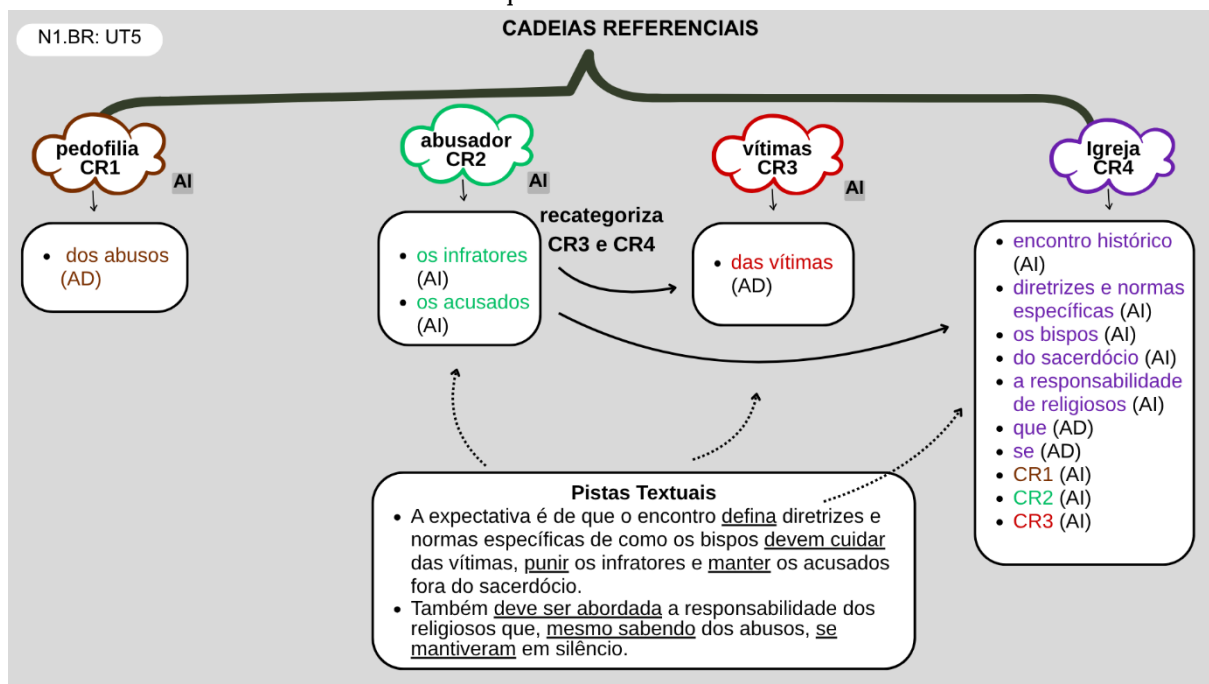
6.1.5. UT5 - Expectativas do encontro: definir normas de proteção às vítimas e responsabilizar abusadores e cúmplices na Igreja

(UT5)

(7) A expectativa é de que o encontro histórico defina diretrizes e normas específicas de como os bispos devem cuidar das vítimas, punir os infratores e manter os acusados fora do sacerdócio. Também deve ser abordada a responsabilidade dos religiosos que, mesmo sabendo dos abusos, se mantiveram em silêncio.

Esta UT, que conclui a notícia, manifesta algumas expectativas relacionadas ao encontro inédito. Após o encontro, era esperado que fossem definidas diretrizes e normas específicas para a proteção das vítimas, a punição efetiva dos infratores e o afastamento dos acusados fora de suas funções eclesiais. No Esquema 5, notamos que a CR4 (Igreja) permanece em foco, conforme ocorreu ao longo de toda notícia. CR2, nesta UT, contrasta bastante com a percepção inicial de religioso, em virtude de contínuas reelaborações sofridas por este OD. Sendo assim, o religioso deixa de ser apenas um acusado, de acordo com a UT1 e a UT2, e passa a categoria de “infrator”, pelo acréscimo sucessivo de novas avaliações, corroborando o que declara Koch (2022[2004], p. 69): “nódulos cognitivos já existentes podem ser, a todo momento, modificados ou expandidos, de modo que, durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa”.

Esquema 5: N1.BR/UT5



Fonte: Elaboração própria

Conforme verificamos, de modo geral, as CR se retroalimentam e se reconfiguram para orientar argumentativamente o sentido visado. Nesta UT, em CR2 (abusador), observamos duas AI “os infratores” e “os acusados”. A primeira AI denota o indivíduo que comete um crime e, por isso, está sujeito as penas previstas na legislação. Esta noção é enfatizada pelo emprego do verbo “punir” que acompanha esta AI. Ao mesmo tempo, a AI “os acusados”, seguindo o verbo “manter”, conforme o trecho “manter os acusados fora do sacerdócio” dá indícios de que o religioso acusado poderá sofrer consequências por seus atos.

A CR3 (vítimas) também é recategorizada pois, com a punição dos criminosos e com o afastamento dos suspeitos, as vítimas estarão mais seguras e protegidas, conforme ratificado pelo trecho “os bispos devem cuidar das vítimas”, AI de Igreja. Por outro lado, CR4 (Igreja), que foi valorizada e constantemente alimentada com valores positivos no percurso textual, também é recategorizada por CR2, CR3, PT e outras AI como “o encontro histórico”, “a responsabilidade dos religiosos” que constroem a imagem de uma Igreja que demonstra firmeza ao agir e ao tomar decisões.

Em síntese, podemos afirmar que as CR pedofilia, abusador, vítimas e Igreja sofreram significativas mudanças ao longo da notícia brasileira, e umas incidem sobre as outras, orientando o sentido do texto. Desse modo, a construção sociocognitiva da CR3 (vítimas), inicialmente, é concebida em uma perspectiva particular, dentre outros casos de pedofilia, sobre

as quais paira uma atmosfera de incertezas em relação à acusação dos abusos, diminuindo a gravidade do crime e contribuindo para imagem de um religioso que não seria capaz de cometer tal ato, tanto assim que a defesa do clérigo nega as acusações. No entanto, ao longo do texto, a CR3 (vítimas) vai sendo recategorizada e sua imagem sociocognitiva é vista sobre o ângulo de quem sofre o impacto devastador desses crimes cometidos em todo o mundo, sendo atribuído a elas um caráter universal e uma prioridade fundamental da Igreja. Dessa maneira, CR2 (abusador) passa a ser visto, não mais como um acusado, mas como alguém capaz de cometer tal violência, por isso é investigado e pode ser até expulso da Igreja, como ocorreu com uma importante autoridade eclesial, o ex-cardeal americano Theodore McCarrick. Além disso, inicialmente, a CR3 (vítimas) está associada à CR4 (Igreja), como AI (coroinhas), revelando uma relação entre essas duas cadeias e atestando a vulnerabilidade dessas “vítimas” que sofrem violência de quem não se esperaria e, em um local, onde imaginamos estarem seguras.

As CR2 (abusador) e CR4 (Igreja) puderam ser dissociadas: enquanto CR2 passa a ser alvo de investigações, punições e até mesmo afastamento do corpo da Igreja, a CR4 busca transmitir uma imagem de que não tolera esses crimes sexuais e, por isso, assume a responsabilidade de punir os infratores e garantir a proteção das vítimas. Portanto, estas CR apontam trilhas de sentido que ora se distanciam ora se encontram. Distanciam-se, à medida que o suposto abusador, embora seja um membro da Igreja, pode ser considerado um criminoso, tornando-se um dissidente. Todavia, estão unidas pelo próprio fato de o presumível abusador atuar e desempenhar funções importantes na Igreja. Desse modo, a reelaboração dos OD, ao longo do texto, ilustra não apenas a natureza instável, variável e flexível da referenciação, como sendo inerente às práticas discursivas (Mondada; Dubois, 2015[2003]), como também comprova que os sentidos são negociados por sujeitos sociocognitivamente situados. Para Santos, Barbalho e Castanheira (2026, p. 26), esta instabilidade dos OD “está intimamente ligada às práticas discursivas em que esses termos estão inseridos, dependendo do momento da enunciação, da interação dos interlocutores e das atividades cognitivas realizadas pelos sujeitos envolvidos” no processo de referenciação.

A CR1 (pedofilia), por sua vez, apesar de se tratar da principal causa dos problemas enfrentados pela Igreja no mundo, é abordada na notícia de forma secundária e abrangente. Nessa ótica, chama a atenção o emprego de expressões referenciais de sentido genérico como, “abuso sexual”, cujo teor valorativo é menos marcado em relação à expressão “pedofilia”. As CR2 (abusador), CR3 (vítimas) e CR4 (Igreja), em conjunto, causam sobre CR1 (pedofilia) um efeito de abstração do crime, resultando em uma simplificação da complexidade fundamental,

ao direcionar o olhar do leitor para outras questões dentro da notícia por meio de diversas estratégias. Assim, por exemplo, ao focalizar na expulsão inédita²⁷ e na perda inédita do título do ex-cardeal americano Theodore McCarrick (CR2), promovida pelo Papa Francisco (CR4), a notícia enfatiza mais a determinação, a coragem e a radicalidade do pontífice e menos o ato reprovável cometido por religiosos.

Vale destacar que na UT3, cuja temática envolve a promoção do encontro inédito, há apenas duas AD relacionadas à CR1 (pedofilia) – “do tema” e “abuso sexual de crianças” –, enquanto a CR2 (abusador) sequer é mencionada, o que demonstra outra forma de desviar a atenção do crime. Por outra parte, a CR4 (Igreja) recebe uma atenção muito maior, enfatizando-se a “reunião histórica e sem precedentes” com “os mais importantes bispos de todo o mundo”. Esta configuração é mais evidente na UT4, que trata da proteção de menores e da responsabilidade dos bispos como ponto principal do encontro, assim como da expulsão inédita do ex-cardeal americano.

Também vale notar que, na UT4, algumas AI relacionadas, simultaneamente, à CR1(pedofilia) e à CR4 (Igreja) são compostas por expressões que evocam comprometimento, capacidade de reparar danos, como em “uma compreensão completa do impacto devastador”, “muita responsabilidade por esse grave problema”. Da mesma forma, a CR3 (vítimas) também apresenta, entre outras anáforas, duas AI que trazem em sua composição termos que reduzem o impacto do crime (CR1) nas vítimas, como “da proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja” e “crianças seguras”.

6.2. Análise 2: N2.IT/LA REPUBBLICA – Padres pedófilos, religiosos: “Baixamos a cabeça de vergonha”

Esta notícia foi publicada no jornal *online* italiano, *La Repubblica*, no dia 19 de fevereiro de 2019, às vésperas do mais importante encontro, primariamente, para os Bispos, ocorrido no Vaticano, para tratar de casos de pedofilia na Igreja Católica. Aparentemente, apresenta um tom bastante contundente, pois os casos são tratados como um fato, uma realidade que tem feito parte do cotidiano católico.

²⁷ Após a expulsão do cardeal foi promulgada a lei de abuso clerical *Vos Estis Lux Mundi*, no entanto, segundo o SNAP (Survivors Network of those abused by priests), não foi suficiente para coibir os abusos sexuais nem sua ocultação institucional.

Padres pedófilos, religiosos: " Ø Baixamos a cabeça de vergonha"

Paolo Rodari

A declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia, promovida pelo Papa Francisco e que se inicia na quinta-feira, com a participação de todas as conferências episcopais.

19 DE FEVEREIRO DE 2019

(1) " Ø Baixamos a cabeça de vergonha quando Ø percebemos que tais abusos ocorreram em nossas Congregações e Ordens e em nossa Igreja." Assim começa a declaração que religiosos e religiosas prepararam para o encontro sobre pedofilia que terá início na quinta-feira no Vaticano, com a presença dos líderes das conferências episcopais de todo o mundo. Uma declaração significativa, dado que é nos institutos religiosos masculinos e femininos que diversos abusos ocorrem, dentro de Congregações que escapam ao controle dos bispos locais e do Vaticano.

(2) "Na nossa atividade como religiosos - escrevem - nos Ø deparamos com muitas situações em que crianças são abusadas, negligenciadas, maltratadas e indesejadas. Ø Testemunhamos o fenômeno das crianças-soldados; o tráfico de menores; o abuso sexual de menores; o abuso físico e emocional de menores. Seu grito por ajuda nos interpela. Como adultos, como cristãos e como religiosos, Ø queremos nos comprometer para que suas vidas possam mudar e as situações em que Ø crestem possam melhorar."

(3) Os religiosos admitem que os abusos a crianças cometidos por padres são "uma história que continua por décadas; uma história que encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso".

(4) Eles afirmam ter aprendido "que aqueles que abusam escondem deliberadamente suas ações e Ø são manipuladores". "Por definição, é difícil descobrir esses abusos. Nossa vergonha é ainda maior porque não Ø percebemos o que estava acontecendo." A resposta das ordens religiosas "não foi como deveria ter sido" porque "não Ø reconheceram os sinais de alerta ou não os Ø levaram a sério".

(5) A esperança é que a partir da cúpula "possam ser iniciados importantes processos e estruturas de prestação de conta responsável" e "possam ser identificados novos avanços e decisões, cuja implementação possa ocorrer rapidamente e universalmente com o devido respeito às diferentes culturas. O abuso de crianças é um mal em qualquer lugar e em qualquer tempo: este ponto não é negociável."

O Quadro 8 apresenta as quatro CR, identificadas por suas respectivas cores, e as pistas textuais que as constituem:

Quadro 8: CR de N2.IT

CADEIAS REFERENCIAIS	
ANÁFORAS E DÊIXIS REFERENTES AOS OD PRINCIPAIS	PISTAS TEXTUAIS
➤ <u>Pedofilia</u> (CR1) AD: sobre pedofilia (2x) AI: tais abusos>diversos abusos>o abuso sexual de menores>os abusos a crianças cometidos por padres>esses abusos Padres pedófilos> >o abuso físico e emocional de menores>uma história que continua por décadas>uma história que encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso>o que estava acontecendo>o abuso de crianças>um mal os sinais de alerta>os>este ponto	[...] tais abusos <u>ocorreram</u> em nossas Congregações e Ordens e em nossa Igreja; é nos institutos religiosos masculinos e femininos que diversos abusos <u>ocorrem</u>, <u>dentro de Congregações</u> que <u>escapam</u> ao controle dos bispos locais e do Vaticano; Os religiosos <u>admitem</u> que os abusos a crianças <u>cometidos por padres são</u> "uma história que <u>continua</u> por décadas; uma história que <u>encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso</u>"; Por definição, <u>é difícil descobrir</u> esses abusos; Nossa vergonha é ainda maior porque não <u>percebemos</u> o que estava acontecendo." A resposta das ordens religiosas "não foi como deveria ter sido" porque "não <u>reconheceram</u> os sinais de alerta ou não os <u>levaram a sério</u>"; O abuso de crianças <u>é um mal</u> em qualquer lugar e em qualquer tempo: <u>este ponto não é negociável</u>."

➤ Abusador (CR2) AI: Padres pedófilos>por padres>aqueles que abusam>suas ações>Ø> os abusos a crianças cometidos por padres	Os religiosos <u>admitem</u> que os abusos a crianças <u>cometidos</u> por padres <u>são</u> "uma história que <u>continua</u> por décadas; uma história que <u>encerra</u> a imensa dor daqueles que <u>sofreram</u> o abuso". Eles <u>afirmam ter aprendido</u> "que aqueles que <u>abusam escondem</u> deliberadamente suas ações e <u>são manipuladores</u>".
➤ Vítimas (CR3) AD: de menores>a crianças>daqueles>de crianças AI: crianças>o fenômeno das crianças soldados>o tráfico de menores>o abuso sexual de menores>o abuso físico e emocional de menores>seu grito>suas vidas>Ø>os abusos a crianças cometidos por padres>uma história que encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso>o abuso de crianças	crianças <u>são abusadas, negligenciadas, maltratadas e indesejadas</u>; Seu grito <u>por ajuda</u> nos <u>interpela</u>; <u>queremos</u> nos <u>comprometer</u> para que suas vidas <u>possam mudar</u> e as situações em que <u>crescem possam melhorar</u>. Os religiosos <u>admitem</u> que os abusos a crianças <u>cometidos</u> por padres <u>são</u> "uma história que <u>continua</u> por décadas; uma história que <u>encerra</u> a imensa dor daqueles que <u>sofreram</u> o abuso"; O abuso de crianças <u>é</u> um mal em qualquer lugar e em qualquer tempo: este ponto não <u>é</u> negociável."
➤ Igreja (CR4) AD: em nossa Igreja AE: a declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia, promovida pelo Papa Francisco AD: a declaração que religiosos e religiosas prepararam para o encontro sobre pedofilia>Uma declaração significativa AI: Padres pedófilos>religiosos>Ø>Papa Francisco>A declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia, promovida pelo Papa Francisco >se>a participação de todas as conferências episcopais>Ø> Ø >em nossas Congregações e Ordens>em nossa Igreja>a declaração que religiosos e religiosas prepararam para o encontro sobre pedofilia>no Vaticano>a presença dos líderes das conferências episcopais de todo o mundo>uma declaração significativa>nos institutos religiosos masculinos e femininos>dentro de Congregações>ao controle dos bispos locais e do Vaticano>na nossa atividade como religiosos>nos>Ø>Ø>nos>Como adultos, como cristãos e como religiosos>Ø>nos> religiosos>os abusos a crianças cometidos por	<u>baixamos</u> a cabeça de vergonha; A declaração [...] <u>promovida</u> pelo Papa Francisco; [...] participação <u>de todas as conferências episcopais</u>; <u>Baixamos</u> a cabeça de vergonha, quando <u>percebemos</u> que tais abusos <u>ocorreram</u> em nossas Congregações e Ordens e em nossa Igreja; Assim começa a declaração que religiosos e religiosas <u>prepararam</u> para o encontro sobre pedofilia que terá início <u>na quinta-feira no Vaticano</u>; a presença dos líderes das conferências episcopais <u>de todo o mundo</u>; Uma declaração <u>significativa</u>, dado que é <u>nos institutos religiosos masculinos e femininos</u> que diversos abusos <u>ocorrem</u>, <u>dentro de Congregações</u> que <u>escapam</u> ao controle dos bispos locais e do Vaticano. nos <u>deparamos</u> com muitas situações em que crianças <u>são abusadas, negligenciadas, maltratadas e indesejadas</u>; <u>Testemunhamos</u> o fenômeno das crianças-soldados; o tráfico de menores; o abuso sexual de menores; o abuso físico e emocional de menores; Seu grito <u>por ajuda</u> nos <u>interpela</u>; <u>queremos</u> nos <u>comprometer</u> para que suas vidas <u>possam mudar</u> e as situações em que <u>crescem possam melhorar</u>; Os religiosos <u>admitem</u> que os abusos a crianças cometidos por padres <u>são</u> "uma história que <u>continua</u> por décadas; uma história que <u>encerra</u> a imensa dor daqueles que <u>sofreram</u> o abuso"; Eles <u>afirmam ter aprendido</u> "que aqueles que <u>abusam escondem</u> deliberadamente suas ações e <u>são manipuladores</u>"; Nossa vergonha é ainda maior porque não <u>percebemos</u> o que estava acontecendo."; A resposta das ordens religiosas "não foi como deveria ter sido" porque "não <u>reconheceram</u> os sinais de alerta ou não os <u>levaram a sério</u>";

padres> Eles>aqueles que>suas ações>manipuladores>Nossa vergonha> Ø>A resposta das ordens religiosas>Ø> Ø>a partir da cúpula DP: Ø>Ø>Ø>em nossas Congregações e Ordens>em nossa Igreja>Na nossa atividade como religiosos>nos>Ø>Ø>nos>Ø>nos>nossa vergonha>Ø	O abuso de crianças é um mal em qualquer lugar e em qualquer tempo: este ponto não é negociável."
---	--

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 8 fornece um panorama dos processos referenciais encontrados em cada CR. Igualmente, visualizamos casos de DP e AE, bem como o predomínio da CR4 (Igreja), enquanto a CR2 (abusador) apresenta um número bastante reduzido de expressões referenciais, todas AI, antecipando uma ênfase menor nesta CR.

6.2.1. UT1 - Religiosos declaram reconhecer sua culpa em protocolo de abertura da conferência sobre pedofilia (manchete e subtítulo)

(UT1)

Padres pedófilos, religiosos: " Ø Baixamos a cabeça de vergonha"

A declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia, promovida pelo Papa Francisco e que se inicia na quinta-feira, com a participação de todas as conferências episcopais.

A UT1 constitui a manchete, com um juízo de valor, ao qualificar explicitamente, padres como pedófilos e exibe uma parte da declaração preparada por religiosos para a conferência sobre pedofilia que terá início no dia 21 de fevereiro, promovida pelo Papa Francisco, conforme explicita o subtítulo. A manchete traz como tópico principal dois termos que sociocognitivamente seriam irreconciliáveis “Padres” e “pedófilos”, dando destaque a um tema sensível e polêmico para atrair a atenção do leitor. Além disso, apresenta uma voz de autoridade que representa, não um indivíduo em particular, mas a própria instituição, transformando a culpa individual em uma responsabilidade institucional. Portanto, manchete e subtítulo cumprem o papel de “anunciar o fato, resumir a notícia e ativar fatores cognitivos que guiem a compreensão” (Comassetto, 2001, p. 41).

A manchete “Padres pedófilos, religiosos: ‘Baixamos a cabeça de vergonha’” apresenta, de um lado, a AI “Padres pedófilos” (CR1, CR2 e CR4), e, de outro, a AI “religiosos” (CR4), instaurando uma separação entre dois grupos que são membros da mesma Igreja – (Eles) Padres pedófilos x (Nós) religiosos: “Baixamos a cabeça de vergonha”. A primeira anáfora exibe,

como especificador de “Padres”, um termo bastante avaliativo “pedófilos” que ressignifica, de forma profunda, a imagem, normalmente, atribuída a um religioso, além de causar uma dissonância entre o homem e o sagrado. Como atesta Pinto (2010), tal violação da dignidade humana rompe a confiança no homem e no sagrado, causando um grande impacto na vida de quem sofre com estes abusos sexuais. Já, para o outro grupo, estes padres pedófilos são considerados uma vergonha para Igreja, com base em “Baixamos a cabeça de vergonha”, demonstrando que não compactuam com seus atos criminosos. Dessa maneira, esta oposição entre “nós”, ratificada pela presença da dêixis de pessoa (DP), e “eles”, os padres pedófilos, já fica estabelecida logo no início da notícia, atestando que a Igreja, como instituição, não deve ser julgada pelos atos de padres pedófilos. Por isso, coloca-se em uma posição de humildade, como deixa entrever o verbo “baixamos”, buscando a empatia por meio da admissão da culpa de não ter percebido tais crimes.

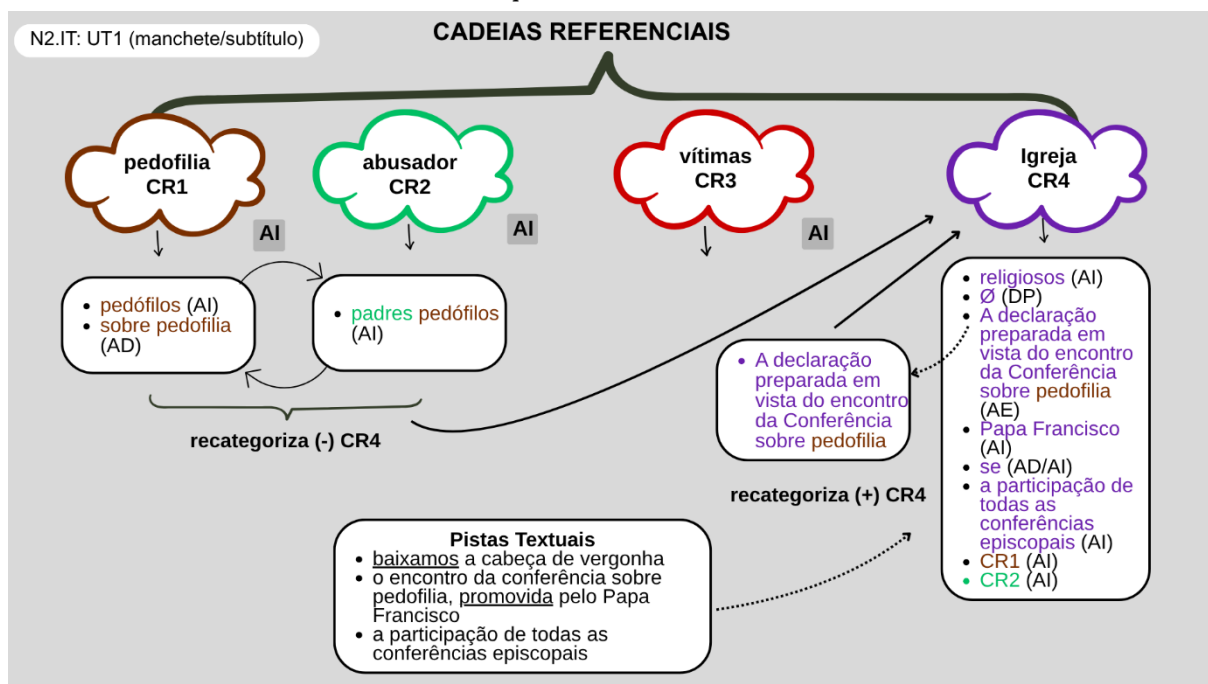
Já o subtítulo da notícia apresenta uma anáfora encapsuladora (AE): “A declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia”, composta por vários modificadores que recategorizam este OD. O emprego do artigo definido antes do substantivo “declaração” pressupõe a retomada do referente (no caso, o que foi dito pelos religiosos) e desempenha uma função cognitivo-discursiva de grande relevância para a construção de sentido, pois colabora para a ideia de (re)ação aos casos de pedofilia reforçada pela proposta “do encontro da Conferência sobre pedofilia” promovida pelo principal líder da Igreja Católica. Assim, a AE “A declaração” passa a ser um endereço cognitivo na memória do interlocutor, desviando sutilmente sua atenção da pedofilia e do padre pedófilo para guiá-lo para a proposta de ação promovida pela Igreja e para sua responsabilidade organizacional. Esse papel da AE reitera a estratégia argumentativa sinalizada por Koch (2022[2004], p. 76): mostra o momento de mudança de estágio de argumentação, “por meio do fechamento do anterior, pelo seu encapsulamento em uma forma nominal”. Verificamos também que, ao sumarizar informações no texto, esta AE realiza dois movimentos essenciais: retoma o que foi dito anteriormente “Baixamos a cabeça de vergonha”, localizado no título principal da notícia, encapsulado como “declaração”, e, de forma prospectiva, resume tudo o que será dito, pelos religiosos, ao longo da notícia.

Outros autores ratificam a importância das AE, por conta de seu papel textual-discursivo. Desse modo, com base em sua função textual, Borreguero (2006) salienta sua produtividade, em textos jornalístico, que, em geral, são textos curtos, porém mobilizam muitas informações, auxiliando, assim, o leitor no processamento cognitivo dos conteúdos

apresentados. Llamas (2010) destaca o papel argumentativo desses mecanismos, mesmo em gêneros que tendem a ser mais objetivos, como as notícias. Castanheira (2022), por sua vez, aborda a funcionalidade e a organicidade desses procedimentos, no gênero entrevista, destacando a relevância de serem analisados na ótica da sua interação com as características do gênero, ou seja, do ponto de vista da dinâmica discursiva.

No Esquema 6, visualizamos as quatro CR e como a interação entre CR1 (pedofilia) e CR2 (abusador), a partir de uma relação de influências mútuas, constrói sociocognitivamente cada uma e simultaneamente recategorizam a CR4 (Igreja) de forma negativa. Nesse contexto, o arquivo mental associado ao abusador (CR2) é formado pela AI “padres pedófilos”, que, juntamente com a AI “pedófilos” e a AD “sobre pedofilia”, relacionadas à CR1 (pedofilia) recategorizam a imagem que, normalmente, temos de um padre e, por ser um padre, a pedofilia torna-se ainda mais desonrosa. Como consequência, CR1 (pedofilia) e CR2 (abusador) afetam negativamente a imagem da Igreja. Entretanto como os OD estão em constante transformação, em função de um querer dizer, a AE “A declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia” recategoriza CR 4 (Igreja) que passa a ser vista por uma nova perspectiva, ou seja, uma Igreja que reage ao problema e não compactua com o crime. Nesse sentido, as pistas textuais também colaboram para esta recategorização, destacando a “Conferência sobre pedofilia”, promovida pelo Papa Francisco que contará com a participação de “todas as conferências episcopais”, corroborando a construção de sentido visada. Por outro lado, mesmo que o OD “vítimas” não tenha sido apresentado formalmente, sua homologação está ancorada em fatores cognitivo-discursivos.

Esquema 6: N2.IT/UT1



Fonte: Elaboração própria

6.2.2. UT2 - Religiosos reconhecem, diante de líderes eclesiais de todo o mundo, que os abusos ocorreram em suas próprias Congregações e Ordens (*lead*)

(UT2)

(1) " Ø Baixamos a cabeça de vergonha quando Ø percebemos que tais abusos ocorreram em nossas Congregações e Ordens e em nossa Igreja." Assim começa a declaração que religiosos e religiosas prepararam para o encontro sobre pedofilia que terá início na quinta-feira no Vaticano, com a presença dos líderes das conferências episcopais de todo o mundo. Uma declaração significativa, dado que é nos institutos religiosos masculinos e femininos que diversos abusos ocorrem, dentro de Congregações que escapam ao controle dos bispos locais e do Vaticano.

O *lead* continua tratando sobre a declaração preparada pelos religiosos (CR4), expandindo as informações apresentadas no subtítulo. A AE apresentada no subtítulo da notícia é retomada por duas anáforas correferenciais “a declaração que religiosos e religiosas prepararam para o encontro sobre pedofilia” e, em seguida, “Uma declaração significativa”. Esta correferencialidade atribuída às AD permite focalizar, de modo estratégico, informações essenciais para a construção de sentido. Além de contribuírem para a manutenção temática, operam recategorizações relevantes que auxiliam na orientação argumentativa da notícia. É o caso da AD “uma declaração significativa” que apresenta uma carga semântica avaliativa, responsável pela recategorização da entidade refocalizada, em conjunto, com as pistas textuais que concorrem para a construção da referência. Assim, a declaração passa a ser vista por um

novo ângulo “dado que que é nos institutos religiosos masculinos e femininos que diversos abusos ocorrem, dentro de Congregações que escapam ao controle dos bispos locais e do Vaticano”. Esses exemplos comprovam o que defende Cavalcante (2011, p. 143-144): “além de poderem acrescentar um novo viés ao referente retomado, as anáforas diretas (correferenciais) também podem recuperar o mesmo referente, mas sob um outro ponto de vista, num espetacular jogo de vozes dentro do texto”.

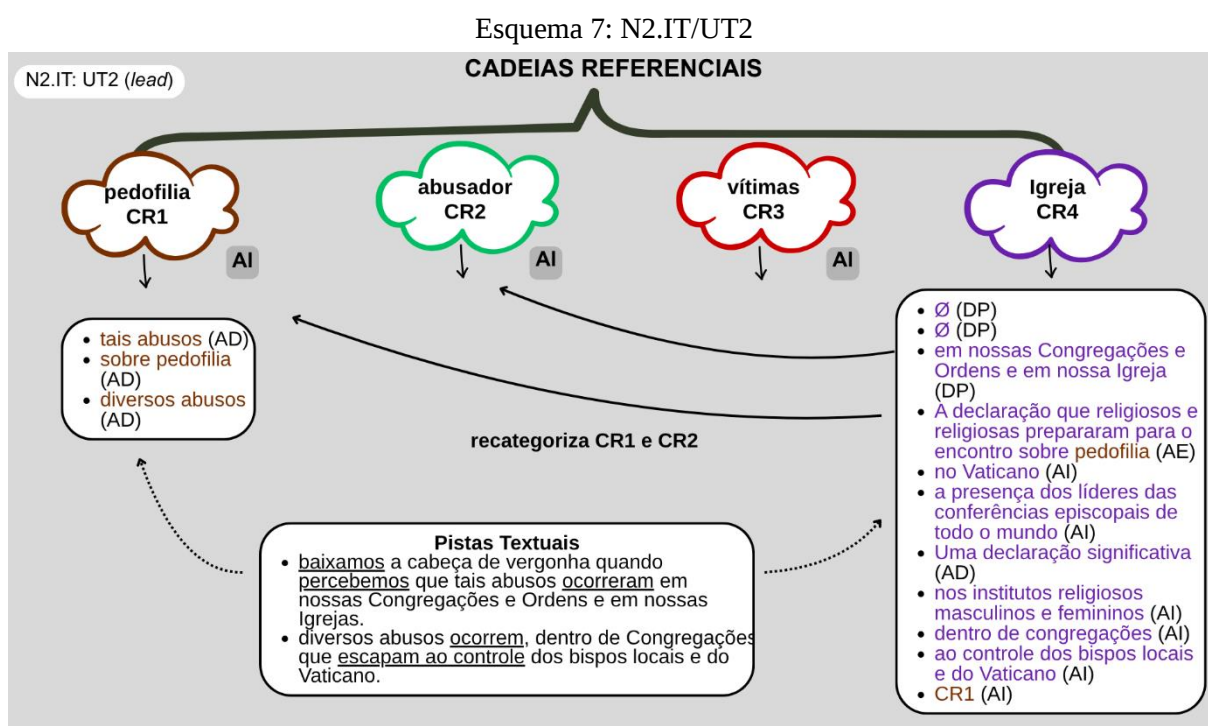
Desse modo, a partir da declaração dos religiosos, os crimes sexuais contra menores cometidos por religiosos recebe uma carga ainda mais dramática, pois esses abusos ocorrem dentro da própria Igreja debaixo dos olhos de líderes eclesiásticos. Cabe notar que a oração adverbial temporal “quando percebemos que tais abusos ocorreram em nossas Congregações e Ordens e em nossa Igreja” sugere uma certa lentidão, um reconhecimento tardio, para tomar consciência desses fatos. Todavia, diversos inquéritos de investigação apontam que, há décadas, os casos de pedofilia têm sido sistemáticos na Igreja Católica como também denunciados, conforme assegura a BishopAccountability.org., uma instituição independente sem fins lucrativos composta por pesquisadores mundiais que atuam no tema da crise do abuso sexual na Igreja Católica.

É pertinente destacar que esta declaração preparada pelos religiosos assume um certo tom confessional, um mea culpa, não negando a ocorrência dos crimes sexuais, mas assumindo que a pedofilia é uma realidade na Igreja Católica. Uma postura que não costuma ser comum entre líderes religiosos, visto que estes crimes têm ocorrido às sombras por décadas. No entanto, é preciso acrescentar que investigações e denúncias sobre casos de pedofilia na Igreja Católica, sobretudo, as localizadas na América do Norte e Europa, ocorrem com muito mais frequência e visibilidade do que, por exemplo, em países da América Latina, como o Brasil, segundo a Child Rights International Network (CRIN). Raríssimos casos, ocorridos na Igreja Católica brasileira, ganham as manchetes dos jornais, pois, de acordo com Gusmão e Braga (2023), a narrativa pública, no país, é controlada pela própria Igreja. Uma das exceções foi o caso da Paraíba, investigado pela repórter Valéria Sinésio que, mesmo sofrendo perseguições e ameaças da Igreja e dos fiéis, conseguiu, junto com o Ministério Público da Paraíba, comprovar o envolvimento do arcebispo, dom Aldo Pagotto que negava tais ocorrências, culminando em sua renúncia, conforme Ferreira (2019).

Outro ponto que chama a atenção, não obstante o caráter confessional dos religiosos demonstrado na declaração, reconhecendo a rotina dos crimes, é o emprego da AD “diversos abusos” (CR1) associada ao verbo “escapar”. O intensificador “diversos” apresenta uma ideia

de grande quantidade de elementos, conforme o trecho “diversos abusos ocorrem, dentro de Congregações que escapam ao controle dos bispos locais e do Vaticano”. Entretanto, este recurso pode soar como uma tentativa de mitigar a responsabilidade da Igreja, corroborando também para este entendimento o uso do verbo “escapar”.

No Esquema 7, é possível notar que CR2 (abusador) não está em foco, nesta UT, mas em estado de *stand by*, podendo voltar à posição focal a qualquer momento. Já CR3, até o momento, não foi representada por nenhuma expressão linguística, no entanto importa sua construção discursiva na memória dos participantes da enunciação, por meio de fenômenos cognitivo-discursivos inerentes ao processo referencial.



Fonte: Elaboração própria

A centralidade de CR4 (Igreja) nesta UT não só diminui a percepção da pedofilia como também retira de foco os perpetradores deste crime cujas vítimas sequer foram materializadas no texto, tornando menos rígido o impacto do crime e a responsabilização do agressor. Nesta perspectiva, CR4 (Igreja) influencia a construção sociocognitiva de CR1 (pedofilia) e CR2 (abusador), uma vez que domina a narrativa sobre a pedofilia que é apresentada sob o ponto de vista da Igreja. Assim, importa mais “a declaração que religiosos e religiosas prepararam para o encontro sobre pedofilia” cujo teor é repleto de ponderações a respeito da responsabilidade da Igreja, conforme os trechos “Baixamos a cabeça de vergonha” e “diversos abusos ocorrem, dentro de Congregações que escapam ao controle dos bispos locais e do Vaticano”. Importa

também a mobilização que a Igreja (CR4) realiza ao convocar uma conferência sobre a pedofilia “com a presença dos líderes das conferências episcopais de todo o mundo”. Portanto, CR4 recategoriza CR1 e CR2 que passam por significativas transformações, sendo vistas por um novo prisma. Desse modo, vimos que, na UT1, CR1 e CR2 recategorizam negativamente CR4 (Igreja). Nesta UT2, diferentemente, CR4 recategoriza CR1 e CR2, tornando menos negativa ou prejudicial sua percepção.

6.2.3. UT3 - Religiosos apontam outros tipos de abusos com os quais se deparam em sua atividade como cristãos

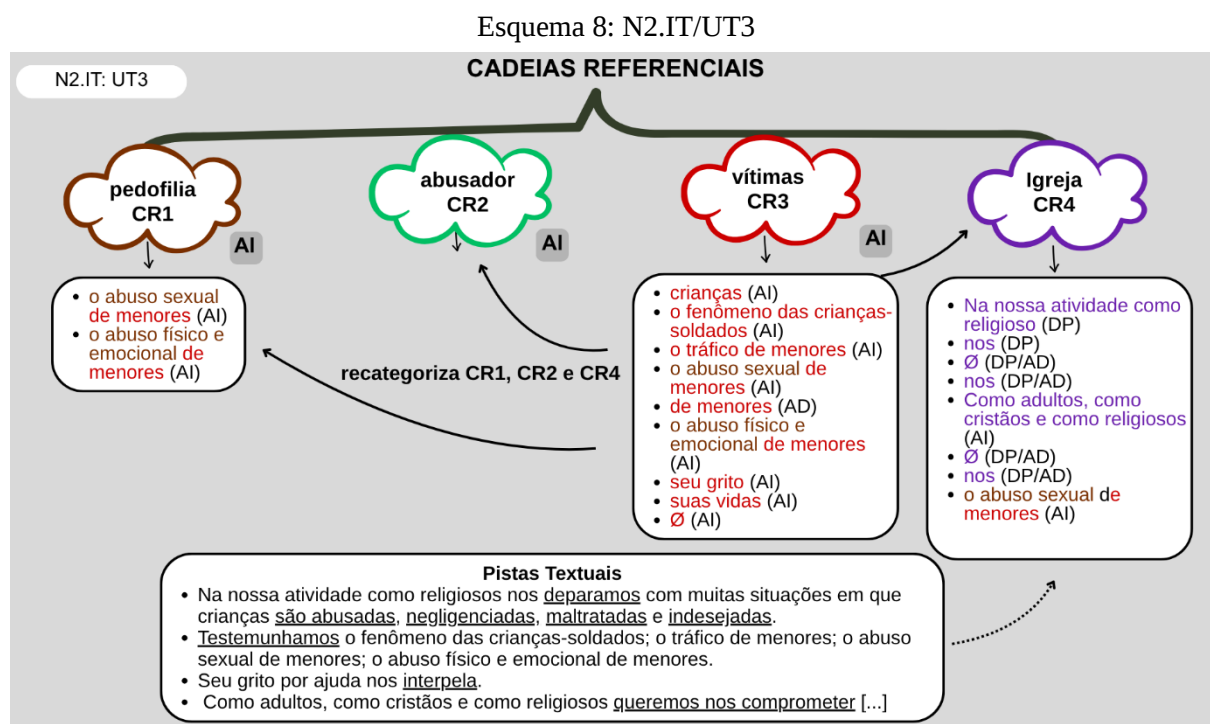
(2) "Na nossa atividade como religiosos - escrevem - nos Ø deparamos com muitas situações em que crianças são abusadas, negligenciadas, maltratadas e indesejadas. Ø Testemunhamos o fenômeno das crianças-soldados; o tráfico de menores; o abuso sexual de menores; o abuso físico e emocional de menores. Seu grito por ajuda nos interpela. Como adultos, como cristãos e como religiosos, Ø queremos nos comprometer para que suas vidas possam mudar e as situações em que Ø crescem possam melhorar."

Nesta UT, observamos um trecho maior da declaração preparada pelos religiosos, projetando o seu discurso como objeto da situação enunciativa. Desse modo, por meio de uma sequência de dêixis pessoal (DP) representada por sujeitos nulos (característica comum tanto no italiano, como no português) na 1ª pessoa do plural (nós/nos) e por outros pronomes (nossa), a notícia traz ao conhecimento do leitor outros casos de abusos, além da pedofilia, com os quais os religiosos precisam lidar em sua atividade cotidiana.

Conforme o excerto, os religiosos afirmam que "Na nossa atividade, como religiosos – escrevem – nos deparamos com muitas situações em que crianças são abusadas, negligenciadas, maltratadas e indesejadas". Assim, a CR3 (vítimas), enunciada pela primeira vez no texto, é construída, principalmente, por AI como “crianças”, “o fenômeno das crianças-soldados”, “o tráfico de menores”, “o abuso sexual de menores”, “o abuso físico e emocional de menores”. É importante destacar que as expressões “crianças” e “menores”, nesta UT, não estão relacionadas às vítimas de abuso sexual, mas a outros tipos de abusos, com exceção da AI “abuso sexual de menores”. Para um leitor mais crítico, esta estratégia discursiva pode representar um *mea culpa*, ao salientar que os religiosos não se deparam apenas com casos de pedofilia, mas testemunham também outros tipos de sofrimentos aos quais crianças estão expostas. Por consequência, não teriam sido capazes de perceber os crimes sexuais contra menores diante de tantas situações de abusos com as quais lidam em sua atividade diária, podendo representar uma tentativa de justificar a falha da Igreja na proteção das vítimas de pedofilia e na prevenção desses casos.

No Esquema 8, notamos a configuração da CR3 (vítimas), construída principalmente por AI, isto é, nenhuma retoma pontualmente as vítimas de pedofilia, com exceção da AI “o abuso sexual de menores”. No entanto, apenas o seu especificador “de menores” representa uma AD de “vítimas”. Este mesmo especificador acompanha outras anáforas, porém estão relacionadas a outros tipos de abusos como, por exemplo, “tráfico de menores”. Podemos, então, refletir que as vítimas de abusos sexuais ficam em segundo plano, representada uma única vez, nesta UT, amalgamadas com vítimas de outros tipos de abuso, como, por exemplo, “o fenômeno das crianças-soldados”, “o tráfico de menores”, entre outros. Como consequência, ao tirar o foco das vítimas de abusos sexuais cometidos por religiosos, tanto a percepção do crime, como do abusador também ficam obscurecidos.

É importante ainda notar que o religioso que comete abusos sexuais contra menores ao menos é citado neste eixo temático da mesma forma como ocorreu na UT2, favorecendo a desfocalização de CR1, de CR3 e, indiretamente, abonando a responsabilização de CR4. Já, quando observamos a CR4 (Igreja), verificamos uma sequência de dêixis de pessoa, projetando a Igreja para o centro da cena enunciativa, portanto, ela detém a palavra, conforme o excerto “Na nossa atividade como religiosos nos deparamos com muitas situações [...]”. O Esquema 8 permite visualizar como as CR são constituídas e como interagem em prol da construção de sentido.



Fonte: Elaboração própria

É interessante pontuar que, em relação à CR4 (Igreja), considerando o caráter não linear da referenciação, observamos a dupla função – anafórica e dêitica – de algumas expressões referenciais, como importante estratégia de organização do processamento textual e do foco de atenção do interlocutor. Não apenas nesta UT, mas no texto como um todo, chamam a atenção os casos de sujeito nulo de 1ª pessoa do plural e pronomes ($\emptyset$ > $\emptyset$ > $\emptyset$ >em nossas Congregações e Ordens>em nossa Igreja>Na nossa atividade como religiosos>nos> $\emptyset$ > $\emptyset$ >nos> $\emptyset$ >nos>nossa vergonha> $\emptyset$), projetados como OD no texto e, ao mesmo tempo, como objetos da situação enunciativa. De acordo com Cabral e Santos (2016), na esteira de Reichler-Béguelin (1988), esta duplicidade de papéis define como este objeto de discurso é alimentado na memória discursiva dos interlocutores. Do ponto de vista da orientação de sentido do texto, este procedimento discursivo reflete a atitude do locutor frente ao seu projeto de dizer, conduzindo o leitor a determinadas percepções e conclusões. Assim, o “nós”, além de permanecer ativo na memória discursiva do leitor, sendo reiterado ao longo do texto com a função de anáfora, ou seja, saliente no modelo de mundo textual, representa também uma DP, conduzindo o leitor a perceber os fatos apresentados pela ótica da Igreja.

Esta estratégia referencial permite construir a imagem de uma Igreja que não percebeu os abusos sexuais cometidos em suas instâncias, demonstrando-se constrangida (“Baixamos a cabeça de vergonha”), conforme visto na UT1 e na UT2. Por outro lado, nesta UT, vemos a imagem de uma Igreja sobrecarregada com tantas crianças “abusadas, negligenciadas, maltratadas e indesejadas”. Esta realidade apresentada pelos religiosos pode despertar uma empatia nos leitores, bem como encorajá-los a entender que, no contexto apresentado, não seria possível atender tantos casos de abusos, inclusive, o sexual. Portanto, do ponto de vista da dinâmica discursiva, o “nós” (a Igreja) se constrói como uma instância de poder, mas também pode estar suscetível a falhas e às circunstâncias, expondo sua vulnerabilidade diante do público leitor e atraindo, assim, uma possível adesão. Esta marca persuasiva dos dêiticos pessoais – porém não exclusiva, pois outros fatores estão implicados na construção referencial, como atestam Santos e Cavalcante (2014) – pode ser vista em outros trabalhos, como em Maleej (2013), que analisou os discursos de Husni Mubarak, em Cabral e Santos (2016), que analisaram a carta-testamento de Getúlio Vargas, em Odorisi (2016), que analisou as pregações do pastor Silas Malafaia, e em Lourenço (2023), que analisou cartas de presidiários.

Faz-se pertinente também destacar, além do caráter não linear da referenciação, a questão do *continuum* entre anáfora e dêixis já referendado por Santos e Cavalcante (2014). As autoras distanciam-se de uma visão baseada na simples identificação do referente e ocupam-se

mais com o papel textual-discursivo dos processos referenciais para a construção de sentido. Assim, a expressão referencial “nós”, observada em nossa análise, pode desempenhar duas funções (anafórica e dêitica) sem que uma exclua a outra. Podemos dizer, corroborando com as autoras, que esta estratégia aponta ao mesmo tempo para o espaço cotextual e para o espaço da comunicação empírica, determinando, dessa forma, o caminho da construção de sentido do OD Igreja. Barbalho (2022, p. 77) reitera esta visão, afirmando que se torna “mais promissor conceber os processos referenciais a partir de um *continuum*, assumindo o princípio de que eles podem se entrecruzar, considerando questões subjetivas e culturais nas análises desse processo”.

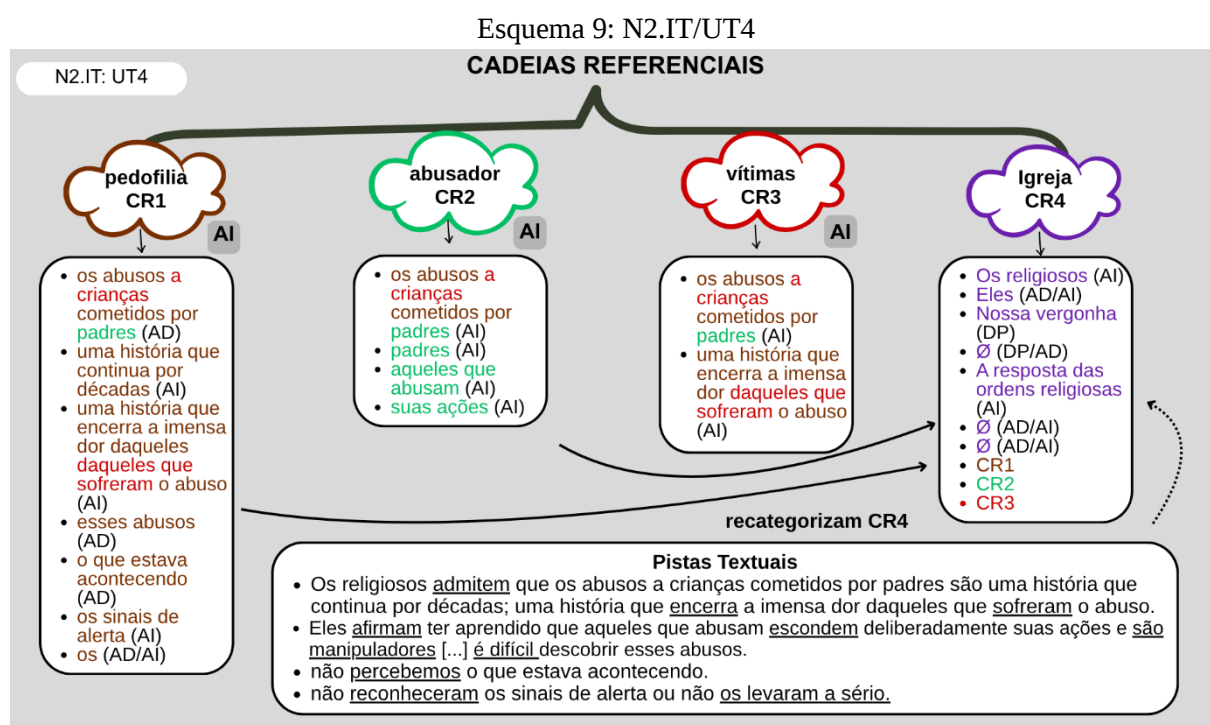
6.2.4. UT4 - Religiosos reconhecem a extensão temporal dos crimes e a dor imposta às vítimas, assim como o caráter manipulador dos pedófilos

(UT4)
(3) Os religiosos admitem que os abusos a crianças cometidos por padres são "uma história que continua por décadas; uma história que encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso".
(4) Eles afirmam ter aprendido "que aqueles que abusam escondem deliberadamente suas ações e são manipuladores". "Por definição, é difícil descobrir esses abusos. Nossa vergonha é ainda maior porque não percebemos o que estava acontecendo." A resposta das ordens religiosas "não foi como deveria ter sido" porque "não reconheceram os sinais de alerta ou não os levaram a sério".

Nesta UT, os religiosos “admitem” que a pedofilia é uma prática sistemática na Igreja e provoca muito sofrimento nas vítimas que há décadas convivem com esta dor. Percebemos também a construção de uma distinção entre “Os religiosos” (Nossa vergonha é ainda maior porque não percebemos o que estava acontecendo) e “os padres pedófilos” (aqueles que abusam escondem deliberadamente suas ações e são manipuladores), ou seja, “nós” x “eles”. De um lado, aqueles religiosos que não toleram tais crimes e se posicionam contra aqueles que perpetram estes atos inaceitáveis. Por outro lado, os padres pedófilos que, impondo tamanha dor a suas vítimas, rompem com o princípio básico da fé cristã: o amor e o respeito a dignidade humana. Esta oposição vem sendo, taticamente, delineada desde a manchete e o *lead* da notícia. De acordo com Santos e Cavalcante (2012), a relação entre processos referenciais, conhecimentos compartilhados e o gênero em que ocorrem a construção referencial são essenciais para a elaboração de um percurso argumentativo. Esta relação profícua demonstra como “os processos referenciais constroem trilhas de sentido ao sinalizarem para a busca de diferentes informações na memória discursiva dos participantes da enunciação” (Santos; Cavalcante, 2012, p. 661).

Nesta perspectiva, a Igreja, nesta UT, é apresentada como “vítima” de padres pedófilos, no sentido de que esses criminosos alteram a verdade dos fatos de forma maliciosa, para não serem descobertos, enganando toda a comunidade cristã. Assim, os religiosos declaram: “aqueles que abusam escondem deliberadamente suas ações e são manipuladores”. Portanto, diante de tal distorção, seria difícil reconhecer os abusos sexuais nessas condições, como deixa entrever o emprego do verbo “esconder”, acompanhado do advérbio “deliberadamente”, que reforça a intencionalidade e o planejamento do ato malicioso. Podemos, então, depreender que os religiosos que não se incluem na categoria de abusador são enganados por padres pedófilos a ponto de não perceberem os crimes sexuais cometidos, por isso são vítimas desta manipulação.

No Esquema 9, visualizamos que, na CR2, abusador é reconstruído sociocognitivamente como um manipulador, por meio das pistas textuais que reiteram esta reelaboração de sentido. Logo, CR2 contribui para que CR4 (Igreja) seja percebida por outro ângulo, desta vez como vítima da ação deliberada de padres abusadores.



Fonte: Elaboração própria

Desse modo, nesta UT, enfatiza-se a oposição entre “nós” e “aqueles (padres pedófilos)”, uma dicotomia anunciada já no início da notícia, na qual evidencia, primeiramente, uma distinção entre um “verdadeiro” religioso e um “falso religioso” (nós x padres pedófilos). Sob este viés, esta UT amplia esta ideia e projeta a Igreja a condição de “vítima” desses

manipuladores, ou seja, um contraste entre nós (vítimas) e eles (manipuladores). Quando afirmam “não percebemos o que estava acontecendo”, podemos inferir que esta falha é imputada a ação manipuladora dos pedófilos, criando-se, assim, um outro contraste entre estes atores sociais, orientando argumentativamente o sentido do texto. Por isso, é importante atentar para o caráter persuasivo do uso dos dêiticos pessoais “nossa vergonha” e “(nós) não percebemos”, associado a força axiológica da expressão “vergonha”, aliado a outros aspectos discursivos, que ultrapassa o simples apontamento das pessoas do discurso. Desse modo, concordamos com Maalej (2013, p.644), quando afirma que “os pronomes não são simplesmente a gramaticalização das pessoas no discurso; eles são, mais especificamente, destinatários dos conhecimentos sobre como o falante pretende ser visto”.

No Esquema 9, verificamos também que a CR1 (pedofilia) recebe uma conotação mais emotiva e sensível, confirmada também pelas pistas textuais. Esse tom mais sentimentalista pode ser observado no emprego da AI “uma história que encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso”. O núcleo desta anáfora “história” transmite uma ideia de sucessão de acontecimentos, fatos que ocorrem ao longo do tempo. Sendo assim, esses abusos são percebidos como atos contínuos, revelando o drama das vítimas. Além disso, na constituição desta AI, referente à CR1, notamos que a expressão “imensa dor” e o verbo “sofreram” representam uma experiência humana, o que pode despertar a empatia do leitor.

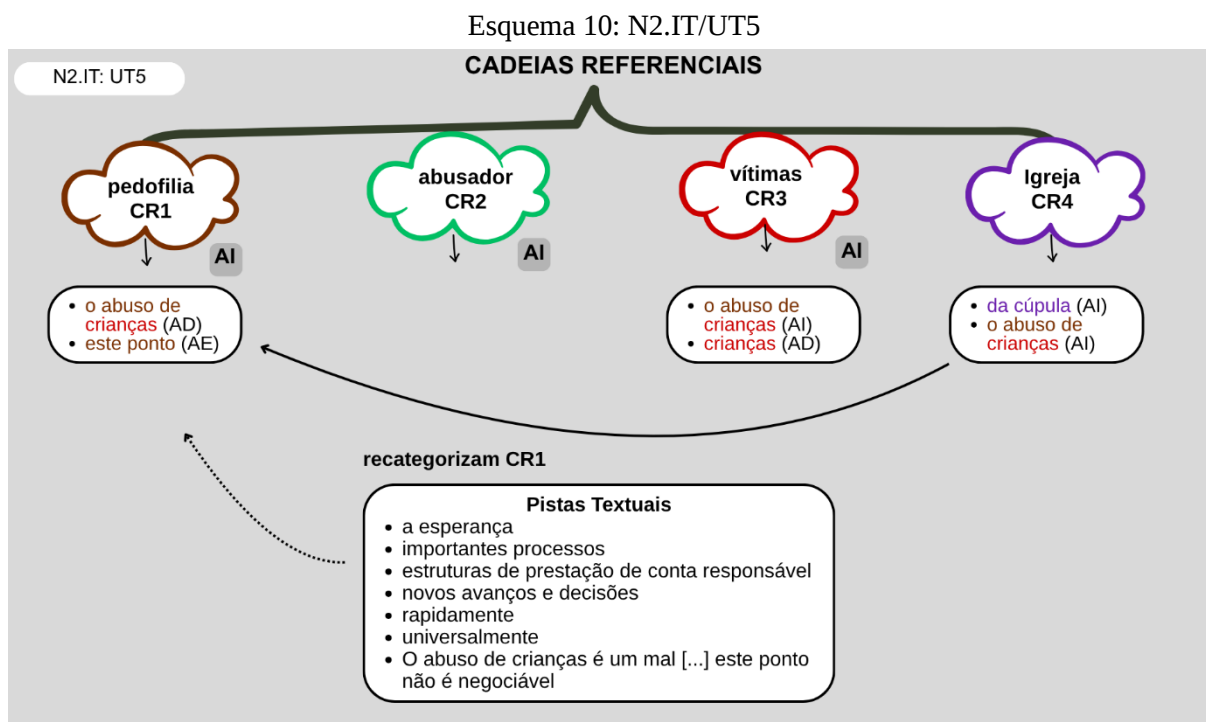
É relevante mencionar que algumas expressões referenciais, relacionadas à pedofilia, comportam-se muito mais como um “apoio” que respalda a negligência da Igreja em apurar esses casos do que propriamente uma base que forneça um panorama crítico e realista desses abusos. De outra forma, o leitor poderia ser levado a refletir, a partir dos abusos, por exemplo, sobre os danos causados às vítimas, sobre as possibilidades de reparação, sobre o afastamento e a punição efetiva dos agressores e sobre a responsabilização da Igreja. No entanto, a notícia segue outras trilhas de sentido. Tais expressões localizadas na CR1 (pedofilia) – como “esses abusos” (AD), “o que estava acontecendo” (AD), “os sinais de alerta” (AI), “os” (AD) associadas aos verbos “é difícil descobrir”, “não percebemos”, “não reconheceram”, “não levaram a sério” – colaboram para a imagem de uma Igreja humana e, por isso, sujeita a falhas. Desse modo, CR1(pedofilia) e CR2 (religioso) atuam na reconstrução sociocognitiva de CR4 (Igreja).

6.2.5. UT5 - Religiosos esperam que o encontro promova transparência e novos avanços e declaram que o combate ao abuso é inegociável

(5) A esperança é que a partir da cúpula "possam ser iniciados importantes processos e estruturas de prestação de conta responsável" e "possam ser identificados novos avanços e decisões, cuja implementação possa ocorrer rapidamente e universalmente com o devido respeito às diferentes culturas. O abuso de crianças é um mal em qualquer lugar e em qualquer tempo: este ponto não é negociável."

A UT5 encerra a notícia, retomando o encontro da conferência sobre pedofilia que se realizaria entre os dias 21 e 24 de fevereiro. A esperança é que, a partir da cúpula, considerada um marco na Igreja, uma nova página seja escrita para as vítimas de pedofilia. Para esta assunção colaboram as expressões "possam ser iniciados importantes processos e estruturas de prestação de conta responsável" e "possam ser identificados novos avanços e decisões [...]". Assim, percebemos que, nas pistas textuais, novos objetos de discurso colaboram para o sentido das experiências negativas apresentadas nas UT precedentes e acentuam resultados positivos esperados como consequência do encontro sobre pedofilia com a presença de líderes religiosos de todo o mundo. A notícia termina com a declaração dos religiosos: "O abuso de crianças é um mal em qualquer lugar e em qualquer tempo: este ponto não é negociável". Percebemos que o abuso sexual contra menores é recategorizado como um mal que precisa ser confrontado pela Igreja, enfatizando mais a gestão do dano do que os prejuízos incalculáveis causados às vítimas e às suas famílias.

No Esquema 10, observamos que a CR2 mais uma vez é desfocalizada, assim como ocorreu nas UT 2 e 3. Esta desativação também ocorreu com a CR3 (vítima), em alguns momentos, no entanto CR4 (Igreja) permaneceu ativa ao longo de todo o texto.



Fonte: Elaboração própria

Nesta UT, o abuso sexual de crianças (CR1) é considerado um mal, conforme declaração preparada por religiosos, para apresentação no encontro convocado pelo Papa Francisco. Como consequência, inferimos que a Igreja tem a importante missão de combater este mal “rapidamente” e “universalmente”, portanto a cúpula, bem como a declaração dos religiosos, traz esperança e a possibilidade de “novos avanços e decisões”, como pode ser visto nas pistas textuais do Esquema 10. Dessa maneira, A CR4 e outros OD espalhados nas pistas textuais recategorizam CR1 (pedofilia), causando a impressão de que a sistematicidade dos abusos sexuais na Igreja Católica e a omissão institucional que se estende por décadas estão a um passo de serem solucionados.

6.3. Análise comparativa

As duas notícias que analisamos foram publicadas às vésperas do encontro inédito sobre pedofilia, convocado pelo Papa Francisco, no Vaticano, com os principais líderes da Igreja Católica, entre os dias 21 e 24 de fevereiro de 2019. N1.BR, notícia brasileira, foi publicada no dia 20 de fevereiro no *Diário de Pernambuco*, e N2.IT, notícia italiana, no *La Repubblica*, no dia 19 de fevereiro de 2019. Ambas tratam do encontro sobre pedofilia, porém seguem

caminhos distintos para alcançar os sentidos pretendidos. Apesar disso, o ponto convergente das duas notícias é a imagem positiva que se cria da Igreja frente aos casos de abusos sexuais contra menores cometidos por membros da Igreja Católica.

N1.BR apresenta na manchete “Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual”, demonstrando, já no título, um olhar oblíquo em relação ao crime sexual, pois emprega a expressão referencial “abuso sexual”, uma anáfora indireta (AI) de “pedofilia”. Tal expressão apresenta uma conotação mais genérica e pouco esclarecedora sobre um crime que é cometido especificamente contra crianças. Além disso, a manchete traz expressões com caráter impreciso, como é o caso do especificador “Padre do interior de São Paulo”, AD de abusador (CR2) e a omissão do agente da passiva, marcando, assim, um sujeito paciente. Por outro lado, N2.IT apresenta a manchete “Padres pedófilos, religiosos: “Baixamos a cabeça de vergonha”, na qual, diferentemente de N1.BR, identificamos o uso do qualificador “pedófilos”, imprimindo um tom mais incisivo ao crime sexual. Além disso, observamos o jogo de oposição entre “nós”, os religiosos, e “eles”, padres pedófilos, que, apesar de membros da mesma Igreja, não devem ser confundidos nem iguados aos outros religiosos que não compactuam com os crimes de pedofilia, estratégia que visa desvincular a imagem da Igreja dos abusadores.

Com base no caráter sociocognitivo e interacional da linguagem, pressuposto da Linguística de Texto, notamos como as CR interagem com o objetivo de orientar argumentativamente o sentido do texto. Desse modo, nas duas notícias, a CR1 (pedofilia) ressignifica a CR2 (abusador) e vice-versa, pois ambas as cadeias passam a ser vistas por um novo prisma. Sendo assim, “religioso” é concebido como uma ameaça a dignidade humana, noção totalmente contrária ao que normalmente lhe é atribuída, e “pedofilia” torna-se ainda mais aviltante por ser um crime cometido por religiosos. Em N1.BR, pesa uma suspeita de abuso sexual sobre o padre Pedro Leandro Ricardo que foi acusado por coroinhas. Já em N2.IT, o abusador é recategorizado diretamente como pedófilo. Consequentemente, nas duas notícias, CR1 e CR2 recategorizam negativamente CR4 (Igreja), dado que, normalmente, sua imagem é associada a aspectos positivos de proteção aos fiéis. Portanto, nas duas notícias, inicialmente o OD Igreja é recategorizado de forma negativa.

Cabe salientar que, do ponto de vista contrastivo, em relação à CR1 (pedofilia), N1.BR emprega termos mais genéricos (abuso sexual, relações sexuais, as acusações, o tema, denúncias), com exceção das expressões “uma compreensão completa do impacto devastador que o abuso sexual clerical tem sobre as vítimas”, “esse grave problema” e “esse tipo de crime” que refletem um maior juízo de valor, embora seus núcleos sejam compostos por substantivos

abstratos que colaboram para uma simplificação da complexidade e da gravidade do crime. Por outro lado, em N2.IT, verificamos anáforas cujo núcleo apresentam valor axiológico mais marcado (pedofilia), demonstrando uma percepção mais realista do crime. No Quadro 9, apresentamos uma comparação das expressões referenciais utilizadas na CR1, nas duas notícias.

Quadro 9: Valor axiológico CR1 - N1.BR/N2.IT

VALOR AXIOLÓGICO – PEDOFILIA (CR1)	
N1.BR	abuso sexual>mais uma acusação de abuso sexual>quatro denúncias contra o padre Pedro Leandro Ricardo>relações sexuais com o padre>as acusações>o tema>abuso sexual de crianças>esse tipo de crime>uma compreensão completa do impacto devastador que o abuso sexual clerical tem sobre as vítimas>esse grave problema>homens e mulheres leigos que são especialistas no campo dos abusos>os abusos
N2.IT	Pedófilos>pedofilia(2x)>tais abusos>diversos abusos>o abuso sexual de menores>o abuso físico e emocional de menores>os abusos a crianças cometidos por padres>uma história que continua por décadas>uma história que encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso>esses abusos>o que estava acontecendo>os sinais de alerta>o abuso de crianças>este ponto

Fonte: Elaboração própria

Observamos também que em N1.BR, de acordo com o Quadro 9, o termo “abuso” aparece em algumas anáforas como núcleo da expressão referencial e, em outras, como especificador. Já em N2.IT, o termo “abuso” não ocupa a posição de especificador em nenhuma das expressões. Além disso, apesar de, nesta notícia, haver a ocorrência de expressões com caráter mais valorativo (pedófilo e pedofilia), seu emprego é limitado.

Tendo em vista o vínculo temático entre CR1 (pedofilia) e CR2 (abusador), no Quadro 10, em relação à CR2, verificamos que N1.BR individualiza o abusador (o padre Pedro Leandro Ricardo, o ex-cardeal americano Theodore McCarrick), ou seja, identifica-o pontualmente, indicando seu nome, seu cargo – padre, pároco, cardeal. Esta estratégia particulariza estes atores sociais, enfatizando que aqueles que são a exceção da regra podem ser separados do corpo da Igreja, não importando a função que ocupem na sua hierarquia. Em contrapartida, N2.IT revela a índole dos religiosos – pedófilos e manipuladores –, praticantes de atos escusos. Assim, como em N1.BR, não deixa de ser uma forma de particularizar, individualizar e separar estes indivíduos do resto da Igreja.

Quadro 10: Valor axiológico CR2 - N1.BR/N2.IT

VALOR AXIOLÓGICO – RELIGIOSO (CR2)	
N1.BR	Padre do interior de São Paulo>o padre Pedro Leandro Ricardo>ele>pároco>o religioso (2x)>o padre>a defesa do clérigo>o ex-cardeal americano Theodore McCarrick>um cardeal>seu título>clerical>infratores> os acusados
N2.IT	Padres pedófilos>padres> aqueles que abusam>suas ações>manipuladores

Fonte: Elaboração própria

Portanto, as escolhas lexicais contribuem, ao lado de outros aspectos intervenientes, para o projeto de dizer do locutor de ambas as notícias, por isso devem ser interpretadas em um contexto mais amplo de ocorrência, para além do meramente linguístico. As duas notícias buscam passar a imagem de que a Igreja Católica, como uma instituição de poder e de abrangência no mundo todo, é suscetível a falhas e, assim, atua no sentido de gerenciar os danos causados por alguns de seus membros, seja investigando, afastando o abusador, punindo com a perda do cargo e reunindo seus principais líderes para tratar do tema da pedofilia.

Em relação à CR2 (abusador), é importante ainda destacar que, nas duas notícias, ocorrem sucessivas desfocalizações do OD “abusador”. Identificamos na N1.BR especificamente na UT3, que começa a abordar o encontro histórico, que CR2 é desativada, enquanto a CR4 recebe uma atenção central, enaltecida pelas recategorizações positivas, promovidas pelas anáforas, pelas pistas textuais e pela influência de outras CR sobre CR4. Já na N2.IT, CR2 é desfocalizada em três momentos nas UT2, UT3 e UT5. Na UT2 os religiosos declaram sua vergonha por não terem percebido os abusos sexuais, mas não tocam nos responsáveis pelos crimes nem nas vítimas de pedofilia. A UT3 aborda outros tipos de abusos aos quais crianças estão expostas e o abuso sexual de menores é mencionado apenas uma vez, portanto sua percepção fica enfraquecida em meio aos outros tipos de abusos citados na notícia. Em contrapartida, o abusador que comete os crimes sexuais não é mencionado. Já a UT5 encerra a notícia trazendo a esperança de que novos avanços e decisões, após a cúpula, sejam implementados rapidamente e universalmente, sem, contudo, citar os abusadores ou algum tipo de punição para estes criminosos. Portanto, concluímos que a N2.IT retirou da posição focal CR2 (abusador), enquanto N1.BR seguiu uma lógica de punição, afastando, investigando, destituindo do cargo, ainda que estas ações tenham seguido o propósito de criar uma imagem positiva da Igreja já tão desgastada pelos sucessivos escândalos de abusos sexuais envolvendo religiosos no mundo todo e pelas constantes acusações de acobertamento dos crimes.

Sob outro aspecto, o ponto principal de N1.BR é o encontro que ocorrerá entre os dias 21 e 24 de fevereiro. Nesse sentido, a notícia busca criar a imagem de uma Igreja que tem como objetivo principal o combate à pedofilia, convocando líderes mundiais para tratar deste tema espinhoso para a instituição católica. Embora, como vimos, a UT1 e a UT2 expressem dúvidas sobre as acusações feitas por coroinhas ao padre Pedro Leandro Ricardo cuja defesa nega a sua culpa, as UT seguintes começam a delinear, cronologicamente, algumas ações da Igreja que confrontam os problemas por ela vivenciados, desviando o foco das relações apresentadas.

Desse modo, tratam da expulsão inédita, no dia 16/2, do cardeal americano Theodore McCarrick, acusado de abusar de um adolescente, assim como, no dia 18/02, do afastamento e da investigação de Dom Vilson Dias de Oliveira da Diocese de Limeira (SP), acusado de extorsão e coação, culminando no encontro histórico ocorrido entre os dias 21 e 24 de fevereiro.

Nesse contexto, em N1.BR, a recategorização da CR2 (abusador) colabora para a transformação da CR4 (Igreja) que é enaltecida por suas ações, contribuindo também para isso o uso de verbos (predicações), de locuções adverbiais, e de adjetivos. A CR3 (vítimas) também é recategorizada – antes vista como vítima de um caso isolado, ocorrido no interior de São Paulo, com pouca credibilidade sobre sua acusação contra o padre Pedro Leandro Ricardo –, passando a ser considerada uma prioridade fundamental para a Igreja em âmbito mundial. Entretanto, embora o texto trate de um tema grave que tem assolado a Igreja há décadas, as ações de combate aos padres acusados de pedofilia e a preocupação com a proteção das vítimas figuram, em N1.BR, como um apoio, para destacar o posicionamento da Igreja diante de tais casos. Sendo assim, ela envia representantes para investigar os casos, afasta o abusador, expulsa o abusador, enfatizando uma sequência de ações positivas e pró-ativas.

Por outro lado, N2.IT aborda a declaração que religiosos prepararam em vista do encontro sobre pedofilia e, assim como em N1.BR, o foco recai sobre a Igreja. Inicialmente, os religiosos declaram, em tom confessional, que não perceberam os abusos cometidos em suas Congregações e Ordens, em seus institutos religiosos, demonstrando um constrangimento por essa realidade que atinge a Igreja, no sentido de que este corpo místico e institucional também sofre com o drama da pedofilia e também é vítima dos padres pedófilos, atribuindo-lhe características humanas, tornando mais tolerável sua culpa, conforme o trecho “Baixamos a cabeça de vergonha” que funciona como um *mea culpa* pelo ocorrido. Nesta declaração percebemos uma relação metonímica, na qual os declarantes baixam a cabeça tal qual a Igreja.

Além disso, há uma tentativa de justificar esta falha ou omissão, expressando a quantidade de casos que acabam escapando ao controle dos bispos locais e do Vaticano, conforme o trecho “[...] diversos abusos ocorrem, dentro de Congregações que escampam ao controle dos bispos locais e do Vaticano”. Esta justificativa vai tornando-se mais expressiva ao longo da notícia. Por exemplo, a UT3 apresenta outros casos de abusos cometidos contra crianças, com os quais os religiosos precisam lidar, como “o tráfico de crianças”, “o fenômeno das crianças-soldados”, “o abuso físico e emocional” que também precisam de atenção, além dos casos de abuso sexual contra menores. Nessa perspectiva, N2.IT aponta para o fato de que os religiosos teriam uma grande demanda de situações, envolvendo crianças que são

maltratadas, justificando mais uma vez sua falha ao não perceberem os casos de pedofilia e não oferecerem proteção para essas vítimas. Desse modo, a CR3 (vítimas) é construída, na sua maioria, por AI que não representam as vítimas de pedofilia, desviando, portanto, o foco das vítimas do crime sexual.

Corroborando esta análise, na UT4, os religiosos são apresentados como “vítimas” dos padres pedófilos, uma vez que os abusadores escondem intencionalmente seus crimes e manipulam seus pares, sendo, desse modo, difícil descobrir tais crimes. Para ratificar esta imagem, a dêixis de pessoa “nós” (os religiosos) estabelece uma oposição com “eles” (“padres pedófilos”, “aqueles que abusam escondem deliberadamente suas ações e são manipuladores”), uma dicotomia que já começa a ser delineada na manchete de N2.IT. Nesse caso, cria-se um contexto em que os próprios religiosos seriam “vítimas” desses abusadores, funcionando como um atenuante de suas responsabilidades e uma justificativa para sua falha em não perceber os casos de pedofilia em seu próprio ambiente.

Sintetizando a relação entre as quatro cadeias CR1 (pedofilia), CR2 (abusador), CR3 (vítimas) e CR4 (Igreja), nas notícias N1.BR e N2.IT, verificamos que as CR são recategorizadas de diferentes modos, para fins discursivos específicos. Nesta direção, em N1.BR, o religioso que pratica abusos contra menores (CR2) é investigado, acusado, expulso e por último é considerado um infrator. É relevante ressaltar que as pistas textuais contribuem com esta recategorização por meio de verbos na voz ativa como “afastar”, “investigar”, “expulsar” cujo agente é a Igreja e quem sofre a ação é o religioso que comete os crimes sexuais. Por consequência, a CR2 recategoriza as CR1 e CR4. Desse modo, é construída uma imagem de que a Igreja está atuando sobre os casos de pedofilia, punindo os criminosos, enquanto o impacto causado por este crime vai perdendo a força. O mesmo ocorre em N2.IT, já que o abusador é visto como um manipulador capaz de enganar até mesmo outros religiosos. Sendo assim, a Igreja pode ser considerada também uma vítima desses manipuladores, atenuando, dessa maneira, o peso de sua responsabilidade e uma “justificativa” para o crime.

Cabe ressaltar que a CR3 estabelece uma importante interação com a CR4, nas duas notícias, colaborando para a recategorização destas cadeias. Assim, na UT4 da N1.BR, as vítimas passam a ser notadas sob a ótica da proteção, da segurança e do cuidado que precisam receber e não mais na perspectiva dos prejuízos sofridos em consequência dos abusos sexuais. Consequentemente, são vistas como uma prioridade de toda a Igreja, conforme os trechos “o Papa Francisco fez da proteção de menores uma prioridade para toda Igreja”, “Trata-se de manter as crianças seguras contra prejuízos no mundo todo”, “como os bispos devem cuidar

das vítimas”. Com isso, constrói-se a ideia de uma instituição que caminha na contramão da omissão e da negligência, ao lidar com este problema. Logo, a atenção é desviada do religioso pedófilo e do seu crime para a Igreja que é recategorizada positivamente ao priorizar a proteção das vítimas.

Já N2.IT traz para o cenário discursivo outros tipos de crimes impostos a crianças. As vítimas são, assim, recategorizadas por novos OD e pelas pistas textuais que constituem esta cadeia. Então, a Igreja (CR4) precisa lidar com outros tipos de vítimas, além das de pedofilia: “o fenômeno das crianças-soldados”, “o tráfico de menores”, “o abuso físico e emocional”, não apenas ofuscando os crimes de pedofilia, como também demonstrando que a Igreja se depara com vítimas de outros tipos de abusos.

Sob o viés do caráter valorativo das expressões empregadas, na CR3 (vítimas), entendemos que, pelo prisma dos abusos sexuais contra menores praticados por religiosos pedófilos, o uso de termos como: “crianças”, “menores”, “coroinhas”, “vítimas” aponta para um tipo de crime que é cometido especificamente contra pessoas que são vistas como mais vulneráveis. Nesse sentido, a pedofilia é um crime que provoca muita indignação sobretudo quando cometidos por religiosos. Por isso, tais expressões carregam em si uma conotação bastante negativa. Contudo, apesar de N1.BR iniciar tratando de acusações de abusos sexuais praticados por um padre contra coroinhas que é retomada pela AD “vítimas”, a CR3 nem sempre está associada ao alvo do abuso. Sendo assim, em alguns momentos, N1.BR emprega as expressões “vítimas”, “menores” e “crianças” associando-as a termos positivos (proteção, prioridade fundamental, seguras, cuidar). De outra forma, verificamos que N2.IT não emprega o termo “vítima” e, em alguns momentos, as expressões “crianças” e “menores” estão associadas a outros tipos de abusos (tráfico de menores, abuso físico e emocional de menores, o fenômeno das crianças-soldados), como pode ser visualizado no Quadro 11.

Quadro 11: Valor axiológico CR3 - N1.BR/N2.IT

VALOR AXIOLÓGICO – VÍTIMAS (CR3)	
N1.BR	Coroinhas>vítimas do religioso>menores de idade>uma das vítimas>abuso sexual de crianças>um adolescente>a proteção de menores uma prioridade fundamental para toda a Igreja>as crianças seguras>as vítimas (2x)
N2.IT	Crianças> o fenômeno das crianças-soldados>o tráfico de menores>o abuso sexual de menores>o abuso físico e emocional de menores>seu grito>suas vidas>os abusos a crianças cometidos por padres>uma história que encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso>o abuso de crianças

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 11 demonstra que N2.IT em nenhum momento utilizou a expressão “vítima” (CR3). Além disso, a associação de menores ou crianças a abusos sexuais aparece quatro vezes

na notícia inteira: “o abuso sexual de menores”, “os abusos a crianças cometidos por padres”, “uma história que encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso” e “o abuso de crianças”. Por outro lado, N1.BR, apesar de empregar o termo “vítimas” (CR3) quatro vezes, outras anáforas relacionadas à CR3 são compostas por expressões de caráter positivo que expressam cuidado, como “proteção”, “prioridade fundamental” e “seguras”.

A partir das interações entre as diferentes CR e as pistas textuais que constituem estas cadeias, ambas as notícias são orientadas argumentativamente de modo que a CR1 (pedofilia) passa a figurar, nas duas mídias, como elemento secundário. Apesar de N1.BR e N2.IT tratarem da pedofilia, o tema principal das notícias não é o crime sexual nem as vítimas desse abuso, exceto quando servem de contexto para demonstrar as ações da Igreja. Verificamos que, tanto em N1.BR, como em N2.IT, a CR4 é colocada em evidência. Ou seja, a Igreja controla a narrativa nas duas notícias, corroborando Gusmão e Braga (2023) que afirmam a existência desse domínio na mídia brasileira. No entanto, nossa hipótese, em relação à notícia italiana, era outra. Pelo vínculo direto do principal líder da Igreja Católica com os religiosos italianos, considerando que o Papa Francisco desde o início de seu pontificado adotou uma postura de tolerância zero para o combate da pedofilia, como assinalam Gusmão e Braga (2023), acreditávamos que o jornal italiano seria mais contundente na abordagem do tema. Contudo, verificamos que a notícia italiana foi ainda mais persuasiva do que a notícia brasileira, utilizando diversas estratégias para alcançar a adesão do leitor e vitimizar a Igreja.

Uma importante estratégia, além de outras já mencionadas, que contribuiu para o destaque de CR4 nas duas notícias foi a construção de CR correferenciais e a sobreposição de processos referenciais. Assim, em N1.BR, a partir da AI de Igreja “uma reunião histórica e sem precedentes”, uma CR constituída por AD é construída (uma reunião histórica e sem precedentes>a cúpula>o encontro>o encontro>uma reunião sem precedentes>a reunião>o encontro histórico), indicando a centralidade do encontro na notícia. Em N2.IT, de modo semelhante, a partir da DP (nós), uma CR constituída por AD é construída ([nós] baixamos a cabeça de vergonha > [nós] percebemos > [nós] nos deparamos > [nós] testemunhamos >[nós] queremos), focalizando a declaração dos religiosos preparada para o encontro inédito. Sob o ponto de vista da correferencialidade, Schnedecker (2019) destaca a importância de uma prática que considere o gênero de ocorrência das CR, conseqüentemente a observação das especificidades da construção referencial, e não apenas uma abordagem paradigmática da referência. Miranda e Santos (2022) compartilham desta visão, afirmando que a correferencialidade não é construída pela simples ligação entre AD, mas, por meio de outros

indícios contextuais que apontam o itinerário sociocognitivo que o leitor deve trilhar para compor o sentido.

No Quadro 12, em relação à CR4, do ponto de vista da carga axiológica de algumas expressões empregadas em N1.BR e N2.IT, a despeito de alguns usos com valores menos marcados, várias expressões revelam ações da Igreja contra o crime.

Quadro 12: Valor axiológico CR4 - N1.BR/N2.IT

VALOR AXIOLÓGICO – IGREJA (CR4)	
N1.BR	Padre do interior de São Paulo>Igreja Católica>quatro denúncias contra o padre Pedro Leandro Ricardo>o padre>ele>o pároco da igreja São Francisco de Assis>coroinhas>vítimas do religioso>menores de idade>uma das vítimas>relações sexuais com o padre na casa paroquial>onde>o religioso>a defesa do clérigo>o Vaticano>um representante da Igreja Católica>denúncias de extorsão e coação contra o bispo dom Vilson Dias de Oliveira da Diocese de Limeira>que>o Vaticano>os mais importantes bispos> uma reunião histórica e sem precedentes>o papa Francisco>a cúpula>os alicerces da Igreja Católica> Os presidentes das Conferências Episcopais>o tom do encontro>o próprio papa Francisco>o ex-cardeal americano Theodore McCarrick>a primeira vez na história da Igreja Católica>um cardeal>o seu título>o encontro>o diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé, Greg Burke>uma reunião sem precedentes>o papa Francisco>a proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja>Ele>o papa Francisco>os líderes da Igreja>o abuso sexual clerical>Burke>a reunião>os bispos>eles>muita responsabilidade por esse grave problema>transparência e responsabilidade>o encontro histórico>diretrizes e normas específicas>os bispos>os infratores>os acusados fora do sacerdócio>a responsabilidade dos religiosos>que>se.
N2.IT	Padres pedófilos>religiosos>a declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia>Papa Francisco>se>a participação de todas as conferências episcopais>em nossas Congregações e Ordens>em nossa Igreja>a declaração que religiosos e religiosas prepararam para o encontro sobre pedofilia>no Vaticano>a presença dos líderes das conferências episcopais>Uma declaração significativa>nos institutos religiosos masculinos e femininos>dentro de Congregações>controle dos bispos locais e do Vaticano>na nossa atividade como religiosos>nos>Como adultos, como cristãos e como religiosos>nos>os religiosos>os abusos a crianças cometidos por padres>eles>aqueles>que>suas ações>manipuladores>nossa vergonha>A resposta das ordens religiosas>a partir da cúpula.

Fonte: Elaboração própria

Assim sendo, em N1.BR, por exemplo, observamos algumas expressões de cunho mais negativo em “vítimas do religioso”, “relações sexuais com o padre na casa paroquial”, “esse grave problema”, “abuso sexual clerical”. Por outro lado, há uma quantidade significativa de termos de caráter mais positivo, como em “uma reunião histórica e sem precedentes”, “muita responsabilidade por este grave problema”, “a proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja”, “transparência e responsabilidade”, entre outros. Igualmente, em N2.IT, algumas expressões transmitem um juízo de valor mais negativo com em “padres pedófilos”, “os abusos a crianças cometidos por padres”, “manipuladores”, “nossa vergonha”.

De outra forma, também são usadas expressões que manifestam a atitudes da Igreja frente ao problema da pedofilia, como em “a declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia”, “a participação de todas as conferências episcopais”, “uma declaração significativa”, entre outras, visualizadas no Quadro 12.

Em suma, a análise qualitativa das notícias, na qual enfatizamos o entrecruzamento de diferentes CR, permitiu uma visão mais ampla da construção sociocognitiva dos OD “pedofilia”, “abusador”, “vítimas” e Igreja” e da orientação argumentativa de cada jornal/país, sem o objetivo de generalizar. Na análise das quatro cadeias, consideramos outras categorias que constituem o processamento referencial, não apenas os processos anafóricos, mas também as pistas textuais e os processos dêiticos, que agem de forma colaborativa na recategorização dos OD. Além disso, demonstramos que a construção de uma CR interfere na recategorização de outras CR. Assim, a construção da CR1, CR2 e CR3 influenciaram significativamente a construção sociocognitiva de Igreja (CR4), contribuindo para uma imagem positiva da instituição. Colaboraram também para este processo as desfocalizações dos OD “religioso” e “vítima” principalmente na N2.IT e a ativação constante do OD “Igreja” nas duas notícias. Paralelamente, a desativação de “religioso” e de “vítima” diminui uma percepção mais crítica dos graves prejuízos causados por esses abusadores em suas vítimas, dado que a ocorrência desses crimes sexuais é sistemática – conforme apontam várias investigações independentes, como, por exemplo, o dossiê inédito realizado por Gusmão e Braga (2023) – e perpetrada há décadas. Em acréscimo, com o apagamento do abusador e da vítima, o crime também ficou obscurecido, enfraquecendo uma noção mais concreta e realista deste grave problema e da culpabilização dos criminosos. Esta arquitetura textual foi surpreendente, pois acreditávamos que a pedofilia seria o tema central das notícias, porém este OD foi usado apenas como contexto para demonstrar as ações positivas da Igreja.

O Quadro 13 demonstra, resumidamente, as principais estratégias realizadas por cada jornal/país.

Quadro 13: Panorama comparativo das estratégias efetivadas em N1.BR e N2.IT

QUADRO COMPARATIVO (CR1 pedofilia, CR2 abusador, CR3 vítimas, CR4 Igreja)		
	N1.BR	N2.IT
UT1	*AI em CR1 (pedofilia) *Desfocalização CR3 (vítimas) *Recategorização negativa de CR4 (Igreja) por CR1 (pedofilia), CR2 (abusador) e PT	*AD em CR1(pedofilia) *DP oposição “nós” (Igreja) x “eles” (padres pedófilos) *Desfocalização de CR3 (vítimas) *Recategorização CR4 (Igreja) por CR1 (pedofilia)/CR2 (abusador)/PT

		*Recategorização positiva de CR4 (Igreja) pela AE (declaração)
UT2	*Individualização (AD) do abusador (CR2) *Recategorização negativa de CR4 (Igreja) por CR1 (pedofilia), CR2 (abusador), CR3 (vítimas) e PT	*AD em CR1(pedofilia) *Desfocalização de CR2 (abusador) e CR3 (vítimas) *Recategorização de CR1(pedofilia) e CR2 (abusador) por CR4(ponto de vista da Igreja)
UT3	*Destaque para CR4 (Igreja) - ações positivas *Anúncio do encontro histórico CR4 (Igreja) *Individualização de outros suspeitos *Desfocalização de CR2 (abusador)	*Recategorização CR1(pedofilia) e CR3 (vítimas) - outros tipos de abusos *Recategorização CR4 (Igreja) por CR1 (pedofilia)/ CR3 (vítimas)/PT *Desfocalização de CR2 (abusador)
UT4	*Individualização (AD) do abusador (CR2) *Destaque para CR4 (Igreja) - ações positivas *Recategorização positiva de CR4 (Igreja) por CR1 (pedofilia), CR2 (abusador), CR3 (vítimas) e PT *Recategorização de CR3 (vítimas)	*DP oposição “nós” (Igreja) x “eles” (manipuladores) *Recategorização CR4 (Igreja) por CR1 (pedofilia)/CR2 (abusador)/PT
UT5	Recategorização positiva de CR4 (Igreja) por CR2 (abusador) e CR3 (vítimas)	*Desfocalização CR2 (abusador) *Recategorização CR4 (Igreja)

Fonte: Elaboração própria

Ao proceder à análise comparativa, verificamos que, embora as duas notícias tenham procurado criar uma imagem positiva da Igreja, não obstante os escândalos de pedofilia, cada uma seguiu um caminho argumentativo diferente. N1.BR enfatizou mais as ações da Igreja que enviou representantes para investigar denúncias, afastou suspeitos, expulsou um cardeal pela primeira vez na história da Igreja, convocou um encontro inédito para tratar da pedofilia com líderes mundiais. N2.IT evidenciou o *mea culpa* dos religiosos frente as ocorrências dos crimes sexuais, demonstrando sua vergonha por não terem percebido os abusos cometidos por seus pares. Ademais, apresentou outros casos de abusos, revelando que os religiosos precisam lidar com outras situações, além dos abusos sexuais, e enfatizou o caráter manipulador dos abusadores que enganam outros religiosos com suas ações planejadas e maliciosas. Diante desta

conjuntura, a cobrança pela responsabilização da Igreja sobre os casos de pedofilia torna-se menos rígida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Tese situa-se no campo teórico da Linguística de Texto (LT), cujo principal objeto de investigação é o texto, compreendido, não apenas como um artefato linguístico, mas como um fenômeno sociocognitivo interacional (Koch, 2010[1993], 2011 [1997], Koch, 2022[2004], Cavalcante, 2011, Santos; Cavalcante, 2014). Sob esta ótica, a LT defende que há um deslocamento da função textual para uma perspectiva processual de construção de sentidos sociais, produzidos por ações humanas de textualização, viabilizadas dialogicamente por agentes sociais. Em função dessa perspectiva sobre o fenômeno textual, enfatizamos, nesta pesquisa, a referenciação, considerada uma atividade de natureza linguística e sociocognitiva que colabora para o processo de recategorização de objetos de discurso (OD) (Mondada, Dubois, 2015[2003], Koch, 2012[2005], 2014, Marcuschi, 2000, 2012[2005]), visando à construção de sentido.

Com base nesse enquadramento teórico, realizamos um estudo de caso, que enfatiza a densidade analítica do objeto investigado, apesar da restrição da quantidade do material explorado. De acordo com nossa proposta metodológica, sem a pretensão de generalizações, procedemos a uma análise qualitativa da construção referencial em um gênero específico, com o objetivo geral de comparar duas notícias *online* publicadas em jornais/países diferentes. Especificamente, buscamos verificar como a interação entre diferentes CR (pedofilia, abusador, vítimas e Igreja) e as pistas textuais que as constituem orientam o sentido do texto e contribuem para o agenciamento de diferentes pontos de vista sobre estas entidades discursivas instanciadas no gênero notícia.

A nossa primeira pergunta de pesquisa buscou compreender como o entrelaçamento de diferentes CR contribui para a percepção dos sentidos pretendidos, em uma perspectiva mais abrangente dos processos de composição das CR que incluem outras categorias além das anafóricas, como os dêiticos e as pistas textuais. Este posicionamento diverge de metodologias mais tradicionais que, em geral, selecionam e analisam, normalmente, uma única CR, focalizando os processos de retomada anafórica, sobretudo as correferenciais.

Tendo em vista que a construção referencial está ancorada em contextos sociais e no gênero de ocorrência, são determinantes para este processo a temática, os atores sociais envolvidos, as características do gênero notícia (sua organização e seus efeitos de verdade, objetividade e neutralidade) e os conhecimentos sociocognitivos compartilhados. Como as notícias analisadas são oriundas de diferentes dimensões contextuais, a nossa hipótese era de

que o entorno sociocognitivo, sociocultural e interacional poderia influenciar na construção das CR. A outra possibilidade seria que a interação entre as CR colaboraria de modo estratégico para a orientação argumentativa do enunciador, em cada mídia.

Neste contexto, a pedofilia é um tema bastante sensível de ser abordado – dada a violência contra a dignidade de crianças, ainda em processo de formação psicoemocional –, superficialmente discutido e percebido de modo bastante enviesado, principalmente quando os perpetradores deste crime são membros da Igreja Católica, religião considerada dominante em vários países do mundo. Por um lado, no Brasil, país de maioria católica, este tema raramente figura entre os assuntos veiculados na mídia. Para Gusmão e Braga (2023), esta ausência de discussões está associada ao controle da narrativa da própria Igreja. Segundo os autores, as raras denúncias são inversamente proporcionais a enorme quantidade de religiosos atuando em Igrejas no Brasil, sugerindo um silenciamento das vítimas, normalmente, oriundas de cidades menores, ou consideradas em estado de vulnerabilidade econômica e/ou emocional. Este posicionamento pode revelar também um pacto da mídia com a sua audiência, uma vez que tanto o Brasil como a Itália são países de maioria católica, conformando, assim, seu discurso às expectativas e às prováveis reações de quem vai ler o texto (Hernandes, 2017[2006]).

Por outro lado, na Itália – país também de maioria católica –, encontra-se a sede da Igreja Católica: a Cidade do Vaticano, que abriga o principal líder desta instituição. Nesse contexto, o Vaticano constitui-se como um Estado independente desde 1929, no qual o Papa detém os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Além disso, diferente de seus antecessores, o Papa Francisco iniciou seu pontificado, em 13 de março de 2013, com uma proposta de tolerância zero para os casos de pedofilia. Surpreendendo a todos – progressistas e conservadores –, convocou em fevereiro de 2019 uma cúpula inédita para tratar do tema da pedofilia. A Igreja que, por décadas, lidou com este problema dentro de seus muros, agora expõe o drama da pedofilia para toda sociedade em um evento que repercutiu no mundo todo. Se para as vítimas de pedofilia, de acordo com o SNAP, este marco histórico não trouxe os efeitos esperados, é inegável a coragem do Papa Francisco – contrariando conservadores e defensores do acobertamento dos casos –, no combate a pedofilia.

Diante do exposto, esperávamos que os diferentes contextos sociais, culturais, históricos e políticos, bem como o sistema de crenças e de valores compartilhados poderiam interferir no processo referencial e na construção de sentido, apontando perspectivas divergentes sobre o mesmo fato noticioso. Consequentemente, acreditávamos que a N1.BR apresentaria um

posicionamento menos crítico dos casos de pedofilia na Igreja e N2.IT seria mais incisiva em sua abordagem.

Verificamos que N1.BR empregou expressões mais genéricas para se referir a pedofilia (CR1), utilizando, na composição dessa CR, mais AI. Por consequência, CR1 recategoriza negativamente CR2 (abusador), que passa a ser visto como um criminoso, e CR4 (Igreja), uma vez que o abusador é um membro da Igreja Católica. Além disso, a escolha por termos menos específicos para compor a CR1 (pedofilia) causa o efeito de diminuição do impacto do crime, já que “abuso” é um termo com carga valorativa menos negativa em relação à “pedofilia”, podendo conduzir o leitor a uma percepção menos crítica sobre a pedofilia (CR1), o próprio abusador (CR2) e a Igreja (CR4). Percebemos, então, que as CR atuam umas sobre as outras, pois, ao tratar da pedofilia sob um determinado aspecto, pelo seu vínculo temático com o abusador, este também sofre mudanças na sua percepção. Por isso, na construção sociocognitiva dos OD, vários fatores precisam ser analisados em conjunto.

Nessa perspectiva, outro ponto que contribuiu para a atenuação do impacto negativo do crime (CR1) foi o uso de algumas AI cujos especificadores (“uma compreensão completa”, “muita responsabilidade”) apresentam uma visão mais humana e consciente do crime, recategorizando o OD pedofilia. Paralelamente, notamos também essas ocorrências na CR3, quando vítimas vêm associadas a expressões como “proteção”, “prioridade fundamental”, “seguras”, ao lado de verbos também de teor positivo. É importante ressaltar que essas anáforas estão presentes na declaração de um importante representante da Igreja católica, Greg Burke – diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé –, colaborando para que a Igreja (CR4) seja percebida também como humana e protetora.

Em relação ao abusador (CR2), no início de N1.BR, vimos que são empregadas majoritariamente AD, cujo núcleo é um nome próprio ou um substantivo comum que aponta a sua função na Igreja. O uso do nome próprio pode ser visto como uma estratégia de individualizar, de identificar este abusador, demonstrando uma tentativa implícita de isolá-lo do resto do grupo. Ou seja, é uma forma de expressar que se trata de um caso isolado dentro da Igreja.

Outras AD, preenchidas com nome próprio ou com o cargo do religioso, são empregadas na CR2 (abusador). É o caso de “o ex-cardeal americano Theodore McCarrick”, “um cardeal” e “seu título”. Desta vez, esta estratégia tem um peso positivo ainda maior sobre a Igreja (CR4), pois um membro do alto escalão foi destituído de seu cargo, demonstrando um posicionamento radical da Igreja no enfrentamento ao crime de pedofilia. Assim, transmite a ideia de que nem

mesmo o religioso que ocupa uma posição imediatamente após a do Papa Francisco será poupado.

Outras estratégias interessantes foram empregadas, em N1.BR, como a desfocalização do abusador (CR2), na UT3, justamente, o eixo temático que trata sobre o encontro inédito, no Vaticano, para tratar do tema da pedofilia, destacando as ações positivas da Igreja para combater o crime. Por consequência da desativação de CR2 e da posição focal assumida por CR4, CR1 e CR3 implicitamente figuram apenas como pano de fundo nesta UT. Portanto, percebemos que há uma atividade dinâmica de influências mútuas que sinalizam a orientação argumentativa pretendida.

É oportuno destacar a composição da CR4 (Igreja), nesta UT3, que apresenta um novo eixo temático que trata do encontro inédito sobre a pedofilia, promovido pelo Papa Francisco, no Vaticano. Sendo assim, um novo OD é indiciado – “uma reunião histórica e sem precedentes” –, que é AI de Igreja e inaugura uma nova cadeia correferencial. Portanto, este OD apresenta duas funções: AD de reunião e AI de Igreja. Esta sobreposição de processos referenciais permite o agenciamento de diferentes ângulos do mesmo OD, dependente das intencionalidades comunicativas dos sujeitos envolvidos na interação que, neste caso, é destacar o encontro e quem o promoveu, construindo uma imagem positiva da Igreja que se contrapõe aos escândalos de pedofilia.

Essa análise da notícia brasileira permitiu que chegássemos a algumas conclusões. O nosso problema de pesquisa central está relacionado a como a interação entre as CR colabora para construção de sentido e orientação argumentativa da notícia. Os resultados desta análise mostraram que a recategorização de uma cadeia influencia na construção sociocognitiva das outras. Portanto, o processo de referenciação não deve ser observado de forma isolada, independente de outras estratégias referenciais efetivadas ao longo do processamento textual, tampouco apenas nos enunciados em que se inserem, mas no texto como um todo – conclusão semelhante à percebida por Barbalho (2022), Lanes (2023) e Vieira-Correia (2026).

Além disso, as principais estratégias referenciais implementadas em N1.BR, conforme a proposta enunciativa de seu produtor foram o emprego de nomes próprios em CR2 (abusador), individualizando e separando da Igreja (CR4) estes atores sociais que passam a ser vistos como dissidentes. As pistas textuais reforçam esta ideia, sobretudo pelo uso de verbos como “foi afastado”, “expulsar”, “perdeu o seu título” que também recategorizam CR4 (Igreja). Outra estratégia utilizada foi a desfocalização do abusador (CR2), contribuindo para que CR1 (pedofilia) e CR3 (vítimas) indiretamente também perdessem o foco. Destacamos, em N1.BR,

a proeminência de CR4 (Igreja) e o papel das pistas textuais que colaboraram para recategorização da imagem positiva da Igreja, principalmente, pelo uso de verbos, assim como os casos de sobreposição de processos referenciais. Além disso, o emprego de expressões genéricas “abusos sexuais”, “relações sexuais” ou termos de caráter atenuante em CR1 e CR3, aparecem como tentativa de mitigar o impacto do crime e de promover uma percepção menos crítica da dura realidade enfrentada pelas vítimas (CR3) e da responsabilização da Igreja (CR4).

Neste contexto, em relação à N1.BR, as nossas duas hipóteses foram comprovadas. Desse modo, como esperávamos, N1.BR apresentou um teor menos crítico, principalmente em relação ao crime cometido por religiosos. Apesar de a religião católica estar bastante presente no cotidiano de muitos brasileiros, por meio de diversos eventos e atividades pastorais, o tema da pedofilia, em nossa sociedade, ainda é visto como um tabu, por consequência parece haver um acordo tácito de não falar sobre o assunto, sobretudo dentro da Igreja. Paralelamente, os meios de comunicação abordam este tema, de modo episódico, influenciado pelo controle da Igreja Católica sobre a exposição dos acontecimentos. Portanto, estes condicionamentos podem ter influenciado a condução argumentativa da notícia brasileira.

A N2.IT, por sua vez, utilizou diferentes estratégias referenciais para a construção de sentido e o direcionamento argumentativo do texto. Primeiramente, observamos o uso de expressões de caráter mais específico, na manchete, no subtítulo e no lead, como a AI “padres pedófilos” (CR2) e a AD “pedofilia” (CR1) utilizada 2 vezes – contrastando com a proposta apresentada em N1.BR, que optou por termos mais genéricos. No entanto, apesar do tratamento mais incisivo dado à questão da pedofilia, essa percepção perde nitidez ao longo da notícia, pelo emprego de AI com núcleo mais genérico, como “abuso”, como ocorreu em N1.BR, além de outras estratégias, como, por exemplo, a desfocalização de CR2 (abusador) e CR3 (vítimas), em vários momentos, ao longo da notícia, que contribuiu indiretamente para a perda do foco em CR1 (pedofilia)

Na perspectiva da segunda estratégia empregada na notícia N2.IT, dois fatores contribuíram para a mitigação do crime: a recategorização promovida por CR3 (vítimas) e a sua desfocalização, em dois momentos no texto (UT1 e UT2), e a desfocalização de abusador (UT2, UT3, UT5). Sendo assim, a composição de CR3 apresentou uma quantidade de AI maior que a observada em N1.BR. Essas AI apontam para vítimas de outros tipos de abuso, fazendo crer que a Igreja, em sua atividade religiosa, não lida apenas com a pedofilia. Na notícia, esta realidade apresentada soa como justificativa para que não tenham conseguido perceber os casos de abusos sexuais. Além disso, a desfocalização de CR3 colabora para a abstração do crime

(CR1). Portanto, a desativação de CR3 recategoriza não só CR1, como também CR2, que indiretamente ou parcialmente saem do foco de atenção do leitor. O interesse das duas notícias não foi o de apresentar o sofrimento das vítimas de pedofilia, pois, entendemos que a revitimização pode causar ainda mais dor a vítima de um crime, no entanto considerar a história de quem sofreu uma violência pode levar a uma maior consciência sobre prevenção, justiça e proteção do crime.

Conjuntamente, corroborando para uma percepção menos crítica da complexidade e da culpabilidade dos abusos sexuais, a CR2 foi desativada três vezes, pelo menos em dois momentos importantes da notícia. Por exemplo, em UT2, o foco recai na declaração dos religiosos (CR4), preparada para o evento sobre pedofilia, lembrando que a CR3 (vítimas) também é desfocalizada nesta unidade. Já em UT3, são enfatizados outros tipos de maus-tratos aos quais menores estão expostos – ou seja, embora haja referência às vítimas de pedofilia, sua presença na cadeia referencial fica diluída entre outros casos de abusos.

A terceira estratégia empregada em N2.IT que chamou atenção foi o uso da dêixis pessoal (DP), que estabeleceu uma importante oposição entre abusador (CR2) e Igreja (CR4) para a condução argumentativa da notícia, demonstrando que os abusadores, apesar de membros da Igreja, não são como os outros que agem como verdadeiros cristãos. Sendo assim, a manchete apresenta uma pequena parte da declaração dos religiosos “Padres pedófilos, religiosos: “baixamos a cabeça de vergonha”. O teor desta declaração manifesta sentimentos humanos de dor e de tristeza, podendo despertar uma ideia de que os religiosos reconhecem seu erro, como uma espécie de mea culpa, e uma tentativa de despertar a empatia dos leitores, sobretudo quando depois acrescentam “Baixamos a cabeça de vergonha quando percebemos que tais abusos ocorreram em nossas Congregações e Ordens e em nossa Igreja”. Esta dicotomia NÓSxELES ganha ainda mais força quando o abusador (CR2) é recategorizado como manipulador, na UT4, e colaboram para esta recategorização as pistas textuais (predicativos, verbos e advérbios). É interessante notar que a transformação de CR2 (abusador) incide sobre a CR4 (Igreja), colocando os religiosos em uma condição de vítima e reforçando a oposição entre nós (religiosos, recategorizados como vítimas) e eles (manipuladores).

Estes arranjos textuais-discursivos ratificam os estudos de Maleej (2013), Cabral e Santos (2016) e Lourenço (2023), cujos trabalhos atestam o papel argumentativo da DP. As ocorrências de DP em N2.IT serviram para marcar um “nós” que não inclui os religiosos que são abusadores e manipuladores, ainda que sejam membros da mesma Igreja – ou seja, com base no discurso religioso, podemos inferir a separação entre o joio e o trigo. Esta estratégia foi

importante para a construção sociocognitiva da Igreja, no sentido de clarificar para os leitores da notícia que os abusadores são como ovelhas que se desgarraram do rebanho. Maleej (2013) assinala que os pronomes, além do seu papel discursivo, representam uma dimensão ideológica, por isso é importante entender quem está sendo definido como o “nós” do qual “eles” diferem. Esta observação, conforme Cabral e Santos (2016, p. 26) “põe em evidência que a língua nos oferece os meios para marcar subjetivamente os enunciados, indicando a direção argumentativa desejada”.

Assim como Lourenço (2023), nos casos de sujeito nulo identificados nesta notícia (baixamos, percebemos, deparamos, testemunhamos, queremos), os verbos foram considerados partes da referência dêitica, por apresentarem em si a desinência de primeira pessoa do plural. A nossa pesquisa corrobora a pesquisa de Lourenço, uma vez que a autora identificou as influências mútuas entre as CR presidiário (eu) e agressor (eles), nas cartas de presidiário, nas quais o presidiário é construído como vítima das situações vivenciadas no cárcere. Desse modo, observamos, em N2.IT, que os religiosos são manipulados e enganados por padres pedófilos que escondem deliberadamente suas ações, dificultando o reconhecimento do crime e o combate à pedofilia, por isso acabam sendo vítimas indiretas dos abusadores.

Portanto, a N2.IT corroborou a nossa hipótese de que a interação entre as CR contribui, significativamente, para a orientação argumentativa da notícia, uma vez que elas agem conjuntamente para esse fim. Já a nossa segunda hipótese foi confirmada parcialmente. Inicialmente, a notícia empregou duas AD (pedofilia), gerando uma expectativa de que não trataria este tema de modo enviesado. Acreditávamos que, pelo fato de o Papa Francisco ter assumido uma postura de tolerância zero contra a pedofilia, estes casos, na notícia italiana, seriam tratados de forma mais direta, considerando as implicações desses abusos para os envolvidos. Contudo, no decorrer do texto, a pedofilia foi colocada em segundo plano, por meio de diferentes estratégias, como o *mea culpa* dos religiosos, a diversidade de situações que envolve abusos de menores e a vitimização dos religiosos.

Nesse sentido, as duas notícias empregaram diferentes estratégias com a mesma finalidade: buscaram enaltecer a CR4 (Igreja) com o objetivo de dirimir o impacto dos escândalos de pedofilia sobre a instituição católica, seja criando a imagem de uma Igreja combativa (N1.BR), seja despertando a empatia do público pelo reconhecimento de suas falhas (N2.IT). Este gerenciamento de imagem da Igreja mostrou-se mais persuasivo na notícia italiana, uma vez que a instituição assumiu ter cometido erros no combate a tais casos de abusos. Sendo assim, o jornal italiano, ao ceder voz à Igreja, permitiu que as informações fossem

apresentadas pela ótica da própria instituição. Esta escolha acabou por inviabilizar uma consciência mais crítica sobre a gravidade dos atos cometidos e sobre a responsabilidade civil e institucional da Igreja perante os casos de abusos sexuais cometidos por religiosos. Esta posição enunciativa assumida pelo jornal italiano constitui um rico objeto de estudo para pesquisas futuras que busquem aprofundar a análise do sujeito social que tem a voz e as implicações do seu dizer para a condução argumentativa de notícias que tratem de temas afins.

Cabe destacar que, nesta Tese, partimos do princípio de que o gênero notícia apresenta uma dimensão argumentativa, conforme defende Amossy (2011), que distingue estratégia de persuasão da tendência de todo discurso orientar argumentativamente seu sentido. Diversos autores (Elias, 2016; Cavalcante, 2016; Fiorin, 2017), em sintonia, assinalam que todo discurso é argumentativo, inclusive Cavalcante *et al.* (2022) atestam que, nas ações de textualização, vários critérios textuais podem sinalizar pontos de vista, entre eles a referenciação.

Do ponto de vista da construção referencial, há uma relação estreita entre as ações de textualização, o gênero de ocorrência e o contexto social amplo. Nesse sentido, no processo de (re)construção de referentes, ocorre uma atividade discursiva, para a qual convergem diversos saberes, como linguísticos, superestruturais, sociointeracionais, comunicacionais, tributários da referenciação e da progressão referencial. Assim, inspirados por Koch (2005), concordamos que, se fossem outros – a temática, o veículo, os participantes da interação, o gênero – a construção dos objetos de discurso seria totalmente diferente. Por isso, recomendamos que pesquisas futuras sejam realizadas em outros gêneros textuais, com o intuito de verificar as especificidades da construção referencial em cada contexto, observando como a inter-relação de diferentes cadeias contribuem para o desvelamento das intencionalidades discursivas, sobretudo em contextos digitais pela variedade de aspectos intervenientes como os hiperlinks, a imagem, o som, o suporte.

Nesta direção, há um consenso tanto entre autores clássicos (Koch; Marcuschi, 1998; Koch, 2005, 2011[1997], 2012[2005], 2022[2004], 2014), como pesquisadores contemporâneos (Castanheira, 2020; Barbalho, 2022; Lourenço, 2023; Lanes, 2023; Vieira-Correia, 2026) de que o processamento estratégico não depende apenas de característica textuais. Colaboram para esta atividade vários aspectos como os objetivos e convicções dos usuários da língua, suas crenças, opiniões, conhecimentos compartilhados e contextuais.

Nesta perspectiva, destacamos a relevância desta Tese para os estudos linguísticos, a partir de uma concepção mais integrada da construção de sentido que considere, de fato, dados interacionais que contemplem as relações entre a dimensão textual, o gênero e o contexto social,

em uma perspectiva sociocognitivamente ancorada (Bentes, Ferreira-Silva, Accetturi, 2017). Além disso, ainda são muito recentes os estudos que incorporam em suas análises a inter-relação de diferentes CR, o papel discursivo das sobreposições de processos referenciais e a sua importância para construção global de sentido e para arquitetura argumentativa em diferentes gêneros textuais (Barbalho, 2022; Vieira-Correia, 2026). Nesta perspectiva, com base em Santos; Barbalho; Castanheira (2026), buscamos contribuir para uma visão mais ampla de CR que abarque várias categorias importantes para a referenciação, como as anáforas, os dêiticos e as pistas textuais, enfatizando que não são processos estanques, mas dependentes uns dos outros.

Assim, sem a pretensão de propor generalizações para o gênero notícia, demonstramos, em nosso *corpus*, como as CR se comportaram e como se solidarizaram para formar um todo de sentido de acordo com cada jornal/país. Esperamos que a partir desta Tese, outros pesquisadores se sintam motivados a analisar o entrelaçamento de diferentes CR e o seu comportamento em outros gêneros. Seria muito interessante, como pretendíamos inicialmente, verificar sob o mesmo tema, por exemplo, uma notícia e um artigo de opinião, observando como ocorre a interação entre as cadeias e como cada gênero indicia esta construção.

Ressaltamos, ainda, a relevância desta pesquisa pelo aporte metodológico apresentado, que possibilitou um modelo de análise eficaz para melhor compreensão do gênero notícia e da inter-relação de diferentes CR, responsáveis pela arquitetura argumentativa das notícias. Desse modo, verificamos que as CR e suas conexões foram construídas nas unidades temáticas em prol do desenvolvimento da coerência global do texto. Além disso, os esquemas que produzimos colaboraram para uma visão mais detalhada da composição das cadeias e mais nítida das influências mútuas exercidas entre elas. Tais esquemas também permitiram identificar, a desfocalização da CR 2 (abusador) e da CR 3 (vítimas) como uma importante estratégia de construção de sentido sobretudo na notícia italiana. Portanto, indicamos nossa metodologia como instrumento de auxílio para outras pesquisas que analisem discursos midiáticos, bem como para pesquisas que proponham a leitura de gêneros jornalísticos na educação básica.

Por fim, esperamos que esta Tese contribua para ampliar as discussões sobre a pedofilia na Igreja Católica, desconstruindo o tabu em torno do tema para que, mais conscientes, possamos evitar que outras crianças sejam vítimas destes abusadores que podem ser bastante manipuladores e ainda contar com o discurso religioso para persuadir suas vítimas. Além disso, a ausência de denúncias, as excepcionais investigações e o controle da narrativa por parte da

Igreja fazem com que uma boa parcela da sociedade permaneça indiferente ou sem conhecimento da gravidade do problema. Por isso, esperamos que esta Tese possa trazer mais interesse e clareza sobre esses casos.

Acreditamos que uma outra forma de colaborar é a visibilidade, por meio das questões aqui levantadas, que as vítimas precisam ter. Elas existem. Sua dor é real e pungente. O silenciamento imposto a estas vítimas também é uma forma de abuso, por isso consideramos que fazer conhecer seus dramas é uma forma de romper com o silêncio e dar voz aos sobreviventes da pedofilia espalhados no mundo todo. Além disso, saber identificar um possível pedófilo, como age, onde atua, também é uma forma de proteção e prevenção. Portanto, esperamos que a nossa Tese tenha ajudado a construir uma visão mais crítica sobre a pedofilia na Igreja, demonstrando que não se trata de fatos isolados, mas uma cruel realidade vivenciada por crianças no mundo todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J. M. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

ALVES FILHO, F. “Sua casinha é meu palácio”: por uma concepção dialógica de referenciação. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 10, n. 1, p. 207-226, jan./abr.2010. Disponível em: <https://bit.ly/33mw72G> Acesso em: 10 jan. 2023.

ALVES FILHO, F. *Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2011.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1 p. 129-144, 2011.

APOTHÉLOZ, D.; Reichler-Béguelin, Marie-José. Construction de la référence et stratégies de désignation. *TRANEL. Travaux Neuchâtelois de Linguistique*, n. 23, p. 227-271, 1995.

APOTHÉLOZ, D.; Reichler-Béguelin, M. J. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. *Journal of Pragmatics*, 31, p. 363-397, 1999. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00867976/document>. Acesso em: 12 dez. de 2023.

APOTHÉLOZ, D.; DOEHLER, S. P. Nouvelles perspectives sur la référence: des approches informationnelles aux approches interactionnelles. *Verbum*, n. 25, v. 2, p. 109-136, 2003.

APOTHÉLOZ, D.; Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. et al. (Orgs.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2015[2003]. p. 177-190.

ARAÚJO, B. B. *A narrativa jornalística e a construção do real: como as revistas Veja e IstoÉ trataram as manifestações dos estudantes da Universidade de São Paulo em 2011*. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011. Disponível em: <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/araujo-bruno-a-narrativa-jornalistica-construcao-real.pdf>. Acesso em 15 dez. 2025.

ARIEL, M. *Accessing noun-phrase antecedents*. London: Routledge, 1990.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006 [1929].

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011[1979].

BARBALHO, C. *Referenciação na construção argumentativa do gênero depoimento oral em audiências com tipificação de feminicídio*. 2022. 216f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras (Letras Vernáculas), Rio de Janeiro, 2022.

BARBALHO, C.; MIRANDA, H. C.; BASTOS, M. C. Interferência dos gêneros textuais nos processos de referenciação. In: BARBALHO, C.; CASTANHEIRA, D.; MORAIS, M.

Linguística de Texto e ensino: uma homenagem à Leonor Werneck dos Santos. São Carlos: Pedro e João Editores, 2024. 234 p.

BASTOS, M. C. *Anáforas encapsuladoras e argumentatividade em notícias*. 142f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, 2018.

BAZERMAN, C. Systems of genres and the enactment of social intentions. In: FREEDMAN, A.; MEDWAY, P. (Orgs.) *Genre and the new rhetoric*. London: Taylor e Francis, 1994. p. 79-101.

BAZERMAN, C. Genre and Cognitive Development: Beyond Writing to Learn. In: BAZERMAN, C; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Ed.). *Genre in a changing world*. Fort Collins/West Lafayette: The WAC Clearinghouse/Parlor Press, 2009. p. 283-298.

BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. *Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino*. Trad.: Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola, 2013.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. V. *Introduction to text linguistics*. London, Longman, 1981.

BENTES, A. N.; FERREIRA-SILVA, B.; ACCETTURI, A. C. A.; Texto, contexto e construção da referência: programas televisivos brasileiros em foco. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 59, n. 1, p. 175-196, 2017.

BENVENISTE, È. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006 [1976].

BERTOLINI, Jeferson. O título da notícia na internet: funções clássicas e impactos na leitura e na compreensão do texto. *Revista Científica Ciência em Curso*, v. 3, n. 2, p. 99-110, 2014.

BEZERRA, B. G. *Gêneros no contexto brasileiro: questões (meta)teóricas e conceituais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2018[1985].

BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 208-236.

BONINI, A. Mídia/Suporte e hipergênero: os gêneros textuais e suas relações. *Revista RBLA*, v.11, n.3, p. 679-704, 2011.

BORREGUERO, M. Z. Naturaleza y función de los encapsuladores en los textos informativamente densos (la noticia periodística). *Cadernos de Filologia Italiana*, v.13, p.73-95, 2006.

BORREGUERO, M. Z. Los encapsuladores anafóricos: una propuesta de clasificación. *Caplletra*, n. 64, p. 179-203, 2018.

BRONCKART, J. P. Gêneros textuais, tipos de discursos e operações psicolinguísticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 1, p. 49-69, 2003.

BRONCKART, Jean-Paul. Os Gêneros de texto e os tipos de discurso como formatos das interações de desenvolvimento. In.: MENEZES, F. M. (Org. e Trad.) *Análise do Discurso*. Lisboa: Hugin Editores, 2005. p. 37-79.

BRONCKART, Jean-Paul. Gêneros de textos, tipos de discurso e sequências. Por uma renovação do ensino da produção escrita. *Letras*, n. 40, p. 163–176, 2010.

CABRAL, A. L. T. Argumentação na língua e argumentação no texto. *Intersecções*, n. 1, p. 26-40, 2016.

CABRAL, A. L. T.; SANTOS, L. W. Dêixis pessoal e verbos na construção de um objeto de discurso argumentativamente orientado. *Conexões Letras*, n. 15, p. 25-40, 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/65800>. Acesso em 25 de fev. de 2023.

CARVALHO, G. Gênero como ação social em Miller e Bazerman: o conceito, uma sugestão metodológica e um exemplo de aplicação. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 130-149.

CARVALHO, J. R.; SANTOS, L. W. Anáfora direta e encapsulamento em um conto de terror. *Letras em Revista*, v. 08, n. 01, p. 13-31, 2017.

CASTANHEIRA, D. S. *Anáforas encapsuladoras e construção do gênero entrevista: análise textual-funcional*. 2020. 255f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

CAVALCANTE, M. M. *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. 2000. 204 f. Tese de Doutorado em Linguística – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

CAVALCANTE, M. M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 192 p., 2011.

CAVALCANTE, M. M.; MESQUITA, L. Argumentação e polifonia em anáforas encapsuladoras. *Letras de Hoje*, v. 46, n. 1, p. 55-63, 20 jul. 2011.

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, M. M.; SANTOS, L. W. Referenciação e marcas de conhecimento partilhado. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 12, n. 3, p. 657-668, set./dez. 2012. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/1218/1019. Acesso em: 05 jun. 2024.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. *Coerência, referenciação e ensino*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. *ReVEL*, edição especial vol. 14, n. 12, p. 106-124, 2016. [www.revel.inf.br].

CAVALCANTE, M. M. *et al. Linguística textual e argumentação*. Campinas: Pontes, 2020.

CAVALCANTE, M. M. *et al. Linguística textual: conceitos e aplicações*. Campinas, SP: Pontes editores, 2022.

CECHINEL, F. M. A Igreja católica e sua relação com o poder. *Vida Pastoral*, n. 338, p. 14-21, 2021.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

CHASTAIN, C. Reference and Context. In: GUNDERSON, K. *Language Mind and Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975.

CODESSEIRA, R. H. A. *O lide na notícia jornalística impressa e suas estratégias interacionais*. 2005. 140f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, São Paulo, 2005.

COLARMACO, M. *Referenciação e construção de sentido nas fábulas de Monteiro Lobato e Esopo*. 2015. 189f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

COMASSETTO, L. R. *As razões do título e do lead: uma abordagem cognitiva da estrutura da notícia*. 2001. 100f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2001.

CONSTEN, M.; KNEES, M.; SCHWARZ-FRIESEL, M. A função das anáforas complexas nos textos. In: Monika Schwarz-Friesel, Manfred Consten e Mareile Knees (eds.). *Anaphors in Text: cognitive, formal and Applied approaches to anaphoric reference*. Barragem de Amsterdã: Benjamins, 2007. p. 81-102.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. *et al.* (org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2015[1996]. p. 177-190.

CORBLIN, F. *Les formes de reprise dans le discours: anaphores et chaines de référence*. Rennes: Presses de l'Université de Rennes, 1995.

CORREIA, J. C. *O admirável mundo das notícias: teorias e métodos*. Covilhã: LabCom. IFP, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266136144_O_Admiravel_Mundo_das_Noticias_Teorias_Metodos/link/542585e00cf26120b7aca0c0/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 12 mar. 2026.

CORNISH, F. Anaphora: Text-based or discourse-dependent? *Fonctions of Language*, v. 17, n. 2, p. 207-241, 2010.

CORNISH, F. Indexical reference within a discourse context: Anaphora, deixis, “anadeixis” and ellipsis. *Journée d’Etude «Ellipse et anaphore. Paris: Institut Charles V/Université Paris*, v. 1, p. 1-31, 2011.

CUSTÓDIO FILHO, V. *Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referência*. 270 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

DIESSEL, H. Demonstratives, joint attention, and the emergence of grammar. *Cognitive linguistics*, 17-4, p.463-489, 2006.

DOMINGUES, B. A situação paradoxal do Papa Francisco. *Revista de História das Ideias*, v. 36, p. 245-254, 2018.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In.: DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. (org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org. Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004[2001]. p. 81-108.

DOYLE, T. P.; SIPE, A. W. R.; WALL, P. J. *Sex, Priests, and Secret Codes: The Catholic Church’s 2.000-Year Paper Trail of Sexual Abuse*. Nova Iorque: Volt Press, 2006.

ELIAS, Vanda Maria. Estudos do texto, multimodalidade e argumentação: perspectivas. *ReVEL*, edição especial v. 14, n. 12, p. 191-206, 2016. [www.revel.inf.br].

FABIANI, S. *A abordagem dos gêneros textuais pelo ENEM*. 2013. 139f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras (Letras Vernáculas), Rio de Janeiro, 2013.

FARACO, C. A. *Linguagem e diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FÁVERO, L. L.; KOCH, I. V. *Linguística Textual: introdução*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012[1983].

FERREIRA, J. R. H. *Em nome do sagrado: os casos de pedofilia na Igreja Católica da Paraíba na imprensa*. 2019. 104f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, João Pessoa, 2019.

- FILLMORE, C. J. *Lectures on deixis*. Berkeley: University of California, 1971
- FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2017[2015].
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- FRANCIS, G. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (org). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2015[1996]. p. 191-228.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1991.
- GOMES, L. L. Z.; RABELO, B. H. Direcionamento argumentativo em notícias on-line. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 11, p. 36-54, jan/jun.2016.
- GUSMÃO, F.; BRAGA, G. M. *Pedofilia na Igreja: um dossiê inédito sobre casos de abusos envolvendo padres católicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Máquina de Livros, 2023.
- GUNDEL, J. K.; HEDBERG, N.; ZACHARSKI, R. Cognitive status and the form of indirect anaphors. *Verbum*, v. 22, p. 79-102, 2000.
- HALLIDAY, M.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HANKS, W. F. Explorations in the deictic field. *Current anthropology*, v. 46, n. 2, p. 191-220, 2005.
- HANKS, W. F. Deixis and indexicality. In: BUBLITZ, Wolfram; NORRICK, Neal R. (Eds.). *Foundations of pragmatics*. Walter de Gruyter, 2011. p. 315-346.
- HERMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sociorretórica de John Swales para o estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 108-129.
- HERNANDES, N. *A mídia e seus truques: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2017 [2006].
- HUANG, Y. *Anaphora: A cross-linguistic approach*. Oxford University Press, USA, 2000.
- JUBRAN, C. C. A. S. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 44, p. 93–104, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637067> . Acesso em: 27 mar. 2024.
- KOBYLINSKI, A. Il dramma degli abusi sessuali sui minori nella Chiesa cattolica d'Irlanda. *Studia Bobolanum* 27, n. 4, p. 123-137, 2016.

KOCH, I. V. Linguística textual: retrospecto e perspectivas. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, vol. 41, p. 67-78, 1997.

KOCH, I. V.; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, v. 14, n. especial, p. 169-190, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/43402> Acesso em: 2 maio 2021.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008[2006].

KOCH, I. V. *A inter-ação pela linguagem*. 10 ed., 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010[1993].

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011[1997].

KOCH, I. V. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I.; MORATO, E.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012[2005]. p. 51-10.

KOCH, I. V. *As tramas do texto*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, I. V. *Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2022[2004].

LANES, L. G. Referenciação e argumentação em redações modelo ENEM. 2023. 134 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

LEITE, R. L. *Metaforização textual: a construção discursiva do sentido metafórico no texto*. 2007. 213f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

LEVINSON, S. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LIMA, L. C. A Igreja e o escândalo da pedofilia. *Perspectiva Teológica*, n. 120, p. 249-260, 2011.

LIMA, S. M. C.; FELTES, H. P. M. A construção de referentes no texto/discurso: um processo de múltiplas âncoras. In: CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. (Orgs.). *Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 30-58.

LLAMAS, C. Interpretación del discurso ajeno: la anáfora conceptual metafórica en la noticia periodística. *Revista de Investigación Lingüística*, n. 13, p. 107-126, 2010.

LOURENÇO, J. J. *Construção do eu e do outro: o papel textual discursivo da dêixis de pessoa em cartas de presidiário*. 2023. 116f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras (Letras Vernáculas), Rio de Janeiro, 2023.

LOPES, J. E. G. *Pecado da intimidade: possibilidade de dano moral coletivo em razão da prática de pedofilia pelos padres*. 2020. 102f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro Universitário 7 de Setembro, Programa de Pós-Graduação em Direito, Fortaleza, 2020.

LYONS, J. *Semantics*. v. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MAALEJ, Z. A. Framing and manipulation of person deixis in Hosni Mubarak's last three speeches: a cognitive-pragmatic approach. *Pragmatics*, v. 23, n. 4, p. 633-659, 2013.

MACHADO, A. R. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 237-259.

MARCUSCHI, L. A. Referenciação e cognição: o caso da anáfora sem antecedente. In: PRETI, D. (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2000. p. 191-240.

MARCUSCHI, L. A. KOCH, I. G. V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, Â. C. S. (Org.). *Gramática do português falado: novos estudos descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 2002. v. 8, p. 31-56.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012[1983].

MARCUSCHI, L. A. Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I.; MORATO, E.; BENTES, A.C. (Orgs.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2012[2005]. p. 51-101.

MARMARIDOU, S. Pragmalinguistics and sociopragmatics. In: BUBLITZ, Wolfram; NORRICK, Neal R. (Eds.). *Foundations of pragmatics*. Walter de Gruyter, 2011. p. 77-106.

MATOS, J. G.; BRITO, M. A. P.; CAVALCANTE, M. M. O entrelaçamento de referentes nas recategorizações em piadas: qual o papel das cadeias referenciais? *Calidoscópio*, v. 14, n. 3, p. 499-508, 2016.

MATOS, J. G. Em defesa da noção de redes referenciais na construção do texto. *Revista Organon*, Porto Alegre (RS), v. 33, n. 64, 2018.

MIELNICZUK, L. *Jornalismo na Web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual*. 246f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporânea, Salvador – Bahia, 2003.

MILLER, C. R. Genre as social action. *Quarterly journal of speech*, v. 70, n. 2, p. 151-167, 1984.

MILLER, C. R. Genre as social action (1984), revisited 30 years later (2014). *Letras e Letras*, v. 31, n. 3, p. 56-72, 2014.

MIRANDA, H. C.; SANTOS, L. W. A pandemia nas mídias brasileira e italiana: referenciação e posicionamento argumentativo. In: VIEIRA, M. S. M.; MEIRELES, V. (Orgs.) *Variação em português e em outras línguas românicas*. São Paulo: Blucher, 2022. p. 279-295.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.; a, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2015[2003]. p. 17-52.

MORAIS, M. A. *Referenciação em campo: a construção de sentidos na notícia esportiva*. 2017. 181 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MORATO, E. M. Linguística Textual e Cognição. In: SOUZA, E. R. F.; PENHABEL, E.; Cintra, M. R. (Orgs.). *Linguística Textual: interfaces e delimitações*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 394-430.

MOTTA, L. G.; COSTA, G. B.; LIMA, J. A. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 31-51, 2004. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/1067>. Acesso em: 6 mar. 2025.

MOTTA, L. G. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2005. p. 1-15. Disponível em <https://portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>. Acesso em 06 mar. 2025.

ODORISI, M. *Homofobia e referenciação: um estudo de caso*. 2016. 197 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

PECORARI, F. Anaphoric encapsulation and presupposition: persuasive and stereotypical uses of a cohesive strategy. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 24, n. 49, p. 175-195, 2014.

PINTO, E. B. Casos de pedofilia na Igreja: retirando alguns véus. *Vida Pastoral*, n. 275, p. 32-37, 2010.

PIRES, V. L.; WERNER, Kelly Cristini G. A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste. *Letras*, n. 33, p. 145-160, 2006.

REICHLER-BEGUELIN, Marie-José. Anaphore, cataphore et mémoire discursive. In: CHAROLLES, Michel (dir.). *Pratiques*, n. 57, Metz, 1988, p. 15-43.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 152-183.

ROJO, R. *Falando ao pé da letra: a constituição da narrativa e do letramento*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ROJO, R. *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SAMANIEGO, A. L. Las etiquetas discursivas: del mantenimiento a la construcción del referente. *ELUA*, 27, p. 167-197, 2013.

SANTOS, L.W.; CAVALCANTE, M. M. Referenciação: continuum anáfora-dêixis. *Intersecções*, Jundiaí, v. 12, n. 1, p. 224-246, maio/2014.

SANTOS, L.W. Revel na escola: referenciação. *Revel*, v. 13, n. 25, p. 1-8, 2015. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/725acb4415e9ddbde01a657826817ec3.pdf> Acesso em: 12 jan. 2020.

SANTOS, L. W.; BARBALHO, C.; CASTANHEIRA, D. Cadeias referenciais em depoimentos orais: um estudo de caso. *Revista Científica do UBM*, v. 28, n. 54, p. 185-212, 2026. Disponível em: <https://revista.ubm.br/index.php/revistacientifica/article/view/2624/808>. Acesso em: 30 maio de 2026.

SCHNEDECKER, C.; LANDRAGIN, F. Les chaînes de référence: présentation. *Langages*, v. 195, n. 3, p. 3-22, 2014.

SCHNEDECKER, C. Les chaînes de référence : une configuration d'indices pour distinguer et identifier les genres textuels. *Langue française*, Paris, n. 195, p. 53-72, 2017.

SCHNEDECKER, C. De l'intérêt de la notion de chaîne de référence par rapport à celles d'anaphore et de coréférence. *Cahiers de praxématique [Online]*, n. 72, p. 1-22, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/praxematique/5339>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. (org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004[1994]. p. 19-34.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. Os Gêneros escolares – das práticas de linguagem aos objetos de ensino. In: DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. (org.). *Gêneros orais e escritos na escola*. Trad. e org. Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. Campinas: Mercado das Letras, 2004[1997]. p. 61-78.

SCHWARZ-FRIESEL, M. Indirect anaphora in text: A cognitive account. *In: SCHWARZ-FRIESEL, M.; CONSTEN, M.; KNEES, M. Anaphors in Text*. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007. p. 3-20.

SCHWARZ-FRIESEL, M.; CONSTEN, M. Reference and anaphora. *In: BUBLITZ, Wolfram; NORRICK, Neal R. (Eds.). Foundations of pragmatics*. Walter de Gruyter, 2011. p. 347-372.

SEARA, I.; SANTOS, L. W. Linguagem e poder na mídia brasileira e portuguesa. *Diacrítica*, Porto/Portugal, v. 33, n. 3, p. 122-137, 2019.

SILVA, A. C. Anáforas e dêixis: semelhanças e diferenças. *In: SOARES, Maria Elias (org.). Pesquisas em Linguística e Literatura: descrição, aplicação, ensino*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará-GELNE, 2006. p.23-25. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51867>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, F. O.; CUSTÓDIO FILHO, V. O caráter não linear da recategorização referencial. *In: CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. (Orgs.). Referenciação: teoria e prática*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 59-85.

SILVA, P. H.; SILVA, M. B. N. Notícia: a fluidez de um gênero. *Anais do SIELP*. v. 2, n. 1, p. 1-13, 2012

SILVA, V. A. *Referenciação e violência contra a mulher em relatos femininos*. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SOUSA, J. P. *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2002. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-da-noticia.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SOUZA, F. A. *Referenciação e humor em crônicas de Luis Fernando Verissimo*. 2019. 103f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras (Letras Vernáculas), Rio de Janeiro, 2019.

SWALES, J. M. *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TOSCANO, R. El papa Francisco: una visión progresista. *Claves de Razón Práctica*, n. 246, p. 42-49, 2016.

VAN DIJK, T. A. *La noticia como discurso: comprensión, estructura y producción de la información*. 1. ed. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, 1990.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2010.

VIEIRA-CORREIA, J. *Cadeias referenciais de personagens femininas no conto de fadas “Cinderela”*. 2026. 181f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras (Letras Vernáculas), Rio de Janeiro, 2026.

YANG, Y. A cognitive interpretation of discourse deixis. *Theory and Practice in Language Studies*, v. 1, n. 2, p. 128-135, 2011.

ZAMPONI, G. O determinante demonstrativo em sintagmas nominais. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. 41, p. 141–148, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637006>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ZOLLNER, Hans. O celibato não leva ao abuso. [Entrevista concedida a Deutsche Welle]. *IHU Unisinos*, São Leopoldo, 28 fev. 2019. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/78-noticias/587076-o-celibato-nao-leva-aoabuso-entrevista-com-hans-zollner> . Acesso em: 15 set. 2025.

ANEXOS

N1.BR

Padre do interior de São Paulo é acusado de abuso sexual

Por: Ingrid Soares Publicado em: 20/02/2019 08:20

Mais uma acusação de abuso sexual atinge a Igreja Católica no Brasil. A Polícia Civil de Araras (SP) recebeu quatro denúncias contra o padre Pedro Leandro Ricardo da época em que ele era pároco da igreja São Francisco de Assis. Coroinhas disseram ter sido vítimas do religioso entre 2002 e 2003, quando eram menores de idade. Uma das vítimas relatou que teve relações sexuais com o padre na casa paroquial onde o religioso morava. A defesa do clérigo nega as acusações.

Na segunda-feira (18/2), o Vaticano enviou um representante da Igreja Católica para investigar denúncias de extorsão e coação contra o bispo dom Vilson Dias de Oliveira, da Diocese de Limeira (SP), que foi afastado por tempo indeterminado.

Nesta quinta-feira (21/2), o Vaticano receberá os mais importantes bispos de todo o mundo para uma reunião histórica e sem precedentes. Convocada pelo papa Francisco, a cúpula vai tratar do tema que, há décadas, tem abalado os alicerces da Igreja Católica: abuso sexual de crianças. Os presidentes das Conferências Episcopais estarão reunidos até o dia 24.

O tom do encontro deve ser o de “tolerância zero”. O próprio papa Francisco deu uma pista disso ao expulsar, no sábado, o ex-cardeal americano Theodore McCarrick, de 88 anos, acusado de abusar de, ao menos, um adolescente. Foi a primeira vez na história da Igreja Católica que um cardeal perdeu o seu título depois de ser acusado desse tipo de crime.

Sobre o encontro, o diretor da Sala de Imprensa da Santa Sé, Greg Burke, declarou que se trata de “uma reunião sem precedentes, o que mostra que o papa Francisco fez da proteção de menores uma prioridade fundamental para a Igreja”. Ele continuou: “Trata-se de manter as crianças seguras contra prejuízo em todo o mundo. O papa Francisco quer que os líderes da Igreja tenham uma compreensão completa do impacto devastador que o abuso sexual clerical tem sobre as vítimas”.

Além disso, Burke explicou que “a reunião é primariamente para os bispos, eles têm muita responsabilidade por esse grave problema. Mas homens e mulheres leigos que são especialistas no campo dos abusos darão sua contribuição e podem ajudar a abordar especialmente o que precisa ser feito para garantir transparência e responsabilidade”.

A expectativa é de que o encontro histórico defina diretrizes e normas específicas de como os bispos devem cuidar das vítimas, punir os infratores e manter os acusados fora do sacerdócio. Também deve ser abordada a responsabilidade dos religiosos que, mesmo sabendo dos abusos, se mantiveram em silêncio.

Padres pedófilos, religiosos: " Ø Baixamos a cabeça de vergonha"

Paolo Rodari

A declaração preparada em vista do encontro da Conferência sobre pedofilia, promovida pelo Papa Francisco e que se inicia na quinta-feira, com a participação de todas as conferências episcopais.

19 DE FEVEREIRO DE 2019

" Baixamos a cabeça de vergonha quando percebemos que tais abusos ocorreram em nossas Congregações e Ordens e em nossa Igreja." Assim começa a declaração que religiosos e religiosas prepararam para o encontro sobre pedofilia que terá início na quinta-feira no Vaticano, com a presença dos líderes das conferências episcopais de todo o mundo. Uma declaração significativa, dado que é nos institutos religiosos masculinos e femininos que diversos abusos ocorrem, dentro de Congregações que escapam ao controle dos bispos locais e do Vaticano.

"Na nossa atividade como religiosos - escrevem - nos deparamos com muitas situações em que crianças são abusadas, negligenciadas, maltratadas e indesejadas. Testemunhamos o fenômeno das crianças-soldados; o tráfico de menores; o abuso sexual de menores; o abuso físico e emocional de menores. Seu grito por ajuda nos interpela. Como adultos, como cristãos e como religiosos, queremos nos comprometer para que suas vidas possam mudar e as situações em que crescem possam melhorar."

Os religiosos admitem que os abusos a crianças cometidos por padres são "uma história que continua por décadas; uma história que encerra a imensa dor daqueles que sofreram o abuso".

Eles afirmam ter aprendido "que aqueles que abusam escondem deliberadamente suas ações e são manipuladores". "Por definição, é difícil descobrir esses abusos. Nossa vergonha é ainda maior porque não percebemos o que estava acontecendo." A resposta das ordens religiosas "não foi como deveria ter sido" porque "não reconheceram os sinais de alerta ou não os Ø levaram a sério".

A esperança é que a partir da cúpula "possam ser iniciados importantes processos e estruturas de prestação de conta responsável" e "possam ser identificados novos avanços e decisões, cuja implementação possa ocorrer rapidamente e universalmente com o devido respeito às diferentes culturas. O abuso de crianças é um mal em qualquer lugar e em qualquer tempo: este ponto não é negociável."

Preti pedofili, religiosi: "Abbassiamo il capo per la vergogna"

Paolo Rodari

La dichiarazione preparata in vista dell'incontro della Conferenza sulla pedofilia voluta da Papa Francesco che si apre giovedì, con la partecipazione di tutte le conferenze episcopali

19 FEBBRAIO 2019

"Abbassiamo il capo per la vergogna quando ci rendiamo conto che tali abusi si sono verificati nelle nostre Congregazioni e Ordini e nella nostra Chiesa". Così nella dichiarazione che religiosi e religiose hanno redatto in vista dell'incontro sulla pedofilia che prenderà il via giovedì in Vaticano e al quale parteciperanno i leader delle conferenze episcopali di tutto il mondo. Una dichiarazione importante a fronte del fatto che è anche negli istituti religiosi maschili e femminili che avvengono diversi abusi, all'interno di Congregazioni che sfuggono dal controllo dei vescovi locali e del Vaticano.

"Nella nostra attività di religiosi - scrivono - ci imbattiamo in molte situazioni in cui i bambini sono abusati, trascurati, maltrattati e indesiderati. Assistiamo al fenomeno dei bambini-soldato; alla tratta di minori; all'abuso sessuale di minori; all'abuso fisico ed emotivo dei minori. Il loro grido di aiuto ci interpella. Come adulti, come cristiani e come religiosi, vogliamo impegnarci per far sì che le loro vite possano cambiare e che le situazioni in cui crescono possano migliorare".

I religiosi ammettono che gli abusi su bambini commessi da preti sono "una storia che continua da decenni; una storia che racchiude il dolore immenso di coloro che hanno subito l'abuso".

E dicono di aver imparato "che coloro che abusano nascondono deliberatamente le loro azioni e sono manipolatori". "Per definizione, è difficile scoprire questi abusi. La nostra vergogna è ancora maggiore perché non ci siamo accorti di quanto stava accadendo". La risposta degli ordini religiosi "non è stata come avrebbe dovuto essere" perché "non hanno riconosciuto i segnali di allarme o non sono riusciti a prenderli in seria considerazione".

La speranza è che dal summit "possano essere avviati importanti processi e strutture di rendicontazione responsabile" e "possano essere identificati nuovi passi in avanti e prese decisioni, la cui attuazione può aver luogo rapidamente e universalmente con il giusto rispetto per le diverse culture. L'abuso di bambini è un male ovunque e in ogni tempo: questo punto non è negoziabile".